

NOVOS HORIZONTES DA
PESQUISA EM MORFOLOGIA

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.

Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.

Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Gonçalves, Carlos Alexandre. / Silva , Neide Higino da. (Orgs.)

Novos horizontes da pesquisa em morfologia /

Carlos Alexandre Gonçalves / Neide Higino da Silva (Orgs.) -
Campinas, SP : Pontes Editores, 2017

Bibliografia.

ISBN 978-85-7113-854-4

1. Língua portuguesa - formação de palavras 2. Morfologia
3. Linguística - estrutura das palavras I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa - formação de palavras - 469.5
2. Morfologia - 469.15
3. Linguística - estrutura das palavras - 410

Carlos Alexandre Gonçalves
Neide Higino da Silva
(organizadores)

NOVOS HORIZONTES DA PESQUISA EM MORFOLOGIA



Pontes

Copyright © 2017 - dos organizadores representantes dos colaboradores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Editoração e capa: Eckel Wayne

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Suzete Silva

(UEL - Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Francisco Otaviano, 789 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-056

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DA MORFOLOGIA.....	7
Carlos Alexandre Gonçalves	
Neide Higino da Silva	

PARTE 1: MORFOLOGIA HISTÓRICA

ABORDAGEM HISTÓRICA DOS AFIXOS QUE FIGURAM EM CONSTRUÇÕES DE AUMENTATIVO	17
Regina Simões Alves	
ABORDAGEM HISTÓRICA DAS FORMAÇÕES X-NTE EM PORTUGUÊS.....	53
Marco Antônio Marinho	

PARTE 2: FRONTEIRAS EXTERNAS DA MORFOLOGIA

MORFOLOGIA E SEMÂNTICA: ESQUEMAS IMAGÉTICOS NA FORMAÇÃO DE DENOMINAIS X-EIRO(A) NÃO AGENTIVOS	101
João Carlos Tavares da Silva	
FONOLOGIA E MORFOLOGIA: ENANTIOMORFISMO NA “GUALÍN DO TTK” (“LÍNGUA” DO CATETE).....	131
Carlos Alexandre Gonçalves	
Felipe da Silva Vital	

PARTE 3: FRONTEIRAS INTERNAS DA MORFOLOGIA

A AUSÊNCIA DE FRONTEIRAS RÍGIDAS ENTRE FLEXÃO E DERIVAÇÃO: ABORDAGEM DAS MARCAS DE MODO-TEMPO-ASPECTO E NÚMERO-PESSOA	147
Vítor de Moura Vivas	

OS MOVIMENTOS DO *CONTINUUM COMPOSIÇÃO-DERIVAÇÃO*:
UMA ANÁLISE DESCRIPTIVA DOS COMPOSTOS NEOCLÁSSICOS *AGRO-X* 181
Neide Higino da Silva

PARTE 4: MORFOLOGIA & ENSINO

MORFOLOGIA E ENSINO: NOVAS ABORDAGENS VOLTADAS PARA O ENSINO MÉDIO	205
Vítor de Moura Vivas	
Felipe da Silva Vital	
Wallace Bezerra de Carvalho	
Rômulo Andrade de Oliveira	
Carlos Alexandre Gonçalves	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231

PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DA MORFOLOGIA

Carlos Alexandre Gonçalves
Neide Higino da Silva

Da fase áurea no estruturalismo ao total ostracismo nas primeiras fases do gerativismo, a morfologia – estudo da configuração formal da palavra e dos processos responsáveis pela formação de novas unidades lexicais – passou por altos e baixos ao longo da história da linguística. Como parente pobre da fonologia e da sintaxe, foi, nas várias fases da teoria gerativa, incorporando de perto os desenvolvimentos dessas áreas, criando modelos para dar conta tanto dos processos mais regulares, concatenativos (morfologia lexical), quanto dos processos que, por falta de encadeamento, são chamados de não aglutinativos (morfologia autossegmental, morfologia prosódica).

Nos dias de hoje, a morfologia vem gozando de certo prestígio nos estudos linguísticos, formalistas ou não. Na teoria da otimilidade, respondeu por um dos principais avanços na área: a criação da teoria da correspondência (McCarthy & Prince, 1995; Benua, 1995) alavancou a descrição de processos que, como o cruzamento vocabular ('crentino' << 'crente' + 'cretino'), o truncamento ('profissa' << 'profissional') e a reduplicação ('bololô' << 'bolo'), requerem informação fonológica para sua manifestação. No âmbito da linguística cognitiva, é cada vez maior o interesse por questões morfológicas, até mesmo como forma de validar a teoria, dedicada, predominantemente, a questões sintáticas.

Embora tenha voltado a ser concebida, na teoria gerativa, como um componente que não existe por conta própria, sendo tratada nos mesmos moldes da sintaxe (morfologia distribuída), a morfologia vem ganhando projeção no âmbito das abordagens construcionais. Esse movimento culminou na criação da morfologia construcional (BOOIJ, 2010), que dialoga com modelos de construção gramatical, segundo os quais a língua constitui um inventário estruturado de unidades simbólicas (LANGACKER, 1987) que variam em extensão (desde as mais atônicas às mais complexas) e especificidade (desde os esquemas mais genéricos às instanciações de padrões específicos).

No Brasil, o NEMP (Núcleo de Estudos Morfológicos do Português), grupo de pesquisas interinstitucional que se dedica aos estudos em morfologia e suas interfaces, vem se tornando pioneiro na tarefa de divulgar os horizontes da pesquisa em morfologia, pois, com várias frentes de trabalho, aborda os processos flexionais e de formação de palavras à luz de desenvolvimentos recentes da teoria linguística, desde que esses se caracterizem, grosso modo, como lexicalistas.

Este livro se insere entre os trabalhos desenvolvidos, no âmbito da morfologia, pelos integrantes do NEMP. As questões abordadas nesta obra variam da descrição de processos morfológicos já bastante estudados na área (como as construções *X-eiro*, aqui analisadas numa perspectiva teórica diferente – a morfologia construcional) a fenômenos que, até onde se conhece, nunca foram abordados, como o TTK gualín (“língua do Catete”). Em sua maioria, as análises resultam de pesquisas concluídas de dissertações e teses, aqui sintetizadas.

Para dar ao leitor uma pequena amostra do alcance dos estudos morfológicos recentes, dividimos a obra em quatro partes:

- a. Morfologia histórica
- b. Fronteiras externas da morfologia
- c. Fronteiras internas da morfologia
- d. Morfologia e ensino

Os autores assumem diferentes perspectivas nas análises morfológicas apresentadas nos sete capítulos que compõem a obra. Dessa forma, lança-se mão de informações históricas para interpretar o comportamento de elementos linguísticos na atual sincronia (capítulos 1, 2 e 3); da proposta de organização categorial por protótipos para nortear as discussões em torno dos limites entre flexão e derivação, de um lado, e composição e derivação, de outro (capítulos 5 e 6); a interface morfologia-semântica projeta um diferente ponto de vista para os dados examinados, à luz de propostas recentes no âmbito da linguística cognitiva (capítulo 3), enquanto a interface morfologia-fonologia (capítulo 4) lança mão da teoria da otimalidade para dar conta de um tipo de *argot*, o TTK: linguagem usada por um grupo de pessoas que partilham características comuns, como procedência ou mesmo identificação ideológica. A partir das conclusões apontadas por essas investigações, são propostas sugestões para o ensino de morfologia (capítulo 7).

As temáticas aqui exibidas são difusas, pois pretendemos mostrar as possíveis linhas de pesquisa no campo da morfologia, considerando-se sempre o melhor ângulo para análise do objeto observado. Na primeira parte, **Morfologia histórica**, Regina Simões Alves, por meio do estudo das construções de aumentativo, e Marco Antônio Marinho, das construções X-*nte*, apresentam informações históricas que contribuem na compreensão do comportamento dessas formações na atual sincronia.

O capítulo 1, de Regina Simões Alves, aborda aspectos históricos dos afixos que figuram em construção de aumentativo em português: *-ão*, *-aço*, *-ada*, *-eiro*, *-udo*, *-aria*, *-oso* e *-ento*. Dois são os principais objetivos do texto: (a) observar a inflexão aumentativa adquirida pelos afixos ao longo dos anos, e (b) comprovar que não são formas sinônimas e que o uso justifica essa variedade. Conclui a análise mostrando em que aspectos os formativos se assemelham e que características os tornam distintos, tão distintos a ponto de poderem se adjungir a uma mesma base, apresentando diferenças semânticas ou pragmáticas. Defende a existência de esquemas de

formação de palavra a serviço também da atitude emotiva e avaliativa do falante, mas que preservam, majoritariamente, a noção de grandeza e que todos esses afixos têm hoje um uso extremamente enriquecedor por possuírem enorme expressividade.

Tendo por base a polissemia do sufixo *-nte* e a partir do modelo de Joseph (1998), denominado Morfologia Diacrônica, Marco Antônio Marinho, no capítulo 2, aborda as construções X-*nte* do latim ao português. Observa que, das quatro acepções de vocábulos com a estrutura X-*nte*, apenas os chamados agentes frequentativos ('repetente') estavam presentes já na época latina, sendo, portanto, o significado primeiro do afixo. Os agentes profissional ('escrevente') e instrumental ('trinchante') apresentam quadros bastante irregulares: ao mesmo tempo em que não constituem argumento a favor da presença das acepções no latim falado, apresentam registros tardios, ao contrário dos frequentativos, que possuem registro no português desde os anos 1300. Por fim, os agentes químicos ('lubrificante'), altamente produtivos no português contemporâneo, se assemelham com os instrumentais X-*dor* (MARINHO, 2009). Ambos apresentam regularidade no quadro comparativo das línguas românicas, mas se referem a coisas (instrumentos e substâncias), incompatíveis com o nível de desenvolvimento do mundo antigo. Por isso, são, na verdade, acepções relativamente recentes quando comparadas com os outros significados possíveis dos respectivos sufixos. No caso dos agentes químicos X-*nte*, o grupo detém o mesmo comportamento que os agentes profissionais e instrumentais, sendo datados também a partir do século XVII, tanto no português quanto nas demais línguas românicas.

Na segunda parte do livro, **Fronteiras externas da morfologia**, duas interfaces são contempladas: entre a morfologia e a semântica e entre a morfologia e a fonologia. João Carlos Tavares da Silva, fundamentado na morfologia construcional (BOOIJ, 2010), propõe uma formalização para construções X-*eiro*, instanciadas por substantivos, tendo em vista quatro acepções. Já Carlos Alexandre Gonçalves e Felipe da Silva Vital discorrem sobre o fenômeno “TTK” ou *língua*

do Catete. Os autores descrevem dados do TTK a partir de operações morfofonológicas.

No capítulo 3, João Carlos Tavares da Silva propõe, para analisar as construções X-eiro não agentivas, que um dos componentes semânticos dessas formas são o que se conhece, na literatura cognitivista, como esquemas imagéticos (EIs), definidos como representações conceituais relativamente abstratas e totalmente esquemáticas que surgem a partir da nossa interação cotidiana e da nossa observação do mundo que nos cerca, ou seja, são derivados, das nossas experiências sensório-motoras e perceptuais. O autor conclui que o polo semântico das construções hierarquicamente superiores deve ser o mais abrangente possível para abranger as acepções subordinadas. Somente puxando o significado “para cima”, pode-se alcançar generalizações coerentes e consistentes o suficiente. Assim, a proposta de integrar a noção de esquemas de imagem se mostra plausível e eficaz, uma vez que a polissemia dos denominais *X-eiro*(a) não agentivos decorre do fato de os subesquemas se relacionarem entre si tanto por derivarem do mesmo esquema-mãe, como por serem extensões via *força de contato* ou por herança por metáfora.

O capítulo 4, da autoria de Carlos Alexandre Gonçalves e Felipe da Silva Vital, propõe uma análise do fenômeno popularmente conhecido como “TTK” (também chamado *gualin*, “língua”, e *xarpi*, “pichar”). O fenômeno consiste no mapeamento direita-esquerda e resulta na criação de uma palavra de uso privado (clandestino, sigiloso), que mantém a sequência segmental ou silábica da palavra-matriz, respectivamente em casos de monossílabos ([‘lɔ.gi] << ‘gol’; [‘ra.bi] << ‘bar’) e multissílabos (‘mesa’ >> [za.’me]; ‘pichar’ >> [jax.’pi]; ‘música’ >> [ka.zi.’mu]; ‘vagabunda’ >> [da.bũ.ga.’va]). Com base em uma hierarquia de restrições, mostram as principais características desse *argot*, atentando para as restrições em conflito e interação para que se superficializem formas que, apesar de criptografadas, possam remeter às palavras de origem.

Na terceira parte do livro, **Fronteiras internas da morfologia**, privilegiam-se duas situações de interface: (a) flexão-derivação e (b) derivação-composição. Vitor de Moura Vivas discute a distinção entre flexão e derivação, considerando a função das marcas de modo-tempo-aspecto (MTA) e número-pessoa (NP), demonstrando que essas desinências podem apresentar características derivacionais. Neide Higino da Silva, por sua vez, trata de questões pertinentes à fronteira composição-derivação, mais especificamente dos limites entre composição e composição neoclássica, examinando, para tanto, as características de *agro-*, como em ‘agronegócio’ e ‘agroboy’.

No Capítulo 5, Vitor Vivas defende a existência de padrões (derivacionais) realizados por marcas morfológicas da flexão verbal. Por exemplo, destaca que o uso de determinadas marcas de MTA não é obrigatório. É possível, por exemplo, utilizar a estratégia sintática ‘vou jogar’, uma vez que a marca *-re* não é de aplicação categórica. Isso leva a que determinadas estratégias de manifestação se tornem improdutivas (‘cantara’ é improdutivo, já que o falante do português utiliza ‘tinha cantado’). Além disso, mostra que a flexão verbal alimenta a criação de palavras através de marcas de particípio, infinitivo, gerúndio ou por meio de formas verbais desenvolvidas no PRESENTE DO INDICATIVO e em P3. A constatação de que ocorrem lacunas na aplicabilidade de marcas de NP é mais um motivo para defender que uma visão flexional discreta não é a mais eficiente para descrever as marcas verbais do português.

Neide Higino da Silva analisa, no capítulo 6, o estatuto dos formativos *agro-* e *agri-* na atual sincronia, uma vez que construções como ‘agricultura’, ‘agribusiness’, ‘agronomia’, ‘agropecuária’ e ‘agrofit’, embora possuam em comum os elementos composticionais *agri-* e *agro-*, apresentam características morfológicas, sintáticas e semânticas distintas; algumas podem ser classificadas, segundo a tradição, de compostos neoclássicos, de recomposição ou não serem analisadas, uma vez que suas propriedades não se adequam às esperadas. Discute, na esteira de Gonçalves (2011a, 2011b, 2012) e Gonçalves & Andrade (2012), os conceitos de composição neoclás-

sica e recomposição a partir do *continuum* composição-derivação, que admite uma interpretação para os casos emblemáticos, tais como ‘agricultar’ e ‘agronomia’, e casos periféricos, como ‘agribusiness’ e ‘agrofit’. Conclui o capítulo destacando que os critérios de Gonçalves (2011a) e de Gonçalves & Andrade (2012), utilizados para reconhecer composição e derivação prototípicas, reforçam as características desviantes dos hoje denominados pela literatura de compostos neoclássicos.

Na quarta e última parte do livro, **Morfologia e ensino**, Vítor de Moura Vivas, Felipe da Silva Vital, Wallace Bezerra de Carvalho, Rômulo Andrade de Oliveira e Carlos Alexandre Gonçalves expõem as abordagens dos livros didáticos e das gramáticas tradicionais para o ensino de morfologia, destacando a dissociação entre os aspectos tratados nessas obras e as situações reais de uso da língua. Os autores, ao final do capítulo 7, sugerem mudanças para o ensino de morfologia, considerando a função discursiva que os distintos processos morfológicos podem assumir na interação comunicativa.

Os trabalhos aqui apresentados visam a contribuir com a descrição do português do Brasil, por meio do estudo do comportamento de diferentes elementos morfológicos que ainda não foram contemplados de forma sistemática nos manuais de morfologia ou pela gramática normativa. Deseja-se também mostrar ângulos possíveis na investigação morfológica e mais do que isso, mostrar que a morfologia vem se tornando um campo de investigação bastante frutífero, mas ainda pouco explorado no Brasil, dado o (ainda) pequeno número de grupos de pesquisa nessa área.

PARTE 1:
MORFOLOGIA HISTÓRICA

ABORDAGEM HISTÓRICA DOS AFIXOS QUE FIGURAM EM CONSTRUÇÕES DE AUMENTATIVO

Regina Simões Alves

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Neste capítulo, abordamos aspectos históricos dos afixos que figuram em construção de aumentativo em português: *-ão*, *-aço*, *-ada*, *-eiro*, *-udo*, *-aria*, *-oso* e *-ento*. O principal objetivo do texto é observar a inflexão aumentativa adquirida e atestada através dos dados, ao longo da história dos mesmos, e comprovar que não são formas sinônimas e que o uso justifica essa variedade. Antes vejamos o tratamento dado a esses afixos na gramática tradicional.

A VISÃO DOS SUFIXOS NA GRAMÁTICA TRADICIONAL

É importante observar que a visão tradicional a respeito de tais afixos em muito difere da visão defendida por alguns estudiosos e pelo presente trabalho. Bechara (2000: 362-363), no capítulo que trata dos processos de formação de palavras, precisamente na seção em que aborda a derivação por sufixação, separa os sufixos de acordo com sua finalidade ou acepção. Observemos em que grupo (s) o autor aloca os afixos estudados – *-ão*, *-aço*, *-ada*, *-eiro*, *-udo*, *-aria*, *-oso*, *-ento* – e os exemplos dados por ele:

O sufixo **-eiro(a)** é alocado em cinco grupos diferentes:

- a) como um dos principais sufixos formadores de substantivo (lavadeira, padeiro);
- b) para significar abundância, aglomeração, coleção (desgraceira);
- c) para significar causa produtora, lugar onde se encontra ou se faz a coisa denotada pela palavra primitiva (açucareiro, chocolateira);
- d) para formar nomes de naturalidade (brasileiro);
- e) para formar adjetivo (costumeiro, verdadeiro).

O sufixo **-ada**, por sua vez, é incluído em quatro grupos:

- a) derivados de verbo (estada) [estadia na norma de Portugal],
- b) derivados de substantivo (laçada, braçada, pousada),
- c) para significar abundância, aglomeração, coleção (boiada),
- d) para formar adjetivo (barbado).

Os grupos do sufixo **-aria** são três:

- a) para significar lugar, meio e instrumento (livraria, tesouraria);
- b) para significar abundância, aglomeração, coleção (cavalaria, infantaria);
- c) para significar causa produtora, lugar onde se encontra ou se faz a coisa denotada pela palavra primitiva (livraria, mercearia).

São dois os grupos do sufixo **-ão**:

- a) para formar nomes de naturalidade (coimbrão),
- b) principais sufixos de nomes **aumentativos** muitas vezes tomados pejorativa ou afetivamente (cadeirão, homenzão, [formas encorpadas: vozeirão, coparrão, homenzarrão, grandalhão, chapeirão, toleirão]).

O sufixo **-aço(a)** apresenta quatro grupos:

- a) derivado de substantivo (vidraça);
- b) para significar abundância, aglomeração, coleção (chumáço);
- c) aumentativo (ricaço, barcaça, copaço);
- d) diminutivo (fumaça).

O formativo **-udo** apresenta apenas um grupo:

- a) para formar adjetivo (barrigudo, cabeçudo).

São dois os grupos de **-oso**:

- a) para formar nomes técnicos usados na ciência [NA.1, 123-124] (cloreto mercuroso);
- b) para formar adjetivos (bondoso, faustoso, untuoso, espirituoso).

O sufixo **-ento** também figura em dois grupos:

- a) aumentativo (farturento);
- b) para formar adjetivo (cruento, corpulento).

Em suma, de acordo com Bechara (2000), os afixos estudados são distribuídos da seguinte forma: a) *-eiro*, *-aria* e *-ada* (com acepção aumentativa) são colocados no grupo de sufixos que significam abundância, aglomeração, coleção; b) *-ão*, *-aço* e *-ento* são alocados no grupo dos sufixos aumentativos e c) *-udo* e *-oso* são alocados no grupo de sufixos formadores de adjetivo; no entanto, o autor não explica que *-udo* e *-oso* atualizam a semântica de aumento de tamanho para ‘mais’, ‘muito’ ou ‘grande’. Contudo, na seção em que descreve a gradação do adjetivo, indica três tipos de gradação: positiva, comparativa e superlativa. Na mesma seção, defende que ‘a positiva’ não constitui a rigor uma gradação, enunciando simplesmente a qualidade, e exemplifica com ‘cuidadoso’; portanto, para ele, o sufixo *-oso* pode ser inserido entre os sufixos que indicam gradação, mas, ao mesmo tempo, restringe a noção aumentativa do formativo. Nesse caso, o afixo não é considerado um protótipo da categoria aumentativo e ocuparia um lugar na periferia em relação ao centro prototípico. Quanto ao formativo *-udo*, o autor não explica a noção aumentativa e chega a excluí-lo da descrição no capítulo que trata da formação de adjetivos. Vejamos, na próxima seção, o percurso histórico do sufixo *-ão*, considerado o prototípico dentro dessa categoria (aumentativo).

O SUFIXO AUMENTATIVO -ÃO: PRIMEIROS ESTUDOS

Apresentamos, nesta seção, o percurso histórico do afixo *-ão* de acordo com Alves (2011). A autora mostra um fato que influenciou a formação dita “encorpada” (MACHADO, 1941) da terminação (*-onis*) que, mais tarde, resultou no sufixo estudado. Machado afirma que o desgaste fonológico sofrido pelos vocábulos, devido ao acento de intensidade do latim, reduziu, por vezes, esses nomes a uma única sílaba. Os monossílabos resultantes foram reforçados com o uso de sufixos e prefixos de várias espécies, assim surgindo, por exemplo, o aumentativo, usado, de acordo com Machado (*op. cit.*), apenas para dar corpo ao vocábulo original. Portanto, inicialmente, o afixo era adjungido a palavras tão somente para aumentar seu corpo fônico. Como afirma Machado (1941), “os sufixos primitivos *-n-*, *ēn*, *-ōn*, *-ōn* entram na estrutura de palavras antigas para ampliá-las: *sangu-is*, *sangu-in-is*, *car-o car-n-is*, *ingu-en-is* > *inguinis*” (MACHADO, 1941: 352-353). Esses formativos são, para ele, sufixos latinos que não possuem significado próprio.

Segundo Machado, o sufixo *ō* (vogal média posterior longa) influiu, mais do que qualquer outro, na formação de substantivos de qualidade que originaram, depois, sobrenomes e apodos que designam a qualidade individualizada: *Cícero- Ciceronis*, de *Cicer*. *Ciceronis* significa “o mais brilhante orador de Roma” ou “oradores comparáveis a *Cícero*” ou, ainda, “eloquentes como *Cícero*”. Machado (1941) destaca ainda que, com formação idêntica, o sufixo *-ōn-* forma substantivos que indicam uma espécie de aumentativo, como em *edo* > *ed-on-is* > *edonis*: “comilão”.

Väänänen (1967) postula que os sufixos *-o*, *-onis* originalmente serviam para formar nomes que faziam pares com adjetivos em *-us*, *-a*, *-um*: *manducus* > *manduco* (“tragador” ou “comilão”; cf. FARIA, 1994: 329). Esse sufixo, segundo ele expressivo, designa **primeiramente** (grifo nosso) a qualidade individualizada nos sobrenomes derivados de nomes de objetos: “*frons - fronto* : o que tem a frente grande; *nasus - nāsō* (Naso)”, em que *Nasão* é um sobrenome roma-

no. Väänänen (1967) salienta que o mesmo ocorreu com os verbos: “*bibere* > *bibo*: beberrão; *glutture* > *glutto*: glutão”.

Devido ao exposto, é lícito afirmar que a desinência *-onis* não se constituía, no latim clássico, em sufixo puro, mas uma terminação (flexional) do genitivo singular da terceira declinação para nomes terminados em *-o*, como por exemplo, *Cícero* – *Ciceronis*, *Otto* – *Ottonis*, *Bruno* – *Brunonis*.

No latim medieval, essa terminação continua a ser usada com a mesma função, mas assume o estatuto de sufixo com característica de aumentativo, transmitindo a ideia de afeto, simpatia e benquerença quando aplicado a nomes próprios, conforme destacado acima.

O latim vulgar **conservou** e **ampliou** as aplicações primitivas do sufixo “*-o*” com a terminação “*-one*”, desenvolvendo uma aplicação aumentativa, como atestam as línguas românicas: Italiano: *boccone*, espanhol: *bocón*, português: *bocão*, *bocona* (segundo a Gramática Tradicional, *bocarra*). Portanto, as terminações *-one*, *-on* e *-ão* são, respectivamente, os principais sufixos aumentativos dessas línguas.

Coutinho (1971) afirma que o uso de sufixo aumentativo era raro no latim e que os escritores romanos tinham preferência pelo processo analítico: *dorsum immane* (“dor imensa”), *altum dolorem* (“alta dor, dor intensa / aguda / grande”). Destaca, ainda, que alguns sufixos aumentativos usados no português “não passam de terminações latinas que significavam coisas ou objetos grandes” (COUTINHO, 1971: 240). Quanto ao *-ão*, do latim *-one*, o autor afirma que este se junta a temas verbais (designando agente, como em ‘brigão’, ‘chorão’) e nominais (designando tanto aumento de proporções como aumento de intensidade, a exemplo de ‘casarão’, ‘sabichão’, ‘pobretão’). Destaca, por fim, que entre o tema e o sufixo pode vir uma consoante de ligação (-r-, -ch-, -t-), como vemos nos exemplos acima.

Rosa (1982), em sua dissertação, concorda com Rocha Lima (2006 [1972]) para quem o sufixo formador de aumentativo, por excelência, é *-ão*. A divergência maior de seu trabalho, comparado ao de Alves (2011),

é que Rosa (*op. cit.*) defende, assim como Bechara (2000) e Rocha Lima (2006 [1972]), entre outros autores, que o grau aumentativo é utilizado como forma de depreciação e que “sua afetividade é tida como indicadora, em geral, de desprezo” (ROSA, 1982: 18). Rosa também exclui formas como ‘babão’, ‘reclamão’ e ‘esfregão’ da categoria ‘aumentativo’. Para a autora, o aumento tem de incidir sobre o referente para que o afixo seja considerado ‘aumentativo’, diferentemente de Alves (2011), que compartilha a opinião de Sandmann (1998) de que o sufixo de grau aumentativo se presta, especialmente, ao desempenho das funções expressiva e apelativa, centradas no emissor e no receptor, e bem menos na função referencial, centrada no objeto ou referente. Assim também afirma Villalva (2003: 958): “[...] a descrição da interpretação da semântica das palavras que esses sufixos integram é complexa, não se esgotando na expressão de dimensão...”. Nessa mesma linha, Gonçalves (2011) defende que o grau pode servir de veículo para o falante exteriorizar sua impressão a respeito de algo ou de alguém. Em ‘chorão’, ‘beberrão, pidão’, o que se ressalta não é o tamanho do referente, e sim a intensidade da ação habitual.

Rio-Torto (1998) sustenta a homonímia presente no sufixo *-ão*. Segundo ela, esse formativo é analisado, no português contemporâneo, como quantificador aumentativo, sendo suscetível de se agregar a bases substantivas, adjetivas e verbais. Sublinha, categoricamente, que não se trata de apenas um sufixo e sim “de tantos outros homônimos quantas as diferentes relações categoriais e/ou semânticas envolvidas na sufixação de *-ão*” (RIO-TORTO, 1998: 150). A autora separa os produtos de acordo com a categoria a que pertencem com relação às bases e não de acordo com as acepções que o afixo adquire. Nesse sentido, Rio-Torto (1998) distribui as formas derivadas X-*ão* em dois grandes grupos: a) isocategoriais (denominais, deadjetivais e diminutivo) e b) heterocategoriais (adjetivos denominais, *nomina actionis* [deverbais]). Observamos que, em palavras como ‘chorão’, ‘comilão’, ‘fujão’, casos chamados pela autora de incômodos e “deradeiros”, o sufixo acumula a função de agente e de intensidade, o que para Rio-Torto (1998) é impossível:

“De resto, uma solução deste tipo colide com o recorte semântico das operações derivacionais actuantes na língua portuguesa, porquanto nesta não há lugar para uma operação afixal que contemple simultaneamente uma relação heterocategorial e uma relação, também sistêmica, mas isocategorial, ainda que de intensificação” (RIO-TORTO, 1998: p. 171).

A solução encontrada pela autora é a de reconhecer que há um afixo *-ão* formador de adjetivos deverbais (“que V”), os quais, uma vez nominalizados, podem designar (“aquele que V”). No caso dos deverbais, ainda há os nomes instrumentais, como ‘esfregão’, ‘pilão’, ‘podão’, cuja paráfrase é “instrumento com o qual um agente humano executa a ação denotada pelo verbo” ou “aquilo (com) que (se) V”. Segundo Rio-Torto (1998) há argumentos contra e a favor da inclusão de sufixos com essa acepção no grupo dos “*nomina agentis*”, grupo esse, segundo a autora, marcado pelo traço [+humano]. Em todos os exemplos citados acima, temos uma ação que exige força humana para ser executada.

Rio-Torto (1998) assevera que “o sistema derivacional do português contemporâneo não possui um só afixo *-ão*, mas vários sufixos homônimos com a mesma estrutura formal” (RIO-TORTO, 1998: 172-173). Segundo a autora, há homônimos no grupo dos isocategoriais: os que têm valores aumentativo-intensivo e diminutivo, com origem em *-one*. No grupo dos heterocategoriais, estão os sufixos *-ão* com valor relacional, cuja origem está em *-anu*, e o *-ão* deverbal, que engloba os nomes de ação e os agentivos, todos com origem em *-one*¹. Se tomarmos apenas o sufixo *-ão* aumentativo, conforme a divisão da autora, teríamos apenas os denominais, cuja operação semântica é de dimensão ou intensidade, já que para ela os deverbais formariam um grupo distinto.

De acordo com Alves (2011), pontuamos que as várias acepções do afixo aumentativo não são casos de homonímia, mas de polissêmia. Contudo, fazemos ressalva no que se refere à formação deverbal.

¹ Ressaltamos que segundo Rio-Torto (1998), há vários afixos *-ão* (homônimos) resultantes de vários *-one* (também homônimos).

Autores, como Mattoso Câmara Jr., Said Ali e Coutinho, incluem a formação agentiva (‘babão’, ‘comilão’) na categoria aumentativo e correlacionam essas formações ao sufixo latino *-one*, com exceção de Said Ali que o liga a *-onis* (cf. SAID ALI, 1971: 56). Porém, no que diz respeito a essas formações, podemos sim, admitir um caso de homonímia se concordarmos com Pharies (2002). O autor postula que o sufixo tem duas origens e funções: como sufixo nominal aumentativo, remonta a *-ō -ōnis*, sufixo latino utilizado para derivar majoritariamente designações de pessoas a partir de bases verbais e nominais; o outro (*-iō*, *-ōnis*) tem a função de derivar nomes de ações bruscas a partir de verbos. Os dois tipos acabam se influenciando mutuamente. Como afirma o autor, é costume dizer que *-ō* / *-ōnis* desempenha uma função “individualizadora” em latim e designa pessoas que se destacam por alguma ação ou característica habitual, geralmente indesejável. Como se trata de ação, o produto tem por base um verbo (*errō -ōnis* > ‘vagabundo’; *errō -āre* > ‘vagar’), (*bibō ūnis* > beberrão’; *bibō ere* > ‘beber’), enquanto os derivados de radicais nominais, conforme destacamos anteriormente, fazem referência a sobrenomes baseados em características pessoais (*frontō ūnis*, ‘pessoa que tem a frente larga’; *frons -ntis*, ‘frente’). Por outro lado, *-io -onis* é sufixo latino de *nomina actionis* (-ção em português) e alguns derivados desse último afixo fazem referência a ações bruscas, violentas ou repentinhas exemplificadas, inicialmente, com *-çāo*, que sofre mudança no final do século XV, época em que surgem nomes com *-ão*, a exemplo de ‘empurrão’, ‘encontrão’, ‘apertão’, de acordo com Pharies (2002).

Há controvérsias também em relação à produtividade do sufixo *-ão* aumentativo entre os autores citados. Alguns o analisam como produtivo, mas Mattoso Câmara Jr. (1970: 226) o analisa como pouco produtivo, bem como Coutinho (1971). Na verdade, em Alves (2011), o afixo é considerado muito produtivo e, conforme observamos na pesquisa, os dados comprovam essa afirmação. O afixo é adjungido a diferentes tipos de bases (substantiva, adjetiva, verbal, adverbial) e possui várias acepções, como mostramos no

quadro 1, mais adiante. Esse afixo tem atualmente, juntamente com o diminutivo, uso extremamente enriquecedor no campo lexical e possui enorme expressividade.

O formativo pode ser agregado a uma base numeral formando adjetivo, como por exemplo, a) ‘vintão’ (s/d), b) ‘trintão’ (s/d), c) ‘quarentão’ (1817-1819), d) ‘cinquentão’ (s/d), e) ‘sessentão’ (s/d), f) ‘setentão’ (s/d), g) ‘oitentão’ (1873) e ‘noventão’ (s/d). Observemos o dado abaixo, em (01).

(01) “Ele é um sessentão² requisitado no mercado de trabalho”.

‘Sessentão’ faz referência à quantidade de anos vividos por uma pessoa que a torna experiente, apesar de ser, em nossa cultura, uma idade já elevada para a atividade laboral. No exemplo (02), a seguir, o afixo não atualizaria uma ideia de quantidade elevada:

(02) “Bahia reduziu o ingresso pra 20 – “vintão” no setor popular”³.

Nesse caso, ‘vintão’ faz referência a um valor irrisório. O afixo não exprime uma ideia de grande quantidade, mas um teor avaliativo. Rio-Torto (1998) inclui essa acepção no grupo dos heterocategóricos e na subclasse dos adjetivos denominais com origem na forma latina *-anu*. A autora não o considera um exemplo de aumentativo e entende que esse *-ão* relacional é uma forma homônima do afixo *-ão* aumentativo. Pharies (2002) afirma que o aumento, nesse caso, não recai no referente e sim no número de idade que é considerado demasiadamente grande, o que não seria verdade em ‘vintão’, conforme explicado acima. Em nosso trabalho, apesar de observarmos um sentido avaliativo nesse uso, não o colocamos na categoria aumentativo, pois percebemos que é o numeral que traz a semântica de quantidade e não o sufixo. Vejamos alguns dados com *-ão* e suas respectivas datas:

² Palavra usada por um jornalista da Rede Globo numa matéria que trata da falta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho da construção civil exibido em 06/08/11.

³ Disponível em: globoesporte.globo.com/pr/torcedor de 18/11/2013. Acessado em 18/09/2015.

AFIXO: <i>-ÃO</i>	BASE SUBSTANTIVA	BASE ADJETIVA	BASE ADVERBIAL	BASE VERBAL
Dimensão (tamanho)	cachorrão (1922) narigão (1716) carrão (1595) casarão (s/data)	altão (s/d) gordão (s/d)		
Intensidade	calorão (s/ data) trabalhão (1881)	felizão (1899) espertalhão (s/d) lentão (não dic.) pobretão (1819) rapidão	cedão (s/data) tardão (s/data)	Agentivo: babão (1712) brigão (séc. XVI) cagão (1836) fujão (1562) comilão (1603) vacilão (s/d) Utensílio: podão (1720) esfregão (1562) Ato ou efeito: chupão (1712) safanão (1874) puxão (1844)
Quantidade	dinheirão (s/d) pozão (s/ data) loução (s/d)			
Valoração (muito afeto, simpatia)	filhão mãezona Marcão	amigão		
Valoração: muita beleza, conforto, importância e grandeza	bundão (1913) carrão (1595)* feirão (1913) pernão (1899) mulherão (1881)			

Metonímia	empadão (1890) salão (1672-1693) paredão (1660)	frescão (ônibus) (s/d) quentão (bebida) séc XX podrão (sanduíche) (s/d)		
Metáfora	cebolão (1258) orelhão (s/data) sapatão (1858*) tijolão (celular)			cagão (1836)

Quadro 1: exemplares com afixo -ão

Com a pesquisa histórica sobre o afixo, podemos afirmar que ele possui, desde sua origem, um teor semântico de aumento, o que corrobora o fato de ser considerado o prototípico entre todos os outros. Observando os dados, podemos afirmar que a datação nos fornece dois importantes esclarecimentos acerca das formas deverbais: (1) boa parte tem entrada anterior à das formas nominais e (2) a formação mais antiga com adjunção do afixo aumentativo é deverbal, a exemplo de ‘glutão’ (séc. XIV) e ‘beberrão’ (séc. XV).

Outro sufixo, tradicionalmente, considerado formador de aumentativo é o *-aço*, que será descrito na seção seguinte.

O SUFIXO -AÇO E SUA ORIGEM

O sufixo *-aço* vem do latim *–āceus* (var. *ācius*) e formava adjetivos que denotavam matéria, semelhança, pertencimento etc., a exemplo de ‘*gallinācēus*’ (“pertencentes às galinhas”). Segundo Maurer Junior (1959), o afixo, nas línguas românicas, tem muitas vezes sentido pejorativo e aumentativo. Observemos os seguintes exemplos (a): *vinaceus*: (“espécie de vinho”; “vinho ruim” – em português, “vinhaço”) e (b) *carnaceus*: (“relativo à carne, carne de má qualidade, salsicha”). De acordo com Pharies (2002), trata-se de um sufixo latino utilizado para derivar adjetivos e substantivos

a partir de bases quase exclusivamente nominais, mas o sentido aumentativo se desenvolve pela primeira vez no latim falado ocidental.

No que diz respeito à língua portuguesa, grande parte dos produtos com *-aço* se inclui na categoria dos substantivos. Em Rosa (1982), conseguimos visualizar, por meio da testagem que a autora fez, o processo de mudança na semântica de *-aço* e também o aumento de sua produtividade. Vejamos o que afirma a autora:

[...] somente falantes da faixa etária de sessenta anos fizeram leituras como: 'mulheraço' (mulher vagabunda, vulgar, debochada), 'jogaço' (jogo vagabundo), 'maridaço' (marido mais ou menos), apartamentaço (apartamento mais ou menos) e 'carraço' (aumentativo de carro, mas bem pejorativo) (ROSA, 1982: 40).

Segundo Rosa (*op. cit.*), falantes adultos somente “aceitavam termos consagrados pelo uso: ‘golaço’, ‘filmaço’, ‘jogaço’...” e rechaçavam termos como “‘sonzaço’, ‘músicaço’, ‘solzaço’...” (ROSA, 1982: 41), que eram naturalmente utilizados pelos jovens.

Em Bechara (2000), encontramos o exemplo ‘mulheraça’⁴ com significado pejorativo, o que vai de encontro à pesquisa de Rosa (1982), que conseguiu identificar a mudança semântica do afixo, vinte anos antes da afirmação de Bechara. A autora observa que os jovens reconheciam no sufixo *-aço* um valor positivo e que a noção pejorativa do afixo praticamente se perdeu. Para os jovens que participaram da pesquisa, ‘mulheraço’, por exemplo, é uma “mulher com físico perfeito”, bem como ‘apartamentaço’ é um “apartamento bem decorado” (ROSA, 1982: 41). Tais definições corroboraram o Princípio da Força Expressiva Maximizada, de Goldberg (1995), que garante que o inventário de construções é maximizado a propósito comunicativo do falante, o que explica o valor positivo que o afixo possui atualmente. Concluímos, de

⁴ O exemplo está no feminino, diferentemente do citado por Rosa (1983).

acordo com a pesquisa histórica, que o afixo se prestava à função avaliativa, expressando conteúdo pejorativo, e mais tarde adquire, entre os jovens, a noção de avaliação positiva. Atualmente, o afixo possui valor positivo independentemente da faixa etária. Também observamos que o formativo adquiriu a noção de tamanho como em ‘piolhaço’, apresentando maior grau de informatividade ou de força semântica.

Há exemplos de palavras em *-aço* com sentido pejorativo, porém têm datação antiga, anteriores ao trabalho de Rosa (1982), como ‘gentaca’ (séc. XV), “conjunto de pessoas pertencentes às camadas mais baixas da sociedade” e ‘doutoraço’ (s/d), “homem que se cobre de ridículo ao se por pretensiosamente na pele de um sábio” (HOU-AISS, 2009). Apresentamos, no quadro 2, alguns dados com *-aço*.

Afixo <i>-aço</i>	Base substantiva	Base adj.	Base adv.	Base verbal
Valor intensivo	solzaço	bonzaço curtaço felizaço gordaço (1576) ricaço (1570) gordaço (1576)	cedaço	puxaço
Tamanho	piolhaço balaço (1675)	-	-	-
Valoração (beleza, eficácia, qualidade positiva)	apartamentaço corpaço filmaço golaço jogaço mulheraço vidaço	mulataço		
Metonímia	balaço (1675) buzinaço (1985) panelaço			cagaço (1873)

Quadro 2: exemplares com afixo *-aço*

Dando continuidade ao nosso propósito, que é desenhar sucintamente um panorama das investigações acerca dos formativos que exprimem aumento, na próxima seção abordamos o sufixo *-ada*.

DAS ORIGENS DO FORMATIVO *-ADA*

O afixo *-ada*, consoante Maurer Jr (1959), tem sua origem no participípio passado latino na forma *-ata*, mais precisamente da forma de feminino; junta-se a princípio a temas substantivos para designar conteúdo e mais tarde, coleção e ato. É um formativo provindo de uma desinência latina com aspecto perfectivo (participípio passado ou supino de verbo da primeira conjugação). O afixo foi e continua sendo produtivo e se adjunge a diversos tipos de bases, conforme o lexicógrafo Houaiss (2009). Nesse caso, o sufixo pode ser (a) formador de adjetivo acrescido a formas verbais substantivadas do participípio passado na forma feminina, tendo a acepção de “resultado de ação” (incluindo “golpe”): ‘alfinetada’ (1858), ‘chegada’ (d.s.XIII), ‘misturada’ (1623); (b) conectado a uma base nominal (substantivo) para formar substantivos ligados à culinária, como em ‘abacatada’ (séc. XIX), ‘laranjada’ (1640), ‘galinizada’ (s/d), (c) indicador de espaço de tempo: ‘alvorada’ (séc. XV), ‘noitada’ (1873), ‘temporada’ (séc. XIV); (d) relativo à taxionomia biológica (tendo como forma de *output* um substantivo): ‘coronada’, ‘cilioflagelada’; (e) medida: ‘braçada’, ‘polegada’, ‘trovada’. Neste último grupo, incluiríamos outras formas de medida criadas metonimicamente como ‘colherada’ e ‘fornada’; (f) formador de coletivo: ‘aguaceirada’ (s/d), ‘baianada’ (1889), ‘bicharada’ (a1776), ‘cariocada’ (s/d).

Apresentamos as acepções do afixo de uma forma um pouco diferente do que se encontra no Houaiss (*op. cit.*). Como podemos perceber, esse elemento morfológico apresenta vários matizes semânticos, inclusive o de aumento. O sufixo *-ada*, em ‘chuvarada’ ou ‘chuvada’, não exprime conteúdo ou ato, mas noção de acúmulo, de grande quantidade ou coletividade, e de acordo com o dicionário Houaiss (2009), ‘chuvarada’ ou ‘chuvada’ significam chuva abundante e datam de 1899.

Pesquisas recentes confirmam o que se expôs anteriormente. Becker (2014) implementa um estudo histórico do afixo e apresenta vários conjuntos de acepções e o único grupo que o autor não inclui em sua pesquisa é (d), descrito acima, referente à taxionomia biológica. Seguindo a mesma linha de classificação, Takahashi (2014) também exclui de seus grupos essa acepção. Os autores descrevem esses grupos de forma diferenciada, mas os exemplos são os mesmos, o que nos autoriza afirmar que a linha de raciocínio é a mesma que a nossa. A diferença consiste na descrição semântica do grupo, no que diz respeito ao domínio conceptual. Becker nomeia determinado conjunto de formas *X-ada* de “produto alimentar, bebida” e exemplifica com ‘bananada’, ‘laranjada’. Takahashi nomeia tais formações de “termos relacionados à culinária” e exemplifica com ‘feijoada’, ‘laranjada’, ‘cocada’. As datações do surgimento dos grupos (a partir do primeiro exemplar) diferem, no entanto. Para Becker (*op. cit.*), o grupo que designa “alimento e bebidas”, por exemplo, surgiu no século XV; já no trabalho de Takahashi (2014), esse mesmo grupo tem como data de aparecimento o século XIII.

Becker aponta divergência no surgimento do afixo com a forma que tem hoje na língua. Segundo, o autor:

Os estudos diacrônicos discordam bastante no que tange a gênese do procedimento derivacional em –ada. Basicamente, podem-se distinguir duas construções avançadas na literatura linguística. Por um lado tanto Meyer-Lübke (1894), quanto filólogos posteriores, como Rohlfs (1969, p. 444) e Tekavéié (1972, p.67), defendem a hipótese de que o sufixo surgiu como particípio perfeito passivo dos verbos de 2^a e 3^a classes que ocorria junto com substantivos em expressões sintagmáticas... (BECKER, 2014: 125-126).

Ainda segundo o autor, Collin (1918) contesta essa etimologia e apresenta outra:

Conforme sua reconstrução –ata- remonta ao sufixo –tus (com o alomorfe –sus), que, junto com –(t)io, formava nomina actionis (“ação ou efeito de X”) na língua latina. Os dois sufixos que, em um primeiro momento, distinguiam-se pelo conteúdo semântico (–tio: eventivo vs. –tus: resultativo), chegaram a forma dubletes como ‘abortio’, ‘abortus’. (COLLIN, 1918: 16s)

O autor admite que a reconstrução da gênese de *-ada* proposta por Collin (que passa pela reanálise do plural do neutro, mas é demasiado complexa para ser particularmente atraente) fornece uma explicação do momento “coletivo / sumativo” das formações em *-ada*.

Em nosso trabalho, temos uma visão diferente da de Becker no que diz respeito às formações aumentativas. Em suas “Considerações finais”, o autor afirma que a acepção aumentativa perde sua vitalidade no século XIX e estanca no século XX. Como a nossa acepção aumentativa inclui a ideia de quantidade e intensidade, além da dimensão propriamente dita, como o próprio autor postulou, concluímos que a noção de aumento no sufixo não é a primeira, mas o afixo foi utilizado para esse fim e hoje é utilizado com frequência, principalmente a partir do século XIX, como podemos ver nos exemplos no quadro 3, que apresenta formações, inclusive, sem datação por serem extremamente recentes:

Afixo <i>-ada</i> :	Base substantiva	Base adj.
Quantidade	Concreta: buracada (s/d) cabelada (?) chuvarada (1899) goleada (1958) lamaçada (?) fumaçada (1899) panelada (a1858) poeirada (1858) piolhada (1899),	
Intensidade	abstrata: barulhada (1954) brigalhada (1885) mentirada (a1899) caozada fofocada (séc. XX).	
Metonímia	braçada (sXIII) fornada (sXV)	burrada (1647)

Quadro 3 : Produtos com o sufixo *-ada* com acepção aumentativa.

Na seção que se segue, apresentamos, ainda que brevemente, a abordagem feita em alguns trabalhos a respeito do sufixo *-eiro*. Uma vez que esse formativo será tema do Capítulo 3, o foco será a semântica de aumento.

ALGUMAS NOTAS SOBRE O SUFIXO *-EIRO*

O afixo *-eiro* se origina de *-arium* (*arius* no genitivo) da língua latina. Segundo Maurer Jr (1959), o sufixo formava adjetivos, depois nomes designativos de agente e ofício, nomes de árvores, nomes de lugar. Portanto, no próprio latim, o afixo já apresentava várias acepções. Nas línguas românicas, emprega-se o formativo *-arius* abundantemente para formar nomes de agente, a exemplo de ‘*ferrarius*’ e ‘*porcarius*’. Com a elipse do substantivo ‘*arbor*’ em nomes como *arbor persicarius* (árvore de ‘pêssego’) ou *arbor persicaria*, que passa a *persicarius* (‘pessegueiro’), ocorre a substantivação dos

antigos adjetivos em *-arius*. O mesmo aconteceu com outros sufixos designativos de árvores.

Almeida & Gonçalves (2005) apresentam um estudo cognitivista das construções *X-eiro* e se propõem a investigar seu sentido mais básico; para isso, tomam por base a relação fillmoriiana entre a cena de evento e os elementos básicos que integram a estrutura dessa cena, como (a) o agente, (b) a ação, (c) o local, (d) o objeto etc., apresentando, ao final do trabalho, uma rede polissêmica com as várias acepções do sufixo, tendo no centro, como protótipo da categoria, a acepção agentiva. Os autores identificam seis acepções para o sufixo: agente profissional, agente habitual, agente natural, locativos, intensificadores e modais. Conceituam os intensificadores do seguinte modo: “*esse grupo reúne formas que designam o modo da ação que pode ser intensificada com a metonímia ‘substância pelo seu excesso’: ‘lamaceiro’, nevoeiro*” (ALMEIDA & GONÇALVES, 2005: 243). Para os autores,

O grupo dos intensificadores deve ser derivado do grupo dos locativos porque nesse há uma noção de multiplicidade que é refocalizada como excesso de algo. Por serem menos tipicamente agentivos e por serem gerados por habilidades cognitivas diferentes das anteriores, são mais afastados do centro protótipo. (ALMEIDA & GONÇALVES, 2014: 243).

Nos séculos XV e XVI, encontramos exemplos de construções intensivas com *-eiro* e, para Marinho (2004), tais formações surgem nos séculos XIX e XX. Concordamos com o autor ao considerar grupo produtivo de *-eiro* o sentido intensivo / excesso, pois, como podemos comprovar através dos dados, essa acepção se mostra bastante produtiva nos dias atuais, como vemos em (03):

(03) ciumeira (s/d)	doideira (s/d)	desgraceira (1928)
gordureira (n.d.)	piolheira (s/d)	trabalheira (s/d)

Para Viaro (2010), o sufixo *-eiro* de ‘galinheiro’ (locativo) é bastante antigo e remonta ao século III a.C.; trata-se de forma neutra que sofreu reforço semântico por conta da convergência com o sufixo grego *-árion* formador de coletivo, vindo daí o sentido derivado de “grande quantidade” e, por conseguinte, de “grande intensidade”. Com essa informação, achamos necessário investigar o sufixo grego (*-árion*) para confrontarmos com as outras informações creditadas neste trabalho.

Soledade & Simões Neto (2014) concordam com Viaro (2011) no que diz respeito à acepção de coletivo do sufixo, que amalgamada com a de locativo, provém de “uma convergência semântica do *-arium latino*, que formava locativos com o *-árion* grego que formava coletivo” (SOLEDADE & SIMÕES NETO, 2014: 90-91). Na conclusão do artigo, no entanto, Soledade & Simões Neto (2014) discordam de Viaro (2011), alegando que “tendo em vista outros amalgamas, podemos considerar que o próprio potencial polissêmico do sufixo lhe dê essa dupla acepção, por assim dizer” (SOLEDADE & SIMÕES NETO, 2014: 110). Também encontramos em Soledade & Simões Neto (2014) divergência no que se refere à descrição dos considerados coletivos e intensificadores; na seção em que apresentam a visão de Rocha (1998), os autores discordam desse morfólogo, que considera ‘aguaceiro’, ‘nevoeiro’ e ‘berreiro’ como exemplos de coletivos. Nas palavras dos autores, “podemos entender que os termos ‘aguaceiro’, ‘nevoeiro’ e ‘berreiro’ estariam mais bem categorizados se o autor considerasse uma classificação ou ideia de >> intensidade, acúmulo e aumento >> como feito por Cunha & Cintra (1985)” (SOLEDADE & SIMÕES NETO, 2014: 94).

Neste trabalho, concordando com Viaro (2009), entendemos que ‘galinheiro’ tanto faz referência ao local como à quantidade de elementos que se encontram nesse local, no caso, ‘galinha’. No entanto, sabemos que o afixo *-eiro*, em ‘galinheiro’, pode não atu-

alizar uma ideia de grande quantidade, além de local. Vejamos um exemplo desse caso em (04):

- (04) __ 'Seu Zé, quantas galinhas sobraram no galinheiro depois que caiu o barranco?' __ 'Uma'.

No exemplo em (04), não há a atualização das duas acepções do afixo, assim como não há em 'cafeteira', 'maioneseira', 'frigideira' etc. É lícito afirmar que quando a base tem como referente um elemento quantificável, como 'formiga', 'galinha', 'vespa', podemos identificar na expressão formal (com o sufixo) a ideia de local amalgamada com a de quantidade. Não entraremos na questão do amálgama de outras construções com *-eiro*, como 'cafeteira' e 'chaleira', que, para alguns autores, são objetos e para outros, locativos. O que interessa à pesquisa são as construções em que *-eiro* atualiza a acepção de intensificador e quantificador. Como já observado nas pesquisas realizadas, há incoerência na separação e quantificação dos grupos semânticos de *-eiro* e também há variação na identificação desses grupos. Nesta pesquisa, concordamos com as análises de Marinho (2004) e Viaro (2010a, 2011), pois nos parecem mais coerentes e compatíveis com os dados. Villalva (2000) separa os grupos de *-eiro* e coloca formações como 'berreiro', 'nevoeiro', 'cabeleira', 'poeira' no grupo de intensificadores ou coletivos.

Com base no estudo histórico, podemos afirmar que a semântica de 'quantidade' e 'intensidade' não foi a primeira do sufixo *-eiro*. Esse valor semântico foi adquirido depois, mas com algumas datações não tão recentes, como evidencia o quadro 4. Observe-se, por meio dos exemplos, as datações.

Afixo <i>-eiro</i>	Base substantiva	Base verbal	Base adj.
Quantidade	aguaceiro (1557) buraqueira (1899) cabeleira (1420) chuveiro (1534) ⁵ lamaceira (1899) piolheira (s/d) poeira (1554) roubalheira (1899)	choradeira (1720)	
Intensidade	barulheira (1899) fumaceira (1899) luzeiro (sXIV)		bobeira doideira maluqueira

Quadro 4: Produtos com o afixo *-eiro* com semântica de acúmulo/ excesso.

Na próxima seção, apresentamos o percurso histórico do afixo *-udo* e sua produtividade nos dias atuais.

ORIGEM E USO DO SUFIXO *-UDO*

O afixo *-udo* tem origem, no latim, da forma *-ūtus -a -um* que designava o particípio passado dos verbos de segunda conjugação. Desse modo, *-udo* é um sufixo formador de adjetivos derivados de nomes e designa desenvolvimentos notáveis, exagerados de uma parte do corpo. Trata-se de um sufixo de abundância, excesso, característica aumentada; é encontrado na língua desde o século XIII, talvez pela convergência da desinência de particípio passado, como referido acima, com função adjetiva.

De acordo com Teyssier (2007), o particípio passado de verbos da segunda conjugação em *-udo* sofre modificação, passando de *-udo* a *-ido*, como em ‘*perduto*’, que evolui para ‘*perdido*’. Pharies (2002) também afirma que o formativo remonta da terminação latina *-ūtus -a -um*: *-u* vogal procedente de substantivo da quarta declinação, mais *-tus*, sufixo adjetivo que indica posse (*aurītus* – que tem ore-

⁵ Não há concordância na datação da palavra ‘chuveiro’ entre os autores. Para Viário (2007), séc. XV e para o lexicógrafo Houaiss (2009), séc. XVI.

lhas grandes, ‘orelhudo’). Mais tarde, agrega-se a palavras de outras declinações (*nāsūtus* – ‘narigudo’). Assim como o formativo *-ão*, *-udo* não é um sufixo puro em português. Temos em sua forma um ‘*u*’, vogal latina de nomes de quarta declinação + *-tus*, sufixo latino formador de adjetivo que indica posse.

Em muitas formações com *-udo*, podemos perceber que, na conceptualização do sentido de aumento, funciona um princípio metonímico de **parte-todo, incluindo um sentido de posse**. Como já foi explicitado, ‘narigudo’ denomina aquele que possui o nariz grande, ou seja, focaliza uma parte do corpo, mas faz referência ao possuidor, diferentemente de ‘narigão’, que indica um nariz grande, não apontando para o possuidor. Nesse último caso, o foco está apenas no nariz.

Rosa (1982) exclui as construções *X-udo*, a exemplo de ‘cabeludo’, da categoria aumentativo, pois para a autora ‘cabeludo’ faz referência a ‘aquele que tem muito cabelo’, ou seja, o referente é outro e não o designado pela base. Para ela, o referente deveria ser ‘cabelo’ e não o possuidor. Dito de outra maneira, para Rosa não importa que o termo ‘narigudo’, por exemplo, somente possa ser utilizado se o ‘nariz’ for grande. Há, sim, uma possibilidade de ordenamento numa mesma escala entre esse item e outro a ele morfologicamente relacionado – fator exigido pela própria autora para justificar a inclusão ou não de um exemplar na categoria ‘aumentativo’. Defendemos, neste trabalho, a inclusão das construções *X-udo* na categoria ‘aumentativo’ com base na ideia de projeção metonímica, a exemplo do que também faz Mansur (2013).

Agregado a bases abstratas, como em ‘sortudo’, *-udo* não manifesta a relação metonímica de parte-todo, porém, assim como o que indica dimensão, faz referência a um possuidor e nesse caso, o possuidor não tem ‘X grande’ e sim ‘X em grande quantidade’. Já no caso de ‘boazuda’, ‘loiruda’ e ‘piranhudo(a)’, o afixo é adjungido a uma base adjetival e temos como paráfrase ‘aquele que é muito X’. Em ‘crackudo’, o afixo *-udo* atualiza a ideia de agente, ‘aquele

que usa *crack*”, concepção esta que remonta ao seu uso original, participípio passado, guardando a ideia de ação.

Como podemos observar, o sufixo *-udo* é utilizado desde o latim vulgar com ideia de aumento, porém diferenciando-se do sufixo protótipo *-ão*, visto que era ricamente utilizado para formar adjetivos a partir de bases substantivas com sentido de posse. Atualmente, é adjungido a bases abstratas como (a) ‘sorte’ > ‘sortudo(a)’, (b) ‘classe’ > ‘classudo(a)’ e (c) ‘tesão’ > ‘tesudo(a)’, todas essas formas já dicionarizadas, e a bases adjetivas, a exemplo de ‘boazuda’, ‘loiruda’, ‘piranhuda’, fato que aponta para um enriquecimento semântico e ampliação de seu uso. Vejamos os exemplos no quadro 5, a seguir:

Afixo <i>-udo</i>	Base substantiva	Base Adjetiva
Dimensão	bigodudo (s/d) bochechudo (1560) cabeçudo (1220) cabeludo (séc. XIII) carrancudo (1562) joelhudo (1858) narigudo (1716) orelhudo (1720) posudo (s/ d) sisudo (séc.XIII) troncudo (séc. XX)	
Quantidade	classudo sortudo tesudo	
Metonímia/ Metáfora	abelhudo (séc. XV) olhudo (1720) linguarudo (1769) raçudo topetudo	piranhuda
Intensidade		Boazuda loiruda

Quadro 5: Produtos com o afixo *-udo*

Na próxima seção, abordamos o sufixo *-aria* e mostramos os seus diferentes sentidos.

AS DIFERENTES ACEPÇÕES DE *-ARIA*

O sufixo *-aria* tem origem no latim. De acordo com o lexicógrafo Houaiss (2009), *-aria* advém de duas fontes, *-eiro* e *-ia*, donde resulta *-eria* e este em *-aria*. O formativo *-eria* tanto pode ter tido forma portuguesa interna (à analogia e, por vezes, influência do espanhol *-eria* e do francês *-erie*), como pode ter sido, desde o início, concorrente com *-aria* pelas influências referidas. Criava substantivos de substantivos e de adjetivos (e por vezes de verbos), tendo, inicialmente, conexão entre agente e ação ('cavaleiro' – 'cavalaria'; 'oleiro' – 'olaria'; 'chapeleiro' – 'chapelaria'), relação que logo se estendeu para a noção de conjunto.

Observemos as acepções do formativo até adquirir a noção de aumento. Temos, primeiramente, a nomeação de (a) **cargos e patentes**: 'cavalaria' (1257), 'engenharia' (1789), 'infantaria' (1510), 'secretaria' (sXV); (b) **estados**: 'calmaria'; (c) **arte**: 'lapidaria'; (d) **fábrica, oficina, estabelecimento (local)**: 'chapelaria' (1858), 'charutaria' (1871), 'cervejaria' (1881), 'churrascaria' (1961), 'drogaria' (c1508), 'perfumaria' (1836), 'lapidaria' (1752-1797), 'malharia' (s/d), 'pizzaria' (séc. XX), 'padaria' (1720), 'papelaria' (1881); (e) **ação de alguém**: 'asnaria' (1676), 'bruxaria' (1727), 'patifaria' (1836), 'zombaria' (séc. XV); (f) **coletivo**: 'bicharia' (1712), 'maquinaria' (1858), 'vidraria' (1813) ou 'vidraçaria' (1836); e, por fim, (g) **grande quantidade**: 'boataria' (1902), 'rouparia' (1635-1688)⁶, 'velharia' (1881).

De acordo com Maurer Junior (1959), o latim possuía os sufixos *-arium* (*-arius*) e *-aria*, cuja origem estaria às vezes no feminino e às vezes no plural neutro e como exemplo cita 'caldaria' e 'carraria'. Para Viaro (2011), o latim disporia, entre seus sufixos, das formas

⁶ A datação de 'rouparia' pode fazer referência ao significado de 'local' e não de quantidade. O dicionário Houaiss não apresenta as datações de acordo cada significado.

-arius e *-arium*, ambas fonte do sufixo *-eiro* e de seu paralelo culto *-ario*. Uma forma feminina singular em *-a* poderia ser interpretada como neutra e com plural em *-a* (produzindo assim uma forma coletiva), o que vem ao encontro do que afirma Maurer Junior (1959). Em Pharies (2002), encontramos uma explicação um pouco diferente. Para o autor, o sufixo *-aria* é, na verdade, uma junção do afixo *-eiro* (ou melhor, de seu paralelo culto *-ario*) com *-ia*. Entre outras acepções, o autor atribui ao afixo a de conjunto de coisas ou de pessoas e é a partir dessa acepção que identificamos o sentido de aumento.

O sufixo *-aria* é agregado a uma mesma base com acepções diferentes, como ‘vidraria’, que pode ser a fábrica de vidros, o estabelecimento comercial onde se vendem vidros, o comércio de vidros, o conjunto de vidros ou objetos de vidro e a arte de fabricar vidros. O mesmo ocorre com ‘pescaria’ (ano 842), que pode atuarizar a semântica do ato de pescar, a técnica de pescar, a indústria dos pescadores ou pesca e grande quantidade de peixes. Villalva (2000: 161) identifica um grupo de intensificadores ou coletivos na semântica de *-aria* e cita exemplos como ‘boataria’, ‘calmaria’, ‘doçaria’, ‘escadaria’, ‘gritaria’, ‘judiaria’, ‘pancadaria’, ‘rouparia’, ‘velharia’, etc. Da noção de coleção, conjunto, observamos uma noção aumentativa, conforme o quadro abaixo:

Afixo <i>-aria</i>	Base substantiva	Base participial
Quantidade	bicharia (1712) boataria (1902) gritaria (1726) prataria (1899) piolharia (1720) rouparia (1635-1688) ossaria (1836) pancadaria (1858) velharia (1881)	
Intensidade	calmaria	risadaria (s/d)
Dimensão	peitaria	

Quadro 6: As acepções aumentativas de *-aria*

O formativo *-oso* é descrito na seção que se segue. Nela, discutimos a respeito de seu valor semântico e a controvérsia que há sobre o fato de o formativo ter ou não valor de intensidade.

O SUFIXO *-OSO* E SUA ORIGEM

O afixo *-oso* é proveniente do latim *-ōsus*, *-a*, *-um* e produtivo na formação de adjetivos que indicam qualidade; provém de temas nominais, consoante Machado (1961). A origem é complicada, segundo o autor, pois se forma a partir da raiz *-wnt-* precedida de vogal temática *-o-* e ampliada com o sufixo *-to-*, o que corresponderia a *o-went-to*, cuja evolução fonética seria *-owento- > -on-tsto- > -onso- > -osso- > -oso-* (MACHADO, 1961: p. 360). O autor cita exemplos como *form-osus*, *glori-osus*, *libidin-osus*, derivados respectivamente dos substantivos ‘forma’, ‘glória’ e ‘libido’. Machado inclui apenas uma forma adjetiva com origem verbal: *bib-osus*, do verbo ‘beber’ (“beber”).

Para Pharies (2002), o afixo é muito produtivo e se agrega a bases, prioritariamente, substantivas e raramente a bases adjetivas e verbais; sua acepção principal é de abundância, propensão e semelhança. Sua função central é formar adjetivos. Quando agregado a bases abstratas, atualiza a acepção de aumento (abundância) do que se denota na base, a exemplo de ‘medo’ > ‘medroso’ (séc. XIII). Quando adjungido a bases concretas, na grande maioria das vezes, o sufixo serve para derivar palavras relacionadas à área de medicina (‘fibroso’, ‘bolhoso’, ‘bulboso’) e termos da área de química (‘cloroso’, ‘fosforoso’, ‘nitroso’, ‘sulfuroso’), não havendo nessas construções a noção de aumento.

Segundo Basilio (2006), o afixo tem função predicativa e adiciona elementos semânticos aos do substantivo-base, nesse caso, a noção de ‘provisto de’. De acordo com a autora, o sufixo *-oso* se adiciona a substantivos latinos primitivos ou derivados e acrescenta a ideia de posse ou provimento em relação ao significado da base.

Quanto à manutenção ou não da vogal final, Scalise (1983) afirma que, quando a vogal final é tônica em latim, ela permanece, como em ‘vírtù’ > ‘virtuoso’. Já em ‘fama’, que tem a sílaba ‘fa’ como mais forte, cai a vogal de ‘ma’, gerando, assim, ‘famoso’. Examinemos alguns exemplos no quadro 7:

Afixo -oso	Base substantiva	Base adjetiva
Intensidade	espirituoso (1462) ganancioso (1696) gorduroso (1844) horroroso (1708) luxuoso (1873) talentoso (séc. XIV) monstruoso (1563-1570) montanhoso (séc. XIII) oleoso (1661) pomposo (séc. XIV) precioso (séc. XIII) preguiçoso (séc. XIII)	belicoso (c1508)
Metonímia	fogoso (1574-1590)	

Quadro 7: Produtos com o sufixo -oso

Na seção seguinte fazemos uma descrição do sufixo *-ento*, mostrando a sua origem e uso.

O SUFIXO *-ENTO*: SUA ORIGEM E USO

O afixo *-ento* provém do latim *-entus*, *-a*, *-um* com a mesma função intensificadora. Conforme Pharies (2002), o sufixo *-ento* é formador de adjetivos, geralmente pejorativos, sendo agregado a bases nominais. Surge pelo que denomina de “falso corte” do sufixo latino *-ulentus*, étimo do sufixo culto *-lento*, que denota abundância de algo ou característica. A forma *-ento* seria um alomorfe. São exemplos de derivados latinos as formas ‘*lutulentos*’ (“cheio de lodo” - *lutum* *-i* ‘lodo’) e ‘*aquilentus*’ (“aquoso, abundante em água” – *aqua* *-ae* ‘água’).

Ernout (1949) apresenta uma explicação diferente para a gênese do sufixo latino *-ulentus* (cf. PHARIES, 2002: 321). Para Ernout, *-ulentus* representa o encadeamento do sufixo verbal *-ul-*, como em ‘*bibulus*’ (“que bebe muito” – *bibō*, *-ere*; “beber”); ‘*crēdulus*’ (“crédulo” – *crēdō*, *-ere*; “crer”); e ‘*cruentus*’ (“sangrento” – *cruor*; *-ōris* – “sangue derramado”), tendo como ponto de partida a palavra ‘*violentus*’ (“violento”), de *vis* (“força”) e o verbo correspondente *violō*, *-āre* (“fazer violência a”). A existência de sufixos diminutivos *-ulo*, *-ula*, ao lado de formas simples, pode ter contribuído para o aparecimento de formas como ‘*faeculentus*’, ‘*glēbulentus*’. Pharies (2002) afirma que “estamos, pois, diante de um aparente processo *-entus* > *-ulentus* > *-ento*, em que tanto a adição como a subsequente perda de *-ul-* depende de uma reanálise morfológica da terminação”⁷ (PHARIES, 2000: 321).

É importante observar que segundo Machado (1941), “do sufixo *-lo/-la* precedido de *u*, formou-se o sufixo *-ulo/-ula*, que entra em um bom número de substantivos de agente, muitos deles tomados de adjetivos substantivados; construídos sobre raízes verbais: ‘*bib-ulo-s* > *bibulus*, *credulus*, *querulus*, *tremulus*’” (MACHADO, 1941: 347). Analisando os exemplos, ousamos afirmar que já havia em *-ul(o)* um sentido de intensidade. Algumas formas, em língua portuguesa, conservam resquícios do segmento do sufixo latino, como ‘**corpulento**’, ‘**sanguinolento**’, ‘**sonolento**’, ‘**fraudulento**’.

Para o dicionarista Houaiss (2009), *-ento* é um sufixo formador de adjetivos intensificadores (“com muito de, abundante em”), generalizando seu uso a muitas formas, segundo ele, vulgares, como ‘**barulhento**’, ‘**borbulhento**’, ‘**sangrento**’. Observemos o quadro abaixo com alguns exemplos e suas respectivas datações.

7 De acordo com Machado (1941), ‘*bibulus*’ é um agentivo proveniente de um adjetivo substantivado criado a partir de base verbal, assim como ‘*credulus*’ e tantos outros. Faria (1994:80) traduz ‘*bibulus*’ como “que bebe bem, que é bom bebedor, que gosta de beber”.

8 Nossa tradução para: “estamos, pues, ante un aparente proceso *-entus* > *-ulentus* > *iento*, donde tanto la adición como la subseguinte pérdida de *-ul-* depende de un reanálisis morfológico de la terminación”.

Afixo <i>-ento</i>	Base substantiva
Quantidade	aguacento (séc. XV) babento corpulento (1675) dinheirento fumacente fraudulento (séc. XIV) lamacente (1716) piolhento (1858) poeirento (1881),
Intensidade	barulhento (1871) briguento (1789) calorento (s/d) friorento (séc. XIV) marrento (1990)

Quadro 8: Produtos com o sufixo *-ento* e suas acepções

Como podemos observar, o formativo apresenta, desde sua origem, a acepção aumentativa e sempre possuiu como produto um adjetivo.

AFINIDADE SEMÂNTICA DOS SUFIXOS

As acepções que tais afixos veiculam se concretizam em formas gramaticais diferentes e essa diferença na forma levará a uma diferença no perfilamento, que constitui o resultado da atividade cognitiva ativada pelo item linguístico. Essa diferença justifica a inflexão aumentativa que os sufixos adquiriram. Os itens lexicais ‘cabeção’, ‘cabeçudo’, ‘cabeleira’ e ‘cabelada’, por exemplo, apresentam diferença na forma; logo, cada forma deve ativar *frames* diferentes, o que justificará uma diferença semântica ou pragmática. Percebemos que o bloqueio não impede a formação de diferentes formas a partir da mesma base justamente por não estarmos diante de sinônimos. ‘Dinheirão’(s/d) e ‘dinheirada’ (s. XIII) são duas construções análogas. **‘Dinheirão’** (tanto se refere ao tamanho quanto à quantidade) e

‘dinheirada’ fazem referência a uma grande quantidade de dinheiro. Os sufixos envolvidos são distintos, logo, as formas são diferentes, mas a relação com o sentido central é a mesma (aumento). ‘Dinheirão’ focaliza uma quantidade maior de dinheiro em termos de valor (abstrato, portanto), enquanto ‘dinheirada’ faz referência a uma grande quantidade física de dinheiro (muitas notas, no sentido concreto do termo). As duas palavras não são sinônimas, pois diferem em termos de sentido ‘concreto’ e ‘abstrato’ e, algumas vezes, de sentido de singular e plural. Observando os dados, em português, ratificamos que os afixos de aumentativo servem a vários propósitos e os diferentes usos refletem os diferentes fins pretendidos pelo falante.

Os sufixos *-ento* e *-oso* têm como função principal formar adjetivos a partir de substantivos. Segundo Pharies (2002), raramente o afixo *-oso* se agrupa a outro tipo de base. Apenas um dado faz parte do nosso *corpus* com essa exceção; é o caso de ‘belicoso’. Como vimos, nem todos os autores concordam que esse sufixo tenha sentido de ‘intensidade’, a exemplo de Bechara (2002) e Basilio (2006). Concordamos com Pharies (2002), que insere a abundância entre seus outros significados. Na sentença “o apartamento dela não tem quadra, bobão. Luxuoso clube de tênis [...]”, a partir do contexto, podemos assegurar que é um luxo ‘em grande quantidade’ ter um apartamento que possui um clube de tênis. No entanto, ‘caloroso’ não teria, necessariamente, sentido de ‘muito’ calor. Em “[...] mandava aquele negro com um recado. Velho luxento”, encontra-se o afixo *-ento* agregado a mesma base (luxo), porém com conotação diferente. ‘Luxento’ veicula o sentido de “dado a fazer luxo” e encontramos na forma de *output* um sentido pejorativo. É comum os adjetivos formados com o formativo *-oso* terem uma interpretação mais neutra se comparados com *-ento*, que, segundo Pharies (2002), é formador de adjetivos pejorativos.

Um par que confirma a pejoratividade de *-ento* em relação a *-oso* é ‘gorduroso’ / ‘gordurento’. Embora sejam tratados como sinônimos em dicionários *on line*, na obra lexicográfica de Houaiss, ‘gordurento’ aparece com o significado de “sujo de gordura” e ‘gorduroso’

como “relativo à gordura”. Portanto, há diferença semântica entre eles: no primeiro caso, (des)qualifica-se algo provido de gordura. No segundo, o que está em jogo é a quantidade de gordura aparente, o que impacta bem mais a impressão sobre excesso de gordura envolvido na iguaria. Em ‘gorduroso’, a gordura é algo inerente. O mesmo ocorre no par ‘seboso’ / ‘sebento’.

Em ‘buracão’, ‘buraqueira’ e ‘buracada’, o *frame* semântico que cada item linguístico ativa gera uma diferença no perfilamento. Primeiramente vamos ao conceito da base, que é igual em todos os itens. De acordo com Houaiss (2009), ‘buraco’ é “1. *cavidade ou depressão natural ou artificial num corpo ou numa superfície; 1.1 espaço vazio no interior de um corpo sólido, comunicando ou não com o exterior; 1.2 cova, toca [...]*”. Passemos à análise da forma no aumentativo: ‘buracão’. O *frame* de ‘buracão’ não incluirá qualquer exemplar de buraco, apenas o que apresentar tamanho acima do considerado ‘normal’ numa escala. Observemos a imagem que exemplifica o item linguístico:



Figura 1: buracão – disponível em www.google.br/imagem/buracão

Como podemos observar, a imagem nos remete a um conceito de ‘buraco’ bem grande e é importante frisar que se trata de apenas

um buraco. Em outras palavras, temos o aumento apenas de tamanho e não de quantidade. O afixo *-ão*, nesse caso, vai modificar o substantivo ‘buraco’, restringindo-o a uma categoria de ‘buraco’. Esse papel individualizador é o mesmo exercido pelo adjetivo ‘grande’ em ‘buraco grande’, por exemplo. Buraco grande ou ‘buracão’ são subcategorias de ‘buraco’. Cavalcante (2007), fazendo referência a Turner (1998), afirma que o adjetivo atribui ou retira características, pertencendo ao domínio do pensamento, enquanto o substantivo pertence ao domínio do mover-se no espaço. Nos termos de Langacker (2009), adjetivo é uma categoria gramatical que perfila uma relação atemporal entre um atributo e uma entidade. ‘Buracão’ perfila a relação entre o MARCO (foco secundário) ‘grande’ representado pelo formativo (*-ão*), caracterizado pelo tamanho do objeto, e o TRAJETOR (participante mais proeminente, foco primário) ‘buraco’. Said Ali (1964, p.54-55) admite que a posposição de um “qualificativo apropriado” constitui processo alternativo à sufixação avaliativa e estabelece claramente um paralelo entre a modificação sintática e a modificação morfológica, muito embora não consideremos que haja perfeita sinonímia entre as “alternativas” aludidas pelo autor.

O sufixo aumentativo *-ão* é agregado (entre outras categorias) a nomes que perfilam um objeto concreto e é considerado o prototípico de sua categoria. De acordo com Langacker (2008:109), uma categoria lexical deve ser determinada não pelo seu conteúdo conceptual, mas pela natureza do que perfila em particular. O nome é definido esquematicamente como uma expressão que perfila coisa (a palavra coisa é usada por ele como um termo técnico) e toda construção define uma categoria.

Vejamos, agora, o conceito de quantidade. De acordo com Houaiss, ‘buraqueira’ (1899) é “*1. profusão de buracos, 1.1 terreno com muitos buracos, de superfície accidentada, irregular; buracada, buracama, buraqueiro*”. Observe-se a imagem a seguir:



Figura 2: Buraqueira –disponível em www.pimente.blog.br)

Nesse exemplo, temos o aumento do número de buracos; o foco não é mais o tamanho (dimensão física) e sim a quantidade. Muitos buracos têm como consequência uma ‘buraqueira’, fenômeno que resulta do excesso de buracos e é visto como algo negativo. De acordo com Botelho (2004), a característica de excesso afasta os laços de familiaridade do centro prototípico de *-eiro*, que é a formação agentiva. Outra característica se destaca além do excesso: a negatividade do fenômeno. O agente da ação é substituído pela força do fenômeno que pode ter como agente a chuva, por exemplo. Nos termos de Ferrari, “*o fenômeno é uma operação cognitiva particular denominada multiplexização. Essa operação permite cópia do referente originalmente individual para vários outros pontos de espaço*” (FERRARI, 2012: p. 21). O ‘buraco’ (antes singular) se multiplica e é encontrado em vários pontos do espaço (na estrada). Houve um aumento de ‘buraco’, mas em termos de número, conforme explica o fenômeno da multiplexização. Vamos agora à ‘buracada’, definida por Houaiss como “*1 sequência de buracos, 2 mesmo que buraqueira*”. A imagem que encontramos para o termo aparece a seguir:



Figura 3: buracada - disponível em www.jn.pt

O foco em ‘buracada’ também é a quantidade de buracos. Embora observemos a mesma acepção nos dois afixos (*-eiro* e *-ada*) quando agregados à base ‘buraco’, inclusive confirmada pela obra lexicográfica utilizada na pesquisa, temos diferença no uso e tal diferença vem ao encontro do Princípio de Poder Maximizado (Princípio pouco adotado em Linguística, segundo Goldberg, mas que roga um papel muito importante no que diz respeito ao estudo das relações entre as construções, como é o nosso): uma diferença de ordem semântica ou pragmática resulta numa diferença na forma. É interessante observar que a diferença não é de ordem semântica, o que dificulta, nesse caso, a defesa de que não se trata de formas sinônimas. Há, porém, uma diferença de ordem pragmática, motivo pelo qual o item não foi bloqueado.

Analizando todos os usos de ‘buracada’ a que tivemos acesso, podemos afirmar que se encontram num registro mais informal, e a forma apresenta teor mais enfático (guardando a ideia de afetamento, acepção que deu origem ao afixo, como vimos na seção **Das origens do formativo -ada**, o que pode ser justificado também com a afirmativa de Sandmann (1991) de que objetivos semânticos, pragmáticos e estilísticos podem levar à criação de formas concorrentes.

Dessa maneira, podemos interpretar que palavras como ‘buraqueira’ e ‘buracada’ apresentam diferenças que poderão ser vistas, consequentemente, no uso. Ainda segundo o Princípio da Não Sиноnímia (GOLDBERG, 1995: p. 67), “*aspectos pragmáticos das construções envolvem partículas de estrutura de informação, incluindo tópico e foco, e adicionalmente aspectos estilísticos da construção tal como registro*”. O item ‘buracada’ é utilizado num registro mais informal e ‘buraqueira’ num registro menos informal.

PALAVRAS FINAIS

Esse passeio descritivo a respeito dos afixos aumentativos nos mostra o quanto é importante um estudo minucioso e atualizado sobre esses formativos e foi o que propomos fazer neste capítulo. Este estudo deixa explícito o ponto de vista de vários autores, evidenciando a divergência e a convergência entre eles. Também deixou claro que os critérios diacrônico e o sincrônico são imprescindíveis para um estudo mais sistemático sobre os sufixos, de forma geral. Dessa perspectiva, mostra-se que a mudança semântica tem raiz na polissemia e significados podem, com o tempo, migrar para o discurso, assumindo funções pragmáticas. Como podemos observar, esses elementos passaram por transformações ao longo de sua história e alguns deles nem sempre desempenharam funções que hoje exercem. Muitos passaram por mudanças e são essas mudanças que os tornam dotados de alta capacidade e potencialidade de formar palavras.

Destacamos que determinados sufixos, como *-udo*, já portam noções aumentativas desde o latim, enquanto outros, como *-eiro*, só mais tarde adquiriram esse significado. Além disso, esse significado é central em alguns (p. ex., *-ão*) e periférico em outros (p. ex., *-aria*, *-oso*).

Este capítulo, portanto, teve por meta a descrição dos possíveis caminhos por que passaram os formativos, com vistas a ressaltarmos em que aspectos se assemelham e que características os tornam distintos, tão distintos a ponto de poderem se adjungir a uma mesma

base, apresentando diferenças semânticas ou pragmáticas. Defendemos que temos esquemas de formação de palavra a serviço também da atitude emotiva e avaliativa do falante, mas que preservam, majoritariamente, a noção de grandeza e que todos esses afixos têm hoje um uso extremamente enriquecedor por possuírem capacidade linguística de enorme expressividade.

ABORDAGEM HISTÓRICA DAS FORMAÇÕES X-NTE EM PORTUGUÊS

Marco Antônio Marinho

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Tendo por base a polissemia do sufixo *-nte*, como se observa nos dados a seguir, e a partir do modelo de Joseph (1998), denominado Morfologia Diacrônica, pretendemos, neste capítulo, abordar as construções *X-nte* do latim ao português. Nossos *corpora* são verbetes de dicionários – Houaiss (2009), principalmente; Saraiva (2006); e os de línguas estrangeiras românicas –; traduções de escritores latinos, sobretudo Cícero; e palavras colhidas em situações de fala espontânea:

(01)

a. O **escrevente** digitou errado. O **feirante** chega às 4h da matina.

b. Ninguém deu esmola ao pedinte. Vou me encontrar com meu **ficante**.

c. O rapaz teve uma atitude **boiolante**. A professora deu uma aula **viajante!**

d. Desinfetante está caro demais. Não uso mais **desodorante**.

Nosso método de análise consiste no estabelecimento de alguns passos, elencados a seguir:

- I. Definir os grupos de afinidade semântica do sufixo no português atual;
- II. Investigar os significados que *-nte* possuía no latim escrito;
- III. Empregar o método histórico-comparativo nos grupos semânticos do formativo;
- IV. Examinar as eventuais irregularidades presentes nos quadros comparativos;
- V. Pesquisar as datas de entrada dos vocábulos envolvidos em todos os grupos de afinidade semântica *-nte*;
- VI. Repetir o que foi aventado no passo V para palavras das outras línguas românicas trabalhadas: espanhol, italiano e francês.

Durante o capítulo, explicitaremos esses passos para que fique claro o porquê de determinado assunto estar sendo explorado. O passo I visa a conhecer que significados *-nte* possui atualmente. A partir das acepções encontradas, teremos base para saber os grupos a investigar na trajetória do formativo. Em II e III, procuraremos estabelecer como eram e como se comportavam as formas *X-nte* em latim, na escrita e na fala, respectivamente. Nossa prioridade, obviamente, é a fala, mas as fontes do latim vulgar são escassas e a escrita pode nos fornecer informações contundentes a respeito do tema aqui tratado. O passo IV servirá para reforçar nossa aplicação do Método Histórico-Comparativo. Já, em V e VI, recorreremos novamente à escrita, perscrutando os primeiros registros de palavras *X-nte* nas línguas românicas. O esperável é que significados associados há mais tempo apresentem registro nos primórdios dessas línguas. Com os significados mais novos, a expectativa é contrária. Todos esses passos, unidos, agirão no sentido de corroborar nossos resultados.

DESCRIÇÃO FORMAL DAS CONSTRUÇÕES X-NTE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Em Basilio (1981), a autora, em referência a vocábulos X-*nte*, promove divisão que alia duas informações: a classe e a acepção. Isso se torna interessante em um grupo que revela alta produtividade na formação de adjetivos. É diferente, portanto, de *-dor* e *-eiro*, que são produtivos na formação de substantivos agentivos, o que, no caso do primeiro sufixo, é confirmado em Miranda (1979). Nas subseções seguintes, apresentaremos a divisão com concomitante reanálise.

Adjetivos que não são agentivos (?)

É fato notório que a maioria das formações X-*nte* funciona como adjetivo. Devemos acrescentar ainda que, no entender de Basilio, essas formas não atribuem agentividade aos substantivos a que se referem. Vejamos os casos relacionados em (02):

(02)

- a. A Mariana é uma pessoa **atraente**.
- b. Assistimos a uma cena **comovente**.
- c. Foi uma situação **desconcertante**.
- d. Samuel apresentou uma proposta **convincente**.
- e. Na ONG, desempenha uma função **gratificante**.
- f. Aquele filme **hilariente** foi protagonizado pelo Adam Sandler.
- g. Sua atitude revelou-se **humilhante**.
- h. Vivemos em uma cidade **neurotizante**.
- i. o mercúrio é altamente **poluente**.
- j. Foram noventa minutos **torturantes**, mas o Vasco enfim venceu o Flamengo.

Pelos dados, não podemos afirmar que inexiste atribuição de agentividade pelos vocábulos X-*nte* de (01). A caracterização da agentividade passa pela execução daquilo que é expresso pela base (que “X”). É inegável que uma “pessoa atraente” seja aquela que atrai ou que uma “cena comovente” seja aquela que provoque a ação de comover.

Em adjetivos *X-dor*, a autora, ao contrário, defende a atribuição de agentividade. Observemos os dados de (03), a seguir, para reforçarmos essa ideia.

(03)

- a.** Juliana é uma pessoa **sonhadora**.
- b.** Márcio é um jovem **apresentador**.

Realmente, ‘sonhadora’ e ‘apresentador’ são vocábulos *X-dor* em função adjetiva que imputam agentividade aos substantivos a que se referem: ‘pessoa’ (que sonha) e ‘jovem’ (que apresenta), respectivamente.

Temos de destacar dois pontos. O primeiro diz respeito ao fato de esses vocábulos *X-dor* cumprirem melhor a atribuição de agentividade que os *X-nte*. Basílio (1981) apresenta argumento contundente para isso, que é o fato de os adjetivos *X-dor* também funcionarem como substantivos¹. Assim, é fácil imaginarmos contextos em que as palavras em evidência em (04) exerçam papel de substantivo:

(04)

- a.** Um **sonhador** esquece os limites do que é verdadeiramente real.
- b.** O **apresentador** criou um novo quadro para seu programa *vespertino*.

De fato, os adjetivos *X-nte* não podem ser usados em função substantiva, conforme observaremos em (05):

(05)

- a.** *A **comovente** não aparecerá agora.
- b.** *Onde está a **convincente**?

Os itens “a” e “b” de (05) são exemplos de que realmente é mais improvável uso substantivo dos adjetivos *X-nte*. A inserção de

¹ Mais à frente, conforme anunciado no início do capítulo, examinaremos as estruturas *X-dor* / *X-nte* que utilizam a mesma base.

‘comovente’ e ‘convincente’ em posição de sujeito torna a frase pelo menos estranha ou mais dependente de contexto para ser interpretada.

O segundo ponto se refere ao fato de que a qualificação, a atribuição de característica, é mais bem cumprida pelos vocábulos *X-nte*. Isso decorre justamente do que fora visto por ocasião dos exemplos de (03), (04) e (05). Afinal, os vocábulos *X-nte* em exame são exclusivamente adjetivos, ao passo que em *-dor* não. Em suma, o mais adequado seria afirmar que adjetivos *X-nte* atribuem agentividade aos substantivos a que se reportam, embora em grau menor quando comparados com adjetivos *X-dor*. Em contraste, adjetivos *X-dor* qualificam, embora os *X-nte* executem melhor esse papel.

No que se refere à produtividade, ela pode ser comprovada por alguns vocábulos, como os constantes em (06) a seguir:

(06)

- a. O rapaz teve uma atitude **boiolante**.
- b. O filme é **eletrizante**, o ator é Tom Cruise, a missão é impossível!
- c. A professora de Lingüística deu uma aula **viajante**!

Em (06), alínea “a”, notamos o vocábulo ‘boiolante’, derivado de um possível verbo ‘boiolar’, que significaria ter atitudes homossexuais. É notório que a palavra em questão apresenta larga difusão na fala, embora o *Houaiss Eletrônico* registre apenas o substantivo ‘boiola’. Isso reforça o *status* que o vocábulo recebe de item lexical novo. ‘Eletrizante’, em (06b), é uma palavra bastante interessante. O *Houaiss Eletrônico* afirma que existe equivalência com ‘eletrizador’. Porém, no contexto apresentado, não caberia o vocábulo *X-dor*: O filme é **eletrizador**, o ator é Tom Cruise, a missão é impossível!

A chamada do filme *Missão Impossível*, exibida pela Rede Globo de Televisão, no mínimo, não atinge o objetivo esperado quando trocamos ‘eletrizante’ por ‘eletrizador’. O que percebemos é o fato de que ‘eletrizar’, base de ‘eletrizante’, é um uso figurado, ou seja, é algo que provoca ação, dinâmico. O verbo, em seu sentido

normal, “desenvolver propriedades elétricas nos corpos materiais” (HOUAISS, 2009), permite tanto o uso do vocábulo X-*dor* quanto do X-*nte*, mas no sentido específico, figurado, X-*nte* cumpre melhor o papel discursivo².

O *Houaiss Eletrônico* também não registra o item destacado em (05c), ‘viajante’, apesar de ser usado em larga escala pelos falantes. É preciso perceber também que o verbo-base, ‘viajar’, foi usado em sentido conotativo. A “aula viajante” seria aquela em que o professor promove reflexão intensamente abstrata, de difícil percepção pelos alunos.

Substantivos agentivos que podem ser adjetivos

Assim como -*dor* possui substantivos que podem funcionar como adjetivos (profissionais e frequentativos), -*nte* também apresenta vocábulos com essa mesma característica. Basilio (1981) faz menção a duas palavras: ‘repetentes’ e ‘litigantes’. Com efeito, é perfeitamente possível inserir tais itens em posição de substantivo ou adjetivo:

(07)

- a. No próximo ano, os **repetentes** ficarão concentrados na turma 1001.
- b. A turma 1001 terá onze alunos **repetentes**.
- c. Os **litigantes** novamente não chegaram a um acordo.
- d. As partes **litigantes** daquele processo terão mais uma audiência.

Como podemos observar, “a” e “c” apresentam uso substantivo, ao passo que “b” e “d”, adjetivo. Aqui, como os adjetivos podem ser substantivos, é inquestionável a atribuição de agentividade.

Na obra citada, Basilio não arrola grupos semânticos para esses vocábulos X-*nte*. Observando os dados do *corpus*, percebemos que há possibilidade de estabelecermos um grupo de afinidade semântica produtivo para eles: o de agente frequentativo. Os dados do *Houaiss Eletrônico* trazem vocábulos X-*nte* que, tais como ‘fofoqueiro’ ou

² Mais à frente, examinaremos as estruturas X-*dor* / X-*nte* que utilizam a mesma base.

‘zoador’, se referem a um indivíduo que pratica com habitualidade ou eventualidade uma ação. São os casos das palavras destacadas em (08):

(08)

- a. Os **fumantes** possuem área reservada neste restaurante.
- b. Muitos **pedintes** se concentram na Avenida Presidente Vargas.
- c. Paulo encontrou sua **amante**.
- d. O **implicante** do André sempre tem uma piadinha na ponta-da-língua.
- e. Os **viajantes** ficarão hospedados em hotel cinco estrelas.

Em (08), ‘fumantes’, ‘pedintes’, ‘amante’, ‘implicante’ e ‘viajantes’ são agentes frequentativos em posição de substantivos. Em (09), podemos notar que é perfeitamente possível o emprego desses mesmos vocábulos em posição de adjetivo:

(09)

- a. Esta área pertence a pessoas **fumantes**.
- b. Homens e mulheres **pedintes** se concentram na Avenida Presidente Vargas.
- c. Mulher **amante** é sinônimo de problema.
- d. Seus amigos **implicantes** insistem em fazer piadinhas sórdidas.
- e. São profissionais **viajantes**.

Em princípio, pode parecer difícil diferenciar um frequentativo X-*nte* de um adjetivo X-*nte*. No entanto, é a impossibilidade de flutuação categorial destes e a flutuação daqueles que se impõem como parâmetros diferenciadores. O propósito de arrolar o item ‘viajantes’ foi justamente o de respaldar isso. O verbo em sentido figurado, como vimos em (06c), não oferece contraparte substantiva, ao contrário do que acabamos de observar em “e” de (08) e (09). No que tange à produtividade, ela se confirma pela presença de palavras como as que estão em negrito em (10):

(10)

- a. Vou me encontrar com meu **ficante**.
- b. A Paula enriqueceu. Ela agora é uma **emergente**.

‘Ficante’ não aparece no *Houaiss Eletrônico*, mas é comum na fala, o que corrobora seu caráter de palavra nova. ‘Emergente’, com o sentido daquele que está em ascensão econômica e social, já aparece no citado dicionário, porém como uso informal.

Agentes profissionais e instrumentais

Em seu texto, Basilio cita ainda palavras como ‘despachante’, ‘comerciante’ e ‘trinchante’. As duas primeiras são casos evidentes de agentes profissionais e a última é denominada por ela como objeto, mas vamos empregar o termo agente instrumental para manter coerência com a acepção de *-dor* com a qual se relaciona. A respeito dos agentes profissionais, afirma a autora que são improdutivos dado o número reduzido de palavras. São poucos os itens *X-nte* com significado profissional no *Houaiss Eletrônico*. Eis alguns exemplos:

(11)

- a. O **feirante** estava de pé às 5h.
- b. Arnold é **figurante** na novela da Globo.
- c. Reinaldo é um **palestrante** famoso.
- d. A **atendente** no balcão da Gol é a Andressa.
- e. O **escrevente** é subordinado ao escrivão.

Outro grupo improdutivo, com número de dados bastante reduzido, é o de agente instrumental. Em (12), alguns exemplos extraídos do *corpus*:

(12)

- a. Mariana prefere **absorvente** interno.
- b. O carro possuía mais de dois **altifalantes**.
- c. Usou um **trinchante** para cortar a carne.

Na seção seguinte, trataremos dos agentes químicos, que não são mencionados no texto de Basílio.

O GRUPO DOS AGENTES QUÍMICOS

Depreendemos do *corpus* um grupo extremamente produtivo: o de agente químico. Isso se coaduna com o intenso desenvolvimento de pesquisas científicas nessa área. Em (13), contextualizamos alguns exemplos encontrados no *Houaiss Eletrônico*:

(13)

- a. O **adoçante** da Tereza é o Assugrin.
- b. Não comprei **amaciante** de carne.
- c. Preciso usar **alvejante** em sua roupa.
- d. O melhor **estimulante** de apetite que existe no mercado é o Cobavital.
- e. **Lubrificantes** sintéticos duram mais que os naturais.
- f. Alicia passou **repelente** para se proteger dos mosquitos.
- g. Estou preocupado com o Júnior porque ele está usando **anabolizante**.
- h. A gasolina daquele posto está repleta de **solvente**.
- i. O médico injetou no paciente um **anticoagulante**.
- j. Este suco possui **corante** vermelho.

A lista de vocábulos, que ainda inclui itens como ‘fertilizante’, ‘desinfetante’, ‘desintoxicante’, ‘laxante’ e ‘tranquilizante’, por si, já comprova a produtividade. Uma palavra recente que ainda não foi registrada pelo dicionário que estamos consultando é a destacada na seguinte sentença: “O cabeleireiro utilizou um **defrizante** para desfazer os cachos da Yasmin”. ‘Defrizante’ é um agente químico que profissionais de beleza empregam em cabelos ondulados ou cacheados para torná-los lisos.

Essas palavras até podem aparecer em posição adjetiva, mas perdem o significado de agente químico, que é transferido para os substantivos a que se referem. Vejamos, por exemplo, os vocábulos em (14):

(14)

- a. Esse creme **hidratante** custa caro.
- b. Necessito de um produto **desengordurante** para limpar essa frigideira.
- c. Dizem que essa pedrinha **adstringente** é boa pra afta.

Em (14), ‘hidratante’, ‘desengordurante’ e ‘adstringente’ são tipicamente adjetivos. O significado de agente químico aparece concentrado nos substantivos ‘creme’, ‘produto’ e ‘adstringente’. Afinal, temos um “creme” (agente químico) que hidrata, um “produto” (agente químico) que desengordura e uma “pedrinha” (agente químico) que adstringe. A diferença de um agente químico para um adjetivo também pode ser estabelecida em termos de classe de palavras, já que o primeiro, como vimos, funciona apenas como substantivo. No **Quadro 1**, tem-se um resumo das acepções, mostrando se são ou não produtivas e a que classe(s) podem pertencer.

GRUPO	PRODUTIVO?	SUSTANTIVO	ADJETIVO
ADJETIVO PURO	X		X
AG. HABITUAL	X	X	X
AG. QUÍMICO	X	X	
AG. PROFISSIONAL		X	X
AG. INSTRUMENTAL		X	

Quadro 1: Acepções, produtividade e flutuação categorial

FORMAÇÕES X-NTE: O PERCURSO HISTÓRICO E A CONSEQUENTE ASSOCIAÇÃO DOS SIGNIFICADOS

O segundo objetivo deste capítulo consiste em estabelecer o percurso histórico e a associação de significados às formações *X-nte*, cumprindo os passos de II a VI, anunciados na seção **Para início de conversa**. Também aqui percebemos casos de itens polissêmicos. Ficará evidente, no entanto, que a relação de palavras *X-nte* polis-

sêmicas não é tão extensa quanto a que observamos em vocábulos *X-dor* (MARINHO, 2009) ou *X-eiro* (MARINHO, 2004). Os agentes produtivos, como vimos, são dois: frequentativo e químico. É nesses significados que se concentra a polissemia de *X-nte*. Vejamos os exemplos:

(15)

- a. Paulo tomou um **purgante** ontem. Foi necessário para realizar um exame.
- b. A **purgante** da Raquel faltou aula de novo. Depois reclama quando tira nota baixa.
- c. Tifani usou **repelente** para se proteger do mosquito da dengue.
- d. Newton é um sujeitinho **repelente**. Sua companhia não é nada prazerosa.
- e. Um **aderente** eficaz para esse produto é a cola de sapateiro.
- f. Homem **aderente** esse Bruno! Muito pegajoso!

Vemos que em (15a, c, e) denominam substâncias, agentes químicos. Em contrapartida, (15b, d, f) se reportam a agentes frequentativos. Vêm à tona as seguintes indagações: será que esses significados se adjungem a essas formas de maneira simultânea? Ou vão se agregando de acordo com o percurso histórico da língua? E os agentes profissional e instrumental *X-nte*, improdutivos, ocupam que lugar nessa ordem de associação? E o lugar e o papel dos adjetivos *X-nte*, vocábulos mais recorrentes nesse caminho diacrônico?

Para responder a essas questões, buscamos informações a respeito do latim vulgar via método histórico-comparativo (passo III), confrontando vocábulos *X-nte* do português com os das outras três línguas românicas utilizadas no presente estudo: espanhol, italiano e francês. Exploramos nesta seção a pesquisa etimológica dos vocábulos pelas línguas românicas (passos IV, V e VI). Antes, porém, examinamos, ainda, se existiam palavras *X-nte* no latim escrito (passo II). Com isso, podemos verificar que acepções já estavam presentes na fala dos romanos e estabelecer como se processou a associação dos significados.

X-NTE NO LATIM LITERÁRIO

Como se sabe, o latim dispunha de um sistema de casos: a diferença de função sintática acarretava também distinção morfológica. Portanto, não podemos esperar que vocábulos *X-n*te sempre apresentem essa terminação. Assim, para colhermos os dados em sua totalidade, devemos levar em conta as variações da língua latina, que aparecem no **Quadro 2** a seguir:

CASOS	FORMA	
	SINGULAR	PLURAL
Nominativo	-NS	-NTES
Acusativo	-NTEM	-NTES
Ablativo	-NTE	-NTIBUS
Dativo	-NTI	-NTIBUS
Genitivo	-NTIS	-NTIUM
Vocativo	-NS	-NTES

Quadro 2: Variações flexionais das formas equivalentes a *-n*te em latim

As palavras *X-n*te do latim não faziam parte da classe dos substantivos ou dos adjetivos. Dito de outra maneira, conforme será mais bem detalhado na próxima subseção, não eram substantivos ou adjetivos convencionais. Esses itens lexicais pertenciam ao particípio presente, forma nominal do verbo que não se conserva no português. Para entendermos o que era o particípio presente, é interessante observar a explicação de Almeida (2000):

O particípio presente (amans, ntis): 1º – concorda com o substantivo a que se refere, sendo inteiramente declinável, como se fosse nome da 3ª declinação; 2º – corresponde, geralmente, a uma subordinada relativa: amans = que ama; 3º – conserva a regência do verbo: homens que amam a virtude = homines amantes vir-

tutem (amantes no nominativo plural porque concorda com homines). (ALMEIDA, 2000, p. 204).

Para atestarmos a presença dessas formações no latim literário e darmos início ao passo II, colhemos dados em quatro obras escritas: *A Eneida*, de Virgílio, e três discursos de Cícero: *Pro Archia*, *Pro Marcello* e *Pro Ligario*. Comecemos então por *A Eneida*:

(16)

a.

Fracti bello que repulsi fatis ductores Danaum, **labentibus** iam tot annis, aedificant equum...

Quebrantados pela guerra e repelidos pelos destinos, os chefes dos gregos, **decorridos** já tantos anos, constroem um cavalo...

b.

Sortiti includunt huc furtim corpora delecta virum que implent pe-
nitus milite armato **ingentes** cavernas que uterum.

Tendo feito sortes, introduzem ali furtivamente corpos escolhidos de guerreiros e enchem inteiramente de soldadesca armada as **enormes** cavernas e o bojo (do cavalo de pau).

c.

Ibi primus ante omnes, magna caterva **comitante**, ardens Laocoон...

Ali o primeiro, à frente de todos, com grande multidão **acompa-
nhando** (-o), o fogoso Laocoonte...

d.

...qui se obtulerat ultro ignotum **venientibus**, ut strueret hoc ipsum que aperiret Troiam Achivis, **fidens** animi atque paratus...

...o qual se entregara livremente como desconhecido **aos que vi-
nham**, para que tramasse isto mesmo e abrisse Tróia aos gregos, **confiante** de coragem e disposto...

e.

Fit sonitus salo **spumante**...

Faz-se um ruído no mar **espumoso**...

f.

Que suffecti oculos **ardentes** sanguine et igni, lambebant linguis **vibrantibus** ora sibila.

E, tendo tingido os olhos, **ardentes** de sangue e de fogo, lambiam com as línguas **vibrantes** as bocas sibilantes.

g.

...et **ferentem** tela, que ligant **ingentibus** spiris;

...e **que trazia** lanças, e apertam com **ingentes** anéis;

Os vocábulos em negrito acima merecem alguns comentários. Em (16a), por exemplo, *labentibus* deriva do verbo depoente *labi*. Uma das acepções registradas em Saraiva (2006) é “correr rapidamente”, “deslizar ligeiro”, o que torna a tradução (“decorridos”) correta. É importante que não confundamos o verbo em questão com ‘laborare’ ou com o substantivo ‘labor’, com significados mais conhecidos dos estudiosos do idioma: “trabalhar” e “trabalho”.

Em (16b), *ingentes* significa “enormes”. Apesar de pouco conhecido pelos falantes, o português possui o adjetivo ‘ingente’, que, conforme registra o *Houaiss Eletrônico*, é o mesmo que “muito grande”, “desmedido”.

Em (16c), *comitante* foi traduzido como “acompanhando”. Esse particípio presente deriva do verbo *comitari*, o qual, assim como *labi*, é depoente. Em Saraiva (2006), de fato, o vocábulo possui a tradução apresentada. ‘Acompanhar’, por sua vez, tem étimo duvidoso. Para o *Houaiss Eletrônico*, a forma hipotética *accompaniare* (de ‘compania’) estaria na origem da palavra. Seu significado seria “conjunto de pessoas que come seu pão juntamente”.

O primeiro item de (16d), como podemos inferir antes de qualquer comentário, deriva do verbo *venire* (“vir”). Já *fidens*, “que confia”, está na base de muitas palavras de nossa língua, como ‘fiel’ e ‘fidedigno’. É participípio presente de *fidere*.

Em (16e, f), temos itens (*spumante*, *ardentes* e *vibrantes*) que mantêm correspondência formal e semântica bastante evidente com seus vocábulos correspondentes em português. Já em (16g), é desnecessário comentar *ingentibus*, pois já o fizemos por ocasião de (16b). *Ferentem* é participípio presente de *ferre*, cujo significado é, dentre tantos, “levar ou trazer”. ‘Trazer’, que aparece na tradução, provém de *trahere*.

Nos fins do ano 46 a.C., Cícero defendeu Quinto Ligário, homem de ideais republicanos. Este personagem, por ocasião da batalha de Tapsa, foi preso em Adrumento por ordem de César, que saíra vitorioso do combate. Em brilhante discurso, o orador romano conseguiu permissão para o regresso de Ligário à Itália em um Tribunal onde o próprio César foi o juiz. Também aqui, observamos presença de vocábulos X-nte:

(17)

a.

Habes igitur, Tubero, quod est máxime optandum accusatori, reum **confitentem**, sed tamen ita **confitentem**, se fuisse in ea parte, quae, Tubero, qua tuum patrem, virum dignum omni laude.

Tens, portanto, Tuberão, o que é mais (sobretudo) para ser desejado (desejável) para um acusador, o réu **que confessa**, mas ainda sim **confidente**, de que ele esteve naquele partido, em que tu (estiveste), Tuberão, em que (esteve) teu pai, homem digno de todo louvor.

b.

...cum Ligarius **spectans** domum et **cupiens** redire ad suos, passus est se implicari nullo negotio.

...quando Ligário **olhando** para (sua) pátria, e **desejando** regressar para junto dos seus não consentiu que ele fosse ligado a nenhum negócio.

c.

...nec reformidat quid occurrat de se ipso tibi **audienti** de alio.

...nem se atemoriza pelo que ocorra a respeito dele próprio a ti **que** (o) **ouves** falar acerca de outro.

d.

...tuam prudentiam, Tubero, sed multo magis tui patris, quod homo **excellens** cum ingenio, tu metiam doctrina...

...a tua prudência, Tuberão, todavia, muito mais a (prudência) de teu pai, porque (sendo) homem **superior** não só pelo talento, mas ainda pela sabedoria...

e.

Tu, Caesar, initio existimavisti illam secessionem non bellum, neque odium hostile, sed dissidium civile; **cupientibus** utrisque rempublicam (esse) salvam...

Tu, César, no princípio julgaste aquela separação não uma guerra, nem um ódio hostil, mas uma discórdia civil; **desejando** ambos (os partidos) que a república fosse salva...

Em (17), os itens que compõem as alíneas “a” e “c” são bastante conhecidos. A forma deles é muito próxima da dos vocábulos correspondentes em português. *Confitement* se origina de *confiteri*, depoente. Seu significado é “confessar”. *Confidente*, em nosso idioma, é o que faz uma confissão³. Em (17c), *audienti* é participípio presente de *audire*, que gera ‘ouvir’. Em (17b), temos *spectans* e *cupiens*. O primeiro é derivado de *spectare*: “olhar”, “contemplar”. Em português, origina ‘espectar’. Já *cupiens*, presente também em (17e) (*cupientibus*), vem de *cupidere*, “desear”, “cobiçar”. Este verbo latino está na base de vocábulos como ‘cúpido’ e ‘cupidez’ em nossa língua. Em (17d), *excellens* é participípio presente de *excellere*, “elevar, erguer, levantar alto”, daí a tradução apresentada: ‘superior’. O *Houaiss Eletrônico* re-

3 É diferente, portanto, de ‘confidente’, que é aquele a quem se revelam os segredos. Sua origem é o verbo *confidere*: “confiar em”, “pôr confiança em”, conforme Saraiva (2006).

gistra o verbo ‘exceler’, significando “destacar-se ou salientar-se muito de outros”.

No discurso em defesa de Archia, também vemos construções X-nte:

(18)

a.

Nam **repetens** inde usque quoad meā mens potest respicere longissime spatium temporis praeterit, et recordari ultimam memoriam pueritiae, video hunc exstisse mihi principem et ad suscipiendam et ad ingrediendam rationem horum studiorum.

Com efeito, **renovando** daqui até o ponto em que o meu espírito pode olhar para trás o mais longe possível o espaço de tempo ppterito (decorrido), e recordar a mais afastada lembrança da infância, vejo que este foi para mim o principal não só para empreender, mas também para ingressar no plano destes estudos.

b.

...populus romanus, **imperante** Lucullo aperuit Pontum, quondam vallatum egregie...

...o povo romano, **comandado** por Luculo, rompeu o Ponto, outrora entrincheirado de maneira assombrosa...

Em (18), *repetens*, de *repetere* (‘repetir’), foi traduzido como “renovando”. Olhar para o passado é repetir um percurso com o fim de aprender. *Imperante*, de *imperare*, significa “imperar”, “comandar”.

Finalmente, em defesa de Marcelo, conservador e democrata convicto, portanto inimigo de César, Cícero é decisivo no perdão do imperador ao desterrado. Em mais esse discurso, vemos palavras cuja estrutura é X-nte:

(19)

a.

...adversarium **iacentem præstantem** nobilitate, ingenio, virtute...

...o adversário (político) **que jaz** (dominado) **valoroso** pela nobreza, pelo talento, pela virtude.

b.

Quoties ego eum vidi, et cum quanto dolore, **extimescentem** cum insolentiam certorum hominum, tu metiam ferocitatem ipsus victoriae!

Quantas vezes eu o vi, e com quão grande dor, **temendo** não só a insolência de certos homens, mas também a crueldade da própria vitória!

c.

Certe posteri obtupescent **audientes** et **legentes** imperia...

Certamente os pôsteros ficarão pasmados **ouvindo** e **lendo** os (teus) governos...

d.

Sed, quia non est necesse omnibus **stantibus** dicere, volunt certe dici a me...

Mas, porque (como) não é necessário a todos **que estão presentes** falarem (que falem), querem certamente que (isso) seja dito por mim...

Dos itens presentes em (19), *audientes*, em “c”, já foi comentado por ocasião de (17c). *Legentes*, na mesma alínea, vem de *legere*, base de ‘ler’ em português. Em (19a), *iacentem* provém de *iacere*: “estar estendido, estirado, descansar, repousar”. Em nossa língua, para o verbo ‘jazer’ sobressai o sentido fúnebre: “estar morto”, “sepultado”. *Præstantem* é o particípio presente de *præstare*: “estar adiante, abrigar, levar vantagem, sobressair”. Origina ‘prestar’ em português (“aquilo que possui qualidade, sobressai”). Finalmente, *extimescentem*, em (19b), é particípio presente de *extimescere*: “espantar-se,

atemorizar-se". O *Houaiss Eletrônico* não registra vocábulo derivado desse verbo. 'Temer' tem origem em *timere*.

Após o que fora dito nesta subseção, parece que os significados atuais das formações X-*nte* não estavam presentes ou possuíam presença bastante restrita no latim escrito. A seguir, veremos se isso é confirmado.

O VALOR DAS FORMAS X-NTE NO LATIM LITERÁRIO

Nesta seção, temos como base o trabalho de Fava (1998). Estudando o latim escrito, a autora define, a partir dos dados constantes do seu *corpus*, os valores do particípio presente. Após apresentarmos essa relação de valores, confrontaremos com os itens X-*nte* por nós recolhidos. Com isso, obteremos informação sólida a respeito do que eram essas formações na modalidade escrita da língua latina. No **Quadro 3**, a seguir, faz-se uma síntese dos vocábulos X-*nte* na obra citada:

FORMAÇÕES X-NTE (Fava, 1998)	
Adjetivo	<i>Quibus uictoribus incolumis et florens ciuitas esse posset.</i> <i>Vencedores para os quais a cidade poderia estar intacta e florescente.</i>
Oração adjetiva	<i>Misericordia est aegnitudo ex miseria alterius inuria laborantis.</i> <i>A piedade é o pesar pela miséria de outrem que a sofre sem o merecer.</i>
Advérbio	<i>Ad nos veniunt flentes.</i> <i>A nós chegam chorantes.</i>
Or. adv. temporal	<i>Quid dicam de Socrates acius morti illacrimare soleo Platonem legens.</i> <i>Que direi de Sócrates por cuja morte costumo chorar quando leio Platão.</i>

Or. adv. modal	<i>Me – Meus pater nunc pro huius verbis recte et sapienter facit, qui complexus cum Alcmena, cubat amans, animo obsequens.</i> <i>Mercúrio – Então meu pai está a proceder muito bem segundo a opinião deste homem, visto que está deitado com Alcmena, abraça-a, amando-a, obedecendo à sua própria vontade.</i>
Or. adv. condicional	<i>Hem; itaque adeo megam mi iniicit sua commoditate curam, ne forte imprudens faciam, quod nolit; sciens cavebo.</i> <i>Mas ai! A sua brandura traz-me agora grandes cuidados: tenho de não fazer, por falta de pensar; aquilo que ele não quer; porque, sabendo, tomo (tomarei) cuidado.</i>
Or. adv. causal	<i>Miltiades, morandi tempus non habens, cursum direxit quo tendebat, pervenitque Chersonesum.</i> <i>Milciades, não tendo tempo de demorar-se, continuou a viagem para onde se dirigia, e chegou a Quersoneso.</i>
Or. adv. concessiva	<i>Cur turbulentam inquit, fecisti mihi / Aquam bibent? Laniger contra timens: / Qui possum, quaeſo, facere quod quereris, lupe!</i> <i>Por que tornaste a água turva a mim (que estou) bebendo? Temendo, o lanígero (disse) (frente a frente) em resposta: Como posso, peço (que me respondas), ó lobo, fazer o que reclamas?</i>
Substantivo	<i>Quot amans exemplis ludificatur.</i> <i>Todo amante ri do exemplo.</i>

Quadro 3: Valores das formas X-n^{te}

Como podemos perceber, Fava (1998) arrola nove valores para as formações X-n^{te} em latim. Além de equivaler a uma oração adjetiva – conforme mostra Almeida (2000) – pode corresponder também a um adjetivo simples, a um advérbio simples, a uma oração adverbial (temporal, modal, condicional, causal e concessiva) ou, até mesmo, a um substantivo.

Os itens extraídos de *A Eneida* e das obras de Cícero estão contidos nos grupos apontados por Fava (1998). De 36 (trinta e seis) itens, 30 (trinta) possuem valor adjetivo, sendo 15 (quinze) adjetivos propriamente ditos e outros 15 (quinze) orações. Apenas 6 (seis) vocábulos apresentam valor adverbial: 4 (quatro) orações modais e 2 (duas) temporais. Logo, em termos percentuais, 83,3% das palavras em exame detêm valor adjetivo, ao passo que em

16,7% observamos valor adverbial. Isso corresponde, em maior parte, ao conceito de particípio presente defendido por Almeida (2000), que o equivale a uma subordinada relativa (oração adjetiva). Mas, como é flagrante, o particípio presente começa a perder sua essência.

É importante destacar, no entanto, que vocábulos *X-nte* já apareciam com uso substantivo, ao contrário do que é comumente afirmado nos manuais de história da língua. Consequentemente, os grupos de afinidade semântica mostrados na seção 1 poderiam, em tese, estar presentes na escrita latina. Isso se revela, como é evidente, de suma importância para a questão a que este capítulo busca responder.

O próprio trabalho de Fava tangencia esse fato ao mostrar que, no plural do acusativo, caso de onde derivam as palavras das línguas da România Ocidental, o adjetivo podia, nas palavras da autora, “apresentar uso substantivo”, algo que ocorria mais frequentemente no plural. Vejamos o exemplo abaixo:

(21)

Prima et secunda acies ut uictis ac submotis resisteret, tertia ut **uenientes** substineret.

“A primeira e segunda linhas para que resistissem aos vencidos e aos que haviam batido em retirada, a terceira para que enfrentasse os **recém-vindos**”.

Ainda revela que também no nominativo singular, embora mais raro, os participios presentes apresentavam uso substantivo:

(22)

Quot **amans** exemplis ludificatur.

“Todo **amante** ri do exemplo”.

Pesquisando nas obras escritas em latim, vemos que realmente vocábulos *X-nte* já começavam a ser empregados como substantivos. A seguir, temos um exemplo de *Pro Ligario*:

(23)

...vel quod delector ingenio que studiis eius, vel quod existimo laudem **adolescentis** propinqui redundare etiam ad aliquem fructum meum.

“...ou porque me deleito com o talento e com os empreendimentos dele, ou porque julgo que o louvor de um **mancebo** (meu) parente redunda ainda em alguma utilidade minha”.

Em (23), *adolescentis*, no caso genitivo, apresenta uso substantivo, equivalendo a “mancebo”, “adolescente”. Cícero não emprega o vocábulo no contexto natural de particípio presente, que seria “que cresce, engrossa, aumenta”, conforme registra Saraiva (2006).

Finalmente, para reforçar a presença desses substantivos na escrita, cabe verificar verbetes de dicionários latino-portugueses, mais especificamente o de Saraiva (2006). Como se sabe, essas obras espelham, têm como *corpora*, os escritos latinos, sobretudo os do período clássico. Em (24), registram-se alguns dos verbetes encontrados e seus respectivos usos substantivos⁴.

(24)

a. ADJACENS, ENTIS: Os povos vizinhos [...]. Lugares adjacentes, os arredores, as vizinhanças, os arrabaldes.
b. AUDIENS, ENTIS: Auditor, ouvinte.
c. ERRANS, NTIS: Errante, que sai do caminho, vagabundo.
d. LACTENS, ENTIS: Criança que mama.
e. MENTIENS, ENTIS: O mentiroso.

⁴ Os verbetes não estão transcritos integralmente. Aparecem apenas as partes que interessam para a construção o raciocínio.

Os itens não carecem de comentários aprofundados já que derivam vocábulos bastante consagrados em nossa língua. Em (24a), *adjacens*, *-entis* é particípio presente de *adjacere*, cujo significado é “estar deitado ao pé de”, “junto a”. Por isso, o uso substantivo para designar “povos vizinhos”. Os demais itens são originados respectivamente dos verbos *audire* (“ouvir”) e *errare*, que gera ‘errar’ no sentido de “vagar”, “andar sem destino”. Daí, nomear o ‘errante’ como “vagabundo”, “pessoa à toa”. *Lactens*, *-entis* é flexão de *lactare*: “amamentar”, “criar no peito”. *Mentiens*, *-entis*, por fim, provém de *mentior*, verbo depoente cujo significado é “mentir”. Vejamos agora a descrição integral dos verbetes de (25):

(25)

a. ADSTRIDENS, -ENTIS:

Particípio presente de *adstrideo*⁵.

b. ADSUSPIRANS, -ANTIS:

Particípio presente do v. desusado *adsuspiro*.

c. AMBULANS, -ANTIS:

Particípio presente de *ambulo*.

d. COMMINANS, -ANTIS:

Particípio presente de *comminor*.

e. LUCENS, -ENTIS:

Particípio presente de *luceo*.

O que os dados de (25), confrontados com os de (24), demonstram é que a própria construção do verbete dá mostras de que existiam participios presentes que não eram usados como substantivos e outros em que havia a flutuação. O que se torna evidente é que o uso substantivo estava em vias de consolidação na escrita, refletindo ainda mais o desuso do particípio presente tradicional. Comparando verbetes X-nte de Saraiva (2006), notamos claramente que os itens com valor tradicional de particípio presente (uso adjetivo) – logo,

⁵ Os verbos citados em (25) significam respectivamente “sibilar”, “suspirar com”, “ir e vir”, “conduzir gados” e “brilhar”.

grande maioria – são descritos de forma objetiva, conforme mostrado em (23). O lexicógrafo se limita a dizer que “X” é particípio presente de “Y”.

Devemos reforçar que os dados da escrita são bastante escassos. Em todos os textos latinos examinados, é tarefa árdua encontrar vocábulos *X-n_{te}* substantivos. Já podemos, no entanto, notar que os itens lexicais coletados apresentam em comum o fato de serem agentes do tipo frequentativo.

Para Maurer Jr. (1959), o latim literário conseguiu dar “certa vitalidade” ao particípio presente, o que é reforçado pelos nossos dados. Para o autor, entretanto, a língua vulgar, falada, “parece desconhecê-lo”. Porém, não devemos entender que palavras *X-n_{te}* eram inexistentes na fala, afinal como acabamos de observar, vocábulos típicos de particípio presente apresentavam uso “inusitado” de substantivo. Na próxima subseção, por meio da comparação entre as línguas românicas, teremos elementos mais consistentes para determinar se os itens *X-n_{te}* apareciam na fala e, nesse caso, qual era seu *status*.

X-N_{TE} NO LATIM VULGAR

Como o método histórico-comparativo (MHC) parte do princípio de que tudo o que é comum às línguas românicas aparecia no latim vulgar, podemos afirmar que o particípio presente, como afirma Maurer Jr. (1959), não existia na língua latina falada. Isso porque esses idiomas não conservaram, na língua viva, essa forma nominal do verbo. O italiano e o francês, no entanto, apresentam, em seus manuais de gramática, o particípio presente. Entretanto, o próprio Maurer Jr. (1959) afirma ser um uso restrito, sobretudo de alcance literário. Isso pode ser reforçado pelo o que é dito pela gramático italiano Battaglia. O autor afirma que “*o particípio presente é adotado geralmente como um simples adjetivo ou como adjetivo substantivado*” (BATTAGLIA, 2000, p. 363). Mostra ainda alguns exemplos para sustentar sua afirmação:

(26)

a. Questo signore è **rappresentante** di uma ditta di medicinali.

Este senhor é **representante** de uma empresa médica.

b. L'acqua **bollente** è sempre meno pericolosa dell'olio **bollente**.

A água **fervente** é sempre menos perigosa que o óleo **fervente**.

Em (26a), temos *rappresentante*. Seu uso não se limita a um “que representa”, como seria a tradução pelo particípio presente latino. Estamos diante de um emprego substantivado, um agente profissional. Já em (26b), *fervente* é um simples adjetivo, tendência de uso do particípio presente bastante comum em latim conforme já visto. Para o francês, Correa & Steinberg (198-?) reforçam o caráter restrito e diverso do particípio presente:

(27)

a. Des enfants vont **chantant**.

As crianças vão **cantando**.

b. Des remèdes **agissants**.

Os remédios **eficazes**.

Em (27b), vemos novamente o emprego como adjetivo simples. Em (27a), os gramáticos demonstram um uso do particípio presente como “indicador de simultaneidade com a ação do verbo que ele acompanha”, ou seja, um gerúndio.

Nas outras línguas românicas, o particípio em questão não aparece nas gramáticas. Margarit (197-?), a respeito do catalão, analisa os resquícios da antiga forma nominal verbal em sua língua:

O particípio presente latino se conservou durante muito tempo em catalão medieval com seu valor ativo de adjetivo, equivalente a uma oração de relativo. De maneira parecida ao que ocorre em castellano (em que, não obstante, o uso do particípio presente sempre foi mais limitado), em catalão moderno o particípio presente se

reduz a um particípio pós-verbal e, em menor escala, a uma construção substantivada. (MARGARIT, 197?, p. 462).

Em português, Mattoso Câmara Jr. (1979) afirma que os reflexos do particípio presente em nossa língua se limitaram a nomes substantivos e a adjetivos inteiramente dissociados do verbo a que se referem, citando como exemplos as palavras ‘estante’ e ‘constante’.

É lícito concluir então que os diversos usos dos vocábulos X-*nte*, diferentes do particípio presente, eram reflexo dos novos empregos que essas palavras ganhavam na fala. A utilização como substantivo era um deles. A partir de agora, investigaremos se itens lexicais X-*nte* do português atual, por grupo de afinidade semântica, são recorrentes em espanhol, francês e italiano. Com isso, atestamos sua presença ou ausência no latim vulgar e consequentemente determinamos o mecanismo de associação dos significados. Comecemos com os agentes frequentativos:

AGENTE FREQUENTATIVO			
PORTUGUÊS	ESPAÑOL	FRANCÊS	ITALIANO
ADOLESCENTE	Adolescente	Adolescent	Adolescente
AMANTE	Amante	Amant	Amante
ASSALTANTE	Asaltante	Assaillant	Rapinatore/Brigante
EMERGENTE			
FALANTE	Hablante	Parlant	Parlante
FICANTE			
FUMANTE	Fumador/ Humeante	Fumeur	Fumatore

LITIGANTE	Litigante	Litigant	Litigante
PEDINTE	Mendigo/ Mendicante	Mendant	Accattone/Accattapane/Paltoniere
REPETENTE	Repetidor	Redoublant	Ripetente
VIAJANTE	Viajante	Voyageur	Viaggiatore/Viandante

Quadro 4: Primeira aplicação do método comparativo

Comentemos primeiramente a respeito da evolução fônica do formativo *-nte*. Do latim às línguas românicas, não percebemos alterações substanciais. Na verdade, português, espanhol e italiano mantêm a mesma sequência <nte> da língua-mãe. O francês é o idioma que mais inova no percurso histórico desse sufixo. Na escrita, o /e/ sofre apócope e na fala, dependendo da região, a queda pode se estender também ao /t/, ficando o formativo limitado à nasalização da vogal precedente.

Observando a regularidade da tabela dos agentes frequentativos e relacionando com dados encontrados na escrita, podemos afirmar que essa acepção já estava presente no latim vulgar (passo III), apesar do número escasso de dados. No entanto, é necessário diferirmos **unanimidade semântica** de **unanimidade vocabular**. As quatro colunas da tabela demonstram a recorrência dessas acepções pelas línguas românicas recaindo sobre o *-nte*. O que nem sempre observamos é a unanimidade vocabular, que pode ser explicada pelas tendências a seguir, para desenvolvimento do passo IV, apresentado na seção **Para início de conversa**:

- (a)** a célula está sem preenchimento;
- (b)** a base é diferente da original;
- (c)** o sufixo não é evolução de *-nte*;
- (d)** há combinação de (b) e (c);
- (e)** representação por item lexical simples.

O “a” está ligado aos itens para os quais não encontramos tradução nas outras línguas neolatinas. Para tal situação, temos apenas dois vocábulos: ‘emergente’ e ‘ficante’. O *Houaiss Eletrônico*, como já dito anteriormente, registra o primeiro como uso informal, o que reforça seu *status* de palavra nova no português e, por consequência, dificulta sua descoberta com o sentido de agente frequentativo habitual em outras línguas. Já ‘ficante’ nem apresenta registro no citado dicionário, uma vez que é um item notoriamente recente. Portanto, realmente não seria esperável encontrar suas células preenchidas.

A “b” também está presente em itens X-n_te. O italiano, por exemplo, em uma das traduções para ‘assaltante’, preserva o sufixo, mas utiliza como base o verbo *brigare* (“brigar”, “intrigar”), gerando a forma *brigante*. Esse verbo não possui origem latina. Provém do gótico *brikan*, conforme aponta Parlagreco (1971). *Humeante*, uma das traduções para *fumante* em espanhol, apresenta como base *humo*, que a língua românica derivou do substantivo latino *fumus*. No mesmo idioma, ainda existe *fumador*. Como em francês, *fumeur*, e em italiano, *fumatore*, a base é idêntica a do português, mas utiliza o sufixo originário de *-tor* [situação “c”]. Isso se revela interessante, já que notamos que a distinção ‘fumante’ / ‘fumador’ é própria do português, não se estendendo para as outras línguas neolatinas.

Outro caso pertencente a “b” é o de alguns correspondentes de ‘pedinte’. A palavra do português vem, segundo o *Houaiss Eletrônico*, do latim vulgar *petire*, forma reconstruída que teria dado origem a ‘pedir’. *Mendicante* / *mendigo*, do espanhol, (também existentes em nossa língua) e *mendant*, do francês, partem da base latina *mendicare*: “pedir esmolas, mendigar”. Em italiano, os correspondentes possuem origem diversa das anteriormente apresentadas. *Accattone* é união de *accattare* mais sufixo aumentativo [caso “d”]. O verbo italiano é original do latim vulgar *adcaptare*, que também tem o significado de “mendigar, pedir esmolas”. *Accatapane* é um item particularmente interessante. Isso porque a palavra é uma espécie de cruzamento vocabular entre o verbo *accattare* e o substantivo *pane*, “pão”. O mendigo seria aquele que “pede o pão”, portanto. *Paltonie-*

re, por fim, é de origem desconhecida segundo Parlagreco (1971). ‘Repetente’ em francês é *redoublant*. Sua base não é *repetere*, como ocorre nas outras línguas em exame, mas *double*, do latim *duplus*: “dois”. Ao pé da letra seria um “reduplicador”.

A situação “c”, além dos correspondentes de ‘fumante’, pode ser ilustrada com *repetidor*, do espanhol. A origem da base está em *repetere*, do latim, porém o sufixo é *-dor*, derivado de *-tor*. Mais uma vez, temos aqui reforçada a ausência de distinção discursiva entre X-nte e X-dor nas línguas românicas diferentes do português. *Voyageur* e *viaggiatore* também conservam a base de origem comum com o português, mas os sufixos também são provenientes de *-tor*. Os verbos *voyager*, francês, e *viaggiare*, italiano, assim como ‘viajar’, do português, são formados a partir de *via*, *ae*, “caminho” em latim.

O caso emblemático de “d” é *rapinatore*. Há alteração do sufixo (originário de *-tor*) e a base surge do latim *rapina*, *ae*: “roubo, pilhagem”, segundo Saraiva (2006). Por fim, a situação “e” traz casos de correspondentes que são itens lexicais simples. São os casos de *púber*, uma das possíveis traduções de *adolescente* em espanhol e que também existe em português, e *giovane*, vocábulo que, da mesma forma, se refere a “adolescente”, mas em italiano. O item lexical espanhol provém do adjetivo *puber*, do latim: “que chegou à puberdade, adolescência”. Já a palavra italiana, equivalente de ‘jovem’, deriva de *juvenis*, também do latim.

Mostramos, assim, que a falta de unanimidade vocabular não significa ausência da acepção no latim vulgar. Outro argumento que se soma para reforçar nossa tese pode ser extraído da leitura do **Quadro 5**, a seguir:

VOCÁBULO	REGISTRO DE X-NTE ⁷	REGISTRO DA BASE ⁸	X-TOR CORRESPONDENTE	X-DOR CORRESPONDENTE / REGISTRO
Adolescente	1588	1699	--	--
Amante	XIV	1124	Amator	Amador / XIII
Assaltante	1902	1572	--	Assaltador / 1675
Emergente	XV	XIV	--	--
Falante	XIV	1188	--	Falador / XIV
Fumante	1664	XV	Fumator	Fumador / ?
Ficante	--	1192	--	--
Litigante	XV	XV	Litigator	--
Pedinte	XV	1152	Petitor	Pedidor / XIII
Repetente	1654	XIV	Repetitor	Repetidor / 1720
Viajante	1813	XV	--	--

Quadro 5: Informações etimológicas⁶⁷

Chegamos, assim, ao passo V: se a acepção em questão já remontava o latim vulgar, é natural que vocábulos X-*nte* com esse significado já fossem registrados na modalidade escrita do nosso idioma desde seus primórdios: no período correspondente ao galego-português (séculos XII a XIV). Obviamente que isso não tem de ser a regra para os vocábulos listados, pois é natural que novas palavras X-*nte* surjam ao longo do tempo (desde o momento de aparecimento da acepção). Ao verificarmos a segunda coluna do **Quadro 5**, notamos que, de fato, nossa expectativa é correspondida. ‘Amante’ e ‘falante’ apresentam registros no século XIV. Os itens possuem perfeita correspondência entre as línguas românicas. Isso, com efeito, aumenta a expectativa quanto ao fato de o vocábulo ser mais antigo. É verdade, porém, que palavras como ‘adolescente’, a despeito da

⁶ Nesta e nas outras tabelas semelhantes, as informações foram retiradas dos dados etimológicos apresentados em Houaiss et al. (2001) e no dicionário eletrônico dos mesmos autores.

⁷ Incluímos o registro da base para reforçar a coerência dos dados etimológicos pesquisados. É de se esperar que a base tenha registro anterior ao vocábulo derivado. Excetuando “adolescer / adolescente”, isso é visto em todos os itens.

perfeita correspondência entre as línguas neolatinas, têm registro relativamente tardio (1588 nesse caso), o que não significa necessariamente que na fala o vocábulo também tenha surgido nessa época.

Outra indagação natural de quem aprecia esses dados é o estranhamento relativo ao fato de uma acepção de *X-nte* tão antiga possuir poucos dados no português contemporâneo. Em função da concorrência com itens *X-dor*, *X-nte* teve de enfrentar uma espécie de seleção natural, sobrevivendo aqueles vocábulos para os quais não há um *X-dor* relacionado ou, existindo *X-dor* correspondente, as palavras desenvolveram alguma particularidade semântica que permitisse a distinção. ‘Adolescente’, ‘emergente’, ‘ficante’, ‘litigante’ e ‘viajante’ estão em conformidade com o primeiro caso, pois o *corpus* não apresenta um *X-dor* relacionado. No caso de ‘litigante’, havia, como demonstra o **Quadro 7**, um *litigator* em latim, mas pelo visto foi sendo suplantado ao longo do tempo⁸. Nos casos em que há *X-dor* correspondente, a sobrevivência de *X-nte* se deve aos motivos aventados, isto é, há diferença semântica entre os vocábulos assentada no tom mais pejorativo e/ou menos específico que recai sobre os *X-dor*. Exclui-se desse caso o par ‘amante’ / ‘amador’, cuja diferença é mais saliente.

Ademais, podemos notar que os vocábulos *X-dor* foram registrados na língua antes dos *X-nte*, o que dá mais suporte ao fato de que estes últimos tiveram de se adaptar para sobreviver à forte concorrência com *X-dor*. Então, por exemplo, ‘pedidor’ (século XIII) não é necessariamente um ‘mendigo’. O ‘pedinte’ (século XV) aparece para efetuar essa especialização. O par ‘repetente’ (1654) / ‘repetidor’ (1720) é a única exceção à regra. De qualquer forma, uma vez estabelecida a diferença, nada impede que um *X-dor*, mais amplo e/ou pejorativo, se distinga de um *X-nte*. Percebemos que ‘repetente’ já é um vocábulo mais tardio (século XVII).

Por fim, vale examinar a tabela etimológica das outras línguas românicas a fim de cumprirmos o passo VI:

⁸ Ferreira (2009) também não registra ‘litigador’. O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, todavia, registra.

ESPAÑOL		FRANCÊS		ITALIANO	
VOCÁBULO	REGISTRO	VOCÁBULO	REGISTRO	VOCÁBULO	REGISTRO
Adolescente	XV	Adolescent	XIII	Adolescente	1304
Amante	XV	Amant	XII	Amante	XIII
Hablante	XV	Assaillant	XII	Litigante	XIV
Viajante	XIII	Parlant	1210	Ripetente	1902
		Mendant	1170		

Quadro 6: Comparações por datação das formas nas línguas neolatinas

O **Quadro 6⁹** nos revela que a datação dos dados do português encontra amparo nos itens apresentados para as línguas neolatinas. No espanhol, a pesquisa, feita em Corominas & Pascual (1985), aponta registro para ‘viajante’ no século XIII, sendo, pois, o item mais antigo. Em italiano, *amante*, segundo Cortelazzo e Zolli (1988), é o vocabulário que apresenta o registro escrito mais remoto, também do século XIII.

O francês é o idioma romântico mais interessante para constatarmos a existência de palavra ou acepção no latim vulgar. Isso porque seu primeiro documento escrito, o *Juramento de Estrasburgo*, data do ano 842¹⁰, anterior aos das outras línguas neolatinas aqui em estudo¹¹. Portanto, a antiguidade do vocabulário na língua francesa é indício considerável de que a acepção em questão remonta ao latim falado. *Amant*, por exemplo, segundo dados de Dubois *et al.* (1994), é do século XII. No italiano, o registro é de um século após e no espanhol são dois séculos de diferença. *Assaillant* e *mendant* também são do século XII, sendo este último precisamente de 1170.

9 Inserimos nesta e nas tabelas semelhantes apenas os itens para os quais encontramos registro de datação.

10 Foi escrito em francês e alemão antigos.

11 No português, os mais antigos textos são a *Cantiga da Ribeirinha* (ca1198) – texto literário de Paio Soares de Taveirós –, *Testamento de D. Afonso e Notícias de Torto* (de D Lourenço Fernandes da Cunha), ambos provavelmente de 1214. Todos foram escritos no romance galego-português. Como já dito anteriormente, o castelhano tem origem nas *Glosas Silenses e Emilianenses* (século X).

De qualquer forma, do ponto de vista holístico, todas as línguas românicas já apresentam no século XIII vocábulos X-*nte* com significado frequentativo. Como é por volta dessa época que essas línguas se consolidam (quando definitivamente não mais podiam ser confundidas com o latim), temos aqui argumento de especial relevância para afirmar a presença da acepção no latim vulgar. Trabalhemos agora os mesmos argumentos anteriores para o grupo agente profissional para verificar se já estava presente no latim vulgar.

AGENTE PROFISSIONAL			
PORUGUÊS	ESPAÑOL	FRANCÊS	ITALIANO
ATENDENTE			
COMERCIANTE	Comerciante	Commerçant	Commerciant
DESPACHANTE	Agente aduanero	Commissionnaire	Speditore
ESCREVENTE	Escribiente	Clerc	Scrivente
FEIRANTE	Feriente	Forain	Mercante
FIGURANTE	Figurante	Figurant/Comparse	Compara
PALESTRANTE		Orateur	

Quadro 7: Correspondências para “*agente profissional*”

Apesar de escassos, podemos afirmar que os agentes frequentativos estavam presentes na fala dos romanos antigos porque há regularidade no **Quadro 6**, unanimidade semântica sobre -*nte*, registro escrito de vocábulos com esse significado nos textos clássicos, registro escrito nos primórdios da língua portuguesa e das demais línguas românicas.

No caso dos agentes profissionais, não é possível sustentarmos o mesmo (passo III). Em primeiro lugar, são muito poucos os itens lexicais dessa acepção, bem mais parcos que os frequentativos. Não são também documentados na escrita latina e, por isso mesmo, não podemos argumentar em favor de uma unanimidade semântica. Dos sete vocábulos portugueses X-*nte*, quatro aparecem em espanhol (*co-*

merciant, escribiente, feriante e figurante), apenas dois em francês (*commerçant* e *figurant*) e somente três em italiano (*commerciant*, *scrivente* e *mercante*).

Quando existe unanimidade semântica, mas não unanimidade vocabular, utilizamos a pesquisa etimológica para mostrar o porquê dos desvios, o que consequentemente funciona como argumento para defender a presença da acepção na língua românica em análise. Entretanto, esse tipo de pesquisa pode ter efeito contrário quando a unanimidade semântica inexiste. Acaba agindo no sentido de sustentar a ausência do grupo de afinidade semântica. Vejamos então, por ocasião do passo IV, as irregularidades do **Quadro 7**¹².

As situações com mesma base e sufixo que não seja evolução de *-nte*, não aparecem no **Quadro 7**. Células sem preenchimento aparecem primeiramente para o vocábulo ‘atendente’. Não encontramos tradução para esse profissional nas demais línguas neolatinas. A base, ‘atender’, provém do latim *attendere*. Observamos que o espanhol também possui o infinitivo ‘atender’, mas não vimos o mesmo para o francês e o italiano. A causa disso é indubitavelmente o fato de ‘atendente’ ser um nome genérico, podendo, pois, abarcar um “receptionista”, um “balconista” ou, até mesmo, um “porteiro”.

Outra célula sem preenchimento foi a de ‘palestrante’. Em francês, a tradução é *orateur*, uma vez que une o latim *orare* mais *-tor*. Em espanhol e italiano, no entanto, não encontramos correspondente. Com efeito, *palaestra*, do latim, era um termo assaz polissêmico. Era um espaço destinado a exercícios de luta, habilidade política e habilidade retórica. Talvez por isso o termo não tenha evoluído regularmente com esse último significado. ‘Palestrante’ é profissional?

A situação de bases distintas pode ser ilustrada por *mercante*, tradução italiana para ‘feirante’. A palavra vem do latim *mercari*, cujo significado é “negociar” e é a base do vocábulo português ‘mercador’.

12 Em espanhol, a tradução encontrada para *despachante* foi “agente aduanero”, expressão que naturalmente não se inclui nas situações previstas. Tal profissional é um tipo específico de ‘despachante’ (de alfândegas) e também possui essa nomeação em português.

Alguns itens do **Quadro 7** apresentam base e sufixo distintos dos esperados. Essa situação se exemplifica nas traduções francesa e italiana para ‘despachante’. *Commissionnaire*, francês, tem a mesma base de ‘comissão’, do português, que deriva do vocábulo latino *commissio*, *-onis*, “retribuição dada por um serviço prestado”. A essência dessa atividade profissional indubitavelmente é essa. A língua francesa ainda acrescenta o sufixo *-aire*, que é a evolução do *-ariu* latino, gerador de *-eiro* em nosso idioma. Em italiano, a base de *speditore* é o verbo *spedire*, equivalente a ‘expedir’, do português, ambos derivados do latim *expedire*. O sufixo em questão mais uma vez é *-tore*. Faz-se necessário ressaltar também que ‘despachar’ provém do provençal antigo, o que dificulta encontrar correspondência perfeita entre as línguas.

Finalmente, para os casos com representação por item lexical simples, temos *comparse*, francês, e *comparsa*, italiano, como traduções de ‘figurante’. A origem está no próprio italiano *comparsa*, um ator que aparece rapidamente em uma cena, e o francês toma o termo por empréstimo. Os dicionários etimológicos de francês consultados não esclarecem a origem e a razão de *clerc* ser *escrevente*. *Forain*, ‘feirante’ em francês, é a mesma raiz presente no inglês *foreigner*, ‘estrangeiro’. Surge do saxão, que incluiu a palavra por meio de empréstimo do latim *foranus*.

Após essas considerações, temos de pensar em algumas questões, semelhantes às respondidas para os frequentativos: quando então vocábulos X-nte passaram a comportar também o significado profissional? Por que não seria uma acepção tão difundida para esse tipo de estrutura vocabular? Para responder a essas indagações, mais uma vez nós nos serviremos da tabela etimológica (passo V):

VOCÁBULO	REGISTRO DE X-NTE	REGISTRO DA BASE	X-TOR CORRESPONDENTE	X-DOR CORRESPONDENTE / REGISTRO
Atendente	XX	XIII	--	Atendedor / ?
Comerciante	1789	1511	--	--
Despachante	1913	XV	--	Despachador / 1536
Escrevente	1634	XIII	--	Escrevedor / XIV
Feirante	1836	1117	--	--
Figurante	1858	XIII	--	--
Palestrante	?	1824	--	Palestrador / ?

Quadro 8: Informações etimológicas dos agentes profissionais

Ao contrário dos frequentativos, nossa expectativa é que vocábulos X-*nte* de agentes profissionais não apareçam nos primeiros tempos da língua portuguesa. Isso porque, como não estavam presentes no latim vulgar, são consequentemente uma inovação das línguas românicas. O **Quadro 8** corrobora nossa hipótese, já que o item mais antigo remonta o século XVII (‘escrevente’: 1634), embora muitas das bases já fossem documentadas nos séculos XII e XIII (‘atender’, ‘escrever’, ‘feirar’ e ‘figurar’). Os demais dados foram registrados a partir do século XVIII. O contraste temporal com os frequentativos fortalece a presença destes e a ausência dos profissionais no latim vulgar, revelando sincronia entre os dados comparados das línguas românicas e as pesquisas etimológicas de datação. Para esse grupo, não causa estranhamento a pouca quantidade de dados, haja vista que é bem mais novo que os frequentativos. Mas a escassez não é explicada por esse motivo. Também aqui devemos examinar pelo prisma da metáfora da seleção natural. Existe grande concorrência com X-I profissional, que, como visto, é altamente produtivo. X-*nte* sobrevive onde não existe X-*dor* similar¹³, casos de ‘comerciante’, ‘feirante’ e ‘figurante’.

13 Outro aspecto que facilitou a sobrevivência desses itens é o fato de os concorrentes serem “recentes”. Não havia, em latim, X-*tor* correspondente, como podemos observar na terceira coluna da tabela.

Conforme já abordamos, se existe X-*dor* semelhante, X-*nte* possui maiores chances de coexistir se desenvolver algum tipo de peculiaridade semântica. ‘Atendente’, por exemplo, é especificamente humano, ao passo que ‘atendededor’ pode equivaler à ‘secretária eletrônica’ em Portugal. O ‘despachador’ também é diferente do ‘despachante’ por incluir referentes inanimados. Conforme o *Houaiss Eletrônico* registra, sua definição engloba uma “alavanca a que se prende o carro de transporte de matrizes”.

Já ‘escrevedor’ possui um tom pejorativo (“que escreve de maneira medíocre”) que o distingue também porque pode ser visto como agente frequentativo. O ‘escrevente’ é exclusivamente humano, “profissional subordinado ao escrivão”. Neste grupo, há a exceção de ‘palestrante’ / ‘palestrador’, itens para os quais nosso *corpus* não estabelece diferença.

Vale observar ainda que apenas dois vocábulos X-*dor* apresentam datação, ‘despachador’ e ‘escrevedor’. Ambos aparecem na língua em 1536 e século XIV respectivamente. Reforça-se assim a adaptação dos X-*nte* para existirem ao lado dos vocábulos X-*dor*. Mas será que os registros nas demais línguas românicas também são tardios? Vejam-se os dados no **Quadro 9**:

ESPAÑOL		FRANCÊS		ITALIANO	
VOCÁBULO	REGISTRO	VOCÁBULO	REGISTRO	VOCÁBULO	REGISTRO
Comerciante	1680	Commerçant	1695	Commerciant	1751
Escribiente	1607	Figurant	1740	Scrivente	1375
				Mercante	XIV

Quadro 9: Algumas correlações nas línguas neolatinas

Os poucos dados do **Quadro 9** mostram que, em espanhol e francês, os registros ocorrem a partir do século XVII. São mais antigos que os do português, mas igualmente tardios para o tipo de questão que estamos apreciando. Vemos, mais uma vez, que frequentativos

são mais antigos que profissionais. *Scrivente* e *mercante*, do italiano, são do século XIV, antigos, mas, em virtude de todos os argumentos aventados, julgamos que o uso substantivo agentivo profissional da construção X-*nte* era recente. Até porque, para no caso específico desses vocábulos, o latim possuía *mercator* e *scriptor* com significado profissional. Passemos agora à apreciação dos agentes instrumentais. Vejamos se são X-*nte* presentes desde o latim vulgar.

AGENTE INSTRUMENTAL			
PORTUGUÊS	ESPAÑOL	FRANCÊS	ITALIANO
ABSORVENTE	Absorbente	Absorbant	Assorbente
ALTIFALANTES	Altoparlante	Haut-parleur	Altoparlante
BERRANTE			
BORRIFANTE			
TRINCHANTE	Trinchante/Trinchador	Découpeur	Trincante

Quadro 10: Possíveis formas no latim vulgar para instrumentais

É evidente, observando o **Quadro 10**, que agentes instrumentais não estavam presentes no latim vulgar (passo III). As explicações são semelhantes às que usamos para os profissionais. A quantidade de dados no português contemporâneo é ínfima. Além disso, não encontramos itens X-*nte* em latim literário em que recaia sobre o sufixo valor instrumental. Não vimos ainda a citada unanimidade semântica. Dos cinco vocábulos, apenas sobre três vemos -*nte* com significado instrumental em espanhol (*absorbente*, *altoparlante* e *trinchante*). Em francês, somente *absorbant* e, em italiano, outros três: *assorbente*, *altoparlante* e *trincante*. Apenas “absorvente” mantém regularidade entre base e sufixo pelas línguas românicas.

A ausência de unanimidade vocabular pode ser exemplificada com ‘berrante’ e ‘borrifante’, sem equivalentes pelas línguas românicas. No caso do primeiro, há polissemia dentro da própria acepção instrumental. ‘Berrante’ pode ser tanto uma “corneta de chifre”, que

reproduz o “berro” para chamar bois, quanto um “revólver”, pois reproduz um “berro”, “barulho de tiro”. Nas duas situações, o *Houaiss Eletrônico* identifica regionalismos brasileiros, sendo o primeiro típico de Goiás e Minas Gerais. Logo, não poderíamos, de fato, esperar a recorrência pelas nossas línguas-irmãs. Já ‘borrifante’ incorre no caso já exposto da concorrência com ‘borrifador’. Espanhol, francês e italiano não apresentam correspondente para o vocábulo *X-nte*, mas para o *X-dor* é diferente¹⁴. Aqui, não temos equivalente com sufixo *-nte* que altere somente a base. Já para ‘trinchante’, temos *trinchador* em espanhol, que também está registrado no *Houaiss Eletrônico* para o português. *Haut-parleur*, do francês, também se encaixa nesse caso, já que usa *-eur*, também derivado de *-tor*, como já examinado anteriormente. Somente o *haut* não é puramente originário do latim *altus*, como ocorre com as outras línguas. Segundo Dubois et al. (1994), sofreu influência do alemão *hoch*.

Ilustrando a situação em que a base e o sufixo são diferentes, temos *découpeur*, ‘trinchante’ em francês. O sufixo também é *-eur* e a base é originária do latim *collum*, ‘colar’. Então, o vocábulo, ao pé da letra, é um ‘descolador’, o que realmente mantém relação com o significado de ‘trinchante’. Vejamos agora a datação dos instrumentais (passo V):

VOCÁBULO	REGISTRO DE X-NTE	REGISTRO DA BASE	X-TOR CORRESPON-DENTE	X-DOR CORRESPON-DENTE / REGISTRO
Absorvente	1713?	XV	--	Absorvedor / 1881
Altifalantes	?	1188	--	--
Berrante	1913	1580	--	Berrador / ?
Borifante	?	XIV	--	Borifador / ?
Trinchante	1619	1602	--	Trinchador / 1881

Quadro 11: Datações e equivalências com X-dor

14 Em espanhol: “rociadera” ou “regadera”. Em francês: “arrosoir”. Em italiano: “spruzzatore”.

Como não há agente instrumental X-*nte* no latim vulgar, tem de ocorrer aqui o mesmo que foi verificado para os profissionais: não é esperável que haja vocábulos registrados pelos séculos XIII e XIV. Mais uma vez os dados etimológicos satisfazem nossas expectativas. O item mais antigo é ‘trinchante’, registrado em 1619, século XVII, portanto. ‘Berrante’ é de 1913 e ‘absorvente’ é de 1713, mas neste último caso o vocábulo encontrado seria um adjetivo e não o substantivo agente instrumental. O *corpus* não deixa claro a que acepção a data se refere. A existência de itens X-*nte*, também aqui, é inerente à ausência de um X-*dor* correspondente ou devido à especialização semântica da forma. ‘Altifalante’ não coexiste com um ‘altifalador’. ‘Absorvedor’ é um termo amplo; alude ao que tem a propriedade expressa pela base. ‘Absorvente’, no entanto, é a designação única para o objeto higiênico, assim como ‘berrante’ e ‘berrador’ são distintos. Este último pode, por exemplo, se referir a um bebê que chora muito, sendo, pois, agente frequentativo. ‘Trinchador’ é tudo o que trincha, corta em pedaços, mas ‘trinchante’ é exclusivamente o tipo de faca. ‘Borrafante’ e ‘borrafador’ não possuem diferença específica.

Dado curioso é o fato de que as duas construções X-*dor* datadas, ‘absorvedor’ e ‘trinchador’, são de 1881 e são posteriores aos vocábulos X-*nte*. ‘Trinchante’ é de 1619 e ‘absorvente’, de 1713. Vejamos, por fim, a tabela etimológica dos instrumentais pelas línguas românicas (passo VI):

ESPAÑOL		FRANCÊS		ITALIANO	
VOCÁBULO	REGISTRO	VOCÁBULO	REGISTRO	VOCÁBULO	REGISTRO
Trinchante	1570	Absorbant	XVIII	Assorbente	1942
				Altoparlante	1923
				Trincante	1598

Quadro 12: Etimologia de instrumentais pelas línguas neolatinas

No **Quadro 12**, novamente a expectativa de registro tardio é confirmada. *Trinchante*, espanhol, e *trinciante*, italiano, são do século XVI. Os demais itens do italiano, *assorbente* e *aptoparlante*, pertencem ao século XX. *Absorbant*, francês, é do XVIII, mas de fato não corresponde ao instrumento, mas a um adjetivo. Resolvemos incluí-lo, pois isso mostra que o significado investigado é posterior. Finalmente, a seguir, descrevemos os agentes químicos.

AGENTE QUÍMICO			
PORTUGUÊS	ESPAÑOL	FRANCÊS	ITALIANO
ADOÇANTE	Dulcificante	Adoucissant	Dolcificante
ALVEJANTE		Blanchissant	Biancheggiante
AMACIANTE			
ANABOLIZANTE			
ANTICOAGULANTE	Anticoagulante	Anticoagulant	
CONSERVANTE			
CORANTE	Colorante	Colorant	Colorante
DESINFETANTE	Desinfectante	Désinfectant	Disinfettante
DETERGENTE	Detergente	Détergent	Detergente
ENTORPECENTE	Narcótico	Narcotique	Stupefacente
ESTIMULANTE	Estimulante	Stimulant	Stimolante
FERTILIZANTE	Fertilizante	Fertilisant	Fertilizante
HIDRATANTE	Hidratante	Hydratant	
LAXANTE	Laxante	Laxatif	Lassativo
LUBRIFICANTE	Lubricante	Lubrifiant	Grasso
PURGANTE	Purgante	Purgatif	Purgante
REPELENTE	Repelente	Repoussant	Repellente
SOLVENTE	Solvente	Diluant	Solvente
TRANQUILIZANTE	Tranquilizante	Tranquillisant	Tranquillante

Quadro 13: Nova aplicação do método comparativo: agentes químicos

Iniciemos primeiro pelo passo IV. Unanimidade semântica e produtividade no português contemporâneo advogam pela presença no latim vulgar de estruturas X-*nte* com significado de agente químico. Soma-se a isso o fato de as irregularidades serem poucas. Há casos de lacunas, sobretudo em itens como ‘amaciante’, ‘anabolizante’ e ‘conservante’, para os quais não encontramos tradução nos dicionários bilíngues utilizados.

Há alguns casos em que as bases são distintas. Em francês e italiano, a base de ‘alvejante’ é o alemão *blanch*, que origina também a palavra ‘branco’ em português, gerando *blanchissant* e *biancheggiante*, respectivamente. A base da palavra portuguesa é o latim *albus*, que origina ‘alvo’ (“branco”) em nossa língua. O espanhol, assim como o português, possui outra palavra para denominar ‘adoçante’: *edulcorante*. O radical desta é *edulcorare*, do latim tardio, que também apresenta o significado de “adoçar”.

Em italiano, ‘entorpecente’ é *stupefacente*, cuja base é proveniente do latim *stupefacere*: “o que produz estupefação, entorpece”. Espanhol e francês utilizam vocábulos simples: *narcótico* e *narcotique*, nessa ordem. Essas duas línguas, assim como a nossa, que possui o vocábulo, o derivam de *narkotikós*, “entorpecente” em grego.

O francês usa base oriunda do latim *diluere* (“dissolver”) para traduzir ‘solvente’ (*diluant*). As demais línguas românicas partem do latim *solvare*, que possui o mesmo significado. *Laxatif* e *purgatif*, francês, e *lassativo*, italiano, são representantes da situação em que se preserva a base, mas troca-se o sufixo. Nesse caso, foram utilizados *-if* e *-ivo*, derivados de *-ivus*, típico formador de adjetivos em latim. Por fim, além de *narcótico*, *grasso*, correspondente italiano para ‘lubrificante’, pertence à situação de correspondência X-*nte* português / palavra simples em outra língua. A palavra seria derivada do latim vulgar *grassus*: “grosso, espesso, gorduroso”.

Apesar da correspondência nas línguas neolatinas, da produtividade em nossa língua e da pouca irregularidade, não podemos afirmar que agentes químicos já apareciam no latim vulgar (passo

III). Primeiro porque, dos poucos dados de substantivos obtidos na escrita, nenhum possui esse significado. Uma segunda razão é que essas substâncias são inerentes a um desenvolvimento tecnológico que não se via na Antiguidade. Para encerrar essa discussão, vejamos a tabela etimológica a seguir (passo V):

VOCÁBULO	REGISTRO DE X-NTE	REGISTRO DA BASE	X-TOR CORRESPONDENTE	X-DOR CORRESPONDENTE / REGISTRO
Adoçante	?	XIV	--	Adoçador / ?
Alvejante	?	1562	--	Alvejador / XIX
Amaciante	?	1789	--	--
Anabolizante	1975	?	--	--
Anticoagulante	1905	1670-1681	--	--
Conservante	1690	1344	Conservator	Conservador / 1422
Corante	1862	XIII	--	--
Desinfetante	1836	?	--	Desinfetador / ?
Detergente	1721	1721	--	--
Entorpecente	1958	1573	--	Entorpecedor / ?
Estimulante	1728	1525	Stimulator	Estimulador / 1713
Fertilizante	1836	1589	--	Fertilizador / 1813
Hidratante	?	1839	--	Hidratador / ?
Laxante	1661	XVII	--	--
Lubrificante	1913	1873	--	Lubrificador / ?
Purgante	1661	XIII	--	Purgador / 1813
Repelente	1661	XV	--	--
Solvente	1858	XIV	--	--
Tranquilizante	XX	1791	--	Tranquilizador / ?

Quadro 14: Etimologia de alguns agentes químicos pelas línguas neolatinas

Notamos que a ausência dos agentes químicos do latim vulgar é reforçada pelas datações. Esses vocábulos são introduzidos no português somente a partir do século XVII. Os registros mais antigos são de 1661: ‘laxante’, ‘purgante’ e ‘repelente’. Os três itens foram escritos por Francisco Morato Roma em um guia de enfermagem do ano citado.

Já destacamos que, como agente químico, construções *X-nte* diferem das *X-dor* por serem específicas: nomeiam a substância, ao passo que as *X-dor* são genéricas, podendo denominar não só o agente químico, mas tudo que possa provocar o mesmo efeito. É como o caso de ‘adoçador’. A rapadura pode ser assim nomeada, mas aquela substância, em geral líquida, largamente comercializada é o ‘adoçante’.

Obtivemos poucas datações das palavras *X-dor* da tabela. Com exceção de ‘purgador’ / ‘purgante’, os itens *X-dor* antecedem os *X-nte*. Prevalece aqui também a questão da metáfora da seleção natural, do desvencilhamento semântico e, nesse caso, no português, os *X-nte* é que ganham o *status* de produtivos. Naturalmente, não havia concorrência na época latina. *Conservator* e *stimulator*, pelas definições de Saraiva (2006), se identificavam com nossos agentes frequentativos. Denominavam aqueles que respectivamente “possuem ideias ultrapassadas” e “o que instiga, insufla o outro”.

A seguir, apresentamos o registro dos agentes químicos em espanhol, francês e italiano (passo VI):

ESPAÑOL		FRANCÉS		ITALIANO	
VOCÁBULO	REGISTRO	VOCÁBULO	REGISTRO	VOCÁBULO	REGISTRO
Colorante	1843	Édulcorant	XX	Dolcificante	1730
Lubricante	XIX	Colorant	1690	Colorante	1745
		Détergent	1611	Disinfettante	1858
		Tranquillisant	1960	Detergente	1959

				Fertilizante	1917
				Repellente	1939
				Solvente	1750
				Tranquillant	1957

Quadro 15: Etimologia de agentes químicos pelas línguas neolatinas

Notemos, pois, que também aqui os registros de substâncias químicas com estrutura X-*nte* aparecem a partir do século XVII. São os casos de *colorant* (1690) e *détergent* (1611), do francês. Os itens do espanhol (*colorante* e *lubricante*) são do século XIX e o italiano apresenta registro apenas a partir do século XVIII: *dolcificante* (1730), *colorante* (1745) e *solvente* (1750). Reforça-se, assim, que é uma acepção recente.

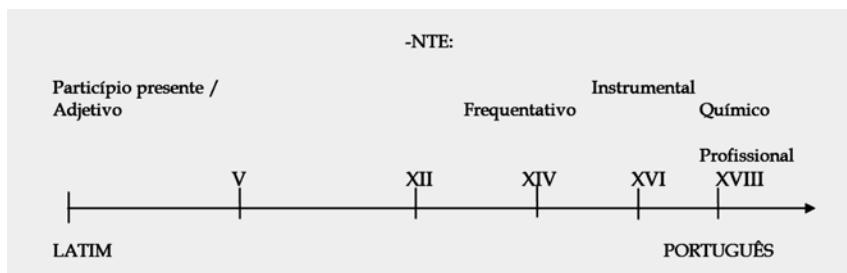
PALAVRAS FINAIS

Das quatro acepções examinadas de vocábulos com a estrutura X-*nte*, apenas os chamados agentes frequentativos estavam presentes já na época latina, sendo, portanto, o significado primeiro. Notamos que o método histórico-comparativo garante a chamada unanimidade semântica. Além disso, os raros dados encontrados de construções X-*nte* substantivas na escrita clássica latina, sem o valor tradicional de particípio presente, são frequentativos. Contrastando com os quadros etimológicos apresentados para os outros grupos, vemos que realmente é essa acepção que possui os registros mais antigos no português escrito. Nas demais línguas românicas, aparecem já a partir do século XII.

Os agentes profissional e instrumental apresentam quadros bastante irregulares, sem unanimidade semântica. Acrescenta-se ainda o fato de os registros etimológicos serem feitos, para ambos, a partir do século XVII. Isso se sincroniza com o método histórico-comparativo. Nas outras línguas neolatinas, são datados a partir dos séculos XVI e XVII. Ao mesmo tempo em que não constituem argumento a favor da presença das acepções no latim falado, os quadros etimológicos apresentam registros tardios, o que se constitui em um mútuo endos-

so. Sabemos que os frequentativos, ao contrário, possuem registro no português desde os anos 1300.

Finalizando, os agentes químicos, altamente produtivos no português contemporâneo, se assemelham com os instrumentais *X-dor* (MARINHO, 2009). Ambos apresentam regularidade no quadro comparativo das línguas românicas. Mas os dois se referem a coisas (instrumentos e substâncias) incompatíveis com o nível de desenvolvimento do mundo Antigo. Por isso, são na verdade acepções relativamente recentes quando comparadas com os outros significados possíveis dos respectivos sufixos. No caso dos agentes químicos (*X-nte*), observamos, no quadro etimológico, que o grupo detém o mesmo comportamento que os agentes profissionais e instrumentais, sendo datados também a partir do século XVII no português e nas demais línguas românicas. No caso de *-nte*, vimos que os frequentativos aparecem registrados no século XIV. Em espanhol e em italiano, isso ocorre um século antes ('viajante' e 'amante', respectivamente). Em francês, o registro é do século XII (*mendant*). Diferentemente, profissionais (século XVIII no português) são documentados no século XVII em espanhol e em francês (*escribiente* e *commerçant*, respectivamente). Instrumentais (século XVII em português) aparecem no XVI em espanhol e em italiano (*trinchante* e *trinciante*, nessa ordem). Em francês, a documentação é do século XVIII (*absorbant*). Os agentes químicos (também do século XVII em nossa língua) são registrados, em sequência, nos séculos XVII (francês: *colorant*), XVIII (italiano: *dolcificante*) e XIX (espanhol: *lubricante*). Essas informações nos permitem estabelecer uma linha do tempo que reflete o percurso histórico de *-nte* do latim ao português. Vejamos:



PARTE 2:
FRONTEIRAS EXTERNAS DA MORFOLOGIA

MORFOLOGIA E SEMÂNTICA: ESQUEMAS IMAGÉTICOS NA FORMAÇÃO DE DENOMINAIS *X-EIRO(A)* NÃO AGENTIVOS

João Carlos Tavares da Silva

PARA INÍCIO DE CONVERSA

O presente capítulo tem como foco a análise das formações *X-eiro(a)* não-agentivas à luz do modelo da Morfologia Construcional de Geert Booij (2005, 2007, 2010), que é, nas palavras do autor, “*uma teoria da morfologia linguística em que a noção de construção desempenha um papel central*” (Booij, 2010: 1). Trata-se de uma abordagem que, a partir da noção mais geral de construção, desenvolve um olhar específico para construções no nível da palavra.

Nessa abordagem, palavras são vistas como construções que podem ser *abertas*, *parcialmente fixas* ou *fixas*. O significado das construções também é especificado, o que significa que é uma propriedade holística da construção como um todo. Além disso, o modelo preconiza que o significado de uma palavra (SEM) pode ter componentes pragmáticos e estritamente semânticos.

Em se tratando da construção *X-eiro(a)*, pode-se afirmar que é derivada do esquema geral da sufixação $[[X]_X Y]_Y$ e forma uma rede bastante variada, uma vez que pode ser instanciada por substantivos (‘goiaba’ > ‘goiabeira’) ou por verbos (‘arrumar’ > ‘arrumadeira’), além de se desdobrar em subesquemas que se relacionam entre si por polissemia ou por metáfora, resultando em diversas acepções (agente, local, excesso, anomalia, profissão, habitualidade, entre outras).

Do ponto de vista formal, este trabalho trata apenas de construções instanciadas por substantivos. Do ponto de vista semântico, limita-se à análise de apenas quatro das acepções das formações *X-eiro(a)*: (a) quando o produto designa uma entidade do grupo das angiospermas ('cajueiro'), (b) quando o produto designa uma entidade que funciona como recipiente ('lixeira'), (c) quando o produto designa uma entidade que é um objeto não-recipiente ('bagageiro') e (d) quando o produto designa excesso de alguma entidade de caráter não agentivo ('aguaceira'). Essas quatro acepções equivalem a quatro subesquemas subordinados ao esquema mais alto [[X]s *eiro(a)*]. Esses quatro subsquemas formam a rede polissêmica dos denominais *X-eiro(a)* não-agentivos.

Proponho, neste capítulo, que um dos componentes semânticos dessas construções são o que conhecemos na literatura como Esquemas Imagéticos (EIs), que podem ser definidos como representações conceituais relativamente abstratas e totalmente esquemáticas que surgem a partir da nossa interação cotidiana e da nossa observação do mundo que nos cerca, ou seja, são derivados, das nossas experiências sensório-motoras e perceptuais.

Argumento que a rede polissêmica dos denominais *X-eiro(a)* não-agentivos é estruturada pela inter-relação entre EIs e a atuação da *força de contato*, nos termos de Peirsman & Geeraerts (2006: 14), entendida como “noção intuitiva que faz referência à força envolvida na relação entre duas entidades”.

A proposta central que subjaz a análise dos dados é mostrar que os esquemas imagéticos de parte-todo, contêiner e contato estão na base, respectivamente, das acepções (a), (b) e (c) citadas. A acepção (d), por sua vez, é um caso de herança por metáfora (Gonçalves & Almeida, 2014) e deriva da acepção (b). Proponho, então, que os esquemas imagéticos de contiguidade são as motivações cognitivas primordiais (mais básicas) das construções analisadas, incorporando, assim, a noção de EI ao componente semântico (SEM) da Morfologia Construcional. Objetiva-se também analisar a polissemia das cons-

truções *X-eiro(a)* no nível mais esquemático, puxando o significado “para cima”, nos termos de Silva (2006: 69-70).

ALICERCE TEÓRICO

Devido à variada gama de significados e usos, o sufixo ‘-eiro’ instigou diversos pesquisadores, sendo, se não o mais, um dos sufixos mais estudados do português. Dentro de uma senda formalista, podem-se citar trabalhos como os de Yacovenco (1994), Gonçalves (1995), Gonçalves & Costa (1997), Rocha (2003), Marinho (2004), apenas para citar alguns. Todos esses autores mencionados trabalham com a noção de RFPs e, por isso, propõem diferentes RFPs na tentativa de explicar as diferentes acepções das formações *X-eiro*. Já numa linha sociocognitivista/cognitivista, pode-se apontar trabalhos como os de Almeida & Gonçalves (2006), Botelho (2004 e 2009) e Pizzorno (2010); todos esses analisando as formações *X-eiro* sob a ótica da noção de construção gramatical, nos termos de Goldberg (1995).

O presente trabalho se alinha àqueles cujos pressupostos gerais estão sob o escopo do que se denomina Linguística Cognitiva (LC). Segundo Pizzorno (2010: 15), “*sob tal enquadre, a linguagem é concebida como um dos modos da cognição, constitutivamente ligada à experiência humana e à cultura*”. Entretanto, como afirmam Almeida *et. al* (2010: 16), “*a LC não constitui um corpo teórico unificado e claramente delimitado (...) o arcabouço cognitivista seria o resultado de um conjunto de posições teóricas mais ou menos afins*”.

Alguns pressupostos unem essas “posições teóricas mais ou menos afins”, como a *hipótese da motivação conceptual da gramática*, a *hipótese da corporificação*, a artificialidade da cisão entre conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico, a não separação rígida entre léxico e gramática, entre outros.

Para tratar das construções *X-eiro(a)*, o modelo adotado aqui é o de Booij (2005, 2007 e 2010), conhecido como Morfologia Cons-

trucional, que pressupõe a não separação rígida entre conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico, uma vez que pressupõe que o componente semântico (SEM) das construções é constituído tanto de informação estritamente semântica quanto pragmática.

Além disso, pressupõe também a não separação estrita entre léxico e gramática, uma vez que o autor busca fornecer um único quadro teórico em que as diferenças e as semelhanças entre as construções, tanto no nível da palavra como nível do sintagma, possam ser explicadas, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão da relação entre morfologia, sintaxe e léxico (BOOIJ, 2010: 1).

Tal pretensão bem se reflete na abordagem do autor acerca dos compostos, na qual mostra que os limites entre derivação e composição são turvos, corroborando a noção de *continuum* léxico-gramática e indo de encontro a propostas como a de Anderson (1992), para quem derivação e composição são consideradas de natureza radicalmente diferentes.

Por fim, a Morfologia Construcional se aproxima da abordagem construcionista de Goldberg (1995) e de Goldberg & Jackendoff (2004). Todas essas características aproximam o modelo construcional de Booij do paradigma da Linguística Cognitiva.

Além da Morfologia Construcional, dois constructos da LC são caros à abordagem aqui dada às construções *X-eiro(a)*: a noção de *esquema imagético* e a noção de *força de contato* (Peirsman & Geeraerts, 2006). As próximas seções são destinadas a detalhar a proposta de Peirsman & Geeraerts, a noção de esquema imagético e o modelo da Morfologia Construcional.

A PROPOSTA DE PEIRSMAN & GEERAERTS (2006)

Peirsman & Geeraerts, em seu trabalho intitulado *Metonymy as a prototypical category*, propõem que metonímia seja compreendida como uma categoria hierarquicamente estruturada. Para isso, retomam a noção de contiguidade, “o conceito que costumava ser visto

como a característica definidora da metonímia antes da Linguística Cognitiva introduzir os conceitos de domínios e matrizes de domínio” (PEIRSMAN & GEERAERTS, 2006: 1), como sendo central à definição de metonímia.

Com base na literatura pré-estruturalista tradicional sobre metonímia, os autores fazem um inventário de vinte e três padrões metonímicos típicos¹, e argumentam que eles podem ser classificados em termos do tipo de contiguidade pelos quais são motivados. Segundo os autores, padrões metonímicos podem ser motivados por quatro tipos de contiguidade, a saber, *parte-todo*, *conteúdo-continente* (doravante apenas *contenção*), *adjacência com contato* (doravante apenas *contato*) e *adjacência sem contato* (doravante apenas *adjacência*). Além disso, os quatro tipos de contiguidade podem atuar em quatro domínios distintos: domínio material/espacial; domínio temporal; domínio das ações/eventos/processos; e domínio de assembleia ou coleção, o que mostra que os autores não excluem a importância da noção de domínio para a caracterização da metonímia.

Argumentam, então, que metonímias podem ser traçadas contra três dimensões: a *força de contato*, a *limitação* e o *domínio* envolvido, criando uma rede em que os quatro tipos de contiguidade, os quatro domínios, mais a atuação da força de contato e da limitação se relacionam em termos de prototipicidade. Segue, abaixo, a representação proposta pelos autores para as três dimensões.

1. Parte-todo espacial; 2. Localização e localizado; 3. Conteúdo e continente; 4. Material e objeto; 5. Peça de roupa e pessoa; 6. Peça de roupa e parte do corpo; 7. Parte-todo temporal; 8. Antecedente e consequente; 9. Tempo e entidade; 10. Subevento e evento complexo; 11. Potencial e real; 12. Ação e participante; 13. Causa e efeito; 14. Participante e participante; 15. Controlador e controlado; 16. Possuidor e possuído; 17. Localização e produto; 18. Produtor e produto; 19. Característica e entidade; 20. Entidade única e coleção; 21. Objeto e quantidade; 22. Fator central e instituição; 23. Hiponímia e hiperonímia. As obras consultadas pelos autores para o levantamento de tal inventário foram *Prinzipien der Sprachgeschichte* de Hermann Paul (1880), *Grammaire historique de la langue française* de Kristoffer Nyrop (1913), *Bedeutungsentwicklung unseres Wortschatzes* de Albert Waag (1901), *Métaphores occidentales* de Gaston Esnault (1925) e *Semiotic Principles in Semantic Theory* de Neal R. Norrick's (1981).

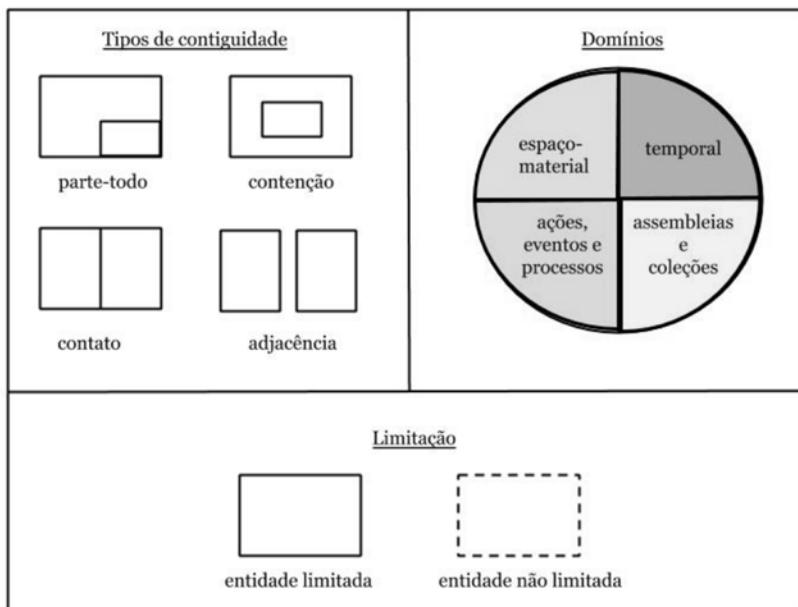


Figura 1: representação das dimensões tipos de contiguidade, domínios e limitação.

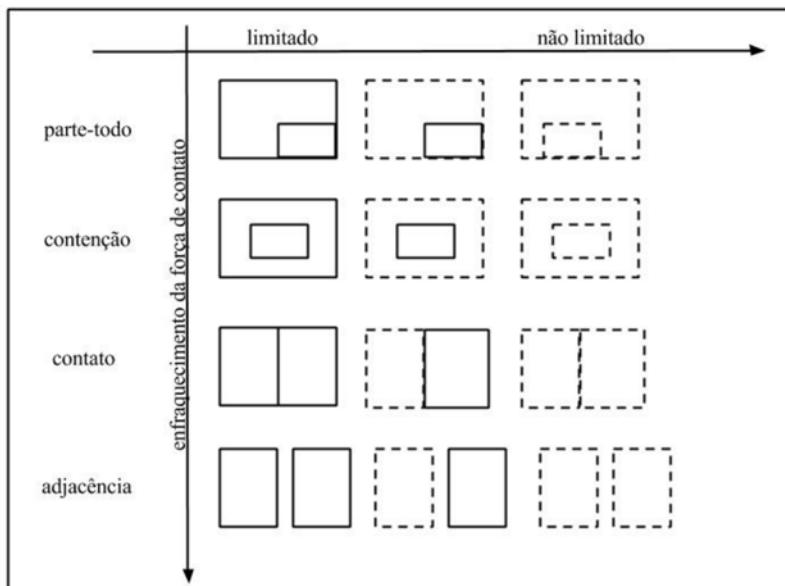


Figura 2: Atuação das dimensões força de contato e limitação.

A **Figura 1** apresenta as representações adotadas. Cada tipo de contiguidade é representado por uma figura retangular diferente; cada domínio é aqui representado por uma cor e a dimensão *limitação* é representada pela linha preenchida, para entidades limitadas, ou pontilhada, para entidades não-limitadas. A **Figura 2** representa a atuação da força de contato (plano vertical) e da limitação (plano horizontal).

A força de contato é definida pelos autores como “*uma noção intuitiva que faz referência à força envolvida na relação entre duas entidades*” (PEIRSMAN & GEERAERTS, 2006: 14). A relação de contiguidade do tipo parte-todo, que existe, por exemplo, entre cabeça e corpo, é muito forte. Para que uma entidade se separe da outra, é necessária uma grande força. Essa relação é enfraquecida na contiguidade do tipo contenção, em que as entidades podem ser separadas uma da outra com mais facilidade. Seguindo a seta vertical (**Figura 2**), há maior enfraquecimento da força de contato, se compararmos a força envolvida entre duas entidades que estabelecem entre si uma relação conteúdo-contêiner com a força envolvida entre duas entidades que estabelecem apenas um contato. Por fim, a relação de adjacência se dá entre entidades que não estabelecem contato entre si, logo, o grau máximo de enfraquecimento da dimensão força de contato.

O conceito de limitação envolve os limites das entidades envolvidas, se são entidades limitadas ou ilimitadas. Assim, pode-se ter como exemplo a relação entre ferro e espada. Os autores colocam a relação entre ferro e espada numa contiguidade do tipo parte-todo em que uma entidade é limitada (a espada) e a outra é ilimitada (o ferro). Eles argumentam que essa diferença se faz necessária para que se possa distinguir uma relação ferro-espada de uma relação espada-cabo, por exemplo, em que ambas as entidades são limitadas. Uma relação do tipo espada-cabo, então, é representada, na **Figura 2**, pelo primeiro retângulo na linha parte-todo, ao passo que ferro-espada é representada pelo segundo retângulo na mesma linha.

A combinação entre os tipos de contiguidade, os quatro domínios propostos e as dimensões força de contato e limitação dão origem a uma rede altamente estruturada, que define a taxonomia dos padrões metonímicos proposto pelos autores.

Para os autores, o núcleo prototípico dessa rede é, em termos de contiguidade, o padrão parte-todo e, em termos de domínios, o domínio material/espacial. Sendo assim, o padrão metonímico parte-todo espacial/material é o núcleo prototípico da rede proposta por Peirsman & Geeraerts (ver **Figura 3**). A partir dele, os outros padrões metonímicos se relacionam com esse núcleo e/ou se afastam dele através de das dimensões força de contato e limitação. Propõem, então, que metonímia seja vista como um conceito prototípicamente estruturado.

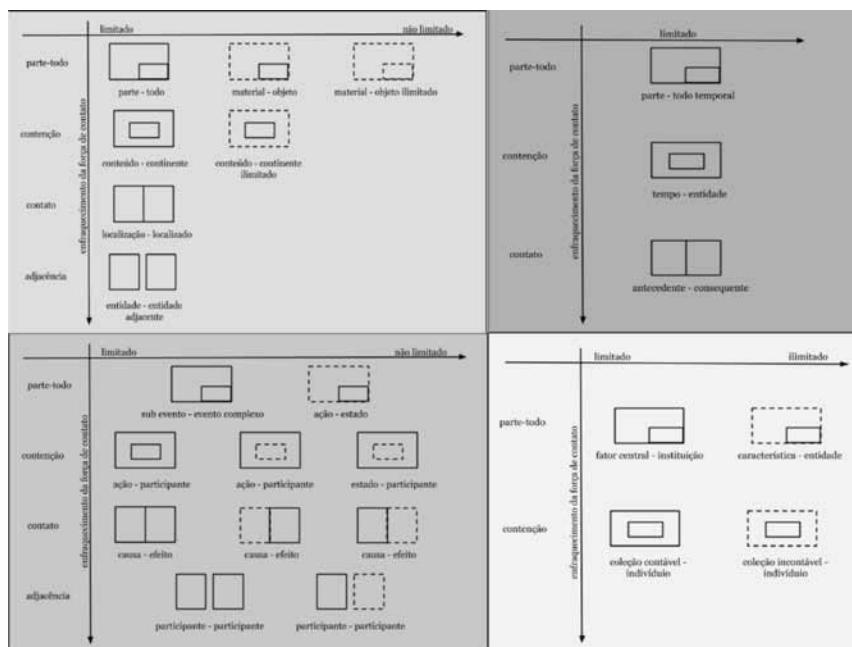


Figura 3: Interrelação dos domínios, a força de contato e a limitação.

Em suma, o trabalho de Peirsman & Geeraerts propõe uma rede prototípicamente estruturada capaz de explicar os vários tipos de metonímias encontrados na literatura linguística. Tal rede se estrutura

mediante a inter-relação entre os tipos de contiguidade, chamados pelos autores de padrões metonímicos, e o tipo de domínio envolvido.

Cabe, nesse ponto, distinguir padrões metonímicos de esquemas imagéticos. Padrões metonímicos na proposta de Peirsman & Geeraerts é a junção de um esquema de imagem atuando em um domínio específico. Essa junção serve para estruturar uma relação de referenciamento. Por exemplo, na frase “A casa toda estava dormindo, quando o assaltante tentou entrar”, ‘casa toda’ está para todas as pessoas que residem na casa. O esquema de imagem, nesse caso, é o de adjacência e o domínio é o espacial/material. Essa junção resulta no padrão metonímico ENTIDADE & ENTIDADE ADJACENTE (ver **Figura 3**). Outro exemplo é o da frase “Ele pisou no acelerador e chegou na festa em quinze minutos”, em que ‘pisar no acelerador’ é um evento que faz parte de um evento maior e mais complexo que é dirigir. O esquema de imagem, nesse caso, é o de parte-todo e o domínio é o das ações/eventos/processos, o que resulta no padrão metonímico SUB-EVENTO & EVENTO COMPLEXO (**Figura 3**).

Embora os autores não sejam explícitos que se trata de esquemas de imagem, fazem menção a eles ao compararem sua abordagem com os trabalhos de Blank (1999) e de Bonhomme (1987):

*A nossa abordagem geral, então, é bastante semelhante à de Blank (1999). Blank (1999) combina uma classificação abstrata de tipos de contiguidade com padrões metonímicos concretos. Ele identifica uma hierarquia de três níveis abstratos que estão na base da metonímia. No mais alto nível, Blank (1999) argumenta, há dois “domínios de contiguidade”. Estes dois domínios, co-presença e sucessão, correspondem aproximadamente a “metonímias situativas” e “metonímias actanciais” de Bonhomme (1987) e dão origem a uma lista aberta de “tipos de contiguidade” no segundo nível. **Estes podem “ser melhor comparados aos “esquemas imagem” subjacente às metáforas** (ver por exemplo Lakoff & Johnson, 1980; Johnson, 1987), **que são altamente recorrente e convencionalizados, mas, no entanto, construem uma lista aberta**” (Blank, 1999:*

183). **São estes vários tipos de contiguidade que conduzem as metonímias concretas sobre o nível mais baixo.** [Grifo meu] (PEIRSMAN & GEERAERTS, 2006: 6)

Cabe tecer alguns comentários finais sobre a proposta de Peirsman & Geeraerts.

1- Os autores propõem uma definição não-unitária de metonímia, ou seja, não baseada em um único conceito. Propõem, então, que metonímia é melhor definida coadunando diversas noções, a saber, a noções de domínio, de contiguidade, de força de contato e de limitação, o que gera uma categoria radial.

A discussão de metonímia no contexto da linguística cognitiva, até agora tem se concentrado numa definição de metonímia como uma mudança de sentido dentro de um domínio ou matriz de domínio (Kövecses 2002: 145). (...) Vários linguistas (entre eles Croft & Cruse 2004, Feyaerts 1999 e Riemer 2001) sugerem agora que é não é tão simples usar identidade versus diferença entre domínios semânticos envolvidos como base para a diferenciação de metáfora e metonímia. Ao mesmo tempo, no entanto, um simples retorno à definição anterior de metonímia em termos de contiguidade (ver Ullmann 1967) está excluído. Afinal, esta definição unitária é tão cheia de problemas como uma definição unitária em termos de domínios ou matrizes de domínio. Em vez disso, parece que uma definição não-unitário da metonímia se faz necessária. E a maneira mais óbvia de construir uma tal definição em Lingüística Cognitiva é usar um modelo teórico de categorização baseado em protótipo. (PEIRSMAN & GEERAERTS, 2006: 2)

2- O trabalho de Peirsman & Geeraerts trata do conceito de metonímia e seus exemplos são todos de palavras que são usadas para se referir a conceitos a elas relacionados por contiguidade, como em “Atualmente, estou lendo Veríssimo”, em que o autor está para a obra.

O presente trabalho não trata de padrões metonímicos, mas de esquemas morfológicos e da relação entre forma e conteúdo desses esquemas. Por isso, estamos partindo do princípio de que as quatro relações de contiguidade são esquemas de imagem, que, ao se coligarem com domínios distintos criam uma rede conceitual prototípicamente estruturada. É com essa rede que vamos trabalhar, pois ela serve tanto para estruturar processos referenciais, ou seja, metonímias – como mostram Peirsman & Geeraerts –, como processos de formação de palavras – como se argumenta ao longo deste capítulo.

ESQUEMAS DE IMAGEM

Esquemas de imagem ou esquemas imagéticos são apresentados e discutidos em Lakoff (1987), Johnson (1987) e Lakoff and Turner (1989). Podem ser definidos como versões esquemáticas de imagens. São representações conceituais relativamente² abstratas e totalmente esquemáticas que surgem a partir da nossa interação cotidiana com o mundo e observação do mundo que nos cerca. São derivados, pois, das nossas experiências sensório-motoras e perceptuais. Não são, porém, específicos para uma determinada modalidade sensorial; ao contrário, são sinestésicos e envolvem, simultaneamente, várias habilidades sensoriais e perceptuais.

Croft & Cruse (2004: 44) incluem os esquemas imagéticos dentro as operações de *construal*³, o que significa dizer que é uma das formas de conceitualização da experiência. Dito de outra maneira, é um dos mecanismos que empregamos para estruturar, transformar ou converter uma experiência vivida em conceito.

O termo ‘esquema’ significa que as imagens não são conceitos ricos e detalhados, mas conceitos abstratos que consistem em pa-

2 O uso do termo ‘relativamente’ decorre do fato de os esquemas imagéticos serem abstratos, no sentido de serem esquemáticos e desprovidos de conteúdo proposicional, e, ao mesmo tempo, não abstratos, no sentido de serem corporificados.

3 A hipótese básica da Linguística Cognitiva é que semântica é conceptualização. Operações de conceptualização da experiência são mecanismos que os seres humanos empregam para transformar ou converter uma experiência vivida em conceito. Para um inventário das operações de *construal*, ver Croft & Cruse (2004, cap. 3).

drões emergentes das repetidas ocorrências das nossas experiências corpóreas. Por exemplo, temos, desde bebês, experiências com recipientes. Aprendemos, na interação cotidiana com recipientes, que podemos colocar e tirar coisas de dentro dele. A partir da repetição dessa experiência, construímos um esquema em que há uma fronteira cujos limites se estabelecem na relação dentro-fora.

Temos também diversas experiências em relação ao espaço. Ainda crianças, aprendemos a ir para frente ou para trás, para esquerda ou para direita, a olhar para cima para ver ou pegar objetos que estão acima da nossa cabeça ou para baixo para algo que esteja no chão, por exemplo; aprendemos a nos equilibrar quando começamos a dar os primeiros passos. Em suma, somos capazes de converter essas diversas experiências em conceitos esquemáticos e abstratos, esqueletos que vão estruturar os níveis mais básicos da nossa rede de conceitos. Segue, no **Quadro 1**, um inventário de esquemas imagéticos extraído de Croft & Cruse (2004: 45):

Espaço	cima-baixo, frente-trás, esquerda-direita, perto-longe, centro-periferia, contato
Escala	trajetória
Contêiner	contenção, dentro-fora, superficie, cheio-vazio, conteúdo
Força	equilíbrio, força contrária, compulsão, restrição, habilidade, bloqueio, atração
Unidade	fusão, coleção, divisão, iteração
Multiplicidade	parte-todo, ligação, contável-não contável
Identidade	combinação, superimposição
Existência	remoção, espaço delimitado, ciclo, objeto, processo

Quadro 1: Inventário de esquemas imagéticos

Cabe ressaltar que o inventário de EIs ainda não é consensual nem forma um grupo fechado e bem delimitado. A questão que se coloca aqui é: poderia haver outra organização para os esquemas

imagéticos distinta da proposta por Croft & Cruse? Argumento aqui em prol da íntima relação entre os EIs parte-todo, contenção, contato e adjacência, de maneira tal que formam um grupo subordinado por uma noção maior que é a noção de *contiguidade*.

Desde que nascemos, começamos a interagir com o mundo que nos cerca. Essa interação é fundamental para a emergência de EIs. As interações que temos com as relações espaciais são constantes e difundidas na experiência humana. Percebemos os objetos ao nosso redor e as diversas relações espaciais e funcionais que se estabelecem entre eles.

Em nossa interação com o espaço físico, temos diversas experiências relacionadas à noção de contiguidade. Percebemos, por exemplo, que muitos objetos que nos cercam possuem partes que se relacionam a seus todos. Obviamente, essa relação pode ser funcional e também somos capazes de perceber isso, mas é, sobretudo, uma relação física e material no plano tridimensional. Partes estão sempre contíguas a seus todos.

Isso não é diferente na relação entre contêineres e seus conteúdos. Estar dentro de um recipiente é, necessariamente, estar contíguo a esse recipiente. Diversas entidades no universo brossocial podem manter relação recorrente de contato umas com as outras (os livros em contato com a prateleira, por exemplo) ou mesmo de adjacência sem contato (como as cadeiras que geralmente ficam adjacentes à mesa ou à escrivaninha, formando um conjunto de sala de jantar ou de escritório). Tanto a relação de contato quanto a de adjacência pressupõe contiguidade.

Em suma, relações espaciais de parte-todo, contenção, contato e adjacência têm em comum o fato de as entidades envolvidas estarem contíguas. Podemos dizer então que, na nossa interação com o mundo, abstraímos a noção mais geral de contiguidade a partir dessas diversas relações entre entidades no plano espacial.

Esquemas de imagem têm se mostrado ferramenta produtiva para a descrição gramatical. Vários pesquisadores têm mostrado a relação

entre esquemas imagéticos e polissemia, como os trabalhos de Lakoff (1987), sobre a polissemia de *over*, Sweetser (1990), sobre a polissemia dos verbos modais em inglês, Silva (2006), sobre a polissemia do verbo deixar e Pinheiro (2010), sobre a polissemia do verbo ter pleno, apenas para citar alguns. O presente trabalho se alinha aos citados não só por se valer, em geral, do arcabouço teórico da Linguística Cognitiva, mas também, e, sobretudo, por descrever a polissemia das formações *X-eiro(a)* a partir da noção de esquema imagético.

Proponho que os esquemas morfológicos abstratos que derivam as palavras *X-eiro(a)* são estruturados por esquemas imagéticos de contiguidade (parte-todo, contêiner, contato e adjacência). O diferencial desta análise, então, está em unir ao componente semântico (SEM) da morfologia construcional de Booij a noção de esquema imagético como motivação cognitiva primordial das construções aqui analisadas. A próxima seção se destina justamente a apresentar o modelo teórico denominado Morfologia Construcional (Booij, 2010).

A MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL DE GEERT BOOIJ

O modelo de Morfologia Construcional (*Construcion Morphology*) desenvolvido por Geert Booij (2005, 2007, 2010), é uma proposta que busca fornecer um único quadro teórico em que as diferenças e as semelhanças entre as construções, tanto no nível da palavra como nível do sintagma, possam ser explicadas, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão da relação entre morfologia, sintaxe e léxico. É, nas palavras do autor, “uma teoria da morfologia linguística em que a noção de construção desempenha um papel central” (BOOIJ, 2010: 1).

Trata-se de uma abordagem que, a partir da noção mais geral de construção, desenvolve um olhar específico para construções no nível da palavra. Nessa abordagem, palavras são vistas como construções que podem ser *abertas*, *parcialmente fixas* ou *fixas*. O significado das construções também é especificado, o que significa que é uma propriedade holística da construção como um todo.

Tal abordagem aproxima o modelo de Booij ao trabalho de Goldberg (1995). Entretanto, há uma diferença crucial entre as duas abordagens: enquanto está insere morfemas no rol das construções gramaticais, aquele assume que afixos são formas presas lexicalmente não-marcadas que só se realizam quando vinculados a uma construção. Tal assunção coloca a Morfologia Construcional de Booij dentre os modelos baseados em palavras, em oposição aos modelos baseados em morfemas.

No modelo Booijiano, padrões de formação de palavras são vistos como esquemas abstratos que podem ser abstraídos de conjuntos de palavras relacionadas paradigmaticamente. Essa visão de formação de palavras converge com a visão de Tomasello (2000 apud BOOIJ, 2010: 2), para quem “a aquisição da linguagem se inicia com armazenamento de representações mentais de casos concretos do uso da linguagem. Gradualmente, o indivíduo vai fazendo abstrações através de conjuntos de construções linguísticas com propriedades similares, então, adquire o sistema abstrato subjacente a estas construções linguísticas”.

(01)	
correr	corredor
falar	falador
matar	matador
comprar	comprador

Os pares de palavras em (01) podem ilustrar a proposta do autor. Esse conjunto de palavras está em relação paradigmática. Esta relação pode ser projetada sobre a palavra ‘corredor’, por exemplo, na forma da seguinte estrutura morfológica interna da palavra: [[correr]_v dor]_N.

O autor argumenta que um conjunto de palavras, como os de (01), pode dar origem a um esquema abstrato, como o exemplificado abaixo. Consequentemente, tal esquema abstrato pode funcionar como ponto de partida para criação de novos nomes

deverbais em *-dor*, em que o novo nome é formado a partir da substituição de X por um verbo: [[X]_v dor]_N ‘aquele que pratica a ação de X’.

Palavra é um pareamento de forma e significado. A forma, por sua vez, é compreendida de material fonológico e propriedades morfossintáticas. Isso significa que cada palavra é um pareamento de três tipos de informação: fonológica (FON), morfossintática (SIN) e semântica (SEM). Além disso, o significado de uma palavra (SEM) pode ter componentes pragmáticos e estritamente semânticos.

Em suma, o autor considera uma palavra como uma peça complexa de informação que liga uma determinada sequência sonora a um significado, e tem propriedades formais como etiqueta de categoria sintática, conforme esquemas a seguir:

(2a)			(2b)		
FON	SIN	SEM	FON	SIN	SEM
$\omega_i \leftrightarrow$ ↓ σ ↓ [‘fe’]	$N_i \leftrightarrow$	$FÉ_i$	$\omega_i \leftrightarrow$ ↓ σ ↓ [‘kō . ‘prax’] _j [dox] _k	$N_i \leftrightarrow$ ↓ V_j Afx _k	[aquele que compra] _j
(2c)					
FON	SIN	SEM			
$\omega_i \leftrightarrow$ ↓ [x] _j [dox] _k	$N_i \leftrightarrow$ ↓ V_j Afx _k	[aquele que SEM] _j			

Figura 4: Esquemas construcionais de *-dor*

As representações em (02a) e (02b) são os esquemas de uma palavra simples e uma complexa, respectivamente. O esquema em (02c) representa a generalização/ abstração que se pode fazer a partir de um conjunto de palavras semelhantes à representada

em (02b) (‘comprador’, ‘vendedor’, ‘corredor’, ‘lixador’, ‘fornecedor’, etc.)

Os símbolos ω e σ correspondem à palavra e à sílaba, respectivamente. Letras maiúsculas correspondem a categorias lexicais, como N (nome) e V (verbo). As letras minúsculas subescritas, j e i, indicam a indexação e coindexação dos elementos no léxico. O símbolo \leftrightarrow significa correspondência. O autor usa o termo ‘correspondência’ para a relação entre os diferentes níveis de representação (FON, SIN, SEM). O termo ‘interface’ é usado para denotar a sistematicidade na correspondência entre os três tipos de informação (fonológica, morfossintática e semântica). Em outras palavras, propriedades de um nível podem estar relacionadas com as de outro.

O módulo de interface FON-SIN especifica que tipos de informação morfológica são acessíveis para a computação de propriedades fonológicas e de que maneira elas influenciam tais propriedades; assim como processos morfológicos podem fazer uso de informação fonológica. Dentro da morfologia construcional, todos os tipos de formação de palavras podem ser representados como construções. Desse modo, há construções para processos derivacionais (sufixação e prefixação) e compostoriais. Gonçalves & Almeida (2014) adaptam à morfologia do português a representação original proposta por Booij (2005) para os processos de composição, sufixação e prefixação.

- (a) composição: [[X]_x [Y]_y]_N
- (b) prefixação: [X [Y]_y]_y
- (c) sufixação: [[X]_x Y]_y

Nos esquemas acima, X e Y representam sequências fonológicas, ao passo que as variáveis subscritas representam categorias lexicais. O esquema geral da composição representado em (a), mostra que, em português, um sequência fonológica [X], de categoria x, juntamente a uma sequência fonológica [Y], de categoria y, instanciam

o esquema geral da composição para formar um nome – substantivo ou adjetivo (GONÇALVES & ALMEIDA, 2012)⁴ - conforme pode ser visto nos exemplos a seguir.

(03)

[[bolsa] _S [atleta] _S] _S	[[bate] _V [pronto] _A] _S
[[caixa] _S [preta] _A] _S	[[bota] _V [fora] _{ADV}] _S
[[caixa] _S [dois] _{NUM}] _S	[[sabe] _V [tudo] _{PRON}] _S
[[lateral] _A [direito] _A] _A	[[belas] _A [artes] _S] _S

Os esquemas (b) e (c), respectivamente prefixação e sufixação, diferem de (a) pelo fato de um de seus elementos não ter etiqueta lexical, ou seja, tal elemento não-etiquetado não corresponde a um lexema e, por isso, só se realizam dentro da construção. Para Booij (2005: 13), essa é a diferença entre os esquemas da derivação e da composição.

Outras noções caras à Morfologia Construcional são as noções de *léxico hierárquico*, *herança* e *unificação/compatibilização*. Em se tratando de construções morfológicas, a relação entre esquemas de diversos níveis de abstração se estabelece por meio da noção de léxico hierárquico, que pressupõe que uma série de subclassificações são organizadas hierarquicamente até chegar no nível da palavra individual, conforme esquema a seguir.

⁴ Em português, compostos adjetivos são formados apenas se [X] e [Y] pertencerem à categoria **adjetivo**, a exemplo de ‘afrobrasileiro’ – [[afro]_A [brasileiro]_A]_A. Qualquer outra combinação no interior de um composto resulta em substantivos. Cabe ressaltar ainda que o resultado da combinação A + A frequentemente é usado como substantivo, assim como acontece com diversos adjetivos simples, como se pode ver nas frases “O surdo-mudo finalmente vai aprender LIBRAS” e “O lateral-direito salvou o jogo já no fim da prorrogação”.

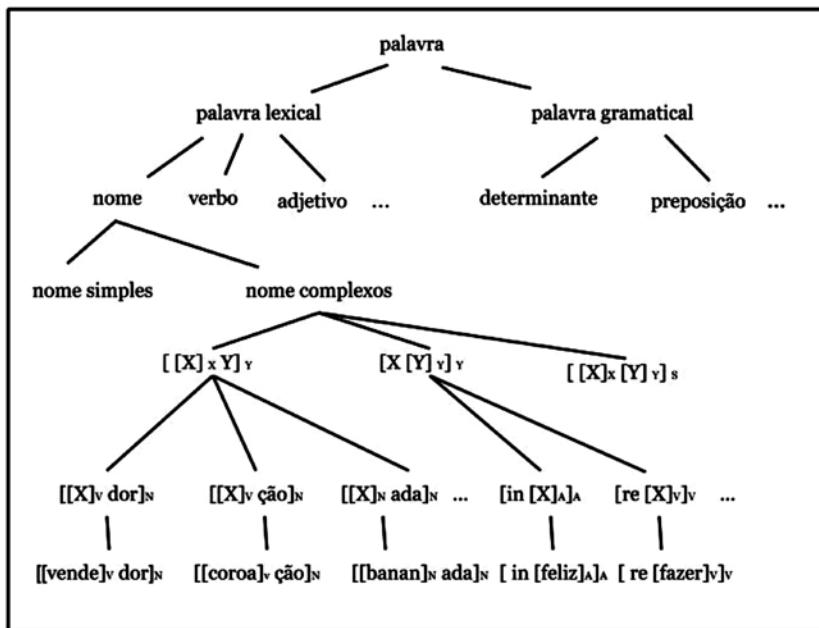
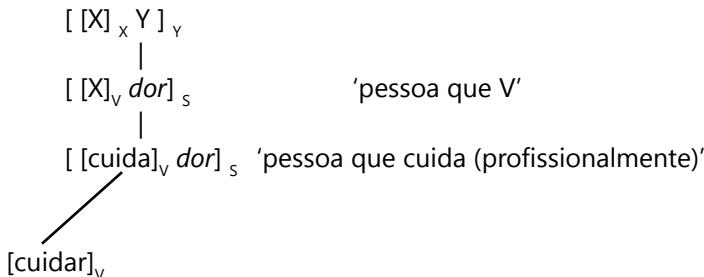


Figura 5: Esquemas de construções morfológicas

Nessa rede de relações, cada esquema é instanciação de um esquema em nível imediatamente superior, do qual herda propriedades morfossintáticas e semânticas. Sendo assim, cada esquema abstrato pode ser considerado uma subclasse pertencente aos nomes complexos. Os esquemas da segunda linha de baixo para cima, por sua vez, são instanciações dos esquemas abstratos mais gerais e herdam destes propriedades morfossintáticas e semânticas. A palavra complexa individual, então, é o resultado da unificação de uma palavra base com um esquema.

Por exemplo, dominado pelo nó ‘nomes complexos’, há o esquema geral da sufixação que pode ser instanciado pelo esquema $[[X]_v dor]_{Nj}$. Tal esquema pode se unificar, por exemplo, com a palavra ‘cuidar’, formando o nome complexo ‘cuidador’ (GONÇALVES & ALMEIDA, 2014: 175):

(04)



Unificação é a operação de substituição de uma variável no esquema por uma palavra. No esquema em (04), a variável X foi substituída pelo verbo ‘cuidar’. A essa substituição, Booij denomina *unificação* (*unification*), ou seja, uma palavra complexa como ‘cuidador’, com o significado “aquele que cuida de doentes / idosos”, é criada através da *unificação* do esquema $[X]_v dor]_{N_j}$ com o item lexical ‘cuidar’.

Entretanto, Gonçalves & Almeida (2014: 176) preferem nomear tal mecanismo de *compatibilização*, por julgarem que o termo ressalta o fato de o item lexical combinar suas propriedades lexicais com as propriedades semântico-gramaticais da construção, instaurando “*uma relação bidirecional da construção para o item e do item para a construção*”.

Isso fica evidente se atentarmos para o fato de a palavra ‘vendedor’ ativar o *frame* de **evento comercial** (FILMORE, 1982: 116-117). Tal *frame* emerge do verbo ‘vender’ e não da construção, o que pode ser comprovado pelo fato de só ser ativado em palavras X-*dor* cuja base faz parte da rede de **evento comercial** (‘vendedor’, ‘comprador’, ‘cobrador’, ‘mercador’) e estar ausente nas demais palavras X-*dor* (‘corredor’, ‘prestador’, ‘mergulhador’, ‘perseguidor’ etc.).

É com base nessa noção de construção morfológica, aliada à rede conceitual de Peirsman & Geeraerts (2006) (esquemas de imagem, domínios, força de contato e limitação) que aqui se sustenta a análise da polissemia dos denominados X-*eiro(a)* não-agentivos.

CONSTRUÇÕES DENOMINAIS *X-eiro(a)*

Na tentativa de explicar os vários significados dos denominais *X-eiro(a)* de maneira econômica e o mais abrangente possível, buscamos analisar a semântica das construções *X-eiro(a)* no nível mais esquemático. Para isso, argumento, ao longo desta seção, que os subesquemas que dão origem a palavras como bananeira, doceira e bagageiro são conceitualmente estruturados por esquemas imagéticos de contiguidade (parte-todo, contenção, contato, respectivamente). Tais esquemas imagéticos já estão codificados nas próprias construções, ou seja, são constitutivos do componente SEM. Assumo, então, em consonância com os pressupostos da Linguística Cognitiva, que tais formações podem ser descritas a partir de relações semânticas e suas contrapartes formais.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é mostrar que a regularidade semântica e a polissemia dos denominais *X-eiro(a)* não-agentivos é estruturada pelos esquemas imagéticos de contiguidade e suas extensões via *força de contato* e *limitação*. Como visto na seção anterior, Gonçalves & Almeida (2014) propõem $[[X]_x Y]_y$ como esquema geral da sufixação. Subordinado a ele, estão o esquema geral dos denominais e o esquema das formações *X-eiro(a)*, conforme o esquema a seguir.

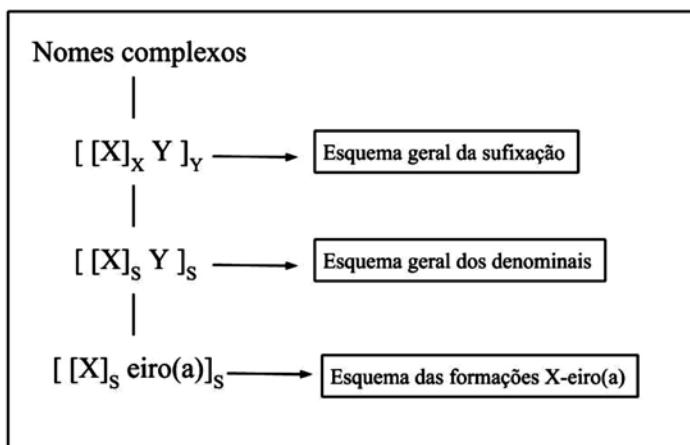


Figura 6: Esquema das construções X-eiro

O polo semântico de uma construção hierarquicamente mais alta deve conter uma especificação geral o suficiente para abarcar as diversas possibilidades de significação provenientes dos subesquemas imediatamente abaixo. É exatamente por isso que estou propondo que o polo semântico da construção $[[X]_s \text{ eiro}(a)]_s$ é motivado pela noção mais geral de contiguidade, uma vez que essa é capaz de abranger todas as outras (parte-todo, contenção, contato e adjacência).

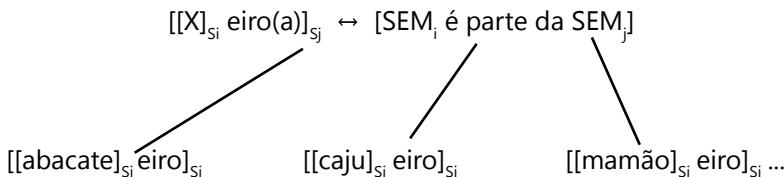
(05)

$[[X]_s, \text{eiro}(a)]_s \leftrightarrow [\text{SEM}_i \text{ em contiguidade com SEM}_j]$.

O esquema $[[X]_s, \text{eiro}(a)]_s \leftrightarrow [\text{SEM}_i \text{ em contiguidade com SEM}_j]$ é instanciado por três subesquemas, cada um deles motivado por um dos EI's de contiguidade (parte-todo, contenção ou contato), que se relacionam entre si pelo enfraquecimento da força de contato. Passo a descrever cada um deles.

Parte-todo – Motivadas por esse esquema imagético estão todas as acepções relacionadas uma entidade do grupo das angiospermas: ‘abacateiro’, ‘roseira’, ‘alecrineiro’, entre tantas outras. Nesses casos, a base representa sempre a parte (‘caju’, por exemplo) e o produto, o todo (‘cajueiro’), conforme esquema abaixo:

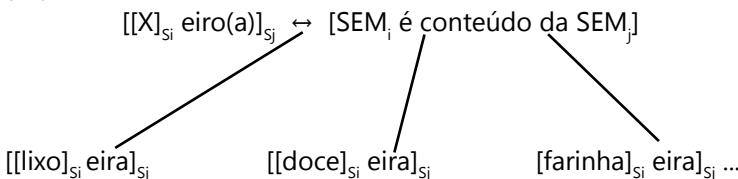
(06)



Contenção – Contenção decorre do enfraquecimento da *força de contato* em relação à parte-todo (ver Figura 2). O esquema imagético conteúdo-contêiner é bastante atuante no processo de formação das palavras $X\text{-eiro}(a)$ e resulta num número considerável de palavras que designam recipientes, tais como ‘lixeira’, ‘doceira’, entre tantas outras. Nesse subesquema, a base será sempre o conteúdo e o pro-

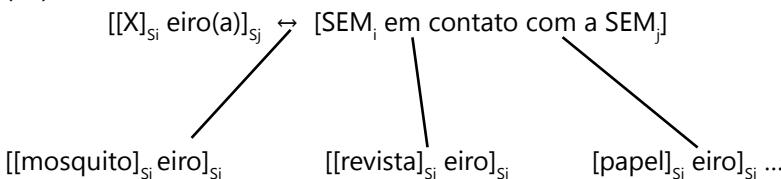
duto, sempre o contêiner. O enfraquecimento da *força de contato* fica perceptível quando se comparam ‘roseira’ e ‘doceira’. Para se separar a ‘rosa’ da ‘roseira’, é necessária uma força que a arranke. Já o ‘doce’ pode ser mais facilmente removido da ‘doceira’.

(07)



Contato – Seguindo o *continuum* de enfraquecimento da *força de contato*, tem-se o esquema imagético de contato, em que as entidades estabelecem uma relação de contato entre si. Esse esquema motiva a formação de palavras como ‘bagageiro’ e ‘mosquiteiro’. A diferença dessas formações para as do tipo ‘doce’ – ‘doceira’ é que as entidades mantêm apenas uma relação de contato. O ‘bagageiro’ é uma superfície sobre a qual se colocam as bagagens. O ‘papeleiro’ tem um formato parecido com o de uma bandeja. A ‘doceira’, diferentemente, é um pote onde se colocam os doces – é exatamente um recipiente.

(08)



A proposta é unir a rede conceitual extraída da proposta de Peirman & Geeraerts, ou seja, a interação entre esquemas imagéticos de contiguidade em um dado domínio, ao arcabouço da morfologia construcional. Assim, por se tratarem de construções, cujas bases são substantivos concretos para formar substantivos também concretos, pode-se afirmar que o domínio que ancora a rede conceitual dessas

construções é o material/espacial. A **Figura 7**, a seguir, resume os três subesquemas descritos.

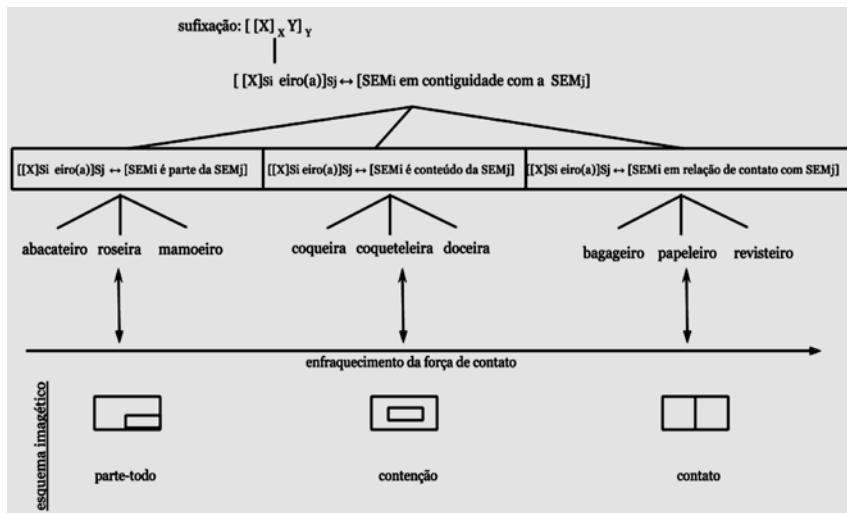


Figura 7: Rede polissêmica dos denominais X-eiro(a) não-agentivos

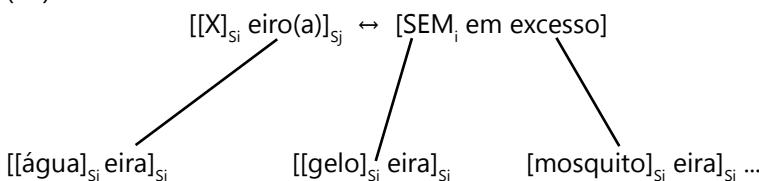
A **Figura 7** mostra a relação entre o esquema geral da sufixação (o nó mais alto da rede), o esquema do denomininal *X-eiro(a)* (o nó imediatamente inferior), seus subesquemas (os nós derivados do esquema nominal) e algumas instanciações possíveis (os exemplos). A cor azul representa o domínio espacial/material. O esquema *X-eiro(a)* é instanciado por três subesquemas, cada um motivado por um dos esquemas imagéticos de contiguidade (parte-todo, contêiner e contato). Os três subesquemas se relacionam entre si, não só por serem derivados do mesmo nó hierarquicamente superior, mas também pelo enfraquecimento da força de contato, indicado pela seta horizontal.

A partir das construções objetos recipientes, emerge o subesquema que dá origem a palavras como ‘geleira’, ‘mosquiteira’, ‘formigueira’, ou seja, palavras com nítido sentido de excesso. Tal subesquema está ancorado no domínio das assembléias /coleções e é um caso de herança por metáfora. Segundo Gonçalves & Almeida,

A ligação por extensão metafórica, segundo apontada por Goldberg (1995), constrói-se a partir da projeção do sentido da construção primitiva para outro domínio na nova construção. Em Linguística Cognitiva, a metáfora é compreendida como projeção entre domínios diferentes, mantido o Princípio da Invariância. (GONÇALVES & ALMEIDA, 2014: 180)

Palavras como ‘aguaceira’, ‘mosquiteira’, ‘geleira’, entre outras, ilustram bem a situação de herança por metáfora. Nesse grupo, aqui denominado *entidades em excesso*, a base é um substantivo concreto indicando um elemento unitário, ao passo que o produto é um substantivo de caráter mais abstrato que pode ser parafraseado como “excesso de X” ou “X em excesso”.

(09)



O esquema imagético envolvido é o de contêiner. O subesquema das *entidades em excesso* é derivado do subsquema $[[X]_{Si} eiro(a)]_{Sj} \leftrightarrow [SEM_i \text{ é conteúdo da } SEM_j]$ no domínio espacial/material. Tomo por base duas características dessas construções para sustentar a proposta de herança por metáfora.

1. O esquema envolvido nessas construções é o de contêiner; assim como nas formações que designam recipiente. Segundo Peirsman & Geeraerts (2006: 36) padrões de parte-todo e contenção podem ser projetados no domínio denominado pelos autores de assembléias e coleções. Palavras como ‘geleira’, ‘mosquiteira’, ‘aguaceira’, entre outras são formadas por uma base substantiva que designa uma entidade concreta e delimitada e formam um substantivo de caráter abstrato e ilimitado. Essa relação entre base e produto converge

com o padrão *indivíduo limitado – coleção ilimitada* proposto pelos autores (ver **Figura 3**).

2. A presença de vogal -a, em vez de -o, é típica dessas construções, assim como é nas formações que designam recipiente.

A primeira característica é uma condição para haver uma herança por metáfora: a manutenção da topologia cognitiva no domínio fonte, ou seja, a manutenção da mesma estrutura de esquema imagético em outro domínio. A segunda aproxima o subesquema “X em excesso” das palavras que designam recipiente, uma vez que são os únicos grupos de palavras não agentivas que se caracterizam pela forte presença da vogal -a.

A importância da vogal -a deve-se ao seu papel no reenquadre morfológico, nos termos de Nascimento (2006). Tanto nas formações que designam objetos recipientes quanto nas que indicam excesso, é comum a presença da vogal temática -a gerando uma especialização semântica. Assim ‘arruaceiro’ (“aquele que faz arruaça”) pode se reenquadrar em ‘arruaceira’, uma palavra masculina que passa a feminina.

Como proposto por Nascimento, essas formas se especializam conforme o princípio da não sinonímia (GOLDBERG, 1995). Segundo esse princípio, se duas construções são sintaticamente distintas, devem ser semântica e pragmaticamente distintas. Esse princípio pode levar à eliminação de uma das formas concorrentes ou à especificação semântica de uma delas. Tal especificação pode ser de dois tipos: restrição no valor semântico ou extensão figurativa.

O que ocorre nas formações *X-eiro(a)*, na verdade, são os dois casos. Uma forma do tipo ‘arruaceiro’ sofre um reenquadre morfológico passando à ‘arruaceira’. A restrição semântica leva essa forma ao significado feminino (aquele que faz arruaça). A extensão figurativa gera o significado “excesso de arruaça”. O mesmo ocorre em palavras como biscoiteira e merendeira, que podem ser interpretadas tanto como feminino de biscoiteiro e merendeiro, como objetos recipientes.

É importante notar que a restrição semântica ocorre nas formações agentivas e a extensão figurativa nas não-agentivas. Esse é também um dos motivos, pelos quais, a meu ver, formações não agentivas devem ser analisadas distintamente das agentivas. É muito provável que essa diferença tenha sua origem nas primeiras formações *X-eiro*, ainda no latim vulgar.

Embora diversos pesquisadores (MARINHO, 2004; ALMEIDA & GONÇALVES, 2006; BOTELHO, 2004; 2009; PIZZORNO, 2010; entre outros) afirmem que as formações não agentivas derivam, direta ou indiretamente, das agentivas, por entenderem que as formações agentivas são o centro prototípico da rede polissêmica das construções *X-eiro(a)*, dados históricos apontam para uma origem relativamente diferenciada, pois, embora ambas construções (agentivas e não agentivas) tenham sua origem no sufixo latino *-arius*, *-a*, *-um*, as formas agentivas derivam do masculino *-arius*, ao passo que as não agentivas derivam das formas feminino e neutro, respectivamente, *-aria* e *-arium*, conforme apontam estudos de Mário Eduardo Viaro.

Algumas palavras se relacionam a substantivos homônimos de gênero gramatical distinto. Dessa forma, commentarium ou commentarius aparecem como sinônimos em Cícero. Como a maior parte das palavras em -arium referem-se a coisas, tais formas terminadas em -arius parecem absolutamente excepcionais (colocando-os muitas vezes sob suspeição de serem casos de erros à luz da ecdótica) e somente as formas em -arium são consideradas. Chama a atenção o fato de que a forma masculina apiarius é o apicultor enquanto o neutro apiarium é a colmeia. Mostrando uma relação ainda visível entre o elemento animado e o masculino. As formas neutras em -arium, dessa forma, jamais indicam agentes como ocorrem com as formas masculinas em -arius. (VIARO, 2011: 128)

Além de Viaro, O dicionário Houaiss também cita a relação entre gênero masculino e significado agentivo e entre os gêneros feminino e neutro e o significado não agentivo de *-eiro*.

-eiro: dos suf. lat. *-arius*, *a*, um formador de adjetivos, e de seus der. *-arius*, *ii*, *-aria*, *ae* e *-arium*, *ii*, formadores de subst. que passam a ocorrer independentemente da existência de um adj. conexo, o primeiro denotando 'o que produz e/ou negocia, ou cuida; trata de (coisa designada pelo rad.lat.)' (*ferrarius*, *i-* 'ferreiro'), o segundo e o terceiro, ger., 'um lugar, local (por vezes receptáculo)' (*ferraria*, *ae* 'mina de ferro', *calvaria*, *ae* 'crânio', *caldarium*, *ii* 'casa de banho'), em virtude da estreita ligação ocorrente já no lat., de modo que, em port., não há por quê, nem como, estremar o suf. formador de adjetivos dos formadores de substantivos; neste dicionário, registram-se, numa única entrada, os voc. adj. e subst. origin. latinos. (HOUAISS, 2009, versão eletrônica)

Outra característica típica de construções não agentivas é noção de coletividade e/ou excesso. Essa também encontra respaldo histórico, uma vez que a noção de coleção estava associada à forma do plural neutra e posteriormente à forma feminina.

Uma forma feminina singular terminada em -a podia ser interpretada como um neutro plural em -a (produzindo assim uma ideia coletiva) e gerar analogicamente um substantivo neutro em um no singular. (VIARO, 2011: 129)

No processo de redução dos três gêneros do latim (masculino, feminino e neutro) a dois gêneros no português (masculino e feminino), a marca de neutro plural foi reinterpretada como feminino. Entretanto, em muitos casos, passou a carregar o valor semântico de coletivo ou não contável formando femininos com especificações semânticas.

Em suma, a relação entre a semântica da base e a semântica do produto no grupo “entidade em excesso” aponta para uma relação do tipo indivíduo limitado - coleção ilimitada. O esquema que dá origem, então, às palavras desse grupo é extensão metafórica do esquema dos aqui chamados *objetos recipientes*. A **Figura 8**, a seguir, representa

a relação entre as construções do domínio espacial/material e as do domínio das assembleias/coleções.

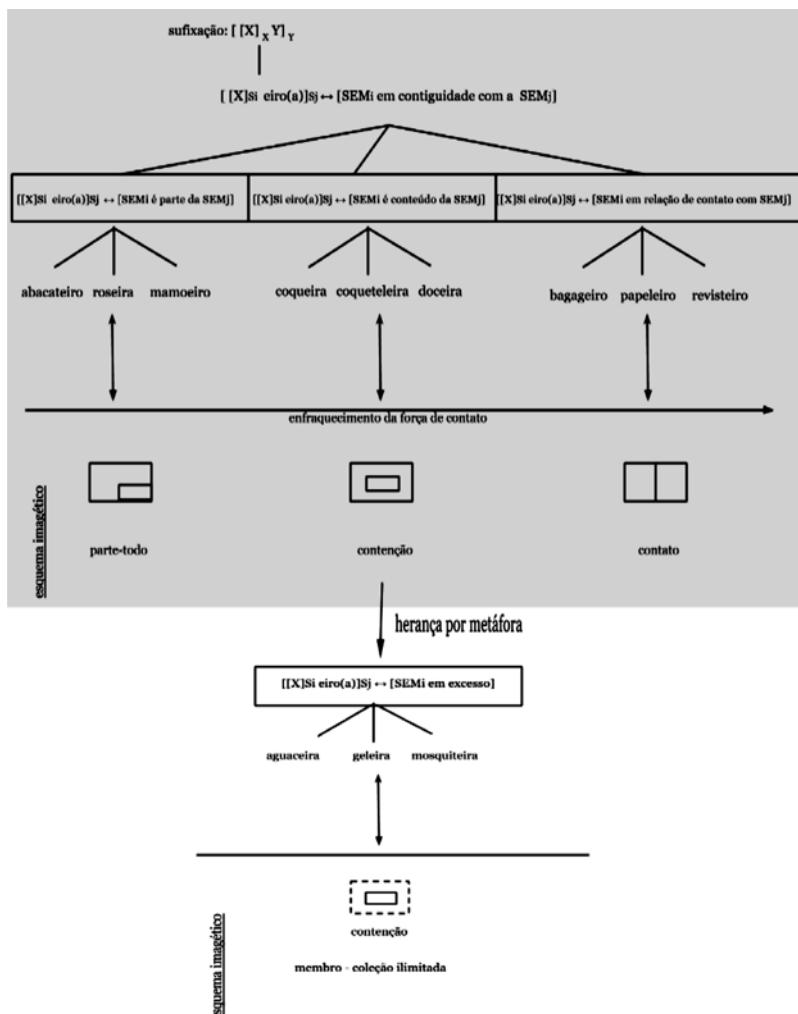


Figura 8: Representação da herança por metáfora

PALAVRAS FINAIS

Este capítulo se propôs não só a analisar as construções *X-eiro(a)* não agentivas, como também a refinar a contraparte semântica da chamada Morfologia Construcional. Uma vez que o polo semântico das construções hierarquicamente superiores deve ser o mais abrangente possível a ponto de abarcar todas as acepções hierarquicamente subordinadas, somente puxando o significado “para cima”, pode se alcançar generalizações coerentes e consistentes o suficiente. Assim, a proposta de integrar a noção de esquemas de imagem parece ser bastante plausível e eficaz. Os dados das formações *X-eiro(a)* apontam para uma relação regular entre a semântica da base e do produto que indicam relações de contiguidade conceitual. Essa relação semântica entre base e produto das formações *X-eiro(a)* converge com a rede conceitual proposta por Peirsman & Geeraerts (2006), o que mostra que tal rede pode ancorar tanto processos referenciais como processos de formação de palavras. Por fim, vale ressaltar que a polissemia dos denominais *X-eiro(a)* não agentivos decorre do fato de os subesquemas se relacionarem entre si tanto por derivarem do mesmo esquema-mãe, como por serem extensões via *força de contato* ou por herança por metáfora.

FONOLOGIA E MORFOLOGIA: ENANTIOMORFISMO NA “GUALÍN DO TTK” (“LÍNGUA” DO CATETE)

Carlos Alexandre Gonçalves
Felipe da Silva Vital

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Neste trabalho, propomos uma análise do fenômeno popularmente conhecido como “TTK” (também chamado *gualin*, “língua”, e *xarpi*, “pichar”). O fenômeno consiste no mapeamento direita-esquerda (enantiomórfico, portanto) e resulta na criação de uma palavra de uso privado (clandestino, sigiloso), que mantém a sequência segmental ou silábica da palavra-matriz, respectivamente em casos de monossílabos ([‘lɔ.gi] << ‘gol’; [‘ra.bi] << ‘bar’) e multissílabos¹ (‘mesa’ >> [za.’me]; ‘pichar’ >> [ʃax.’pi]; ‘música’ >> [ka.zi.’mu]; ‘vagabunda’ >> [da.bũ.ga.’va]).

O fenômeno apresenta similaridade na França, sendo chamado de *Verlan* (*femme* (“mulher”, pronunciada *fâmm*) >> [‘mẽ.f_e]; *fête* (“festa”, *fét(a)*) >> [‘teuf]) e no Peru, conhecido como “*Vesre*” (*marido* >> [do.’ri.ma] ; *playa* >> [‘ja.pla]). Como o *Verlan* e o *Vesre*, o TTK é uma espécie de *argot*, uma vez que constitui forma de linguagem usada por um grupo de pessoas que partilham características comuns, como profissão, procedência ou mesmo identificação ideológica.

¹ Com o objetivo de diferenciar monossílabos de não monossílabos, utilizamos o termo **multisílabo** em referência a palavras com duas ou mais sílabas.

Muitas vezes, *argots* se convertem em instrumentos para evitar que as mensagens sejam entendidas por indivíduos estranhos ao grupo. Isso acontece, por exemplo, na fala de meliantes e traficantes, em que o segredo é extremamente necessário, em função da ilegalidade das práticas. No caso do TTK, esse tipo de linguagem surge como gíria comumente usada por *rappers* que atualmente des-
pontam no cenário musical carioca (Stephan Peixoto “Sain”, filho de Marcelo D2, Daniel Shadow e Akira Presidente, por exemplo). O TTK passou a ser mais conhecido na mídia brasileira com humorista Marcelo Adnet, que tornou pública a linguagem num programa de entrevista em rede nacional (*Esquenta*, Rede Globo de Televisão, 2013, apresentado por Regina Casé).

Neste capítulo, que trata de questões de interface fonologia-morfologia, analisamos o fenômeno à luz da Teoria da Optimalidade (PRINCE & SMOLENSKY, 1993; McCARTHY & PRINCE, 1993a). Portanto, em função de restrições de fidelidade *input-output* e restrições de boa formação prosódica (as restrições de marcação), argumentamos em favor de um ranking de restrições para esse *argot*, que marca um público majoritariamente jovem, denotando a chamada função indexical dos processos fonomorfológicos (GONÇALVES, 2003). Em primeiro lugar, definimos termos centrais para a análise, como *argot* e enantiomorfismo, além da metodologia utilizada para a coleta do *corpus*; a seguir, apresentamos as principais características do TTK e a análise nos moldes optimalistas.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Os dados da pesquisa foram coletados de conversas espontâneas gravadas com consentimento dos participantes em questão: jovens, homens e mulheres, entre 15 e 30 anos, grupo de amigos mantêm entre si a cultura giriática em situações de interação. Em sua maioria, os participantes são moradores do PREV (Parque Residencial da Estrada Velha), no bairro do Engenho da Rainha, no município do Rio de Janeiro.

Como fonte alternativa de coleta, recolhemos dados de *blogs* e *sites* com a finalidade de abordar hábitos e práticas dos grupos pelos quais mais se veiculam notícias sobre a *gualin do TTK* ou *do Xarpi*, além de músicas e entrevistas de pessoas famosas que conhecem esse *argot* brasileiro, como o ator e humorista Marcelo Adnet e o cantor-compositor Gabriel, o Pensador.

O TTK COMO ARGOT

Calvet (1994) define *argot* como um tipo especial de linguagem usado por determinado(s) grupo(s) a fim de se obter(em) determinado(s) fim(s) que pode(m) ser aplicado ao sentido ou à forma do constructo. Quanto às motivações, destacam-se (a) desejo de omissão da real mensagem (função críptica), (b) forma de diferenciação em relação a falantes de outras comunidades de fala, constituindo uma marca de identidade própria (função identitária), (c) confecção de caráter cômico falante-ouvinte (função lúdica) e (d) desejo de expressão de valor avaliativo do falante em relação ao referente / ouvinte (função atitudinal, nos termos de Gonçalves, 2011). Das motivações levantadas por Calvet (1994), ao TTK estendem-se de maneira significativa as três primeiras características. Os itens (a) e (b), que estão intimamente ligados no *argot* brasileiro, justificam possivelmente a escolha do nome “TTK” (aplicado à palavra “Catete”, um bairro da zona sul do Rio de Janeiro, com o aproveitamento apenas das consoantes, pronunciadas de trás para frente). Uma das áreas mais influentes para a juventude no Rio de Janeiro nos últimos tempos, o bairro do Catete vem se afirmando como berço de movimentos culturais por ser uma área em que o tradicional se mistura com o inovador:

“velhos sobrados se misturam a grandes edifícios e às favelas do Santo Amaro e Tavares Bastos. Na vizinha Glória, os travestis passeiam com naturalidade nas ruas em que hotéis e pensões para turistas com orçamentos mais em conta formam o cenário icônico da pixação” (NOYSEY, https://noissey.vice.com/pt_br/article/uma-historia-oral-do-ttk).

O TTK, como é falado o nome do bairro no dialeto dos pichadores locais, constitui, ainda de acordo com Noysey, “uma área apertada entre a abastada Zona Sul, o histórico Centro do Rio e a belíssima e poluída Baía de Guanabara. É o corredor no baile do lado A e lado B carioca”.

À segunda função de um *argot*, a função identitária, postulada por Calvet (1994), associa-se a *função indexical* das operações fonomorfológicas. De acordo com Gonçalves (2003), tal função diz respeito ao fato de certas operações terem capacidade de prever especificidades sócio-culturais do falante. A linguagem TTK, por estar associada a jovens que participam ou simpatizam com o movimento *rap* nessa região, parece manifestar essa função, uma vez que apresenta tal atributo. Veja-se, a seguir, na música *Gualín*, de Gabriel, o Pensador, como determinadas expressões se realizam em TTK:

Oi, tudo legal? Oi, dotú gal-lê?
 Meu nome é Gabriel, meu menô é Elbrigá
 Meu filho é Davi, meu lhofí é Vidá
 Os nomes nessa língua, os mesnô sané gualín
 são assim, são sim-a

Se cevô besá larfá sané gualín, lafá bemtâm
 É de trás pra tefrén, se quiser falar também
 Se você sabe falar nessa língua, fala também
 é de tr's pra frente, se serquí larfá bemtâm

Oi tudo legal? Oi, dotú gal-lê?
 tá tudo tranquilão, tá dotú lãoquitrân
 tá tudo tranquilão, tá dotú lãoquitrân
 Oi, tudo legal? Oi, dotú gal-lê?
 Meu nome é Gabriel, meu menô é Elbrigá
 Meu nome é Gabriel, meu menô é Elbrigá

Quero chocolate, roqué telacochô

Quero chocolate, roqué telacochô
Macaco quer banana, cocamá quer nanabá
Macaco quer banana, cocamá quer nanabá
O macaco quer banana, mas não sabe descascar!

Vou falar um palavrão, vou larfá mu vrãolaprá
Vou falar um palavrão, vou larfá mu vrãolaprá
Paralelepípedo, dopepilelerapá
Paralelepípedo, dopepilelerapá

ALGUMAS NOTAS SOBRE A NOÇÃO DE ENANTIMORFISMO

Enantiomorfismo é um termo técnico da Física, de um modo geral, e da Ótica, mais especificamente, que consiste, de acordo com a Wikipédia,

na simetria de dois objetos que não podem se sobrepôr. Um exemplo simples de enantiomorfismo é a imagem de um objeto formada no espelho, como o vaso ao lado: uma fotografia direta (frente-a-frente) e uma obtida do espelho, não são iguais. A mesma coisa ocorre com a figura pintada num lado do papel e depois "carimbada" por sua dobra (ilustração). Os objectos e suas imagens, assim como as impressões por dobra, são considerados enantiomórficas.

(<https://pt.wikipedia.org/wiki/Enantiomorfismo>)

O conceito de *enantiomorfismo*, em se tratando de estudos morfofonológicos, foi usado por Gonçalves (1992) na análise dos processos de aférese e prótese da vogal [a] ('guentar' << 'aguentar'; 'assujeitar' << 'sujetar'). Os processos constituem, de acordo com o autor, *verso e reverso morfológicos*. A imagem a seguir possibilita visualizar melhor o fenômeno:

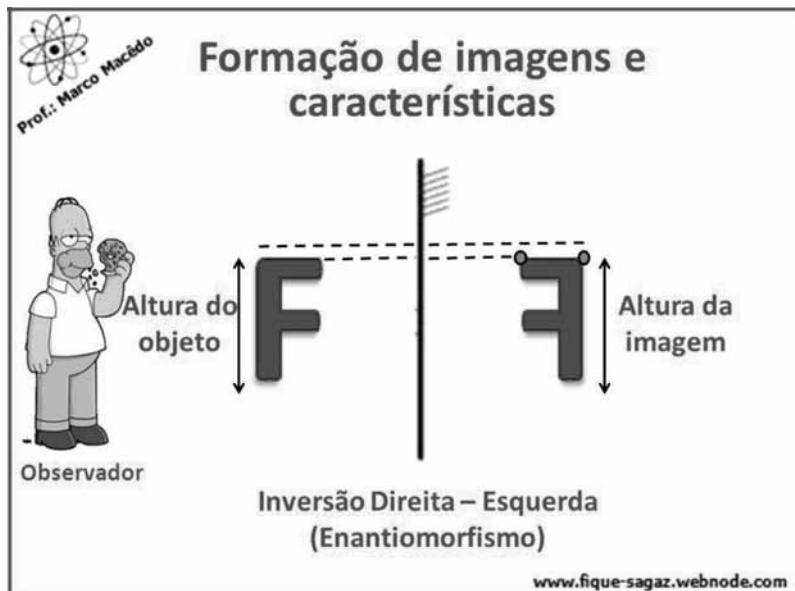


Figura 1: Representação do enantiomorfismo

Entendemos que o TTK constitui exemplo de enantiomorfismo, pois consiste no reordenamento de sílabas ou segmentos no interior de uma palavra, mecanismo que tem sido empregado por certos grupos de falantes já há alguns séculos (RAMIREZ & GONÇALVES, 2013), a julgar pela presença de palavras do *Vesre* numa obra editada por Hidalgo, em 1609, intitulada *Romances de germania de varios autores* (TERUGGI, 1974).

Infere-se, pela definição em destaque e pela **Figura 1**, que o processo consiste em uma releitura de uma palavra, da direita para a esquerda, preservando-se a sequenciação linear das sílabas (multissílabos) ou dos segmentos (monossílabos). Desse modo, o *output* nada mais é que uma leitura em espelho do *input*, como se observa nos dados a seguir:

(01)

café	[fe.'ka]	pichar	[ʃax'pi]
vagabunda	[da.bu̯.ga.'va]	mesa	[za.'me]
broto	[to.'bɾo]	cerva	[va.'sEx]
beleza	[za.le.'be]	música	[ka.zi.'mu]
gol	[‘lɔ.gi]	bar	[‘ra.b̥i]
não	[o.'ẽ]	sol	[‘lɔʃ]

Nos multissílabos, o TTK aponta para a criação de pés iâmbicos (HAYES, 1995) à direita da nova formação, independentemente de a sílaba final ser ou não marcada (apresentar *onset* complexo ou coda, por exemplo), o que caracteriza o produto sempre como oxítono, a despeito de a palavra-matriz ter ou não acento na última sílaba. Nos monossílabos, ao contrário, são formados pés trocaicos, caso a primeira consoante (que será a última no TTK) não puder ocupar a posição de coda. Nesse caso, há epêntese vocalica, o que leva à produção de dissílabos com proeminência à esquerda (. *), caracterizando pés troqueus. Se considerarmos que o troqueu em questão é o moraico, também os monossílabos resultantes (última linha) podem ser assim categorizados, uma vez que são pesados, por apresentar coda.

Quanto às especificidades categoriais das formas de *output* no TTK, percebe-se que o fenômeno incide preferencialmente em classes lexicais (nome e, em menor grau, verbos). Em relação aos nomes, há de se destacar o padrão flexional desse *argot*: (a) a informação de gênero ocorre internamente, tendo em vista que o *output* é categoricamente oxítono ('garota' >> [ta.ro.'ga]; 'mana' >> [na.'mẽ]); (b) a flexão de número, por sua vez, é periférica ('garotos' >> [to.ro.'gaʃ]; 'amigos' >> [go.mi.'aʃ]), ou seja, apesar de haver inversão, a marcação de plural se conversa na última sílaba, ainda que esta não seja a que continha inicialmente o *-s* de número.

No caso dos verbos, o fenômeno, por surgir em um contexto de baixa formalidade, segue um paradigma que atua consoante a queda das desinências verbais, nas classes menos escolarizadas.

Isso implica um paradigma verbal dissonante ao que preconiza a Gramática Tradicional (nós/a gente (es)tava >> nós/agente [va.'ta]). Os modos verbais menos utilizados na fala (subjuntivo e imperativo) são evitados em TTK, que figura como um fenômeno mais favorável aos tempos do indicativo.

A forma verbal preferencial em TTK, de acordo com a observação dos dados, é o infinitivo ('pichar' >> [sax.'pi]; 'roubar' >> [ba.'xɔ]). Os tempos e pessoas verbais mais harmônicos para esse *argot* são os que se realizam em até três sílabas: o presente, o futuro do presente e os pretéritos perfeito e imperfeito. Um importante fato a se destacar é que, como o plural, todas as formas verbais costumam manifestar-se na periferia direita da palavra, ainda que sejam candidatas a ocupar a primeira posição (margem esquerda) na forma resultante. Esse fato sugere que o fenômeno forma primeiramente palavras e, após a aplicação ao radical ('pichar' >> [sax.'pi]), sobre ele se efetua a flexão verbal ('xarpi' >> 'xarpirei'; 'xarpiu'; 'xarpirá'). Nas formas em que há necessidade de elemento de juntura, a consoante /z/ é sempre acionada, como, por exemplo, em 'a tegén xarpizava ralgé'.

Na próxima seção, analisamos alguns dados do TTK com base no instrumental de análise fornecido pela Teoria da Optimalidade (TO). Desse modo, procuramos demonstrar que restrições estão em jogo e qual a hierarquia entre elas para que emirjam *outputs* que, apesar de cifrados, possam remeter aos *inputs* correspondentes. Neste capítulo, limitamo-nos à análise dos multissílabos.

ANÁLISE DO TTK PELA TEORIA DA OTIMALIDADE (TO)

A versão *standard* da TO está em Prince & Smolensky (1993). O modelo surge como resposta à fonologia gerativa clássica (*The sound pattern of English* – SPE, CHOMSKY & HALLE, 1968) e às teorias advindas desse trabalho pelo fato de modelos pós-SPE também proporem um mapeamento *input-output* governado por um componente de regras ordenadas, por conseguinte, de operação em série.

Bem resumidamente, a TO propõe um componente chamado GEN (abrev. do inglês *generator*, “gerador”), que “*produz, para cada input, um contingente de análises candidatas. Desse modo, as realizações de superfície passam a ser vistas como o resultado da melhor satisfação a um ranqueamento de restrições*” (GONÇALVES & PIZA, 2009: 14). Na TO, a relação *input-output* é regulada por dois mecanismos: além de GEN, há EVAL (abrev. de *evaluator*, “avaliador”). GEN, ligado ao *input*, produz uma série de candidatos para EVAL, que, através de CON (abrev. de *constraint*, “restrição”), o conjunto de restrições universais de várias famílias (FIDELIDADE, MARCAÇÃO, ALINHAMENTO), seleciona o *output real*, a forma de superfície.

No âmbito da TO, o *output* ótimo é o que mais bem satisfaz as demandas da hierarquia, não sendo necessariamente perfeito, pois, estando as restrições em permanente conflito, mesmo as formas ótimas são infratores em potencial. Para apresentar e organizar os processos de geração, seleção e avaliação dos candidatos a *output* ótimo, a TO adota uma representação em formato de tabela, denominada *tableau*, padronizada da seguinte forma:

/input/	Restrição ₁	Restrição ₂
a. → cand ₁		*
b. cand ₂	* !	

Quadro 1: Ilustração do efeito de EVAL

No *tableau*, o */input/* (forma subjacente) é posicionado na primeira célula, sendo seguido horizontalmente pelas restrições de CON relevantes à análise. Verticalmente, abaixo do */input/*, são apresentados os candidatos ($\{\text{cand}_1, \text{cand}_2, \dots\}$) gerados por GEN (gerador) e avaliados por EVAL (avaliador). A relação de dominância na hierarquia é expressa a partir da segunda célula da esquerda para a direita, ou seja, a primeira restrição do *ranking*, situada à direita do /

input /, ocupa o topo da hierarquia e, portanto, é prioritária e qualquer violação a ela pode ser fatal. Ainda no *tableau*, O asterisco (*) indica a quantidade de violações sofridas por cada candidato enquanto a exclamação (!) assinala que houve violação fatal e, desse modo, demonstra que o candidato foi descartado da competição. Nesse caso, o efeito-sombra, na célula situada à direita do candidato (b), representa a atuação irrelevante da restrição, uma vez que o vencedor, indicado por meio do ícone com o indicador apontado para frente (□), já foi selecionado por R1, restrição mais importante.

Há, nos dados do *corpus*, duas características são importantes nos multissílabos empregados no TTK: (a) o melhor respeito à contiguidade silábica e (b) a menor violação possível na linearidade dos segmentos. Dessa maneira, à luz da TO, duas restrições de fidelidade são relevantes por controlar o enantiomorfismo, marca da *gualín* aqui examinada: **CONTIGUITY- σ** (contiguidade silábica) e **LINEARITY** (linearidade).

Nas palavras de McCarthy e Prince (1993b: 291), **CONTIGUITY** é violada “*cada vez que a adjacência de elementos em S1 for rompida em S2*”. Como os dados do TTK evidenciam respeito à contiguidade das sílabas (e não necessariamente dos segmentos da palavra-matriz), seguimos Ramirez & Gonçalves (2013) e especificarmos essa restrição como **CONTIGUITY- σ** . Essa demanda é fundamental na caracterização do TTK, pois a forma ótima é sempre aquela que não infringe essa restrição, definida da forma em (02) a seguir:

(02)

“*Sílabas contíguas em S1 deverão ser também contíguas em S2*”, de modo que uma violação ocorrerá cada vez que a adjacência de sílabas for rompida em S2” (RAMIREZ & GONÇALVES, 2013: 67)

Considerem-se os dados a seguir, com as possíveis inversões silábicas para a forma “música”:

(03)

- mú. zi. ka :: **mu** é contígua a **zi** e **zi** é contígua a **ka**
- ka. zi. mu :: **ka** é contígua a **zi** e **zi** é contígua a **mu**
 - zi. ka. mu :: **zi** é contígua a **ka**, mas **ka** não é contígua a **mu**
 - ka. mu. zi :: **mu** é contígua a **zi**, mas **ka** não é contígua a **mu**
 - zi. mu. ka :: **mu** é contígua a **zi**, mas **ka** não é contígua a **zi**
 - mu. ka. zi :: **ka** é contígua a **zi**, **zi** não é contígua a **mu**

Percebe-se, em (03), que somente a forma com /zi/ na posição originária (segunda, em qualquer direcionamento) preserva integralmente as relações de adjacência entre as sílabas da palavra-matriz, satisfazendo **CONTIGUITY-σ** e, com isso, sendo mais fiel à base. As demais inversões admitem sílabas adjacentes não contíguas, violando, uma vez cada, a determinação feita em (02).

Outra característica do fenômeno, justamente em função de constituir imagem em espelho da forma de *input*, é a natural violabilidade da restrição **LINEARITY**: a inversão de sílabas obviamente leva à perda da linearidade segmental. Por sua vez, esse desrespeito a **LINEARITY** não pode ser fortuito: de acordo com Hume (2001: 19), “*a total perda da adjacência de segmentos tornaria a palavra resultante irreconhecível para o ouvinte, prejudicando sua identificação e, consequentemente, sua aceitação na língua*”. **LINEARITY** determina que seja marcada uma violação cada vez que um par de segmentos adjacentes do *output* não estiver na ordem em que figura no *input*. Exemplifiquemos o efeito de **LINEARITY** (LIN) com as possíveis formas candidatas a TTK de ‘droga’:

(04)

- dro. ga
123 45
- ga. dró :: viola uma vez LIN, pois 3 não é seguido por 4
45 123
 - ga. dór :: viola três vezes LIN, pois 1 não é seguido por 2, nem 2 por 3, nem 3 por 4
45 132
 - go. drá :: viola quatro vezes LIN, pois 2 não é seguido por 3, nem 3 por 4, nem 4 por 5
43 125

Como se observa em (04), satisfaz LIN da melhor maneira possível a forma que inverte as sílabas, mas preserva a ordem dos segmentos no interior das sílabas trocadas de posição, (b), ‘gadró’.

Uma restrição de marcação sempre satisfeita no TTK e, por isso mesmo, altamente cotada no *ranking*, é iambo (**RhTYPE=I**), tipo de pé métrico com proeminência à direita (.*) que pode ou não contar peso e, por isso mesmo, apresentar qualquer uma das seguintes configurações, em que os símbolos \cup e – representam, nesta ordem, sílabas leves e pesadas (HAYES, 1995):

$$\begin{array}{ccc} (.) & (*) & (*) \\ \cup & \cup & - \end{array}$$

(05)

RhTYPE=I (Tipo rítmico = Iambo): Pés métricos são iâmbicos (apresentam proeminência final) (PRINCE & SMOLENSKY, 1993: 58). Marque uma violação em cada pé trocaico.

No TTK, sempre emergem *outputs* oxítonos. Por esse motivo, **RhTYPE=I** constitui restrição não dominada. Podemos assumir, por ora, o seguinte ranqueamento, tendo em vista que a inversão é a principal característica do TTK: **RhTYPE=I**, **CONTIGUITY-σ** >> **LINEARITY**². Vejamos o efeito dessa relação de dominância no *Tableau* a seguir, para ‘garota’:

/ga'rota/	RhTYPE=I	CONTIG	LIN
a. [ta.ro.'ga] →			**
b. [ro.ta.'ga]		* !	
c. [ta.ga.'ro]		* !	
d. [ta.'ga.ro]	* !	*	

² A vírgula (,) representa a não dominância entre restrições e o símbolo >> indica que as demadas à direita são preferidas em relação às da esquerda.

e. [‘ta.ro.ga]	* !		
f. [tro.’a.ga]	* !	*	***

Quadro 2: Ilustração do efeito de EVAL: ‘garota’

Como se vê, qualquer candidato que desrespeita as relações de contiguidade entre as sílabas é sumariamente eliminado da disputa (b, c, f). A forma (e) atente **CONTIG**, mas, por acentuar a primeira sílaba, infringe **RhTYPE=I**. Com isso, (a) é o candidato ótimo, ainda que deixe interna a marca de gênero feminino. A hierarquia proposta consegue dar conta também de dissílabos, como se vê a seguir, na avaliação das possíveis realizações para a forma verbal ‘quero’, presente na música de Gabriel, o Pensador:

/'kEro/	RhTYPE=I	CONTIG	LIN
a. [ro.’kE] →			*
b. [ro.’Ek]			**
c. [‘ro.kE]	* !		
d. [kro.’E]		*!	****
e. [rE.’ko]			**

Quadro 3: Ilustração do efeito de EVAL: ‘quero’

Observe-se, nesse caso, que a restrição LIN é fundamental na escolha da forma vencedora, (a), pois os principais rivais subvertem, bem mais que o output ótimo, as relações de adjacência entre os segmentos do input, a despeito de terem dominância à direita (são iâmbicas) e apenas trocarem as sílabas de posição. Dessa maneira, ainda que dominada, essa restrição tem de ser atendida da melhor forma possível, de modo a garantir, minimamente, o rastreamento da palavra-matriz.

Digna de nota, nesta palavra e em outras do TTK, é a presença de *tepes* em sílabas iniciais. Sabemos, desde Mattoso Câmara Jr. (1970), que o único “erre” capaz de aparecer na margem esquerda da palavra é o forte, em suas múltiplas realizações: como fricativa (velar ou glotal) ou como vibrante (alveolar ou velar), por exemplo. Essa peculiaridade do TTK demonstra que ser o mais fiel ao *input* é mais importante que respeitar padrões fonotáticos da língua, como é o fato de violar o restitor $*_{PrWd}[r]$ (“*tepes* são desfavorecidos em *início de palavras prosódicas*”) para garantir melhor acesso à palavra original.

PALAVRAS FINAIS

Nesta análise preliminar do TTK, procurar descrever as principais características desse *argot*, atentando para as restrições em conflito e interação para que se superficializem formas que, apesar de criptografadas, possam remeter às palavras de origem. Em outros estudos, pretendemos analisar os monossílabos e descrever peculiaridades fonológicas desse gualín, como é o caso de, em princípio, partir de formas gráficas (e não de realizações fonéticas) e abrir vogais médias em sílabas acentuadas, ainda que essas vogais sejam originalmente fechadas ([‘lo.gi] << ‘gol’). Além disso, pretendemos checar a contigüidade em palavras maiores, como ‘vagabunda’, em que não há a inversão de sílabas parece atuar em função da escansão em pés métricos ([da.bu.ga.’va]). Por ora, encerramos o capítulo destacando que o TTK constitui objeto de estudo extremamente relevante para a análise de questões segmentais e métricas do português.

PARTE 3:
FRONTEIRAS INTERNAS DA MORFOLOGIA

A AUSÊNCIA DE FRONTEIRAS RÍGIDAS ENTRE FLEXÃO E DERIVAÇÃO: ABORDAGEM DAS MARCAS DE MODO-TEMPO-ASPECTO E NÚMERO-PESSOA

Vítor de Moura Vivas

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Neste capítulo, descrevemos as marcas verbais de modo-tempo-aspecto (MTA) e número-pessoa (NP) através de uma distinção gradiente entre flexão e derivação. Gonçalves (2005; 2011) explicita um conjunto de critérios objetivos utilizados na literatura morfológica, de base estruturalista e gerativista, para distinguir afixos flexionais de derivacionais. Relevância sintática, meios de materialização, lexicalização, mudança de classe e posição da cabeça lexical são alguns dos critérios apontados pelo autor. Segundo Gonçalves (2005a; 2011), uma análise efetiva dos dados através desses critérios aponta para semelhanças entre os processos flexional e derivacional: “é *extremamente difícil encontrar afixos ‘bem-comportados’*, em que todos os critérios levem à mesma caracterização”. (GONÇALVES, 2011, p: 68).

Neste capítulo, consideramos, de forma resumida, o olhar da gramática tradicional, do estruturalismo e do gerativismo para flexão e derivação; posteriormente, apresentamos uma série de abordagens teóricas que consideram a distinção entre flexão e derivação como não discreta, mas gradiente. Além disso, inspecionamos as marcas de modo-tempo-aspecto (MTA) e número-pessoa (NP) através de alguns critérios objetivos, demonstrando que há características deri-

vacionais nesses formativos. Com isso, evidenciamos que um olhar que considera essas marcas verbais como totalmente flexionais não é inteiramente adequado para a morfologia verbal.

Nossa fundamentação é de base funcionalista-cognitivista, visto que acreditamos em noções caras ao cognitivismo como a gradiente, a radialidade. Entendemos que a categorização por protótipos é mais eficiente que a categorização discreta. Desse modo, em nossas pesquisas, fundamentamo-nos em autores que defendem que há semelhanças entre os diferentes processos morfológicos; estas não podem ser desconsideradas numa análise linguística.

Mesmo nos filiando ao aporte teórico funcionalista-cognitivista, não pretendemos detalhar como definiríamos as marcas de MTA e NP através de uma categorização por protótipo. Nossa objetivo é evidenciar que a consideração desses afixos como totalmente flexionais não é condizente com exemplos que ocorrem no uso. Em outras palavras, através da análise de critérios objetivos – estratégia geralmente usada pelo Estruturalismo e pelo Gerativismo para separar flexão e derivação – demonstramos que é necessário um olhar gradiente para esses processos morfológicos.

O OLHAR DA GRAMÁTICA TRADICIONAL PARA A FLEXÃO

Rocha Lima (1972) e Cunha & Cintra (1985) não abordam explicitamente características da flexão. Entretanto, subentende-se, pela abordagem do conceito de desinência, que, para os autores, flexão e derivação são processos distintos. Sendo assim, opõem-se claramente as desinências aos afixos derivacionais. Segundo Rocha Lima (1972, p: 168), “*desinência é o morfema indicativo das flexões das palavras, isto é, das variações por que elas passam para expressar as categorias de gênero e número (nos nomes) e de pessoa, número, modo e tempo (nos verbos)*”.

Convém observar que Cunha & Cintra (1985), na definição de desinências verbais, só apontam as marcas número-pessoais como

exemplo. As marcas de modo-tempo só são citadas como desinências numa nota de observação cuja função é pensar na distinção entre sufixo e desinência. Não citar as marcas de modo-tempo na definição como desinência parece ser um cuidado dos autores que, muito provavelmente, verificaram que essas marcas apresentavam características derivacionais evidentes.

FLEXÃO E DERIVAÇÃO – A VISÃO ESTRUTURALISTA (M. CÂMARA JR, 1970)

Mattoso Câmara Jr. (1970) opõe totalmente os processos flexional e derivacional. Para o autor, a flexão é sistemática e obrigatória. A natureza da frase leva a que se utilize um morfema flexional; além disso, a flexão não ocasiona a criação de novas palavras. Desse modo, diferente da derivação, a flexão é sistemática, obrigatória e estabelece paradigmas:

O resultado da derivação é um novo vocábulo. Entre ele e os demais vocábulos similares derivados há esse tipo de <<relações abertas>>, que, segundo Halliday, caracteriza o léxico de uma língua em face da gramática. Nesta, o que se estabelece são <<relações fechadas>> (Halliday, 1962: 9). É uma relação fechada, por exemplo, que vigora entre cantávamos e todas as demais formas do verbo cantar. (MATTOSO CÂMARA JR., 1970: 82).

Para o autor, a flexão marca-se pela sistematicidade, obrigatoriedade, faz parte da gramática. Já a derivação se encontra no léxico; sendo assim, não é obrigatoria e nem estabelece paradigmas exaustivos. Por defender essa visão, Mattoso Câmara Jr (1970) afirma que o grau seria derivacional. Já número, gênero, modo e tempo são entendidos pelo autor como flexionais.

Posteriormente, essa visão de que derivação seria o espaço da irregularidade, do assistemático foi derrubada na Linguística. No Gerativismo, Jackendoff (1975) demonstra que o léxico é regular; é

um conjunto de entradas lexicais que mantêm relações entre si. Essas relações lexicais, chamadas regras de redundância (RAEs), fazem com que as palavras sejam aprendidas sem custo. O conhecimento lexical do falante consiste não só na lista de palavras existentes, mas também nas relações existentes entre essas palavras.

Sendo assim, a ideia inicial gerativista (CHOMSKY, 1970) de que o léxico seria assistemático e se constituiria de uma lista desordenada de palavras não se adequa plenamente aos dados na derivação. Basílio¹ (1980; 1987) demonstra de forma efetiva como o léxico do português tem uma ordenação e sistematização; as formas ordenadas são relacionadas e, por isso, são aprendidas naturalmente pelos falantes.

DISCORDÂNCIAS NO APORTE DOS QUE DISTINGUEM FLEXÃO E DERIVAÇÃO

Cunha & Cintra (1985), em uma gramática tradicional, não definem as marcas de modo-tempo como desinências. Na linguística estruturalista, Mattoso Câmara Jr. classifica o grau como derivacional. Isso demonstra que a inspeção de um afixo como flexional ou derivacional não é, muitas vezes, uma tarefa simples. Em outras palavras, é frequente a possibilidade de marcas consideradas flexionais, pela tradição gramatical e pelo estruturalismo, manifestarem características derivacionais. A seguir, apresentamos abordagens que apontam semelhanças entre flexão e derivação; sempre que possível, tentaremos ilustrar a abordagem dos autores através do olhar para marcas do português.

1 Basílio (1980) distingue-se de Aronoff (1976) e Jackendoff (1975) porque estes estavam focados nas relações lexicais existentes na produção de palavras novas na língua. Já Basílio demonstra que, às vezes, ocorrem essas relações lexicais (regras de redundâncias – RAE's) mesmo quando não há produção de novas palavras (RFP's). Em outras palavras, uma RFP pressupõe uma RAE, mas pode haver uma RAE mesmo que não ocorra uma RFP (não há criação de nova palavra). Para comprovar a existência de RAE's sem RFP's correspondentes, Basílio (1980) demonstra que há uma série de substantivos em *-ção* sem formas verbais correspondentes. ‘Asserção’, por exemplo, não deriva de um verbo, mas o falante entende o significado do sufixo por fazer análise estrutural, compara com outros substantivos em *-ção* derivados de verbos (ocorrem RAE's).

AS SEMELHANÇAS ENTRE FLEXÃO E DERIVAÇÃO E A EXISTÊNCIA DE DOIS TIPOS DE FLEXÃO (BOOIJ, 1996)

Booij (1996) aborda a relação entre flexão e formação de palavras. O autor demonstra que a distinção entre flexão e derivação é questionada por uma série de morfólogos. Schultink (1962), por exemplo, afirma que a distinção entre flexão e derivação não se sustenta quando se analisam dados da língua holandesa. Essa afirmação é muito forte e, por isso, foi questionada por vários linguistas.

Perlmutter (1988) e Anderson (1992) defendem a hipótese da morfologia cindida. Os autores acreditam que flexão e derivação ocorram em módulos linguísticos separados (léxico e sintaxe). Booij (1996) defende a tese de que flexão e derivação devem ser entendidas como processos distintos, mas ocorrem num mesmo componente da gramática: o morfológico. Desse modo, o autor defende que as duas posições radicais não dão conta da descrição desses processos.

Para Booij (1996), há dois tipos de flexão: inerente e contextual. A flexão inerente não é requerida pela sintaxe. O autor fornece, como exemplos de flexão inerente, a categoria número para os nomes; o grau superlativo e comparativo para os adjetivos; o tempo, o aspecto, o infinitivo e o particípio para o verbo. A flexão contextual é obrigatória, visto que é exigida pelo contexto sintático. São exemplos de flexão contextual as marcas de número e pessoa nos verbos, as marcas de concordância nos adjetivos e o caso nos nomes. O autor evidencia que relevância sintática não é um bom critério para distinguir flexão de derivação.

A flexão inerente é mais semelhante à derivação que a flexão contextual, visto que a flexão inerente alimenta a formação de palavras. Dados de aquisição da linguagem e de mudança linguística também reforçam a distinção entre os dois tipos de flexão.

A FLEXÃO INERENTE ALIMENTA A FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Booij (1996) afirma que a flexão inerente pode servir como base para a derivação e para a composição. Em muitos dados, substantivos no plural servem como *input* de palavras compostas ou derivadas. Isso evidencia que flexão e derivação não ocorrem em componentes separados. Os participios também podem ser considerados exemplos de flexão inerente que alimenta a formação de palavras, já que, em muitas línguas, participios funcionam como adjetivos e, além disso, criam outras palavras por processos deadjetivais.

Segundo o autor, em holandês, infinitivos, que têm características de nome e verbo, também participam da criação de novas palavras através de derivação e composição. A flexão contextual, diferentemente da inerente, não alimenta diretamente a formação de palavras.

No português, observamos casos evidentes de flexão inerente que alimenta a formação de palavras. O número plural, nos substantivos, atua na composição: ‘porta-copos’, ‘paraquedas’. Já o gênero feminino e o particípio ocorrem, com frequência em processos derivacionais: ‘sabiamente’ (‘sábia’ + *-mente*); ‘cansadíssimo’ (‘cansado’ + *-íssimo*) e ‘quebradiço’ (‘quebrado’ + *-iço*).

Há muitos casos considerados flexionais pela tradição que são semelhantes aos derivacionais. Nesses exemplos de flexão inerente, atuam as mesmas regras lexicais que ocorrem na derivação. Em outras palavras, há regras no léxico que atuam como regras de redundância e como regras que produzem novas palavras.

Para Booij (1996), os processos morfológicos flexionais podem alimentar a criação de palavras, porque regras lexicais podem alimentar outras regras. Não se deve, dessa maneira, considerar que a flexão inerente ocorre num componente morfológico pós-sintático através de regras de saída.

A flexão inerente apresenta restrições na criação de novas palavras. Na derivação, geralmente, ocorrem radicais como *inputs*.

As formas flexionadas só servem como *inputs* quando acrescidos de sufixos não coerentes (sufixos que formam palavras prosódicas)²: ‘portõezinhos’ (‘portão’ + PLURAL + *-zinho*); ‘animaizinhos’ (‘animal’ + PLURAL + *-zinho*) e ‘interessadamente’³ (‘interessado’ + FEMININO + *-mente*). Isso mostra que restrições morfológicas podem ter uma base prosódica (BOOIJ & LIEBER, 1993). É importante ressaltar que, para o autor, na formação de palavras, o *input* infinitivo funciona como substantivo e o *input* particípio, como adjetivo.

Marcas de flexão contextual são mais periféricas que marcas de flexão inerente. Booij (1996) afirma que, em nomes, geralmente, sufixos de caso ocorrem depois do sufixo de número. Já nos verbos, sufixos de tempo e aspecto ocorrem mais próximos à base que sufixos de número e pessoa. Desse modo, a distinção entre dois tipos de flexão é fundamental para a análise da posição de marcas morfológicas no interior de um vocábulo.

A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E OS TIPOS DE FLEXÃO

Booij (1996) afirma que, na fase de aquisição da linguagem, as marcas de flexão inerente são aprendidas primeiramente com relação às marcas de flexão contextual. O que explica isso é que as marcas de flexão inerente têm significado, apresentam um conteúdo. Já os afixos de flexão contextual não indicam informações independentes. Marcas de caso são aprendidas pelas crianças depois das marcas de número, assim como os afixos de tempo e aspecto são dominados pelos falantes antes dos afixos de número e pessoa.

2 Gonçalves (2012) demonstra que, no português, sufixos, em geral, não projetam palavras prosódicas (PWDs), mas se anexam a uma base sob um único acento: ‘portugu-’ + ‘-ês’ = ‘português’ (uma palavra prosódica -Pwd); ‘malandr’ + ‘-agem’ = ‘malandragem’ (uma Pwd.). As exceções são os sufixos ‘mente’ e ‘zinho’, que projetam PWDs e, por isso, não promovem alterações fonético-fonológicas na palavra-base.

3 É importante verificar que ‘interessada’, mesmo sendo um caso de flexão contextual, atua no processo de formação de palavras. No português, adjetivos no feminino formam advérbios a partir do acréscimo de *-mente*.

ONDE POSICIONAR A FLEXÃO INERENTE: NA FLEXÃO OU NA DERIVAÇÃO?

Para Booij (1996), a flexão inerente localiza-se no domínio da flexão. Chelliah (1992) demonstra que, na língua Manipuri, as marcas derivacionais podem alterar a posição umas com as outras com distinção de significado correspondente; o mesmo não ocorre com a flexão, cujas marcas apresentam posição fixa. Um outro argumento fundamental para colocar a flexão inerente no domínio da flexão é que uma mesma marca formal pode funcionar como flexão inerente ou contextual.

No português, a marca de gênero *-a* e a marca de plural *-s* são consideradas flexão contextual nos adjetivos (‘mulher bonita’; ‘mulheres bonitas’) e flexão inerente nos substantivos (‘a professora’; ‘as professoras’). Além disso, algumas línguas podem fundir num mesmo afixo um conteúdo de flexão inerente e outro de flexão contextual. No latim, por exemplo, uma mesma terminação indicava caso e número no substantivo: em ‘ueritatem’, *-m* informava as noções de caso acusativo e número singular.

A distinção entre os tipos de flexão ainda auxilia na noção de radical para processos de formação de palavras, já que radical pode ser entendido como a palavra menos suas marcas de flexão inerente e flexão contextual. Como último argumento, Booij (1996) afirma que a fonologia “enxerga” a flexão diferentemente da derivação. Fundamentando-se em Wetzels (1992), afirma que, no português, processos derivacionais sofrem a aplicação de regras fonológicas de alternância de vogal média, o que não ocorre com processos flexionais.

Para Booij (1996), flexão e derivação ocorrem num mesmo componente: o léxico (o que corresponde ao lexicalismo forte, na visão da teoria gerativa). Mesmo ocorrendo num único componente, há restrições na interação desses processos. Sendo assim, só a flexão inerente alimenta a formação de palavras. Apesar de possuir carac-

terísticas derivacionais, a flexão inerente não deve ser confundida com derivação. A flexão inerente localiza-se no meio de uma escala, cujos polos correspondem à flexão e à derivação, a exemplo do que se observa em (01), a seguir:

(01)



Em português, as formas verbais flexionadas que participam da criação de palavras por composição, geralmente, são aquelas em que não ocorrem marcas verbais para expressar modo-tempo-aspecto e número-pessoa: '*porta-copos*'; '*guarda-chuva*'; '*pega-pega*'; '*pula-pula*'. Nessas bases, é ausência de marcas – o que a tradição estruturalista chama de morfe zero – que caracteriza tanto o PRESENTE DO INDICATIVO como 3^a PESSOA DO SINGULAR. Nesse sentido, não nos parece relevante a distinção entre flexão inerente e contextual na formação de novas palavras. O que é fundamental para que bases flexionadas sirvam à criação de palavras por composição é a falta de marcas; isso leva a que essas bases sejam instanciadas em outras classes. Em '*porta-copos*'; '*guarda-chuva*'; '*pega-pega*'; '*pula-pula*', as bases se instanciam em produtos substantivos.

A ABORDAGEM DE BOOIJ (2006) SOBRE FLEXÃO E DERIVAÇÃO

Booij (2006) afirma que a flexão e a derivação se distinguem funcionalmente apesar de utilizar os mesmos expedientes formais: afixação e alternância vocálica (no inglês). Enquanto a derivação gera lexemas, a flexão cria formas de palavras. As bases para a derivação, geralmente, são radicais de lexemas e não formas flexionadas. Com relação à posição, há uma tendência de a flexão ser mais periférica que a derivação.

No português, verificamos que, realmente, marcas consideradas derivacionais, em geral, são mais próximas da base que marcas entendidas como flexionais. Desse modo, em “sabemos que eles se entristeceram” e em “sempre socializávamos”, as marcas derivacionais *-ecer* e *-izar* aparecem mais próximas da base que as marcas modo-tempo-aspectuais e número-pessoais. Entretanto, há contra-exemplos: ‘portõezinhos’, ‘prefeitazinha’; as marcas grifadas são casos de flexão que ocorrem antes do elemento ‘-zinho’, considerado, pela tradição gramatical, como derivacional.

Com relação ao fato de a flexão criar formas de palavras e a derivação gerar lexemas, verificamos casos intermediários. Dados como ‘formou’ e ‘demorou’ são formas de palavras em ‘ele formou uma bela família’ e ‘Fulano demorou a chegar’. Todavia, em exemplos como ‘Vamos marcar um encontro sim, **demorou!**’ ou ‘Fulano: Vamos entrar no grupo de José?!; Sicrano: **Formou!**’, não ocorrem propriamente formas de palavras.

Os dados grifados ativam cenas diferentes de eventos verbais, adquirindo funções interjectivas. Em outras palavras, não são novos lexemas, mas também não são formas de palavras: dados como ‘formou’, ‘demorou’ e ‘partiu’, entre tantos outros, são flutuáveis, podendo funcionar como formas de palavras ou atuar em determinados contextos com novas funções e significados.

O autor utiliza os seguintes critérios para pensar a distinção entre flexão e derivação: obrigatoriedade, relevância sintática, mudança de categoria sintática, organização por paradigmas e diferenças semânticas. Com relação à obrigatoriedade, afirma que categorias flexionais são utilizadas categoricamente, enquanto as derivacionais são opcionais. No inglês, por exemplo, a categoria número é obrigatoria nos substantivos. Todo substantivo deve ser marcado como singular ou plural; sendo assim, essa categoria é flexional.

Fundamentando-se em Bybee (1985), Booij (2006) evidencia que há distinções semânticas entre flexão e derivação (critério diferenças semânticas). Nas línguas do mundo, há um número limitado de categorias que podem ser expressas flexionalmente:

(02)

Substantivos: número, gênero, definitude e caso.

Verbos: valência, tempo, aspecto, modo, pessoa, número e gênero.

Adjetivos: grau, número, gênero, caso e definitude.

Na expressão derivacional, há uma gama muito mais variada de categorias semânticas. Desse modo, a derivação, em comparação com a flexão, seria muito mais próxima da expressão lexical. Booij (2006) defende a ideia de Bybee (1985) de que a relevância semântica é o que diferencia flexão de derivação em termos de significado. Conteúdos derivacionais são muito mais relevantes ao radical que conteúdos flexionais.

O outro fator importante para a distinção entre flexão e derivação, também levantado por Booij (2006), é a generalidade. Se uma categoria for pouco relevante ao radical do verbo (baixa relevância) e bastante geral (alta generalidade), tende a ser expressa flexionalmente. Um bom exemplo é a categoria tempo, que não afeta diretamente o significado do radical verbal; apenas tem caráter dêitico: localiza o estado de coisas expresso pela oração com relação ao tempo do discurso. Esta categoria, por ter baixa relevância semântica, é bastante geral no paradigma verbal.

As marcas de concordância, como o gênero nos adjetivos e número-pessoa nos verbos, não têm nenhuma relevância para o significado do radical. Sendo assim, são bastante gerais e devem ser consideradas como casos prototípicos de flexão.

Afirma o autor que, muitas vezes, podem ser feitos questionamentos quanto aos critérios relevância sintática, mudança de classe e organização por paradigmas. Esses critérios, utilizados para distinguir os dois processos morfológicos, podem unir flexão e derivação

através de uma análise de dados nas diferentes línguas do mundo. Na análise de cada um desses critérios, há contraexemplos que nos levam a questionar se esses processos devem ser entendidos como tão opostos.

RELEVÂNCIA SINTÁTICA

No critério relevância sintática, por exemplo, afirma-se, em geral, que a flexão é relevante sintaticamente e a derivação não é, pois se utiliza opcionalmente. Em outras palavras, afixos flexionais são utilizados por exigência do contexto sintático, para atender à concordância. Todavia, há casos de flexão em que o uso de afixos flexionais é opcional, como, por exemplo, o uso do plural nos substantivos em inglês: *“John read these books”* (John lê esses livros).

O mesmo ocorre em português; as marcas de plural, quando anexadas a adjetivos, atendem à concordância: ‘meninas bonitas’. Já, nos substantivos, o uso de plural ou singular ocorre por escolha do falante, de acordo com a quantidade de referentes do mundo que se pretende nomear: ‘menina’ (um referente) ou ‘meninas’ (mais de um referente).

Segundo Booij (2006), pode-se considerar a derivação como relevante sintaticamente também. Para isso, deve-se entender que a relevância não se restringe ao uso de marcas formais para atender à concordância. Em outras palavras, para um afixo apresentar relevância na sintaxe, não é necessário que o seu uso seja obrigatório.

Quando a derivação indica mudança de categoria, por exemplo, é relevante sintaticamente: no português, podemos citar, entre tanto outros, os afixos *-ção* (‘armação’) e *-mente* (‘felizmente’). Além disso, há formas verbais derivadas que têm uma valência sintática específica. Como indica o autor, as formas verbais derivadas causativas do inglês exigem objeto direto: *“John whitened the walls”* (John tornou as paredes brancas).

Tendo em vista esses exemplos, não é possível afirmar que só a flexão é relevante sintaticamente. Caso se pretenda distinguir as “morfologias” por esse critério, deve-se afirmar que flexão e derivação apresentam diferenças quanto à relevância sintática. Enquanto marcas derivacionais podem causar mudança de categoria ou ter valência específica, marcas flexionais podem ser utilizadas por exigência do contexto sintático para atender à concordância.

MUDANÇA DE CATEGORIA SINTÁTICA

Em geral, afirma-se que a derivação pode promover mudança de classe, ou seja, pode determinar a categoria sintática do lexema que cria. Já a flexão é neutra categorialmente. Em outras palavras, a flexão apenas cria formas de palavras a partir de lexemas, mantendo a categoria do *input*.

Booij (2006) evidencia que há casos de flexão que não são completamente neutros quanto à categoria sintática. As formas não finitas (nominais), apesar de serem flexões do verbo, podem funcionar como outras categorias. Para evidenciar isso, Booij (2006), fundamentando-se em Haspelmath (1996), dá exemplos de infinitivos do holandês que apresentam função de verbo e de substantivo e de participios do alemão que funcionam como verbo e como adjetivos.

Com relação a esse critério, a diferença da derivação para a flexão é que, na flexão, a categoria do *input* é mantida mesmo quando há mudança de categoria. Os infinitivos apresentam, ao mesmo tempo, características de verbo e de substantivo; já os participios, características de adjetivo e de verbo.

No português, verifica-se que o infinitivo se comporta como substantivo ou verbo: ‘vou **poder**’ (verbo); ‘o **poder**’ (substantivo). O gerúndio também pode funcionar como verbo (‘está **sorrindo**’) e advérbio (‘chegou **sorrindo**’). Vivas (2010) demonstra que o particípio no português apresenta uma instabilidade categorial, já que pode se comportar como verbo (‘tinha **imposto**’; ‘tinha **cantado**’),

adjetivo (‘taxa *imposta*’; ‘mulher *cantada*’) e substantivo (‘o *imposto*’, ‘a *cantada*’).

ORGANIZAÇÃO POR PARADIGMAS

Segundo esse critério, a flexão organiza-se paradigmaticamente. Um paradigma é definido por Booij (2006: 656) como “*um conjunto abstrato de células*”. Cada célula do paradigma tem um valor particular para categorias flexionais como tempo, aspecto, número e caso. Para cada célula de uma categoria lexical, há o preenchimento com determinadas formas de palavras.

Segundo o autor, essa organização paradigmática nem sempre é garantida, visto que pode ocorrer defectividade. Nomes podem não ter formas plurais; no russo, há casos de verbos com paradigmas defectivos. Quando algumas células não são preenchidas por afixos, afirma-se que ocorrem perífrases (manifestações sintáticas). Desse modo, a organização em paradigmas não ocorre perfeitamente.

Há outros aspectos que levam ao questionamento da formação paradigmática na flexão. Muitas vezes, há diferentes classes flexionais para um mesmo paradigma. Os nomes do latim têm cinco declinações; há línguas em que ocorrem diferentes conjugações para o paradigma da flexão verbal. No português, por exemplo, existem três conjugações verbais: ‘cantar’ (1^a), ‘vender’ (2^a) e ‘partir’ (3^a).

Um outro problema para a noção de paradigma são os casos em que há mais de uma propriedade flexional expressa por um único expediente morfológico: afixos que acumulam a informação de duas ou mais propriedades flexionais. Em línguas indo-europeias, caso e número são, geralmente, expressos por uma mesma marca. Afixos do latim informam caso e número, duas diferentes propriedades morfossintáticas. Diferentemente da flexão, a morfologia derivacional nas línguas indo-europeias costuma ter cada afixo indicando uma propriedade (a relação é de um para um).

Para Booij (2006), outro contraexemplo para o paradigma na flexão é a alomorfia. Há casos em que há mais de uma forma de radical para um mesmo lexema. Booij (2006) fornece como exemplo o verbo ‘ponere’ do latim, que tinha como formas de radical: *pone-*, *posu-* e *posit-*.

No português, verificamos que a alomorfia se dá na derivação. Há exemplos de raízes *doublets* em dados como ‘larin/3/e’ / ‘larin/g/al’; ‘estôma/g/o’ / ‘estocama/k/al’; ‘lua’ / ‘lunar’; ‘estrela’ / ‘estelar’. Também ocorrem casos de alomorfia no verbo. Podemos citar os seguintes exemplos: ‘posso’ / ‘pode’; ‘ponho’ / ‘puser’ / ‘porei’; ‘veja’ / ‘vemos’ / ‘verei’, entre outros. Existem ainda, na flexão, casos em que ocorrem formas supletivas: ‘sou’ / ‘é’ / ‘fui’; ‘vou’ / ‘fui’. Nesses casos, atuam distintas formas de palavra para indicar diferentes significados modo-tempo-aspectuais e número-pessoais.

A OBSERVAÇÃO EFETIVA DOS DADOS APONTA PARA A NECESSIDADE DO CONTINUUM (WINTER, 2011)

Winter (2011) afirma que sempre há contraexemplos nos critérios utilizados para apresentar uma oposição discreta entre flexão e derivação. Quem defende uma dicotomia entre as “morfologias” dá peso diferente aos critérios. O autor evidencia como critérios utilizados por Aronoff & Fudeman (2005) para separar flexão e derivação podem ser questionados. Para isso, analisa, além de exemplos do inglês, dados da língua Sahaptin⁴.

Caso se analisem todos os critérios com uma mesma medida e se observem efetivamente os dados, torna-se fundamental pensar num *continuum* entre flexão e derivação. Para defender a morfologia cindida, os morfólogos, em geral, fundamentam-se numa intuição – o que, segundo o autor, não é um argumento – e “fecham os olhos” para contraexemplos. Abaixo, apresentamos alguns dos questionamentos feitos por Winter (2011).

⁴ O Sahaptin é uma língua indígena do noroeste dos Estados Unidos da América. Essa língua é dividida em dialetos e ainda é utilizada atualmente, apesar de ser pequeno o número de falantes.

Como exemplos de falhas nos critérios utilizados para distinguir flexão e derivação, Winter (2011) aponta a relevância sintática. Da mesma forma que, na flexão, a concordância levando à utilização de afixos é uma prova de relevância sintática, a mudança de classe, na derivação, também deve ser vista como fundamental para o contexto sintático. Além disso, o autor questiona a relevância sintática em modo, tempo e aspecto.

Quanto à obrigatoriedade de expressão na flexão, afirma o autor que os zeros morfológicos evidenciam noções indicadas por ausência de expressão formal. Se a marca pode ser zero, isso significa que não existe obrigatoriedade de expressão na morfologia flexional.

Quando se aborda a organização paradigmática da flexão (a aplicabilidade ilimitada), esquecem-se os exemplos de defectividade. Defende-se que, na derivação, há uma tendência maior à alomorfia de bases. Winter (2011) afirma que ocorre alomorfia de base também na flexão.

O autor também faz considerações sobre a distinção realizada entre as “morfologias” quanto a aspectos de significado. Autores que distinguem flexão e derivação, como Aronoff & Fudeman (2005), defendem que, na flexão, não há expressão de um novo conceito: formas de palavra flexionadas indicam o mesmo conceito que a base. Já na derivação, formam-se lexemas que denotam conceitos novos.

Segundo Winter (2011), há, na flexão, casos em que surgem novos conceitos. Em nossa pesquisa, buscamos exemplos do português como ‘tomara’ e ‘demorou’ (interjeições), em que não necessariamente é preservado o sentido base. Geralmente, afirma-se que a flexão indica conceitos mais abstratos e a derivação, conceitos mais concretos. O autor demonstra que há sufixos nominalizadores que indicam conceitos abstratos. Como exemplos do português, podemos citar dados de sufixos nominalizadores como *-dade*, *-mento*, *-ção* (‘bondade’, ‘processamento’, ‘nomeação’).

Segundo o critério composicionalidade, em formas de palavras flexionadas, o significado é composicional, já que o conteúdo da

forma de palavra é indicado pela soma de suas partes. Já lexemas derivados podem ter significado não composicional; Winter (2011) afirma que há exemplos na flexão em que o significado não é composicional. Em palavras complexas do português, podemos citar ‘pudera’ (verbo com sentido interjectivo) e ‘cheguei’, em ‘blusa cheguei’ (verbo com sentido de adjetivo).

A VISÃO DE BAUER (2004)

Segundo Bauer (2004), o único problema da distinção entre flexão e derivação feita por Booij (1996) é que um mesmo afixo pode ser considerado como marca de flexão contextual ou marca de flexão inerente. Para entender essa crítica, podemos pensar na marca *-s* de número no português. Focalizando a concordância que ocorre em acordo com a norma padrão, em substantivos, *-s* é flexão inerente: é utilizada por escolha do falante. Quando pretende abordar mais de um referente, o usuário da língua utiliza plural: ‘pessoas’; já se a opção é falar sobre um só referente, utiliza singular: ‘pessoa’. Já em adjetivos, é marca de flexão contextual, pois concorda com um substantivo: ‘pessoas legais’.

Haspelmath (1996) opta por dizer que a flexão pode mudar classe e exemplifica isso com *-ly*, do inglês, sufixo regular, produtivo e geral. Desse modo, *-ly* seria um sufixo flexional que pode mudar classe. Com base em Haspelmath (1996), defenderíamos que *-mente* é um sufixo flexional que muda classe, pois essa marca tem alto grau de generalidade, além de ser regular e sistemática.

Bauer (2004), então, começa a questionar se a nominalização deverbal não poderia ser chamada de flexão que muda classe. A nominalização tem uma relevância sintática fundamental. Além disso, o argumento de que a nominalização pode gerar palavras com significados diversos (ESTADO, RESULTADO, PROCESSO) não é efetivo. Para o autor, isso é uma característica dos substantivos em geral, não tendo relação com o processo morfológico nominalização. O autor afirma que não há uma clara diferença de significado entre as

diversas marcas formais de nominalização deverbal do inglês (*-age, -al, -ance, -ation, -ence, -ary, -ment, -s, -t, -th, -ure, -y*).

Há afixos que, além de mudar a classe de uma palavra, adicionam determinado significado. Outros afixos, como os nominalizadores, têm como função apenas mudar a classe (efetuar a transposição). A função da nominalização deverbal seria, então, apenas a transposição de verbo para nome. Pode-se pensar nos afixos envolvidos nos processos de formação de palavras como inerentes ou contextuais. Em detrimento de pensar na distinção entre flexão e derivação, deve-se pensar numa morfologia transposicional. Segundo o autor, é necessário abandonar a visão corrente de que a função da derivação é expandir o léxico através da modificação do significado de lexemas existentes.

Há determinados tipos de morfologia que podem não ser considerados flexão nem derivação. Um exemplo disso é a morfologia avaliativa, realizada pelos aumentativos e diminutivos. Em muitas línguas, não é possível caracterizar aumentativos e diminutivos em nenhuma das duas morfologias.

Villalva (2003) descreve a sufixação avaliativa, em português, como um tipo morfológico específico. Segundo a autora, na sufixação avaliativa, o significado não se limita à dimensão aumentativa ou diminutiva e, além disso, com esse expediente morfológico, sempre se exprime um juízo de valor sobre o conteúdo da base. Rio-Torto (1993), na análise do português, propõe uma regra de formação de palavras específica para a avaliação apreciativa ou depreciativa: RFP AVAL. A apreciação ou a depreciação não seria, então, “*definitória ou configurante dum paradigma derivacional do português*” (RIO-TORTO, 1996-1997). Os afixos de grau, muitas vezes, mantêm a classe e o gênero da base, características da flexão, e têm uma produtividade maior que marcas flexionais. Todavia, têm também características de derivação; costuma haver, por exemplo, várias marcas formais de grau.

Outro tipo de morfologia, que se mostra diferente de flexão e de derivação, é a de mudança de valência. Segundo Bauer (2004), há marcas formais em inglês que não mudam a classe, mas a valência de uma base: de ‘*king*’ (‘rei’) para ‘*kingdom*’ (‘reino’). Para o autor, em morfologia, a divisão, então, não deve ser entre flexão e derivação. O autor defende que há 6 tipos de morfologia (contextual, inerente, de mudança de valência, transposicional, avaliativa e de expansão do léxico) e tece comentários sobre essas morfologias, como verificamos abaixo:

- 1) Só a flexão contextual é utilizada para atender à concordância entre estruturas;
- 2) A flexão contextual e a inerente mantêm o mesmo lexema. As outras morfologias (de mudança de valência, transposicional, avaliativa e de expansão do léxico) geram novos lexemas através das suas marcas formais;
- 3) As morfologias contextual, inerente e de mudança de valência mantêm a classe da base. Já a transposicional e a de expansão do léxico promovem mudança de classe. A morfologia avaliativa, geralmente, mantém a classe da base, mas, em alguns contextos, também pode causar mudança de categoria;
- 4) As morfologias inerente, contextual, transposicional e de mudança de valência compartilham função gramatical. Em outras palavras, marcas dessas morfologias são utilizadas para atender a necessidades gramaticais. Já as morfologias avaliativa e de expansão do léxico têm uma função mais lexical. Assim como a morfologia de expansão do léxico, marcas avaliativas criam novos lexemas que não são impostos por necessidades gramaticais;
- 5) A morfologia de expansão do léxico é menos paradigmática que as outras morfologias. A utilização de marcas de expansão do léxico é feita devido a necessidades sociais. Existem lacunas que só se preenchem se houver necessidade social para isso. As outras morfologias são mais automáticas. Segundo Bauer (2004), nestas morfologias, a existência ou não de determinadas classes é imposta por necessidades gramaticais.

A EXISTÊNCIA DE CATEGORIAS QUE PODEM MANIFESTAR-SE POR FLEXÃO OU DERIVAÇÃO: EVIDÊNCIAS DE UM *CONTINUUM* ENTRE FLEXÃO E DERIVAÇÃO

Manova (2005) faz um estudo tipológico, com base em três línguas flexionais eslavas (búlgaro, russo e servo-croata), dos casos de flexão e derivação não prototípicos. Os casos não prototípicos são categorias que podem ter manifestação flexional ou derivacional. As categorias analisadas foram as seguintes: formação de feminino; diminutivos denominais e transformação para o imperfeito (*imperfectivization*).

A manifestação flexional ou derivacional de uma mesma categoria aponta para a existência de semelhanças entre os processos morfológicos. Para Manova, é necessário analisar flexão e derivação através de um *continuum*. A ideia defendida por Manova é adequada à realidade linguística. Se uma mesma categoria se manifesta por flexão e derivação numa língua, isso constitui uma evidência de que há semelhanças entre tais processos morfológicos.

MARCAS FORMAIS FLEXIONAIS EM ALGUNS VOCÁBULOS E DERIVACIONAIS EM OUTROS: A ANÁLISE DO INGLÊS ANTIGO

González Torres (2010), através da análise do inglês antigo, verifica sobreposição de flexão e derivação em alguns afixos. Certos formativos, em determinadas palavras, têm uma função apenas flexional, mas, em outras, servem de base à derivação. O sufixo *-a*, por exemplo, pode marcar o singular nominativo de nomes masculinos (*adela*, que significa “lama”; *tosca*, que significa “sapo”) ou cumprir relação morfológica com outra palavra (*fulwa* – que significa “encalçar” –, *fulwian* – que significa “batizar” –; *andetta* – “alguém que confessa” –, *andettan* – “confessar”). Quando marca o singular nominativo de nomes masculinos, a função do sufixo *-a* é exclusivamente flexional. Já nos casos em que *-a* é base para a derivação, é um sufixo flexional e derivacional. Outros sufixos com características de flexão e derivação no inglês antigo são *-e*, *-o* e *-u*.

González Torres (2010) defende que os sufixos *-a*, *-e*, *-o* e *-u* são meios flexionais que adquirem a função adicional de expressar derivação. Sendo assim, esses sufixos expressam derivação por meios flexionais e representam uma continuidade entre flexão e derivação no inglês antigo. A autora acredita que flexão e derivação devem ser descritos como pertencentes a um *continuum* morfológico.

Para defender uma continuidade entre os processos, cita Shopen (1985). Não há realizações formais (afixação, alternância vocálica) exclusivas da flexão ou da derivação, segundo o autor. Os dois processos lançam mão das mesmas marcas formais. Além disso, a distinção também não pode ser feita tendo em vista as categorias envolvidas, já que uma categoria derivacional em uma língua pode ser flexional em outra.

Ao analisar a função dos sufixos do inglês antigo, González Torres (2010) afirma que esses elementos podem alimentar a derivação ou a composição. Ocorrem meios flexionais que adquirem a função de servir de base a outras palavras através da derivação ou da composição.

REFLEXÕES SOBRE AS ABORDAGENS APRESENTADAS

Mesmo tendo realizado uma análise muito coerente dos diversos significados e funções de marcas morfológicas nas línguas, acreditamos que a opção de Bauer (2004) de defender a existência de seis morfologias (contextual, inerente, avaliativa, transposicional, de mudança de valência e de expansão do léxico) deve ser evitada. Propor a existência de seis processos morfológicos seria muito pouco econômico e poderia causar um alto custo à descrição das línguas naturais.

Além disso, sabemos que há semelhanças entre marcas contextuais / inerentes (flexão); transposicionais / avaliativas / de expansão do léxico (derivação). Talvez seja mais adequado propor a existência de dois polos (flexão e derivação): cada um com diversas

marcas formais que apresentam variadas funções e significados. Defendemos não só a existência de semelhanças entre diferentes marcas de um polo, mas também a continuidade / gradiência entre os dois polos.

Booij (1996) afirma que flexão e derivação são processos distintos, mas ocorrem no mesmo componente: o lexical (componente morfológico). O autor evidencia a necessidade de separar a flexão em dois tipos: inherente e contextual. Verifica ainda que a flexão inherente deve ser colocada entre os polos da flexão contextual e da derivação, já que só a flexão inherente apresenta algumas semelhanças com a derivação.

No texto de 2006, Booij distingue flexão e derivação, apontando diferenças entre esses processos, verificadas através da análise de alguns critérios. Posteriormente, evidencia que, quando se inspecionam marcas morfológicas por esses critérios, ocorrem lacunas. Muitas vezes, as marcas são flexionais por alguns critérios, mas derivacionais por outros; afixos considerados flexionais apresentam atributos derivacionais e vice-versa. Além disso, propõe uma distinção entre flexão inherente e contextual, defendendo a hipótese de que só a flexão inherente interage com a derivação.

Winter (2011) também observa lacunas nos critérios que distinguem flexão de derivação quando se analisam os dados. Além disso, afirma que os autores que distinguem os processos de modo discreto dão, necessariamente, peso diferente aos critérios: consideram alguns em detrimento de outros. Sendo assim, indica uma visão gradiente para os dados.

Manova (2005) e González Torres (2010) também defendem essa gradiência entre flexão e derivação. Para comprovarem isso, buscam fatos linguísticos concretos. O primeiro indica essa semelhança entre os processos através da evidência de, numa mesma língua, uma categoria funcionar como flexional ou derivacional. A evidência apontada por González Torres (2010) é o fato de uma mesma marca morfológica apresentar função flexional e derivacional.

Existem meios flexionais que adquirem funções derivacionais; esse fato aponta para a continuidade entre os dois processos morfológicos.

Esses autores (WINTER, 2011; MANOVA, 2005; GONZÁLEZ TORRES, 2010) apresentam evidências concretas de que uma distinção total, discreta, entre flexão e derivação não é o modo mais eficiente de entender estas duas principais áreas da morfologia. Explicitam que a visão que separa as “morfologias” não dá conta efetivamente dos dados.

A ANÁLISE DE CARACTERÍSTICAS DERIVACIONAIS NOS AFIXOS DE MODO-TEMPO-ASPECTO E NÚMERO-PESSOA

Apresentamos uma série de abordagens que defendem uma distinção gradiente entre os processos morfológicos. Os autores, fundamentando-se em argumentos variados, defendem que não há fronteiras rígidas entre essas duas principais áreas da morfologia. É necessário e fundamental propor uma distinção gradiente entre flexão e derivação para os afixos verbais de modo-tempo-aspecto (MTA) e número-pessoa (NP) no português.

Depois de apresentar várias abordagens que consideram a não existência de fronteiras rígidas entre flexão e derivação, revelaremos agora características derivacionais dos afixos de MTA e NP para fundamentar a necessidade de uma abordagem não discreta para essas marcas formais de verbo. À medida que for necessário, utilizaremos alguns critérios e argumentos já abordados ao longo deste capítulo, a fim de entender as características não-flexionais dessas marcas verbais do português.

MARCAS DE MTA E NP: CRIAÇÃO DE PALAVRAS

Geralmente, afirma-se, em morfologia, que marcas flexionais não possibilitam a criação de vocábulos nas línguas (BOCHNER, 1984; COLNAGHI, 2006; ROSA, 2000). Verificamos que formas verbais que informam conteúdos de MTA e NP podem participar do

processo de formação de palavras em português. Existem formas de particípio, gerúndio e infinitivo que se envolvem no processo de expansão lexical através do uso de sufixos:

(03)

quebrado > quebradiço	cansado > cansadíssimo
bolada > boladona	animada > animadíssima
babado > babadão	orientando > orientandozinho, orientandozão
olhar > olharzão	andar > andarzinho .

Há também formas verbais modificadas em modo-tempo-aspecto e número-pessoa que servem de base a processos de composição ('Maria-*vai*-com-as-outras'; '*porta*-cacos'; '*guarda*-chuva') e de reduplicação ('*corre-corre*'; '*bate-bate*'). Nesses casos, em que as formas verbais servem de base à composição e à reduplicação, os conteúdos de MTA e NP são PRESENTE DO INDICATIVO e P3 (terceira pessoa do singular). A observação de dados modificados em MTA e NP em bases que participam da produção de palavras na língua evidencia características prototípicas da flexão.

O USO IMPRODUTIVO DE MARCAS DE MTA

Em morfologia, costuma-se afirmar que marcas flexionais são produtivas. Booij (2006) defende que, quando existem duas estratégias flexionais que preenchem uma mesma função, há uma tendência de que uma dessas estratégias seja improdutiva. No português, o uso de afixo *-ra* para indicar a noção de PRETÉRITO MAIS-PERFEITO caiu em desuso na língua; muitos falantes nem reconhecem mais essa marca. A improdutividade desse expediente formal ocorreu devido à concorrência com a estratégia sintática: verbo auxiliar 'ter' ou 'haver' no pretérito imperfeito + verbo principal no particípio ('tinha jogado' / 'havia jogado').

Outros conteúdos que apresentam mais de um tipo de materialização possível parecem passar por processos semelhantes.

Sendo assim, no uso falado da língua, a estratégia mais produtiva de informação de FUTURO DO PRESENTE é a sintática: verbo ‘ir’ no presente do indicativo + verbo no infinitivo (‘vou jogar’, ‘vou vender’). O expediente morfológico (acrúscimo de *-re* / *-ra*) é cada vez menos utilizado. Para a indicação de ordem, conselho, o imperativo, muitas vezes, parece ser menos utilizado que as outras duas estratégias: presente do indicativo (‘joga’ / ‘jogam’) e sujeito (interlocutor) + futuro (‘você jogará’ / ‘você vai jogar’).

MARCAS DE MTA: NÃO-OBRIGATORIEDADE

Segundo Gonçalves (2011: 12), autores que distinguem, de modo discreto, flexão e derivação costumam afirmar que marcas flexionais são obrigatorias, são exigidas pelo contexto sintático: “*A flexão é requerida pela sintaxe da sentença, isto é, um contexto sintático apropriado leva à expressão das categorias flexionais, o que não acontece com a derivação, isenta do requisito “obrigatoriedade sintática”.*”

Tendo em vista as marcas verbais, afixos de NP, realmente, são utilizados para atender à sintaxe; ocorrem para concordar com o sujeito da sentença. Quanto às marcas de MTA, só podemos afirmar que há obrigatoriedade nos casos em que um conteúdo modo-tempo-aspectual está subordinado a outro:

(04)

- Eu gostaria que você *trabalhasse* comigo.
- Espero que você *trabalhe* comigo.
- Esperava que você *trabalhasse*.

Nesses contextos de período composto, o verbo da oração subordinada é utilizado no pretérito imperfeito do subjuntivo, presente do subjuntivo e pretérito imperfeito do subjuntivo, respectivamente, por exigência do contexto; ocorre uma adequação ao conteúdo modo-tempo-aspectual do verbo a que essas orações se subordinam.

Já o uso de ‘gostaria’, ‘espero’ e ‘esperava’ ocorre por opção do falante. Devido à escolha do locutor, adequando-se à situação em que produz o enunciado, são utilizadas as marcas de MTA de futuro do pretérito (modo indicativo), presente do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo. Nada no contexto linguístico o obriga a fazer essas escolhas.

Em períodos simples, a escolha de marcas de MTA também é opcional. Não há nenhum elemento do contexto linguístico que leve o falante a utilizar, por exemplo, um verbo no presente do indicativo, no pretérito perfeito, no pretérito imperfeito do indicativo, no futuro do presente (indicativo) ou no futuro do pretérito (indicativo):

(05)

- Eu *trabalho* na empresa X.
- Eu *trabalhei* na empresa X.
- Eu *trabalhava* na empresa X.
- Eu *trabalharei* na empresa X.
- Eu *trabalharia* na empresa X.

O locutor utiliza essas marcas de MTA por opção; de acordo com situações externas variadas, fará a escolha por conteúdos de MTA diferentes. Caso trabalhe na empresa no momento do enunciado, utilizará o verbo no presente do indicativo. Se tiver trabalhado na empresa e quiser reforçar o aspecto habitual / frequente desse evento, usará a forma de pretérito imperfeito do indicativo. Sendo o objetivo marcar que esse evento se deu num determinado momento do passado, realiza o verbo no pretérito perfeito do indicativo. Na hipótese de querer expressar que trabalhará na empresa com certeza, escolhe a marca de futuro do presente (indicativo); já se quiser indicar que trabalharia caso isso fosse possível, opta pela forma que expressa futuro do pretérito (indicativo).

Verificamos, então, que as marcas de MTA seriam consideradas derivacionais tendo em vista o critério obrigatoriedade. A utilização dessas marcas ocorre, em geral, por opção do falante, de acordo com

os seus objetivos e a situação em que se encontra. Com exceção de verbos que ocorrem em orações subordinadas, não há condicionamento linguístico para a escolha de afixos que manifestam conteúdos modo-tempo-aspectuais.

Com relação aos conteúdos número-pessoais, os casos em que ocorrem zeros morfológicos evidenciam a ausência de expressão; isso ocorre, muitas vezes, na indicação de P3 ('cantaria', 'cantava', 'cantara', 'cantará', 'canta'). Como afirma Winter (2011), os zeros morfológicos demonstram que a expressão de uma categoria não é obrigatória. Há ainda situações em que aplicabilidade dos afixos de NP não ocorre plenamente, como vemos na seção seguinte.

APLICABILIDADE

Como mostra Gonçalves (2011), autores que defendem a separação discreta entre flexão e derivação alegam que processos flexionais são plenamente aplicáveis, não deixam lacunas, ao contrário de processos derivacionais. Focalizando os afixos verbais do português, verificamos que as marcas de MTA, realmente, são aplicáveis a quaisquer bases verbais. Desse modo, todos os verbos⁵ na língua podem receber marcas de MTA.

Como afirma Gonçalves (2011), para ilustrar essa alta generalidade, podemos verificar o uso de afixos de MTA em verbos novos, criados há pouco tempo na língua: 'escanearia', 'twittava'; 'twittarei'; 'downloudava'. Pelo critério aplicabilidade, seriam as marcas de MTA, realmente, flexionais.

Já as marcas de número-pessoa não são aplicáveis a qualquer verbo, pois, muitas vezes, deixam lacunas:

⁵ Por mais que, em *Breviários de Conjuração Verbal* (REIS, 1982), afirme-se que alguns verbos não se realizam em alguns tempos verbais, acreditamos que, no uso efetivo da língua, o falante adapta os verbos à expressão de todos os contextos modo-tempo-aspectuais.

Os estudos sociolinguísticos revelam que a concordância verbal constitui um fato variável, ou seja, a concordância pode ser concretizada ou não pelo usuário da língua em função de fatores diversos de natureza linguística e extralinguística. (VIEIRA, 2007: 87).

Isso leva a que afixos de NP não sejam totalmente aplicáveis; dados como ‘tu compra’; ‘nós compra’; ‘eles compra’ demonstram que “*as marcas de concordância podem não ser utilizadas em algumas variantes do português brasileiro*” (GONÇALVES, 2005a: 161).

Outro fato que evidencia não serem sufixos número-pessoais aplicáveis a qualquer base verbal é a defectividade. Vários autores que abordam o mecanismo da flexão verbal mostram que os paradigmas número-pessoais apresentam defectividade (KOCH e SOUZA E SILVA, 1989; MONTEIRO, 1986; LOPES, 2003; ZANNOTO, 2006). Há verbos que não podem receber quaisquer afixos de NP.

A título de ilustração, podemos citar os verbos que expressam fenômenos da natureza; esses verbos só se atualizam na 3^a pessoa do singular: ‘relampeja’; ‘relampejou’; ‘relampejará’: “*como tais verbos expressam um fenômeno natural, seu significado não é compatível com o de marcas morfológicas que pressupõem um sujeito*” (GONÇALVES, 2005: 42).

Em outras palavras, esses verbos não pressupõem semanticamente a existência de um participante do evento verbal. Dados como ‘Choveram aplausos’ ocorrem, porque o sentido do verbo muda, ativando outra cena e admitindo um participante do processo: ‘aplausos’. Existem outros exemplos de verbos que, mesmo não indicando fenômenos da natureza, são defectivos, pois só são utilizados em P3 e P6. Dentre estes, podemos citar, por exemplo, ‘constar’, ‘soar’, ‘ocorrer’⁶.

⁶ Nem todos os dicionários e breviários descrevem tais verbos como defectivos, no entanto consideramos, desse jeito, visto que acreditamos que eles são utilizados, de forma produtiva, no português, apenas em P3 e P6.

O significado de P1 também não é totalmente aplicável a verbos: quando um verbo se encontra no imperativo, marcas de primeira pessoa não são utilizadas. Isso se deve à incompatibilidade semântica; uma pessoa não dá conselhos ou ordens a si próprio. Verbos como ‘*falir*’⁷, ‘*colorir*’, ‘*comedir*’, ‘*abolir*’, ‘*aguerrir*’, ‘*florir*’, ‘*ressarcir*’ não apresentam também o uso de P1 no presente do indicativo.

Os casos de defectividade e de variação na concordância verbal apontam para lacunas na generalidade de aplicação das marcas número-pessoais, o que constitui característica derivacional desses afixos. A aplicabilidade é, então, mais um critério que demonstra que a separação discreta entre flexão e derivação não parece ser a mais adequada para uma análise efetiva dos dados. Marcas de MTA apresentam alta generalidade; já marcas de NP podem não ser aplicáveis em algumas variedades da língua. Além disso, alguns significados número-pessoais não se compatibilizam com qualquer verbo, perdendo, com isso, em generalidade.

PROBLEMAS NA ORGANIZAÇÃO POR PARADIGMAS

Como afirma Booij (2006), os autores que defendem a separação discreta entre flexão e derivação afirmam que, na morfologia flexional, ocorre organização por paradigmas. O autor verifica que, muitas vezes, nas línguas do mundo, algumas características fazem com que essa organização paradigmática não seja garantida. Indicamos a seguir algumas evidências linguísticas que nos levam a questionar o paradigma na flexão.

Conteúdos modo-tempo-aspectuais nem sempre se manifestam por afixos (‘*cantaremos*’); ocorrem também materializações sintáticas (‘*vamos cantar*’). Em outras palavras, o meio de expressão do

⁷ Reis (1982), em seu *Breviário de Conjugação verbal*, defende que, na norma padrão, as formas de ‘*abolir*’ que se realizam começam necessariamente com a terminação com ‘i’ ou ‘e’. Já, no verbo ‘*falir*’, as formas que se realizam devem ter necessariamente um ‘i’ depois do ‘l’. Verbos como ‘*aguerrir*’, ‘*florir*’, ‘*ressarcir*’ atendem ao padrão de ‘*falir*’. Já ‘*colorir*’ e ‘*comedir*’ seguem ‘*abolir*’. Apesar de algumas das formas não previstas por Reis (1982) ocorrerem no uso mesmo não estando de acordo com a norma padrão, as formas em P1 do presente do indicativo não são utilizadas: *‘*abulo*’, *‘*falo*’, *‘*floro*’ etc.

conteúdo pode ser sintático, que se realiza pelo uso de mais de uma palavra, e não morfológico, que se indica através do uso de afixos. Mesmo quando a realização é morfológica, pode manifestar-se através de uma marca inesperada (*cantávamos* no contexto de futuro do pretérito) ou por fusão ('*p/e/ga*' - indicação de presente ocorre pela abertura da vogal média na sílaba tônica). Os conteúdos número-pessoais, por exemplo, só se realizam morfologicamente, mas essa manifestação ocorre através de acréscimo de sufixo ('*jogamos*') ou por fusão ('*t/ij/ve*' / '*t/e/ve*').

Há outros aspectos que causam lacunas na idealização do paradigma na flexão. Entre esses aspectos, podemos citar a existência de mais de uma classe num mesmo paradigma (há três conjugações verbais no português). Outra falha na organização paradigmática é a ocorrência de cumulação numa mesma marca: são expressos número e pessoa em NP e modo, tempo e aspecto em MTA.

Outro fator que comprova não haver, em português, organização paradigmática plena em MTA e NP é a alomorfia. Utilizam-se, por exemplo, as marcas *-va* e *-ia* para indicar pretérito imperfeito do indicativo. Além disso, ocorre acréscimo de afixo ou fusão para expressar um conteúdo de MTA ou NP: *-ria* expressa FUTURO DO PRETÉRITO; vogal média aberta indica PRESENTE; vogal alta indica P1 e *-mos* indica P4. Às vezes, a fusão é levada às últimas consequências (GONÇALVES, 2005; VIVAS, 2011), criando formas supletivas. Nesses casos, ocorrem formas completamente diferentes para expressar conteúdos diferentes de NP: *sou, é, são* (verbo 'ser') e de MTA eu *vou*, eu *ia*, se eu *for* (verbo 'ir').

Caso se defenda que a flexão se caracteriza por formar paradigmas, a observação de lacunas nos padrões de MTA e NP fornece mais evidências de que esses conteúdos apresentam características derivacionais e essas particularidades precisam ser consideradas numa análise das marcas verbais do português.

A VISÃO POR PROTÓTIPOS PARA AS MARCAS DE MTA E NP: UM ENSAIO DE UMA ANÁLISE GRADIENTE DAS MARCAS VERBAIS

Quanto mais atributos da flexão apresentar uma marca, mais flexional esta será. Caso um expediente morfológico de MTA ou NP tenha todos os atributos desse processo morfológico, será esse expediente uma marca flexional prototípica. Abordar flexão e derivação através da noção de prototípica é 1) considerar que as marcas morfológicas de cada processo não são idênticas; 2) entender que marcas flexionais e derivacionais são flexíveis e 3) acreditar numa maleabilidade entre as fronteiras internas da morfologia.

Defendemos a ideia de que a flexão e a derivação devem ser processos entendidos através da noção de protótipo. O protótipo flexional é aquele que atende a todas as características da flexão⁸: estável semanticamente (ES); estável categorialmente (EC); não envolvido na criação de palavras (NC); expresso por um meio morfológico – relação unívoca (RU); produtivo (PR); obrigatório (OB); com alta aplicabilidade (AP) e organizado de modo paradigmático (OP). No **Quadro 1**, a seguir, explicitamos a formalização do protótipo flexional:

ES	EC	CP	RU	PR	OB	OP	AP
+	+	+	+	+	+	+	+

Quadro 1: O protótipo flexional

Há marcas de MTA e NP que não apresentam uma série de atributos do processo flexional, mas, ao contrário, têm características derivacionais. O afixo *-ra*, por exemplo, apesar de bastante aplicável, passa por instabilidade semântica e categorial e parece participar

⁸ Existem outras características que definem a flexão em oposição à derivação e, caso haja o interesse de dispor todas as marcas de MTA e NP num *continuum*, o ideal é considerar todos os atributos já apresentados na literatura morfológica. Entretanto, só utilizamos aquelas características que foram explicitadas, ao revelarmos uma série de características derivacionais em MTA e NP.

da criação de palavras em dados como 'tomara' e 'pudera' (como interjeições); além disso, não é expresso por relações unívocas e não é obrigatório.

Como se utiliza a estratégia sintática ('tinha amado'; 'tinha falado') e a morfológica de pretérito perfeito ('amou'; 'falou') no contexto de pretérito mais-que-perfeito, evidenciam-se, então, problemas na organização por paradigmas. Esse expediente morfológico (marca *-ra*) é improdutivo; caiu, inclusive, em desuso no português.

Como propõe Gonçalves (2005a; 2011), caso haja o interesse de dispor todas as marcas verbais num *continuum* morfológico flexão-derivação, é importante que se pense nesses atributos de uma maneira gradiente: por exemplo, um afixo tem instabilidade semântica e categorial alta, média ou baixa.

Havendo mais dados de instabilidade semântica e categorial de marcas de particípio que do expediente *-ra*, é sinal de que, segundo esses critérios, os dois afixos não são totalmente flexionais, mas a marca participial é menos flexional que *-ra*. Entretanto, um afixo participial, além de bastante aplicável, é produtivo e expresso por uma estratégia morfológica. Por estes atributos, o expediente de particípio seria mais flexional.

Com essa análise parcial do *-ra* e dos afixos de particípio, evidenciamos que afixos apresentam características flexionais e derivacionais; desse modo, devem ser entendidos como marcas que se posicionam entre os dois polos de modo gradiente. Essa visão ratifica a abordagem teórica dos autores que apresentam semelhanças entre esses processos morfológicos.

PALAVRAS FINAIS

Existe, na língua, um padrão, descrito pelos estudos morfológicos estruturalistas e gerativistas, em que afixos de MTA e NP indicam os conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais e não mudam a

classe do verbo. Entretanto, defendemos a existência de outros padrões (derivacionais) realizados por essas marcas.

O uso de determinadas marcas de MTA não é obrigatório. É possível, por exemplo, utilizar a estratégia sintática ‘vou jogar’, uma vez que a marca *-re* não é de aplicação categórica. Isso leva a que determinadas estratégias de manifestação se tornem improdutivas (‘cantara’ é improdutivo, já que o falante do português utiliza ‘tinha cantado’).

Além disso, é possível alimentar a criação de palavras através de marcas de particípio, infinitivo, gerúndio ou por meio de formas verbais desenvolvidas no PRESENTE DO INDICATIVO e em P3. A constatação de que ocorrem lacunas na aplicabilidade de marcas de NP é mais um motivo para defendermos que uma visão flexional discreta não é a mais eficiente para descrever as marcas verbais do português.

Verificamos ainda que uma série de aspectos analisados leva a vários questionamentos com relação à organização paradigmática dos conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais do português. Esses aspectos evidenciam que uma visão que separa totalmente os processos flexional e derivacional não dá conta efetivamente dos dados. Existem padrões não flexionais nas marcas verbais de MTA e NP e esses padrões não devem ser ignorados na descrição morfológica do português.

OS MOVIMENTOS DO *CONTINUUM COMPOSIÇÃO-DERIVAÇÃO*: UMA ANÁLISE DESCRIPTIVA DOS COMPOSTOS NEOCLÁSSICOS *AGRO-X*

Neide Higino da Silva

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Este capítulo analisa o estatuto dos formativos *agro-* e *agri-* na atual sincronia, uma vez que construções como ‘agricultura’, ‘agribusiness’, ‘agronomia’, ‘agropecuária’ e ‘agrofit’, embora possuam em comum os elementos compositionais *agri-* e *agro-*, apresentam características morfológicas, sintáticas e semânticas distintas; contudo, algumas podem ser classificadas, segundo a tradição, de compostos neoclássicos, de recomposição ou não serem analisadas, uma vez que suas propriedades não se adequam às esperadas. Em função das variáveis manifestadas pelo *corpus* (cf. HIGINO DA SILVA, 2016), objetivamos discutir, na esteira de Gonçalves (2011a, 2011b, 2012) e Gonçalves & Andrade (2012), os conceitos de composição neoclássica e recomposição a partir do *continuum* composição-derivação, que admite uma interpretação para os casos emblemáticos, tais como ‘agricultar’ e ‘agronomia’, e casos periféricos, como os já citados ‘agribusiness’ e ‘agrofit’. A partir do apresentado pelos autores (2011a, 2011b, 2012), propomos um posicionamento das formações aqui examinadas nesse *continuum*.

OS COMPOSTOS NEOCLÁSSICOS NO *CONTINUUM COMPOSIÇÃO-DERIVAÇÃO*

Há diferentes definições para a composição, entre elas destacamos a de Harley (2009), de Bauer (2001) e de Olsen (2000). Segundo Harley (2009: 130), a composição é uma palavra formada de duas ou mais raízes. Já de acordo com Bauer (2001: 695), é uma unidade lexical feita de dois ou mais elementos, que podem funcionar independentemente em um sintagma oracional; eles apresentam comportamentos fonológico e / ou gramatical diferentes dos usuais em uma sentença. Olsen (2000: 280) define composição como a combinação de duas formas livres ou radicais para formar uma nova palavra complexa. Observa-se que em cada uma dessas definições a unidade morfológica que constitui a composição é diferente: raiz, elemento, forma livre e radical.

Ralli (2008b) comprehende composição como um processo de formação de palavras que caracteriza as línguas de vários tipos e várias famílias. A autora define o mecanismo como uma associação entre palavras ou radicais, dependendo da morfologia da língua em particular, e cita o inglês como exemplo de língua em que composição ocorre entre palavras e o grego como exemplo de língua em que a composição baseia-se em radicais. Considerando a morfologia do português, adotamos a definição proposta por Basilio (2000: 11), segundo a qual composto é o “*conjunto de palavras que funcionam lexicalmente como uma palavra só*”.

As questões que envolvem a derivação não são menos complexas, pois nem todos os formativos que caracterizam esse processo apresentam comportamento uniforme, a exemplo dos prefixos *pré-* e *pós-*, que podem ser utilizados como formas livres (‘Eu tenho trabalho da pós’ ou ‘Cheguei da aula do pré’) e realizam-se como duas palavras prosódicas, mantendo a sua tonicidade (‘pós-graduação’, ‘pré-vestibular’). Em relação à derivação, adotamos o seguinte conceito: processo por meio do qual se adjunge um afíxo à base¹.

¹ “*Exceto nos casos de conversão, subtração ou mudança na constituição fonológica de uma palavra-matriz*” (GONÇALVES, 2011a).

Tradicionalmente, composição e derivação são analisadas por meio de uma perspectiva aristotélica de classificação, em que os membros devem possuir, igualmente, todas as condições necessárias e suficientes para pertencer à determinada categoria e, nessa ótica, os processos são compreendidos como totalmente distintos e independentes. No entanto, abordagens mais recentes – Bauer (2005), Kastovsky (2009), Gonçalves (2011a, 2011b, 2012), Gonçalves e Andrade (2012) e Andrade (2013), entre outras – propõem uma reanálise pautada no modelo de classificação originalmente apresentado por Rosch (1978), que parte de membros exemplares, mais facilmente reconhecíveis (os chamados protótipos), para membros periféricos, aqueles que exibem menor semelhança com o prototípico, gerando uma gradiente. Há, portanto, membros prototípicos e fronteiriços, ou seja, mais próximos ou mais distantes daqueles que mais perfeitamente representam a categoria.

Segundo Bauer (2005), a instabilidade de alguns elementos morfológicos dificulta a classificação do processo de formação que subjaz a determinadas palavras, a exemplo *-cade*, de *cavalcade* (“cavalgada”) e de *motorcade* (“carreata”), que é classificado como sufixo, mas segundo o autor (2005) pode aparecer em início de palavra. Bauer (2005) destaca outro complicador, os compostos neoclássicos, uma vez que esses fogem da constituição dos compostos em inglês, pois nessa língua os compostos vernáculares são formados por palavras e naqueles por radicais. O autor ressalta que entre os elementos neoclássicos há formas como *philo-* e *-sophy* que têm características de palavra. Entretanto, o autor assinala que o comportamento flutuante dos formativos torna flexível a fronteira entre composição e derivação, mas não compromete a distinção entre esses processos.

Kastovsky (2009) apresenta hipóteses que corroboram com a formação de um *continuum* de processos de formação de palavras. O autor afirma que há pontos de interseção entre os formativos que os constituem. Contudo, defende que composição, *clipping* (trun-

camento) e cruzamento vocabular² devem ser considerados como padrões prototípicos dispostos em uma escala de componentes cada vez menos independentes que vão desde palavras, passando por radicais, afixoides³, afixos, palavras/radicais reduzidos em *splinters*⁴.

Higino da Silva & Gonçalves (2017), Gonçalves (2011a) e Gonçalves e Andrade (2012), entre outros autores, propõem uma aplicação do *continuum* composição-derivação para o português. Gonçalves (2011a) e Gonçalves & Andrade (2012) elencam critérios para o reconhecimento de compostos e derivados prototípicos e analisam diferentes formações que estão entre os polos desse *continuum* como “*a combinação truncada* (‘*caipifruta*’, ‘*caipivodka*’, ‘*caipissuco*’), *a substituição sublexical* (‘*mãedrasta*’, ‘*irmãdrasta*’, ‘*sogradrasta*’) e *a recomposição* (‘*auto-peças*’, ‘*auto-escola*’, ‘*auto-tecnologia*’)” (GONÇALVES, 2011a: 69).

Higino da Silva (2017) afirma que esse modelo reconhece formações que são composições prototípicas (o modelo NN de composição, como ‘bolsa família’) e derivações prototípicas (*X-eiro*); no entanto, há, entre esses dois extremos, inúmeros processos de formação de palavras que não se assemelham inteiramente a esses protótipos, partilhando, em maior ou menor escala, características desses dois modelos básicos de expansão lexical.

2 Gonçalves (2012b), na esteira de Fandrich (2008), afirma que “o termo *blend* (cruzamento vocabular) é metafórico, já que vem a ser utilizado em referência à mistura de partes aleatórias de lexemas existentes. Nesse sentido, as formas resultantes refletem, iconicamente, as palavras-matrizes.” Tal como, ‘lixeratura’ (lixo + literatura = “literatura de má qualidade”) e ‘aborracente’ (adolescente + aborreço = “adolescente que aborreço”), exemplos do autor.

3 “Na literatura morfológica sobre o português, o termo afixóide apresenta três diferentes acepções: (i) forma truncada que remete, metonimicamente, ao significado da palavra complexa de onde se desgarrou (DUARTE, 1999, 2009; GONÇALVES, 2011b), a exemplo de *bio-* e *agro-*; (ii) elemento que aparece em formações isoladas, únicas, os hapaces (ROCHA, 1988), como o *-ebre* de ‘casebre’; (iii) elemento ressemantizado que, necessariamente, coexiste com uma palavra da língua, seja ela preposição, como *contra-* (‘contra-ataque’) ou um substantivo (‘mania de chocolate’ vs. ‘chocomania’)” (GONÇALVES, 2016: 65).

4 Segundo Bauer (2005: 104), splinter é o fragmento de uma palavras usado repetidamente na formação de novas palavras, ou seja, é uma partícula não morfêmica formada por cruzamento vocabular, com a qual se cria novas palavras. O termo foi cunhado por J.M. Berman em *Contribution on Blending*, 1961, de acordo com Bauer (op. cit.). Exemplos: “fran-” em “frambúrguer” (frango + hambúrguer); “franfilé” (frango + filé); e “-nesse” em “macarroneese” (macarrão + maionese), em “ovonese” (ovo+ maionese).

A organização categorial por protótipos permite não apenas uma análise dos elementos de uma mesma classe – central e periférico –, mas dos elementos que figuram entre as classes, uma vez que há construções que partilham características das diferentes classes, tais como o cruzamento vocabular (‘burocracia’), a composição neoclássica (‘agrociência’) e a recomposição (‘agromaníaco’), processos que justificam a existência de um *continuum*.

A flexibilidade na análise desses processos surge da necessidade de identificar um posicionamento para os formativos que não se caracterizam, plenamente, como unidades constituintes da composição e da derivação, palavras/radicais e afixos, respectivamente, e apresentam propriedades tanto de um, quanto de outro. Tomado como exemplo o formativo *agro-*, reconhecido pela tradição gramatical como radical neoclássico, constituinte, portanto, do processo de composição (CUNHA & CINTRA, 1985; BECHARA, 2000), percebe-se que, em algumas formações, como ‘agroecossistema’ e ‘agrocombustível’, *agro-* é uma forma presa, a cabeça lexical⁵ posiciona-se à direita e o elemento recorrente combina-se com palavras, assemelhando-se aos prefixos e, portanto, aproximando-se da derivação. Já em construções como ‘agroclimático’ e ‘agropastoril’, as bases mantêm uma relação de coordenação, comportamento que remete a formações constituídas por formas livres, aproximando-se, por isso, da composição. O comportamento de *agro-* suscita dúvidas sobre o seu posicionamento no *continuum* radical-afixo (RALLI, 2008a: 15), e é nesse sentido que se justifica a presente análise.

Assim, como evidenciado por Bauer (2005), Gonçalves (2011a, 2011b, 2012), Gonçalves & Andrade (2012) e Andrade (2013), a controvérsia, entre outras questões, repousa na inserção desse processo de formação de palavras entre os processos de composição de

5 O conceito de cabeça lexical, utilizado neste trabalho, tem por base a relação sintática estabelecida entre os constituintes da composição, como definido por Sandmann (1989): relação de subordinação ou de coordenação. No primeiro caso, a subordinação pode ser do tipo determinante-determinado, ou seja, o núcleo ou a cabeça lexical fica à direita da construção. A outra possibilidade é a subordinação do tipo determinado-determinante, isto é, o núcleo é o elemento à esquerda da construção. No segundo caso, a relação é por coordenação, portanto, não há cabeça lexical.

palavras do vernáculo. Observando alguns atributos que identificam casos mais emblemáticos da composição e da derivação, percebe-se que, no tocante ao *corpus* aqui analisado, *agro-* exibe especificidades que sugerem a dilatação do conceito de composição. Para estabelecer comparações entre os compostos vernaculares prototípicos e os compostos neoclássicos formados por *agro-* e *agri-*, serão utilizados os critérios propostos por Gonçalves (2011a, p. 68) e Gonçalves & Andrade (2012, p. 122-123), uma vez que os critérios identificam tendências gerais da composição e derivação.

A fim de formar um único quadro, aos critérios propostos por Gonçalves (2011a), acrescentamos, em negrito, os sugeridos por Gonçalves e Andrade (2012):

Elementos analisados	Critérios	
	Composição	Derivação
As unidades	Radicais Palavras	Afixos
	Lexemas autônomos Formas encurtadas, presas, que remetem a palavras.	Elementos de fronteira (formas presas que não correspondem a palavras).
Características estruturais	Unidades com posição não necessariamente fixa na estrutura da palavra.	Unidades definidas por uma posição pré-determinada na estrutura da palavra (à esquerda ou à direita).
	A variável lexical utilizada é predominantemente a palavra.	A variável lexical utilizada é predominantemente o radical.
	Cabeça lexical à direita ou à esquerda.	Cabeça lexical à direita.
	Possibilidade de existir relação de coordenação entre constituintes.	Ausência desse tipo de relação.
	Possibilidade de flexão entre constituintes.	Flexão periférica.
		O formativo seleciona a categoria lexical da base.
		Os afixos não se combinam entre si.

Característica fonológica	Realização em mais de uma palavra prosódica.	Realização em uma única palavra prosódica.
Características semânticas	Expressa um significado lexical.	Manifesta um conteúdo gramatical ou funcional.
	Pode ser endocêntrica ⁶ ou exocêntrica.	Predominantemente endocêntrica.
		Apresenta função semântica pré-determinada.
		Recorrentemente, os afixos atribuem a mesma ideia a todas as formas a que se vinculam.
		Os afixos selecionam classe semântica.
Produtividade e produção	Forma conjuntos mais fechados de palavras (é mais <i>ad hoc</i>)	Forma conjuntos mais completos de palavras (é mais regular).
	Caracteriza grande número de formas manufaturadas.	Produz palavras em série.

Quadro 1: Fatores de distinção entre Composição e Derivação

Entre os distintos critérios que balizam o reconhecimento do processo de composição, destacamos a identidade dos elementos que constituem os exemplos prototípicos dessas construções, o radical e a palavra. Esses conceitos, assim como o de composição, são complexos e discutíveis no que se refere a definições e fronteiras. Para ilustrar os diferentes aspectos pelos quais podem ser observados, serão elencadas as definições de radical propostas por Mattoso Camara (1977), Rocha Lima (1972), Melo (1978), Cunha & Cintra (1985), Bechara (2000) e a de palavra proposta por Basilio (2000).

Radical, conforme Bechara (2000, p. 335), “é o *núcleo onde repousa a significação externa da palavra, isto é, relacionada com o mundo em que vivemos*”. Para Rocha Lima (1972: 193) “é o morfema

6 Gonçalves (2011a) não apresenta as definições de endocêntricidade e exocêntricidade utilizadas em seu artigo. Neste trabalho, os termos endocêntrico e exocêntrico são assumidos, de acordo com os conceitos propostos por Sandmann (1992). Os compostos endocêntricos são aqueles em que o significado é motivado, completa ou parcialmente, pelo significado das bases, em “peixe-agulha”, apenas a palavra “agulha” aciona um sentido metafórico, já “peixe” mantém uma relação direta com o referente. Os compostos exocêntricos são aqueles em que o significado é construído por meio de metáfora ou metonímia, a exemplo de ‘viúva negra’ (aranha) e de ‘chapa-branca’” (automóvel oficial), metáfora e metonímia, respectivamente.

que funciona como o segmento lexical da palavra, opondo-se ao segmento que lhe assinala (...) as flexões e a derivação.” Cunha & Cintra (1985: 78) afirmam que “ao que chamamos até agora MORFEMA LEXICAL⁷ dá-se tradicionalmente o nome de RADICAL. É o radical que irmana as palavras da mesma família e lhes transmite uma base comum de significação”.

Melo (1978: 48-49) define raiz como “*elemento nuclear que contém a ideia central*”, “*o elemento último, irredutível e comum a todo um grupo de palavras*” e iguala-o ao termo base. Já radical “*é a parte do vocábulo destituída das desinências*”, sufixos ou a terminação (termo usado pelo autor para desinência de gênero e vogais temáticas nominais), “*nas palavras desprovidas de afixos, ditas primitivas, o radical coincide com a raiz*”.

Mattoso Camara (1977: 205) entende radical como “*a parte lexical de um vocábulo, que se opõe à parte correspondente à flexão externa, a que se liga ou não pelo índice temático*”. O autor distingue dois tipos de radicais, o primário, em que há apenas o semantema, confundindo-se com a raiz, e o secundário, que resulta da derivação ou da composição – identificado por meio da análise morfotática dos constituintes. Para Mattoso Camara, raiz, sincronicamente, é o semantema⁸ – “*parte básica da estrutura das palavras*” – e, diacronicamente, é o “*segmento fônico originário correspondente a um semantema do indo-europeu*”.

Percebe-se, nas definições acima, que há alguns aspectos merecedores de destaque: há conceitos de natureza, exclusivamente, linguística e há outros referentes a fatores extralingüísticos, estabelecendo a relação entre palavra e referente; os critérios morfológicos (destituído de desinência) e semânticos (em que repousa a significação) são norteadores na delimitação do conceito; no entanto, o termo raiz, originalmente, de viés diacrônico, confunde-se, em algumas

7 “*Os morfemas lexicais têm significação externa, porque referente a fatos do mundo extralingüístico, aos símbolos básicos de tudo o que os falantes distinguem na realidade objetiva ou subjetiva*” (CUNHA & CINTRA, 1985: 76).

8 “*O semantema - dá-se este nome ao elemento formal que simboliza na língua o ambiente biosocial em que ela funciona*” (MATTOSO CAMARA, 1977: 215).

propostas, com o termo radical, por serem ambos formas mínimas morfológicas, sendo este de caráter sincrônico.

Outra questão que se levanta é a inserção, no quadro acima, dos radicais entre as unidades que constituem os compostos prototípicos, uma vez que os radicais, em português, são formadores de compostos neoclássicos, de recomposição e não de compostos vernaculares; para estes, a palavra é a base.

Basilio (2000: 9) afirma que o “*conceito de palavra é de grande dificuldade em morfologia*”. Reconhecida até o início do século XIX como forma mínima, deixa de ser unidade relevante da estrutura da língua a partir dos estudos da morfologia derivacional, quando os morfemas se tornam as unidades básicas. Todavia, a morfologia depende do conceito de palavra, uma vez que os processos morfológicos giram em torno dela. Basilio (2000) assevera que os conceitos de forma presa e forma livre, propostos por Bloomfield, distinguem palavra (forma livre) dos morfemas presos, radicais, afixos ou clíticos (formas presas) e dos sintagmas oracionais, que podem conter mais de uma forma livre, tornando a palavra a unidade mínima do enunciado. Portanto, “*a palavra é a forma livre mínima: uma forma que pode ocorrer isoladamente, por si só constituindo um enunciado, e não podendo ser totalmente subdividida em formas livres*” (BASILIO, 2000: 10). No entanto, a autora (2000: 11) ressalta que essa definição esbarra no conceito de palavras compostas: se palavras são formas mínimas, como equacionar a formação constituída por mais de uma palavra?

Os problemas na definição de palavra, de acordo com Basilio (2000), refletem-se sobre a conceituação de palavra composta. A autora adota o conceito de palavra como unidade lexical e, consequentemente, de composto “*como conjuntos de palavras que funcionam lexicalmente como uma palavra só*” (BASILIO, 2000: 11).

Devido a essa imprecisão classificatória, Ralli (2008a: 150) propõe que as categorias morfológicas, tais como palavras, radicais

e afixos, não sejam separadas radicalmente, mas sejam colocadas num *continuum*, afixo – radicais presos – radicais.

Na próxima seção, serão analisados os formativos *agro-* e *agri-* a partir de critérios apresentados por Gonçalves (2011a: 68) e Gonçalves & Andrade (2012: 122-123). Os critérios auxiliam no reconhecimento de estruturas compostas e derivadas prototípicas. A apreciação dos formativos por meio de um conjunto pré-determinado de características é pertinente, uma vez que as gramáticas normativas incluem a composição neoclássica entre os compostos do vernáculo.

ANÁLISE DOS FORMATIVOS *AGRO-* E *AGRI-*

Os dados citados, neste capítulo, foram rastreados por Higino da Silva (2016). De acordo com a autora, foram recolhidos de verbetes do Dicionário Eletrônico Houaiss; do Grande Dicionário Houaiss Beta da Língua Portuguesa; do Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa; do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e da Internet, sobretudo a ferramenta eletrônica de busca Google. As quatro primeiras fontes serviram como recursos para observar formas já consagradas na língua; a última, por sua vez, funcionou para verificar novas formações *agro-X*. Apresentaremos, conforme Higino da Silva (2016), para novas formações não dicionarizadas, exemplos e possíveis definições, encontrados no *site* de busca *Google*, do qual foram retirados.

Os dados foram analisados de acordo com a natureza das bases, se livre ou presa; a classificação morfológica das construções; as relações sintáticas entre os formativos da construção: subordinação ou coordenação (SANDMANN, 1989). As acepções dos compostos foram arroladas, de acordo com o dicionário Houaiss (2009), e para as palavras não dicionarizadas, a autora (2016) exibe fragmentos de textos retirados do *Google*, a fim de apresentar possíveis definições propostas na ferramenta de busca e/ou contextos de uso. O *corpus* analisado por Higino da Silva (2016) é formado por 101 dados dos

quais 13 são constituídos por *agri-* e 88 são por *agro-*. Em função da extensão deste capítulo, destacamos apenas alguns deles.

A partir dos critérios propostos por Gonçalves (2011: 68) e Gonçalves & Andrade (2012: 122-123), observou-se que, nas 87 construções constituídas por *agro-*, o formativo funciona como base presa (‘agrogestão’, ‘agroecoturismo’, ‘agroaçucareiro’)⁹; o mesmo comportamento foi observado nas 13 ocorrências com *agri-* (‘agricultar’, ‘agricultável’). Há apenas 2 ocorrências em que *agro-* comporta-se como forma livre: na campanha publicitária “Sou agro”, lançada na mídia entre 2010/2011, e num texto do jornal Folha de São de Paulo (1994) – “A transferência de recurso do **agro** para o financeiro”. Acrescentamos a essa última ocorrência, o dado mais recente, a campanha publicitária feita pela Rede Globo de Televisão, durante o mês de julho/2016, “**agro** é tech, agro é pop, agro é tudo”. No entanto, o escasso uso de *agro-* como forma livre não permite classificá-lo como unidade autônoma, já que não há notícias de outras ocorrências, e não há registros de frequência de uso para configurar um processo de mudança, embora esses usos corroborem a mobilidade do formativo em um possível *continuum* forma presa-forma livre.

Há dados em que a etimologia interfere de maneira relevante na análise, como em ‘agricultura’, ‘agrimensor’, ‘agrícola’, formados no latim, ou ‘agrônomo’ (*ἀγρονόμος*) e ‘agronomia’ (*ἀγρονομία*), constituídos no grego, porém com entrada na língua via empréstimo do francês. Se considerados empréstimos, uma vez que não foram constituídos no vernáculo, não são passíveis de análise, mas essa opção não é simples, pois o português é uma língua neolatina e muitos afixos do latim foram assimilados pelo português, a exemplo *-ario* < *-arium*; palavras foram incorporadas ao léxico (lat. *status* > port. *status*¹⁰), e deve-se ressaltar que os processos de formação de pala-

⁹ As formas dicionarizadas constituídas por *agro-*, *agri-* e *agric(o)-* arroladas tanto no Houaiss quanto no Aurélio apresentam grafia uniforme e a escrita é aglutinada. No entanto, os verbetes encontrados no Google que ainda não estão dicionarizados não apresentam padronização em relação (a) ao emprego ou não do hífen e (b) à escrita aglutinada ou não. Em função dessas distinções, optamos por uniformizar a grafia, não utilizando o hífen.

¹⁰ cf. VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 114.

vras do latim remanescem no vernáculo, tornando alguns vocábulos acessíveis à morfologia da língua.

No caso das palavras ‘agrícola’, ‘agrônomo’ e ‘agronomia’, embora os elementos à direita não sejam tão transparentes, pela menor frequência de uso, é possível reconhecê-los por meio da comparação com outros vocábulos na língua, a exemplo de ‘vinícola’, ‘gastrônomo’, ‘economia’, respectivamente. As semelhanças estruturais e lexicais que aproximam essas palavras levam-nos a analisar os dados como compostos neoclássicos, a fim de estabelecer semelhanças e diferenças entre as composições neoclássicas e as composições do vernáculo. Lüdeling (2006: 580) afirma que a noção de neoclássico não é simplesmente uma noção etimológica. Em primeiro lugar, segundo a autora, não se pode esperar que os falantes tenham conhecimento etimológico. Além disso, muitas vezes é difícil determinar a origem de um elemento morfológico porque muitos entram para uma língua através de outras. Por outro lado, uma rede de associações (BYBEE, 2010) permite identificar os constituintes da construção. Segundo a autora, é possível identificar semelhanças semântica e fonética compartilhadas por palavras distintas, por meio de um mapeamento entre elas, chegando assim aos constituintes da construção.

Entre os critérios utilizados por Gonçalves (2011a) e Gonçalves & Andrade (2012) para distinção entre radicais e afixos está a seleção da categoria lexical do constituinte a que se adjunge, característica própria dos afixos. As palavras que compõem o *corpus* têm a função de nomear ou de caracterizar. Essas funções resultam das construções em que o formativo *agro-* se adjunge a lexemas pertencentes a uma das seguintes categorias morfológicas: substantivo ou adjetivo. Esse comportamento assemelha *agro-* aos prefixos, visto que não muda a categoria da palavra da base, como se observa nos exemplos a seguir:

(01)

- agrofloresta (substantivo) = agro- (formativo) + floresta (substantivo).
 agropastoril (adjetivo) = agro- (formativo) + pastoril (adjetivo).

Outra questão que vale ser ressaltada é a de que das 87 formações com *agro-*, em 73, o formativo combina-se com formas de livre curso na língua, como ‘agrobanditismo’, ‘agromineral’, ‘agropesca’. Essa descrição é relevante, pois os dados mostram que as formações neoclássicas estão integradas ao sistema da língua e são produtivas. Em 15 casos, *agro-* coaduna-se a outros radicais eruditos, entre eles: *-metro* (agrômetro), *-logo* (agrólogo), *-grafo* (agrógrafo) e *-logia*¹¹ (agrologia), *-grafia* (agrografia), que, de acordo com as análises feitas por Rondinini (2009) e Gonçalves (2011a), são formativos que admitem uma revisão dos seus estatutos, uma vez que apresentam comportamento semelhante ao de sufixos.

Às formas ‘agrólogo’ e ‘agrógrafo’, agrega-se o sufixo *-ico*, formador de adjetivos a partir de substantivos, gerando agrológico e agrográfico. O sufixo *-ico* adicionou-se à ‘agronomia’ e à ‘agronometria’, formando ‘agronômico’ e ‘agronométrico’. Em ‘agronomando’ (estudante de agronomia com formatura iminente), observa-se a união de ‘agrônomo’ ao sufixo *-ndo*, próprio dos gerúndios, em analogia à palavra ‘graduando’. Bauer (1998: 408), ao estudar o caso dos compostos em inglês, atenta para o caráter híbrido que essas formações adquirem no vernáculo, já que é possível encontrá-las combinadas com afixos, a exemplo *gynocidal*, composto neoclássico *gynocide* (assassinato de mulheres) mais o sufixo inglês *-al* (formador de adjetivo). O autor ressalta o ajuste desses compostos à língua a ponto de permitir uma derivação.

Em 6 ocorrências, o formativo anexa-se a estrangeirismos, formando hibridismos: *agroservice* , *agrolink* , *agroboy* e *agrofit* , que foram agrupados entre as construções constituídas de base presa + base livre, uma vez que são empréstimos usados em outras construções do português, como as encontradas no *Google*, a exemplo de

11 “Os exemplos fornecidos por Basilio corroboram a ideia de que sequências como “-(o)logia” e “-(o)grafia”, denominadas formas combinatórias finais (BAUER, 1988), talvez, não sejam constituídas de apenas um, mas de dois morfemas, uma vez que se prestam à análise morfológica adicional, e podem ser divididas em “(o)log-ia” e “(o)graf-ia”, respectivamente, como sugerido na comparação de palavras como “soci-(o)log-ia”/ “soci-(o)lög-ico” e “ginec-(o)log-ia”/ “ginec-(o)log-ista”; “geo-graf-ia”/ “geográg-ico” e “tele-graf-ia”/ “tele-graf-ista”, entre outras.” (cf. ANDRADE, 2013: 25).

“service contabilidade”, “humana service”, “Link Estadão – Cultura Digital”, “Link Brasil apresenta óculos do Google com tecnologia de realidade aumentada”, “motoboy”, “Fit São Paulo Academia”, “Estação Fit Academia”.

Os dados com *agri-*, embora poucos, apresentam diferentes peculiaridades. Há um número reduzido de palavras, uma vez que não foram encontradas novas formações. A datação dos vocábulos varia entre o século XV e início do século XX, de acordo com o Houaiss. Entre as 13 palavras encontradas, 4 já existiam no Latim clássico, agricultura¹², agrimensor¹³, agrimensura¹⁴ e agrícola¹⁵. Em função da rede de associação, isolamos o segundo elemento dessas construções, tomando como referência palavras existentes na língua (cultura , mensurar) ou comparando-as a outros complexos morfológicos já existentes (vinícola , rizícola). Nos dois primeiros casos, *agri-* combina-se a formas livres, sendo cultura mais transparente que mensurar , devido a sua maior frequência de uso. Já em agrícola , *agri-* une-se a uma base presa e opaca, sem livre curso na língua, mas passível de ser isolada, em razão de haver outras construções complexas com o mesmo formativo.

Em ‘agricoindústria’, ainda que preterida por ‘agroindústria’, consideramos a base à esquerda um encurtamento de ‘agrícola’ (*agrico-*) ao qual se agrega a base livre, ‘indústria’, sendo *agri-* um dos elementos constituintes. As construções formadas no português selecionam radical e sufixo, gerando verbo e adjetivo:

12 cf. *De Agri Cultura*, de Marco Pórcio Catão (234 a.C. – 149 a.C.).

13 De acordo com Cunha (1994: 19), já havia no latim a forma *āgrimensōre*.

14 cf. *De arte mensora*, de Sexto Julio Frontino (30 a.C. - 140 d.C.).

15 A palavra agrícola, registrada no latim arcaico e clássico (*De Agri cultura*, de Catão, e *Tibulli Elegiae*, de Tibúlio), embora apareça no *Corpus Inscriptionum Latinarum* (<http://arachne.uni-koeln.de/Tei-Viewer/cgi-bin/teiviewer.php?manifest=BOOK-ZID1318096>), fonte do latim vulgar, no *Corpus Lexicográfico do Português* foi encontrada a partir do século XVII apenas em dicionário de latim-português (*Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta*) e em vocabulário (Vocabulário Português e Latino), levando a inferir que nesse período a palavra não havia sido incorporada ao léxico. No *Corpus do Português*, aparece a partir do XVIII com sentido hoje corrente. *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Disponível em: <<http://arachne.uni-koeln.de/Tei-Viewer/cgi-bin/teiviewer.php?manifest=BOOK-ZID1318096>>.

(02)

agricultar (verbo) = agri- (formativo) + cult- (radical) + -ar (sufixo).
 agricultado (adjetivo) = agri- (formativo) + cult- (radical) + -ado (sufixo).

Tendo em vista os critérios norteadores e a análise da natureza das bases, observa-se que *agro-*, assim como *agri-*, tem as seguintes características: a) é forma presa; b) possui posição pré-determinada, à esquerda; e c) combina-se a palavras, aproximando dos afixos e, consequentemente, da derivação; entretanto, *agro-* pode unir-se a radicais eruditos, como *-metro*, *-logo*, *-grafo*, *-logia* e *-grafia*, que se comportam como sufixos e, de acordo com os critérios estruturais, afixos não se combinam entre si, o que afastaria *agro-* da derivação.

O próximo critério leva em conta a posição da cabeça, do núcleo. Em 77 ocorrências com *agro-*, a cabeça está à direita, independente de os formativos a que se adjunge serem bases livres ou presas:

(03)

agroexportação – “exportação de produtos agrícolas” (Houaiss 2009);
 agrógrafo – “especialista em agrografia” (Houaiss 2009);
 agrólogo – “especialista em agrologia” (Houaiss 2009);
 agroecossistema – “ecossistema artificial que se estabelece em áreas agrícolas” (Houaiss 2009);

Nas palavras com *agri-*, observa-se o mesmo comportamento:

(04)

agricultar – “devotar-se à agricultura” (Houaiss 2009);
 agrícola – “aquele que cultiva a terra” (Houaiss 2009).

Em 2 palavras do *corpus*, constituídas por base presa + base livre, a cabeça está à esquerda:

(05)

agroaçucareiro – “cultivo e industrialização da cana-de-açúcar” (Houaiss 2009);

agroalimentar – “relativo à produção, processamento e embalagem de produtos alimentares de origem agrícola, destinados ao uso humano.” (Houaiss 2009).

Segundo Bennett (1913: 115), os compostos em latim são formados pela união de palavras simples. O segundo membro contém o significado essencial da composição, e o primeiro funciona como um modificador do sentido. Entre as três classes de compostos gregos arrolados por Goodwin (1900: 194) estão os compostos determinativos e os compostos atributivos, nos quais o primeiro elemento qualifica o segundo; portanto, esse é o padrão clássico de composição.

Existem 7 casos em que ocorre uma relação de coordenação entre os constituintes; na sequência, apresentamos 2 deles:

(06)

agroambiental – “concernente à produção agrícola e ao meio ambiente” (Houaiss, 2009);

“A Gestão agroambiental tem como propósito ordenar as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, de forma a integrar os sistemas produtivos respeitando a capacidade de suporte do agrossistema onde está inserida (...).” (<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>)
agroclimatérico/agroclimático – “referente à agricultura e ao clima” (Houaiss, 2009).

agroclimático - "referente à agricultura e ao clima" (Houaiss, 2009)

“O zoneamento agroclimático age pelo conhecimento do clima relacionado aos trabalhos na agricultura, principalmente em tempos de aquecimento global, perdas na agricultura podem ser causadas por questões climáticas.” (<http://www.infoescola.com/geografia/zoneamento-agroclimatico>)

Nas formações híbridas, como ‘agrofit’ (software para produtos agrários), ‘agroservice’ (serviço de jardinagem), ‘agrolink’ (portal de conteúdo agropecuário) e ‘agroboy’ (filho protegido, mimado de latifundiários ou de empresários do ramo do agronegócio), coletadas no *Google* e não dicionarizadas, a cabeça mantém-se à direita, reiterando a tendência DT-DM das construções *agro-X*.

Em relação aos latinismos ‘agrimensura’ e ‘agrícola’, a analogia com outras palavras da língua (‘mensurar’, ‘vinícola’) leva-nos a inferir que o produto tenha cabeça lexical à direita: “medida das terras e cultivo da terra”, respectivamente.

Verificamos que há um número maior de formações em que o segundo elemento é uma base livre (ex. ‘agrocombustível’) e que, na maior parte dos dados, a cabeça, tanto em construções com *agro-* quanto com *agri-*, está à direita (ex. ‘agrometeorologia’ e ‘agricultar’), fato que aproxima os formativos da classe dos afixos; no entanto, não se pode ignorar que há palavras em que a cabeça encontra-se à esquerda (ex. ‘agroalimentar’) e outras em que não há cabeça, pois os elementos estão numa relação de coordenação, comportamento que remete aos radicais (ex. ‘agroambiental’).

Ainda em relação aos critérios semânticos, Gonçalves (2011a) e Gonçalves & Andrade (2012) descrevem que derivados são, predominantemente, endocêntricos, enquanto os compostos podem ser endocêntricos ou exocêntricos. Entre as formações com *agro-* e *agri-*, as com registros mais antigos na língua, tais como ‘agricultura’ (séc. XV)¹⁶, ‘agrícola’ (1635) e ‘agrônomo’ (1818), o sentido advém de suas bases; portanto, são endocêntricas. Já nas novas formações, o significado de *agro-* é construído por meio de uma metonímia, como em ‘agroambiental’ (*agro-* significa produção agrícola e ‘ambiental’ significa meio ambiente), sendo, portanto, exocêntrico, comportamento que aproxima, mais uma vez o formativo da composição.

¹⁶ Ao lado dos vocábulos em destaque, estão as datas de registro do vocábulo na língua, segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. O *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*, de Corominas & Pascual (1985), registra “agricultura” com entrada no Espanhol em 1440; ‘agrícola’ em 1535 e ‘agrônomo’ em 1832.

Entretanto, há casos em que o sentido *agro-* depende da base à sua direita, a exemplo de ‘agroboy’ (playboy filho de latifundiário), em que *agro-* significa “latifundiário”. Outro exemplo é ‘agroquímico’ (especialista em ‘agroquímica’), em que *agro-* significa “agroquímica”. Tal fato remete aos afixos, uma vez que o significado desses é instanciado nas construções, não evocando um referente direto como fazem as formas livres, ainda que estas também tenham o seu significado instanciado nas construções sintáticas. Conforme observa Langacker (2008: 245), os esquemas de construção fornecem informações essenciais sobre a forma como as concepções de componentes se ajustam e como o seu conteúdo é integrado, influenciando na interpretação dos componentes dos itens lexicais e contribuindo para o próprio conteúdo conceitual.

Ressalta-se, em relação ao comportamento semântico de *agro-*, que a previsibilidade do significado do todo, a partir do significado das bases, é relativa em construções como ‘agroquímico’ e ‘agroboy’, uma vez que o sentido do formativo é provocado pelo significado da base à sua direita. Os processos que subjazem as duas palavras não são os mesmos. O primeiro assemelha-se à recomposição, “processo associado à composição (...) que ocorre quando apenas uma parte do composto passa a valer pelo todo e depois se liga a outra base, produzindo uma nova composição” (MONTEIRO 1986: 170). Há, em ‘agroquímico’ (especialista), nos termos de Gonçalves & Andrade (2012), uma metonímia formal, uma vez que *agro-* responde pelo significado do todo, “agroquímica” (ciência). Entretanto, o significado não é recorrente, pois em ‘agrólogo’ (especialista), *agro-*, significa “agrologia” (ciência). Em função dessa alternância de significado, Higino da Silva (2016) não classifica o processo como recomposição.

O significado de *agro-* é perfilado¹⁷ pela base à direita, estando sempre dentro do domínio rural. Outros exemplos corroboram essa análise: ‘agroexportação’ (exportação de produtos agrícolas),

17 “O perfilamento é um tipo de construção do significado que consiste no recorte conceptual de uma expressão em uma base conceptual mais ampla. A base conceptual não se confunde com o significado das palavras, mas representa um conjunto de conhecimento indispensáveis para a interpretação das mesmas” (FERRARI, 2011: 63).

‘agroshop’ (produtos agrários), ‘agroclimático’ (referente à agricultura e ao clima). A esse processo Higino da Silva & Gonçalves (2017) denominaram de *secretion morfoperfilado*, subprocesso da recomposição, em que há uma metonímia formal e semântica, mas o significado do formativo é atualizado de acordo com a base livre à que se agrega (a base à direita é livre em 73 dos 87 dados constituídos por *agro-*). Há, no *secretion morfoperfilado*, uma focalização, ou seja, o significado é provocado pelo constituinte da composição e construído pela moldura comunicativa; portanto, é instanciado de acordo com o evento de uso. O conceito de perfilamento que subjaz ao processo contribui para compreensão dos possíveis significados instanciados por *agro-*.

Do ponto de vista fonológico, nota-se que o acento pode variar nessas construções, realizando-se como uma palavra prosódica apenas, a exemplo de ‘agrônomo’ – em que a vogal fronteiriça -o- realiza-se como tônica. No entanto, pode realizar-se também em duas palavras prosódicas, tal como ‘agr[u]negócio’ e ‘agr[u]exportação’, nas quais a vogal fronteiriça -o-, em posição postônica, passa por um alteamento, ratificando a hipótese de que a primeira base é fonologicamente independente, uma vez que a vogal final enquadrar-se na regra de neutralização. O comportamento fonológico corrobora o que vem sendo descrito.

Em relação aos critérios produtividade e produção, propostos por Gonçalves (2011a) e Gonçalves & Andrade (2012), observa-se que as palavras criadas com *agro-*, como já afirmado acima, remetem ao significado de “campo” ou de “produção agrícola”; estão relacionadas a esse domínio cognitivo, limitando aplicação do formativo. Por isso, criam um conjunto mais fechado de palavras, como as composições vocabulares mais protótipicas.

PALAVRAS FINAIS

Neste capítulo, discutiu-se a pertinência da classificação das construções *agro-X* como compostas. A partir do *continuum* composição-derivação, como proposto por Bauer (2005), Kastovsky

(2009), Gonçalves (2011a, 2011b, 2012), Gonçalves & Andrade (2012) e Andrade (2013), e das características protótipicas de cada um desses processos, foi descrito o comportamento de *agro-*. Observamos semelhanças que ora identificam as formações neoclássicas com a composição, ora com a derivação. A posição intermediária das formações neoclássicas no *continuum* é fruto do comportamento flutuante do elemento que as constituem, que alterna características de radical, de afixo e de afixoide, ratificando a proposta de Ralli (2008a: 15) na constituição de um *continuum* radical-afixo. Por isso, ao longo do trabalho, denominados *agro-* de elemento morfológico ou formativo, por conferir mais neutralidade.

A heterogeneidade das construções abrange todos os níveis gramaticais, mas, no desenvolvimento do trabalho, demos destaque aos seguintes fatores: a) morfológico – natureza e categoria das bases; b) sintático – relação gramatical entre os constituintes e c) semântico – estabilidade e densidade do formativo.

No que tange ao aspecto morfológico, *agro-* ora apresenta características de radicais e palavras – maior densidade semântica, possibilidade de estabelecer relação de coordenação entre constituintes da construção e até o uso, ainda que discreto, como forma livre, aproximando-se da composição –; ora características de afixos: posição à esquerda nas formações, manutenção da categoria da base à direita, como os prefixos, aproximando-se da derivação.

Sintaticamente, a relação de subordinação entre os constituintes mostrou-se diferente do padrão geral dos compostos vernáculos, determinado + determinante, pois nos compostos formados por *agro-* e *agri-* os determinantes mantêm-se à esquerda, seguindo o modelo clássico de composição.

Em relação ao aspecto semântico, observamos a considerável densidade semântica de *agro-*. Algumas construções são recompostas, mas não podem ser classificadas categoricamente como recomposição, pois o significado do elemento morfológico não é recorrente. Essas construções seriam um subprocesso da recomposição, nomeado

por Higino da Silva & Gonçalves (2017) de *secretion morfoperfilado*. Há também formações de difícil classificação, pois estariam entre a recomposição e o *secretion morfoperfilado*. O significado é perfilado, ou seja, construído por pistas verbais e molduras comunicativas.

Em relação a *agri-*, há 13 formações com registro de entrada na língua entre o séculos XV e início do século XX. Entre elas, 4 já existiam no latim, o que pode ser um complicador na classificação como compostos neoclássicos. Não foram encontradas novas formações, exceto ‘agribusiness’, empréstimo do inglês, que, ao ser traduzido para o português, adota a forma *agro-*, em ‘agronegócio’. Em função do número reduzido de dados, é possível afirmar que construções com *agri-* apresentam maiores características de derivação.

Os critérios de Gonçalves (2011a) e de Gonçalves & Andrade (2012) utilizados para reconhecer composição e derivação prototípicas parecem reforçar as características desviantes dos hoje denominados pela literatura de compostos neoclássicos.

PARTE 4:
MORFOLOGIA & ENSINO

MORFOLOGIA E ENSINO: NOVAS ABORDAGENS VOLTADAS PARA O ENSINO MÉDIO

Vítor de Moura Vivas
Felipe da Silva Vital
Wallace Bezerra de Carvalho
Rômulo Andrade de Oliveira
Carlos Alexandre Gonçalves

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Neste capítulo, apresentamos uma análise das propostas de ensino de morfologia no Ensino Médio, de acordo com os livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), além da consulta a autores renomados no âmbito da Gramática Tradicional (GT). Para isso, observamos, no cenário atual, o tratamento dado à morfologia no âmbito da ensino. A partir da análise de livros didáticos (ABAURRE, 2008; CEREJA & MAGALHÃES, 2013; RAMOS, 2013) e manuais de gramática, discutimos a abordagem do ensino de morfologia nas escolas.

Considerando que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), 1998, o ensino de língua portuguesa nas escolas deve articular-se com o ensino de gêneros, precisamos descrever como a morfologia e o texto se relacionam. Ao observarmos tais fatos, tornamo-nos aptos a oferecer para nossos alunos uma experiência mais produtiva no que concerne ao ensino de morfologia. Exercícios que contemplem usos mais prototípicos de certos processos de formação de palavras em determinados gêneros textuais

tornar-se-iam essenciais em uma aula que levasse em conta tais características.

Nesse contexto, focalizamos, a partir das referências bibliográficas usadas em escolas brasileiras, tópicos que julgamos inerentes ao ensino de morfologia no Ensino Médio (EM), relacionando-os à interpretação que fazemos do método de ensino de derivação, composição e processos não concatenativos, tendo em vista as obras citadas. Ao fim de diversas análises críticas, é preciso que apresentemos também propostas de mudança.

Destaca-se o fato de este capítulo ser recorte de uma pesquisa de iniciação científica em um colégio federal do Rio de Janeiro (o IFRJ, campus Maracanã), em desenvolvimento com o NEMP, grupo de pesquisa sediado na Faculdade de Letras-UFRJ. Dessa maneira, os resultados aqui apresentados relatam a pesquisa em fase intermediária de execução.

ANÁLISE GERAL

Analizando GTs e livros didáticos, é possível notar muitos ruídos nas descrições, mais especificamente em livros didáticos, que podem vir a causar alguns problemas na transmissão de conteúdos de morfologia. Para que seja oferecida uma análise mais contundente, GTs canônicas e livros didáticos respeitados, aprovados em programas como PNLD, são analisados. São essas gramáticas: Cunha & Cintra (1985), Bechara (2000), Rocha Lima (1972), entre outros, além de livros didáticos como Abaurre (2008), Cereja & Magalhães (2013).

É possível notar, através da análise dessas obras, uma série de problemas sistematicamente apresentados e repetidos. Por conta dessa recorrência, na próxima parte deste capítulo, tentamos conectar os problemas relacionados ao ensino e as propriedades passíveis de questionamento encontradas em diversos materiais. Para dar conta do proposto, discutimos, nessa ordem, os seguintes aspectos **(a) tradicionalismo, (b) falta de hierarquia entre critérios de**

análise linguística, (c) língua como sistema estático, (d) falta de problematização e (e) falta de relação com o texto. Dessa maneira, planejamos apresentar possíveis falhas e prováveis soluções.

TRADICIONALISMO

Destacamos, primeiramente, a abordagem tradicionalista adotada por autores no que concerne ao ensino de morfologia. O foco é, evidentemente, o aprendizado mnemônico dos conceitos. Os autores optam por exemplificar as noções linguísticas através do que consideram o protótipo para a classe; posteriormente, para a lista de exercícios de fixação, propõem atividades sem nenhuma preocupação com a língua em uso. Assim, na exemplificação, tendem a se utilizar de elementos cristalizados e canônicos.

Entende-se que um exemplo cristalizado seja qualquer palavra que tenha nenhuma ou baixa utilização com relação à produção e à criatividade, como é o caso dos “compostos” ‘boquiaberto’, ‘pernilongo’ e ‘vinagre’. Nesse sentido, o apreço por apresentar fenômenos linguísticos a partir de exemplos tradicionais e arcaicos distancia os alunos de uma língua dinâmica que está à disposição das necessidades comunicativas cotidianas.

Os dados trabalhados pela GT e pelos livros didáticos na parte dedicada à composição são exemplos desse tradicionalismo, visto que os mesmos itens são repetidos em diferentes obras. Formas como ‘planalto’, ‘beija-flor’, ‘passatempo’, ‘vinagre’, ‘fidalgo’, ‘girassol’, ‘embora’ e ‘aguardente’ são elementos de um grupo que sempre está presente nas seções destinadas à composição. Outros exemplos, como ‘amor-perfeito’ (planta violácea, ornamental) e ‘gentil-homem’ (homem nobre, fidalgo), nos mostram que os referentes certamente já nem fazem parte do contexto de uso dos alunos, resultando em um grau máximo de afastamento e de anacronia.

Um dificultador da análise é que características prototípicas não são parte da conceituação no ensino; afixos e radicais são dados como

categorias estanques. Na apresentação da derivação, exaustivas listas de afixos gregos e latinos são dadas sem qualquer reflexão subsequente; prefixos são apresentados com funções adverbiais e preposicionais e sufixos apenas como formadores de diferentes classes gramaticais, desconsiderando, por conseguinte, a criatividade do falante.

Na composição, se se quisesse resumir as definições presentes em todos os livros consultados, teríamos: *formação de uma nova palavra pela união de dois ou mais radicais, em que a palavra composta representa sempre uma ideia única e autônoma*. Tal definição vem acompanhada da costumeira diferenciação entre compostos por aglutinação e justaposição. Entretanto, por trás dessa aparente uniformidade, há diversas problematizações e desdobramentos que são deixados para trás, como abordaremos em seção específica.

Além disso, os autores estabelecem listas de afixos latinos e gregos, sem abordar contextos de uso. É também notável o emprego de listas sobre os sufixos aumentativos e diminutivos, muitas vezes sem considerar a atitude do falante; apenas se ressalta a ideia de dimensão física, principalmente para os sufixos canônicos (-ão e -(z)inho). Também não é apresentada a produtividade dos afixos.

Dessa forma, os autores dão destaque a apenas dois tipos de formação de palavras, composição e derivação, por vezes esquecendo alguns mecanismos e/ou tratando outros de forma superficial. Esse é o caso dos processos não concatenativos, postos de lado, por vezes em um apanhado chamado “Outros processos”, em que são descritos em poucas linhas – isso quando a descrição é feita. As diversas novas produções científicas na área da morfologia são ignoradas e tais processos são descartados, ignorando o que acontece na atual sincronia da língua.

Não são citados, por exemplo, processos como o da reduplicação. Estratégia comum no português brasileiro contemporâneo, exemplos de reduplicação de verbos que formam substantivos com noções interativas, em casos como ‘corre-corre’ ou ‘esfrega-esfrega’ chegam a aparecer erroneamente classificados como compostos.

Além disso, hipocorísticos são também esquecidos ou apenas citados, sem que haja uma explicação, ainda que mínima.

Todos os falantes são capazes de criar novas palavras respaldados nos diversos processos que permitem essas criações, ainda que, muitas vezes, os fenômenos não sejam conhecidos e dispostos sistematicamente. Um dos objetivos de um novo ensino de morfologia, portanto, deve ser o de promover a consciência dessa sistematização e expandir o conhecimento dos alunos acerca de fenômenos relegados pela GT.

FALTA DE HIERARQUIA DE CRITÉRIOS

Na categorização dos processos composição e derivação e dos formativos (radicais e afixos), a literatura costuma não seguir um padrão conceitual. Numa análise geral em relação à definição dos conteúdos, numa perspectiva de “enxugamento” com fins didáticos, destacam-se (a) a confusão total ou parcial entre os critérios semântico, fonológico e morfológico e (b) o nivelamento equivocado de formativos e processos com graus de produtividade distintos.

Um dos grandes problemas encontrados é a tentativa de ensino de uma *morfologia apenas pela morfologia*¹, sem considerar o uso. Isso acarreta a separação dos níveis fonológico, morfológico e semântico, fazendo parecer que lidamos com níveis de análise linguística totalmente desconectados, que apenas em pequenos momentos se encontram. Assim ocorre em relação aos compostos.

Cunha & Cintra (1985: 116) afirmam que “é o radical que irmana as palavras da mesma família e lhes transmite uma base comum de significação”; e, mais à frente, atentam para o fato de que

os afixos que se antepõem ao radical chamam-se prefixos; e os que a ele se pospõem denominam-se sufixos. Assim, em DES-terrar e RE-novamos, aparecem os pre-

¹ Por esta expressão, argumentamos em favor de os compêndios escolares e gramaticais, no tocante ao ensino de morfologia, priorizarem o aspecto da formação de palavra, ainda que de maneira a não contemplar as interfaces do campo.

fixos “**des-** (que empresta ao primeiro verbo a ideia de separação)”; “**re-** (que ao segundo acrescenta o sentido de repetição de um fato)”. Assim, em *terr-OSO*, *terr-EIRO*, *novi-INHO* e *nov-a-MENTE*, encontramos os sufixos “-**oso** (que do substantivo *terra* forma um adjetivo)”; “-**eiro** (que do substantivo *terra* forma outro substantivo)”; “-**inho** (que do adjetivo *novo* forma um diminutivo)”; “-**mente** (que do feminino do adjetivo *novo* forma um advérbio) (CUNHA & CINTRA, 1985: 121)

Sobre a distinção entre os tipos de composição, afirmam que “*quanto à forma, os elementos de uma palavra composta podem estar*”: (a) simplesmente justapostos, conservando cada qual a sua integridade: ‘beija-flor’, ‘bem-me-quer’, ‘madrepérola’, ‘segunda-feira’, ‘pé-de-meia’, ‘tira-teima’; (b) intimamente unidos, por se ter perdido a ideia da composição, caso em que se subordinam a um único acento tônico e sofrem perda de sua integridade silábica: ‘aguardente’ (‘água’ + ‘ardente’); ‘pernalta’ (‘perna’ + ‘alta’); ‘embora’ (‘em’ + ‘boa’ + ‘hora’); ‘viandante’ (‘via’ + ‘andante’).

Rocha Lima (1972), sobre o morfema lexical, afirma que

radical é o morfema que funciona como o segmento lexical da palavra, opondo-se ao segmento que lhe assinala (por meio de outros morfemas) as flexões e a derivação. De sorte que, numa série como: *pedr-inha*; *pred-ada*; *pedr-eiro*; *pur-a*; *pur-íssimo-pur-eza* os radicais são, respectivamente, **pedr-** e **pur-**, onde se concentra a significação comum a cada uma dessas séries (ROCHA LIMA, 1972: 144).

Sobre os elementos derivacionais afirma que “os prefixos, porque correspondam, em regra, a preposições ou a advérbios (extintos, ou vivos), têm um sentido mais ou menos preciso, com o qual modificam o sentido da palavra primitiva: (*pôr* – *transpor*; *feliz* – *infeliz*; *leal* – *desleal*) (ROCHA LIMA, 1972: 144). Além disso, indica que, “ao contrário dos prefixos, que, como vimos, guardam certo sentido,

com o qual modificam, de maneira mais ou menos clara, o sentido da palavra primitiva, os sufixos, vazios de significação, têm por finalidade formar séries de palavras da mesma classe gramatical (ROCHA LIMA, 1972: 44). Assim, por exemplo, o único papel do sufixo *-ez* é criar substantivos abstratos, oriundos de adjetivos: ‘altivo’ – ‘altivez’; ‘estúpido’ – ‘estupidez’; ‘malvado’ – ‘malvadez’; ‘surdo’ – ‘surdez’ etc.

Em relação à composição, menciona que o processo ocorre

quando se juntam dois ou mais elementos vocabulares de significação própria, para darem a ideia de um novo ser ou objeto. O que caracteriza, em última análise, a composição é, além da unidade de significação, a existência de mais de um radical. Os elementos de uma palavra composta podem apenas justapor-se, conservando cada qual a sua integridade de forma e acentuação (fidalgo-aprendiz; pontapé; varapau), ou aglutinar-se mais ou menos intimamente, subordinados a um acento único, perdendo-se, então, por via de regra, alguns elementos morfológicos (aguardente; pernilongo). Daí dois tipos de compostos: por justaposição e por aglutinação (ROCHA LIMA, 1972: 144).

Ramos (2013: 33) mostra que “os radicais dão origens a palavras que têm a mesma base de significação, constituindo assim uma **família de palavras** ou um conjunto de **palavras cognatas**” (grifo nosso). Sobre os morfemas derivacionais observa que “afixos são morfemas que se juntam ao radical para produzir novas palavras, em um processo denominado **derivação**. Quando o afixo é acrescentado antes do radical, recebe o nome de **prefixo**; quando é acrescentado depois do radical, recebe o nome de **sufixo**” (RAMOS, 2013: 35). Quanto à composição, discorre, sobre a justaposição, que “os radicais que compõem a palavra para-choque não sofreram alteração fonológica. A forma verbal para e o substantivo choque estão intactos sonoramente. A esse tipo de composição dá-se o nome de **justaposição**” (RAMOS, 2013: 36) e, sobre a aglutinação, informa-

nos que “os radicais que compõem a palavra vinagre – vinho + acre – tiveram sua forma original alterada fonologicamente. A esse tipo de composição dá-se o nome de **aglutinação**” (RAMOS, 2013: 36).

A literatura adotada no EM, em geral, divide a derivação em seis tipos: prefixal, sufixal, prefixal e sufixal, parassintética, regressiva e imprópria. Em nível de conceituação nos moldes da GT, a derivação prefixal seria a entrada de um prefixo, à esquerda da base (radical), como em ‘DES-animar’; derivação sufixal; a entrada de um sufixo, à direita da base, como em ‘komb-EIRO’. A prefixal e sufixal é a que ocorre com duas entradas distintas (de um prefixo e um sufixo), em momentos diferentes, como em ‘IN-felic-i-DADE’. Diferentemente da anterior, a parassintética ocorre com a entrada obrigatoriamente de um prefixo e um sufixo, acontecendo, portanto, no mesmo instante, como em ‘EN-tard-e-CER’.

A derivação regressiva acontece com a queda da desinência verbal infinitiva e o acréscimo de uma vogal temática, nominalizando o verbo (transformando-o em substantivo/adjetivo), como ‘escolt-AR’, que originou ‘escolt-A’, ‘combat-ER’, que deu origem a ‘combat-E’ e ‘amass-AR’, que levou a ‘amass-O’. A derivação imprópria, por fim, consiste na transformação de classe gramatical de verbos em substantivos, a partir da anteposição de um artigo: ‘o jantar’, ‘o viver’, ‘o fazer’, ‘o curtir’.

Antes de entrarmos no cerne da seção, cabe destacar que a nomenclatura, por vezes, parece estar distante do fenômeno descrito. Isso, quase por via de regra, tende a confundir e estagnar o ensino/aprendizado. A nomenclatura peca à medida que defende a derivação como um processo de entrada de afixo e, ao mesmo tempo, admite a existência de fenômenos como a derivação regressiva, em que o elemento novo em questão tem função puramente gramatical, diferente dos afixos derivacionais: vogal temática nominal. A derivação imprópria, a nosso ver, estaria no âmbito da sintaxe.

Quanto ao ilogismo conceitual propriamente dito, vê-se que não há um critério de conceituação por parte dos teóricos. A literatura

mostra-se confusa pelo fato de não escolher um padrão conceitual na apresentação do conteúdo: os critérios semântico, fonológico e morfológico são usados de maneira extremamente (a) arbitrária, no que diz respeito a cada autor escolher um critério que lhe seja mais favorável e esquecer propositalmente tudo ou quase tudo de contribuição que os outros critérios possam oferecer à análise e, consequentemente, à assimilação do conteúdo; e (b) aleatória, pelo fato de, nem mesmo depois da adoção de um ou outro critério, a literatura costuma manter-se fiel à escolha, fazendo-se uso de cada critério no momento em que lhe é mais apropriado.

Outra observação que fazemos é a respeito do falso enquadramento de formativos (radicais e afixos) e processos (composição e derivação) com níveis de criatividade e produtividade distintos. A bem da verdade, a literatura escolar, com o “enxugamento” que faz em relação ao ensino de morfologia, acaba por não dar atenção aos elementos morfológicos a partir de seu grau de relevância. A composição por justaposição é responsável por maior parte dos exemplos relativos ao fenômeno da composição do que a composição por aglutinação. De acordo com os próprios exemplos citados pelos autores, verifica-se que há muito mais padrões de derivação sufixal que de derivação prefixal; esta, por sua vez, apresenta maior número de padrões que as outras derivações (imprópria, regressiva).

Ao final, ocorre confusão de duas ordens, na forma como é feita a conceituação: (a) criterial – os elementos são analisados sem uma hierarquia rígida (quando possível aplicar) e coerente com os critérios semântico, morfológico e fonológico; (b) relevância linguística – formas/processos são analisados sem que se leve em consideração seu papel no uso cotidiano da linguagem.

Propomos, portanto, uma categorização que leve em conta uma abordagem na perspectiva da padronização conceitual e de maior consideração às especificidades da língua em uso. Entendemos que os fenômenos e formativos são mais facilmente aprendidos quando se adota uma linha científica de raciocínio e análise. Uma informação

que é fornecida pelo viés morfológico (como exemplo, a característica de que os sufixos, por questão de combinalidade, relacionam-se com radicais presos, na maioria dos casos) não pode ser aferida e ratificada pelo viés semântico (como exemplo, a característica de que os radicais são elementos de semântica extralinguística).

Verificamos que, em compêndios escolares, muitas vezes, na seção de identificação de morfemas, o significado e a função são deixados de lado ou mal definidos na abordagem de radicais, prefixos e sufixos. Desse modo, a identificação dá-se através da apresentação de listas e de exaustivos exercícios em que o aluno exerce um papel muito passivo. O foco em listas e na posição dos elementos morfológicos, em detrimento da explicitação do significado dos morfemas, comprova que falta ao ensino, muitas vezes, incorporar descobertas inclusive da linguística estruturalista. Fica evidente a necessidade de incorporar estudos linguísticos ao ensino de morfologia, para que possamos avançar e proporcionar um ensino científico, condizente com o uso e mais interessante aos alunos.

LÍNGUA COMO SISTEMA ESTÁTICO

Nesta seção, propomos uma análise sobre a omissão dos processos fonológicos como fatores relevantes que influenciam alguns processos morfológicos. A ideia de que a língua pode apresentar mudanças através de transformações fonéticas e fonológicas, a nosso ver, fornece combustível para uma análise mais compatível com as mudanças próprias do dinamismo das situações de fala. Entendemos, também, que os autores concebem os elementos morfológicos simplesmente como peças removíveis (nota-se que os afixos são, muitas vezes, definidos como elementos que são colocados/acentuados à direita ou à esquerda do radical (CUNHA & CINTRA, 1985; CEREJA & MAGALHÃES, 2013; RAMOS, 2013).

Abaurre (2008, p. 328) define rasamente a classe dos radicais, mas ilustra essa categoria apenas através do radical com livre curso na língua ‘feliz’. Mostra sua coerência semântica, nas formações em

que aparece, “*como felic* + *-i-* + *-dade*, *felic* + *-itar*, *feliz* + *-mente*”, e nem sequer menciona a variação fonética dentro do radical nos dois primeiros exemplos. Ainda na mesma página, mais precisamente, na mesma seção, explica sobre “(a vogal de ligação *-e-* (...))” em “*audaz* + *-e-* + *-s*, *capaz* + *-e-* + *-s*”, mas esquece do fato de “e” ser uma acomodação histórica da escrita, já que o elemento fônico pronunciado nesses casos é, sem dúvida [I].

Na página seguinte, discorre sobre as vogais temáticas verbais, mencionando de maneira categórica que “*somadas aos radicais verbais, as vogais -a, -e, -i atuam como vogais temáticas verbais e definem as conjugações*” (ABAURRE, 2008; p. 329), sem ao menos mencionar as alterações de forma fonética em função da conjugação. Esse tipo de alteração ocorre, por exemplo, em “amei”, em que o elemento fônico que aparece imediatamente após o radical, como induz a conceituação feita pela autora, não corresponde à forma proposta por ela para a primeira conjugação.

Cereja & Magalhães (2013: 121) afirmam que “*alguns radicais podem apresentar variações. É o caso, por exemplo, do radical vit/vid, nas palavras vital, vitalício, revitalizar (...)*”. Além do fato de dispensarem poucas linhas para a descrição do fenômeno – só o fato de abordarem essa variação já é considerável em face de outros autores –, não buscam, na própria questão, a natureza e o condicionamento da variação e encerram o assunto do mesmo modo como começou. Na seção seguinte, apresentam a lista de desinências verbais “**va/ia, ra/re, a/e**” como desinências de imperfeito do indicativo, futuro do presente do indicativo e presente do subjuntivo, respectivamente; no entanto, não explicam qual é, de fato, a distribuição entre elas.

Entendemos que as peças morfológicas são vistas apenas como “peças”, ou seja, imutáveis a qualquer vizinhança fônica (não há nenhum tipo de menção – explícita ou implícita – à alomorfia). Bechara (2000) é o único a citar fenômenos de mudança fonética na interação de morfemas; mesmo com essa citação, os casos de alomorfia não ganham destaque.

FALTA DE PROBLEMATIZAÇÃO

Entendemos como falta de problematização o não apelo à produtividade e à criatividade do falante no que se refere à descrição de formas linguísticas. Geralmente, as GTs e, de forma menos recorrente, os livros didáticos tendem a descrever processos e formas linguísticas como algo fora da realidade, em que contextos reais de uso não são considerados. A análise é feita a partir de palavras soltas, sem se considerar o contexto e o porquê desse surgimento.

Entre os problemas, mapeamos como essenciais (a) a ausência do detalhamento dos limites existentes entre a composição e a derivação no fenômeno destacado como “híbridismo” e (b) a não exploração dos processos formadores de neologismos. Entendemos que esses problemas gravitam em torno do que concebemos como “discussão dos fenômenos pelos fenômenos”.

Cereja & Magalhães (2013: 123) afirmam que o híbridismo é um processo que se refere “às palavras formadas por elementos provenientes de línguas diferentes”, dando como exemplos “automóvel”, “bisavô”, “burocracia”. Amaral *et al.* (2010: 99) afirmam que o processo “consiste na formação de palavras pela reunião de morfemas (radicais, sufixos...) de idiomas diferentes” e exemplificam com “televisão”, “burocracia”. Cunha & Cintra (1985: 122) informam que “são palavras híbridas, ou híbridismos, aquelas que se formam de elementos tirados de línguas diferentes. Assim, em automóvel o primeiro radical é o grego e o segundo latino, em sociologia, ao contrário, o primeiro é latino e o segundo grego”.

Pela forma como os autores entendem e descrevem o híbridismo, verifica-se a dimensão de como o fenômeno é tratado: não se leva em conta a produtividade linguística e a criatividade do falante, ou seja, a língua em uso. Os exemplos levantados pelos teóricos trazem consigo uma informação relevante, que julgamos ser a primeira a saltar aos olhos de um estudioso minimamente atento a esses aspectos: potencial de uso. Dito de outra maneira, elementos de diferentes (a)

graus de produtividade e (b) padrões de formação são englobados dentro de um mesmo rótulo.

O outro ponto da **falta de problematização** está em os autores não explorarem os processos originadores de neologismos. Seguindo o padrão conceitual, infere-se que as palavras “simplesmente” surgiram e os neologismos são vistos como “anomalia lexical” e as palavras “lexicalmente normais” atendem, em todos os estágios, às necessidades comunicativas dos falantes do português brasileiro. Nesse sentido, neologismo é apresentado como um tipo de processo, que, de acordo com a literatura (o que é confuso), consiste na criação de uma nova palavra.

Processos como cruzamentos vocabulares, como entendido em Andrade (2013) e Gonçalves (2012), seja por entranhamento (‘namorido’; ‘paitrocínio’; ‘sorvetone’) ou truncamento (‘caipifruta’; ‘funknejo’), truncamentos isolados (‘salafra’ = ‘salafrário’ ou ‘biju’ = ‘bijuteria’), substituições sublexicais (‘madrasta’ =/ ‘boadrasta’; ‘macumba’ =/ ‘boacumba’), além de fenômenos como *splinters* (‘piri’ em ‘pirigótica’; ou ‘lé’ em ‘whiskylé’) ainda são esquecidos, ou, quando não esquecidos, não são tratados de forma adequada.

Além disso, diversos fenômenos hoje produtivos no português brasileiro são tratados como processos marginais, de forma que a língua em uso não chega a ser descrita. Processos produtivos como truncamentos, cruzamentos vocabulares e reduplicações, tendências atuais entre os processos de formação, são tratados como inexistentes e, pelas definições canônicas, quase não são reconhecidos como formação.

Não se enxergam os usos nem a criatividade do falante, sendo desconsiderados processos cognitivos, como a metáfora e a metonímia (FERRARI, 2011), envolvidos na formação de palavras. No decorrer do texto, os autores se contradizem ao afirmarem que afixos também “*são elementos que modificam geralmente de maneira precisa o sentido do radical a que se agregam*” (RAMOS, 2013: 36), não mencionando extensões metáfóricas e polissemias.

Rocha Lima (1972), contudo, ainda cita processos semânticos envolvidos na formação de palavras, porém, ainda assim, não menciona a língua em seu contexto de uso, além de fazer generalizações que acabam sendo problemáticas em alguns exemplos, como é possível perceber em excertos como “*Derivação é o processo pelo qual de uma palavra se formam outras, por meio da agregação de certos elementos que lhe alteram o sentido – referido sempre, contudo, à significação da palavra primitiva*” (ROCHA LIMA, 1972: 250). Ainda assim, considera que “*os sufixos, vazios de significação, têm por finalidade formar séries de palavras da mesma classe gramatical*” (ROCHA LIMA, 1972: 259).

Nessa ordem de pensamento, podemos inferir como a não abordagem de extensões metafóricas e polissêmicas e de outras questões semânticas, portanto, pode afetar a definição da composição. A GT e os livros didáticos não dão a atenção merecida ao que vem a ser a característica essencial dos compostos: o caráter semântico. O poder de rotular algo novo cuja estratégia primária de nomeação será a palavra composta é extremamente interessante e fundamental na descrição da composição. Contudo, os compêndios escolares e gramaticais, em geral, em sua definição, abrem uma enorme lacuna ao sequer mencionar que a palavra composta terá um sentido autônomo e diferente dos radicais que a originaram.

Ainda nesse sentido, com exceção de Bechara (2000), todos os outros livros analisados não exploram noções semânticas básicas, tais como: (a) núcleo do composto, como em ‘tomaticultura’ (DT-DM) e ‘milho verde’ (DM-DT); (b) compostos endocêntrico (‘sofá-cama’) e exocêntrico (‘puxa-saco’); e (c) compostos resultantes de metáfora (‘pé-de-moleque’, ‘copo-de-leite’) e metonímia (‘boia-fria’, ‘dedo-duro’).

Se considerarmos os compostos endocêntricos como palavras cujo referente está diretamente identificável em seus componentes, como em ‘peixe-espada’, por exemplo, podemos assumir que outros têm seu referente identificável através de processos metafóricos ou

metonímicos; não havendo, no núcleo, nada que defina o *designatum* (entidade referida). Percebemos que há certa preferência, nas gramáticas e livros, pelos compostos endocêntricos.

A interpretação direta pelos componentes nem sempre é possível, como é o caso de ‘língua-de-sogra’, brinquedo em que se sopra uma das extremidades para desenrolar a outra, o que nos remete à imagem de uma “grande língua”, fazendo, assim, referência à figura pejorativa da sogra como aquela que “fala em demasia, fofoqueira”. Mesmo quando há exemplos de compostos exocêntricos, não são costumeiras a descrição e a explicação dos processos envolvidos nessa construção. Ao não explorar esses sentidos, as gramáticas – e também os livros didáticos – perdem a oportunidade de incorporar os aspectos polissêmicos e as metáforas e metonímias, extremamente recorrentes nas formações de palavras por composição.

salta aos olhos, quando se examina a semântica das palavras compostas, quão grande é o número de compostos metafóricos e metonímicos, o que não causa espécie se se considerar que é principalmente o fator semântico que é responsável (...) pela constituição da palavra compostas (SANDMANN, 1992: 45).

Assim, percebe-se aqui que, além dos processos cognitivos serem imprescindíveis no ensino da composição, mencioná-los já nos dá grande avanço no objetivo de aproximar o aluno de sua realidade, favorecendo não só a compreensão como um maior interesse sobre o assunto. Bechara (2000), contudo, atribui à sintaxe a produtividade da criação de compostos, defendendo a ocorrência de um processo de transformação sintática em expressão nominal. Há, no entanto, um enorme número de casos que não são explicáveis pela sintaxe, pois se projetam para além dela, ancorando-se em processos cognitivos metafóricos, metonímicos e/ou estando em um grau tão avançado de lexicalização que a composicionalidade já se perdeu na interpretação do composto.

FALTA DE RELAÇÃO COM O TEXTO

É problemática a separação dos processos morfológicos e texto, de forma que as estratégias utilizadas pelos falantes ao formar palavras não parecem ter relação com produções textuais. A relação do texto com funções da formação de palavra fica quase esquecida, de modo que o ensino de morfologia nas escolas acaba se voltando exclusivamente para o que acontece dentro da própria morfologia, sem relação com o uso da língua.

Apresentar aos alunos os diversos significados que os afixos podem assumir em diferentes enunciados já é abordar o nível textual. Diversos trabalhos no âmbito da linguística ilustram os significados dos afixos; o professor, no ensino, deve estar amparado por esse conhecimento e utilizá-lo. O sufixo *-dor*, por exemplo, apresenta diversos significados no português, como se verifica abaixo:

(01)

- (a) O **jogadores** dos times grandes conseguem uma fortuna rapidamente
- (b) O **Brocador** foi vendido pelo Flamengo depois de ótima performance em 2014.
- (c) Romário sempre foi **matador** dentro da grande área.
- (d) Fulano foi condenado a 40 anos de cadeia; sua profissão era **matador**.
- (e) Para mim, Bolt é o maior **corredor** de todos os tempos.
- (f) Preciso pintar o **corredor** da minha casa.
- (g) Onde está o **apagador**? Não posso sair da sala e deixar o quadro negro todo preenchido.

O sufixo *-dor* pode indicar o significado de agente profissional ('jogador', 'matador', 'corredor') ou agente habitual ('Brocador', 'matador'). No entanto, essa marca morfológica também pode apresentar o significado de local ('corredor') ou instrumento ('apagador'). Se o professor aborda esses diferentes significados possíveis em variados exemplos, ele já está apresentando ao aluno o afixo no nível textual.

Também pode ser explorada, nesses exemplos, a utilização de metáforas e metonímias como habilidades cognitivas que são presentes e constantes nos processos de formação de palavras. Em ‘matador’, por exemplo, ocorre mapeamento metafórico; assim, o ato de “fazer gols” é entendido através do conceito de “matar”. Em “Brocador”, apelida-se o jogador Ernane pela sua capacidade de finalizar, dar o chute em direção ao gol; o ato de “finalizar” é entendido” pela ação de “brocar” metaforicamente. Já em ‘corredor’, entende-se o local através da metonímia. Muitas atividades podem ocorrer num corredor (‘andar’, ‘correr’, ‘sentar’, ‘conversar’); ao utilizar a forma ‘corredor’, salienta-se um domínio (‘correr’) para dar nome a esse local (metonímia).

A morfologia pode apresentar constatações evidentes no nível do texto. Muitas vezes, este é usado apenas como pretexto nos compêndios escolares acerca do assunto. De acordo com Basilio (1987), formamos palavras, entre as possibilidades existentes, por três fatores: mudança de classe (‘agilizar’ > ‘agilização’), acréscimo semântico numa significação lexical (‘real’ > ‘realiza’) e efeitos expressivos (‘padre’ > ‘padreco’; ‘vida’ > ‘vidinha’, ‘vidão’).

Em relação ao primeiro grande motivo – **mudança de classe** -, formamos palavras com a função básica de alterar a categoria lexical da base. Assim, a função de formar palavras vem atrelada ao fator de readaptação morfossintática da base lexical, em função da semântica inerente ao afixo modificador. No exemplo utilizado pela autora, o acréscimo do sufixo *-ção* confere ao verbo ‘agilizar’ o estatuto de substantivo (‘agilização’). Com isso, o verbo, que era predicador máximo da oração, passará a ocupar posições de SN na estrutura sintática.

Nas operações morfológicas, a função sintática geralmente vem acompanhada da função textual (GONÇALVES, 2005a, 2011). A função sintática é a função atribuída aos sufixos derivacionais, que têm o potencial de mudança de classe da base. É o caso do sufixo *-mente*, que através de adjetivos femininos no singular, forma advér-

bios modais: ‘linda’ > ‘lindamente’; ‘poderosa’ > ‘poderosamente’; ‘heroica’ > ‘heroicamente’.

Numa perspectiva morfológica, a função de mudança de categoria gramatical é proeminente. Ao lado do nível do morfológico, ocorre o plano oracional, em que um adjetivo deixaria de exercer uma função marginal em prol de um núcleo nominal substantivo, em nível sub-oracional², e se tornaria um advérbio, passando a funcionar como modificador de verbo, a nível oracional³. A função sintática, portanto, atuaria no âmbito da morfologia e no âmbito da oração.

Acima do plano oracional, está o plano textual, no qual todas as informações morfossemânticas atingem o nível máximo de funcionalidade e significância. A **função sintática** – função pela qual se mudam as categorias das bases lexicais, geralmente através de sufixos derivacionais – acaba por desencadear o que se chama de **função textual**. Através desta última função, por estratégias morfológicas de mudança de classe em função de readaptação morfossintática, ligam-se elementos constituintes do texto, por um processo de coesão e a fim de se evitar a redundância argumentativa pela repetição de palavras.

Como exemplo, podemos citar o seguinte texto:

(02)

“Embora a banda AEROSMITH não **tenha** ainda **divulgado** a sua tour atual como uma tour de despedida, pelo menos um detalhe da **divulgação** leva a crer que a banda fará seus últimos shows por aqui. Veja abaixo a frase “LAST TIME SÃO PAULO” na divulgação do show que a banda fará em 15 de outubro”⁴.

O sufixo *-ção* atuou, portanto, na coesão referencial, no processo de derivação sufixal. A palavra ‘divulgação’ atua na retomada da ideia

2 Sub-oracional já que o elemento exerce uma função a um termo “secundário” na arquitetura dos espaços sintáticos, ou seja, especificidades sub-oracionais dizem respeito a níveis menores que o predicador principal por excelência: o verbo.

3 **Oracional** por ser uma função exercida em relação ao predicador por excelência: o verbo.

4 Disponível em: http://whiplash.net/materias/news_791/242578-aerosmith.html

presente em ‘tenha divulgado’ Além disso, transformou a classe da base, conferindo-lhe outro estatuto sintático: ‘tenha divulgado’ (verbo ‘divulgar’) gerando ‘divulgação’ (substantivo). Os compostos, ainda como exemplo, trazem em si a característica de nomear e descrever, de forma simples e espontânea, podendo configurar-se como um poderoso elemento de rotulação descritiva e retomada dentro do texto. Assim, percebemos o uso dessa estratégia no seguinte exemplo:

(03)

“O ex-presidente da Câmara dos Deputados foi condenado na Ação Penal 470, o Mensalão do PT, com voto de **Gilmar**. No último dia 10, foi perdoado por unanimidade do pleno da Corte -- também com voto do **professor-ministro**.⁵

Em (02), ‘professor-ministro’ não só retoma ‘Gilmar’, mas também acrescenta informações e ainda as coloca em posição de extrema relevância para o contexto. Em “CAF entrega trem para Arábia Saudita com vagão-oração”, percebemos como os compostos também podem atuar no nível textual de maneira a mesclar diferentes domínios semânticos e criar novos significados / novos referentes.

ENSINO

Geralmente, os livros didáticos que trabalham com o ensino de língua portuguesa seguem teorias e explicações proporcionadas pelas GTs. Há uma semelhança evidente no tratamento dos mesmos fenômenos, inclusive nos problemas apresentados.

Enquanto compêndios gramaticais se preocupam com a pura descrição da língua, livros didáticos têm um compromisso com o ensino. Ao tratar a língua da mesma forma que gramáticas, esses compêndios escolares acabam por fazer com que o ensino seja problemático. A não contextualização dos fenômenos e exemplos torna o ensino distante do aluno, acabando por minimizar a sua intuição como falante da língua.

⁵ Disponível em: <http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/aposta-das-grandes/>

Não apresentar exemplos contextualizados torna a apreensão e o entendimento do fenômeno trabalhado mais complicado, já que isso leva a um ensino flutuante e descolado da realidade do aluno. Por não apresentarem usos no texto, o aluno pode pensar que aquilo que está sendo passado é conhecimento inútil, desse modo, só precisa ser estudado naquele momento e nunca mais será utilizado.

PROPOSTAS

Entendemos, então, que o ensino de morfologia só terá sua mudança ao modificarmos de profundamente a atual visão sobre tal, de maneira que não fiquemos presos, simplesmente, a conceitos antigos. Salientamos que, para que um aconteça, o outro não precisa deixar de existir. Vislumbramos, então, um ensino que integre conquistas de abordagens mais antigas e entendimentos mais novos em relação ao ensino de morfologia.

Para tornar a proposta aqui ainda mais significativa, discorremos ainda sobre possíveis passos a serem adotados de maneira a levar novas descobertas linguísticas quando tratamos de morfologia. A Academia é ponto de inovação dentro da ciência, e, mesmo que essas inovações demorem a chegar às escolas, elas devem chegar. Portanto, não há razão em negar pesquisas feitas em ciência da linguagem em prol de uma tradição que dá sinais claros de que, sozinha, não consegue dar conta de toda a produção já disponível.

Como um dos primeiros passos a ser adotado dentro do ensino, precisamos rever o tratamento dado a tradicionalismos em relação à escola. É necessário, na realidade, trazer o estágio atual da língua, e com isso, considerarmos a quem estamos nos dirigindo em sala de aula. Conscientemente, devemos deixar de nos preocupar tanto em olhar para o que já foi descrito há anos e nos localizarmos no que está sendo produzido agora.

É preciso não ignorar o fato de os brasileiros não falarem a norma-padrão, descrita em gramáticas. Considerar e ter em mente as variedades

dos alunos é tornar o acesso a essa norma-padrão mais democrático, já que, percebendo as variedades faladas pelos alunos e comparando-as com as variedades de prestígio e a própria norma-padrão, pode-se levar o aluno a perceber como adequar o seu uso às diversas situações vividas.

O professor, no ensino de morfologia, deve estar atento a quaisquer produções no âmbito de formação de palavras, independentemente de aquilo estar descrito na gramática tradicional ou em compêndios escolares. Deve-se atentar para os usos em morfologia nas diversas variedades (cultas ou não-cultas); essa postura torna o ensino muito mais acessível e interessante aos alunos. Um neossufixo como *-iane*, de ‘falsiane’, ‘escrotiane’, por mais que seja restrito a determinados grupos jovens e tenha uma utilização entre falantes que pertençam a uma mesma rede de relações, deve ser apresentado pelo professor aos alunos, pois mostra que a morfologia está “viva” e que o falante é criativo e inovador na utilização de estratégias morfológicas. Não se deve restringir a morfologia à identificação de usos formais de variedades cultas e muito menos àquilo que é descrito como a norma padrão.

Na página **Catioro reflexivo**⁶, do *Facebook*, verifica-se a utilização de um sufixo *-íneo* em detrimento de *-inho*. Postamos abaixo dois exemplos:

(04)

aquele amiguíneo que tá sempre estragando as fotos



6

Disponível em: <https://www.facebook.com/CatioroReflexivo/?fref=ts>

(05)

filhotíneo fofíneo passando na tl diga “bom dia filhotíneo” e seu dia será felizíneo



O aluno deve poder ter acesso à variação no uso de diminutivos; precisa, através de atividades de linguísticas e epilínguísticas, entender os contextos em que se usa o sufixo *-íneo* e verificar que tanto *-íneo* como *-inho* estão a serviço da indicação de expressividade. Pelo surgimento do *-íneo*, certamente, esse afixo envolve uma diferença nessa indicação de efeitos expressivos e é interessante que se faça refletir sobre isso na escola.

Usos como ‘amiguíneo’, ‘filhotíneo’, ‘fofíneo’, ‘felizíneo’ estão em variação com os usos ‘amiguinho’, ‘filhotinho’, ‘fofinho’ e ‘felizinho’. Cabe ao professor levar o aluno a perceber essa variação nos usos e refletir sobre esta e sobre a possibilidade de aumento no uso de *-íneo*. Este é apenas um exemplo de uma atividade que envolve o entendimento de variação, além da percepção de que a morfologia é “viva” e de que o aluno pode ser criativo e deve refletir sobre os usos linguísticos.

Com relação a formas compostas, se nos voltarmos para as palavras que usamos todos os dias e até mesmo para outras não tão recorrentes, percebemos que há padrões semânticos e processos comuns na base dessas formações. Abaixo, verificam-se, por exemplo, alguns títulos de matérias e blogs:



Figura 1: Exemplos de compostos com 'Maria' na primeira posição

O que há em comum entre todas essas palavras marcadas nos títulos? Além, é claro, da percepção de que são formadas pela união de dois radicais, *Maria*-X, podemos nos questionar como é que depreendemos o significado desses compostos, tendo em vista que a ideia proveniente deles não é a simples soma de seus dois radicais. Ao analisarmos os exemplos, percebemos que há um padrão semântico presente nessa construção. ‘Maria-gasolina’, por exemplo, traz a concepção pejorativa de alguma mulher que só namora pessoas que tenham carro. Assim, o radical ‘Maria’ age como elemento que traz para a construção a generalidade de representar alguma mulher, enquanto gasolina faz a ligação entre o combustível e o veículo responsável pela ideia de “pessoa que tenha carro”. A depreensão do sentido é possível, então, graças à noção de contiguidade entre os elementos de uma mesma situação (ou domínio) do mundo bocial; ocorre metonímia. O combustível salienta o domínio de carro, que, consequentemente, remete à ideia de “pessoa que tem o carro”. A seguir, apresentamos uma formalização representando essas relações semânticas, que ocorrem em todos os dados de ‘*Maria*-X’:

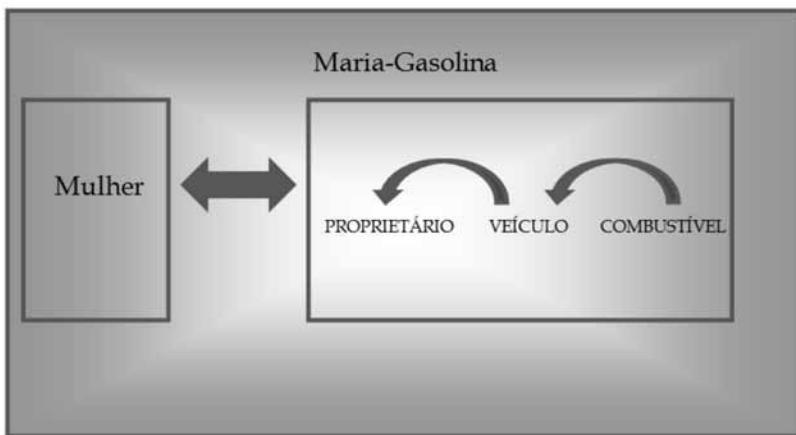


Figura 2: Representação da formação 'Maria-Gasolina'

O mesmo processo ocorre por todos os elementos trazidos por outras ocorrências dessa construção, seja qual for a relação entre eles, como em 'Maria-tatame', a mulher que gosta de namorar lutadores, uma vez que o tatame é o lugar onde eles lutam, ou 'Maria-chuteira', aquela que namora jogadores de futebol, visto que a chuteira é o calçado desse esporte. A partir da mesma construção, tornam-se possíveis exemplos como 'Maria-UPP' e 'Maria-fuzil', que nos mostram a produtividade do padrão em ambientes mais específicos e de percepção do falante sobre relações recorrentes. Nesse sentido, há ainda muitos exemplos existentes de '*Maria-X*', entre eles 'Maria-celebridade', 'Maria-panela', 'Maria-palheta', 'Maria-jaleco', 'Maria-estetoscópio', 'Maria-gravata', 'Maria-parafina', 'Maria-batalhão', 'Maria-trena', 'Maria-passaporte', 'Maria-pandeiro', 'Maria-picape' e 'Maria-divã'.

Seria interessante apresentar aos alunos como essas construções com o padrão '*Maria-X*' têm alta produção e evidenciam o caráter machista da sociedade. Não existe uma formação composta para nomear “homens que se relacionam com mulheres por interesse”, o que evidencia como a mulher costuma ser julgada e depreciada na nossa sociedade. Acreditamos que, com o avanço do feminismo e

com o aumento da consciência sobre o papel da mulher, haja, cada vez mais, uma diminuição na formação dos dados ‘*Maria-X*’. Utilizamos um exemplo de um padrão de composição, mas é importante ficar claro que o professor pode fazer atividades desse tipo com diversos padrões.

Por vezes, em consideração ao que entendemos como falta de hierarquização de critérios, neste capítulo, o ensino tradicional vê a língua como blocos que funcionam independentemente: a língua é encarada sem interfaces entre seus níveis. Consideramos, entretanto, que, para garantir uma maior proficiência dos alunos na disciplina em questão, é necessário que vejamos todas as suas áreas (fonética, morfológica, semântica etc.) como dialógicas e que proponhamos exercícios que favoreçam essa visão para tornar a abordagem mais produtiva, tanto para professores quanto para alunos.

Conectado ao que já foi dito, entendemos que o aluno possui criatividade linguística e que podemos contar com isso para nossas aulas. A percepção do aluno como tábula rasa advém de abordagens tradicionais e acaba por tornar o ensino mais difícil justamente por não considerarmos o estudante já apresentando seus conhecimentos prévios de mundo/ linguísticos e sendo agente de seu próprio aprendizado.

É necessário que exploremos essas propriedades de nossos alunos, de forma que eles se sintam participativos e percebam que o que aprendem na escola é possível e, na maioria das vezes, já faz parte de seu repertório. Assim, atividades que explorem tais usos, que explorem como o falante faz uso de sua própria língua e compare esse uso com a norma padrão fariam a aula mais compatível com a realidade linguística de situações de uso.

PALAVRAS FINAIS

Percebemos que é inegável a produtividade de diversos processos reconhecidos como marginais no português brasileiro atual.

Em contraponto, por justamente ainda serem considerados como marginais, esses processos acabam ou sendo esquecidos em sala de aula ou sendo tratados superficialmente. Desse modo, inviabiliza-se a aplicação de diversas produções científicas na área, produções estas que dão conta de uma descrição detalhada de muitos desses fenômenos.

Um primeiro passo a ser dado é deixar de considerar processos marginais como não importantes ou de pouca relevância. Após isso, um trabalho minucioso de inserção das recentes descobertas na área, como Gonçalves (2012), no qual diferentes processos tratados como marginais são abordados, deve ser incluído no ensino, de forma que os processos sejam ensinados em sala de aula e o estudante aumente seus recursos e se sinta incluído, por perceber que se identifica com a língua que está sendo “ensinada”.

Deveria ser praticado um exercício libertário e reflexivo, em que o aluno fosse habilitado quanto aos diversos usos de sua língua, aprendendo para que servem as formações lexicais, além de tomar consciência de sua criatividade como falante e usuário da língua. Dessa forma, entenderia que, para além do descrito nas gramáticas, há diversas possibilidades de novas palavras serem formadas.

Em um segundo momento, a conexão entre morfologia e texto deve ser estabelecida, relacionando diferentes processos de formação de palavra com estratégias de coesão textual. Além disso, é necessário conectar as muitas facetas morfológicas com as diversas exigências de gêneros textuais. Como exemplo, podemos citar a abordagem do uso de tempos verbais que são demandados em um gênero, porém não em outro; a função dos tempos verbais nas diferentes tipologias; a utilização de afixos para funções expressivas diversas (*-inho*, *-ão*, *-íneo*, *-iane*) e a percepção de como processos de formação de palavras podem atuar não só em mecanismos de coesão, mas na formação de novos significados / novos referentes (‘professor-ministro’, ‘presidente-poeta’, ‘espaço-corpo’, ‘lulopetismo’, ‘chafé’, mãedrasta’).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. L. L. et al. *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.
- ALMEIDA, M. L. L.; GONÇALVES, C. A. V. *Aplicação da construction grammar à morfologia: o caso das formas X-eiro*. Lingüística (PPGL/UFRJ), v. 2. 2006.
- ALMEIDA, M. L. L; GONÇALVES, C. A. Polissemia sufixal: o caso das formas em -eiro – propostas e problemas. In: *XX Encontro anual da APL. Lisboa Actas do XX Encontro de APL*. Lisboa: APL. V. 1. 2006, p. 204-215.
- ALMEIDA, Napoleão M. de. *Gramática Latina*. 29^a ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- ALVES, R. S. *O processo de formação de palavras com o sufixo aumentativo -ão: uma análise cognitivista*. 2011, f. 110. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ALVES, R. S; GONÇALVES, C. A. O Processo de formação de palavras com o afixo aumentativo -ão:uma análise cognitivita. *Revista Philologus*, Ano 20, n 60: Anais da IX JNLFPL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2014.
- AMARAL, Emília et al. *Novas palavras – nova edição*. São Paulo: FTD, 2010.
- ANDERSON, S. R. *A-morphous morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 62, 1992.
- ANDRADE, K. E. *Proposta de um continuum composição-derivação para o português do Brasil*. 2013. 163f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ARONOFF, M. *Word formation in generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1976.
- ARONOFF, M.; FUDEMAN, K. *What is Morphology? (Fundamentals of Linguistics)*. 2005.
- BASILIO, M. Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições. *Veredas - revista de estudos lingüísticos*. Juiz de Fora, v. 4, n. 2. 2000. Disponível em: <<http://www.revistaveredas.ufjf.br/veredas07.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

- BASÍLIO, M. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BASÍLIO, M. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BASÍLIO, M. Re-estudo de agentivos. Comunicação apresentada no VI Encontro Nacional de Lingüística. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1981.
- BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BATTAGLIA, Giovanni. *Grammatica Italiana*. 12a ed. Roma: Bonacci, 2000.
- BAUER, L. "The function of word-formation and the inflection-derivation distinction". In: Henk Aertsen, Mike Hannay & Rod Lyall (eds.), *Words in their Places. A Festschrift for J. Lachlan Mackenzie*. Amsterdam: Vrije Universiteit, 2004. p. 283-292.
- BAUER, L. Compounding. In: HASPELMATH, M. et al. (ed.) *Language typology and language universals: an international*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 2001. p.695–707.
- BAUER, L. Is there a class of neoclassical compounds, and if so is it productive? *Linguistics*, v. 36, n. 3, p. 403-422, 1998.
- BAUER, L.. The borderline between derivation and compounding In: DRESSLER, W. et al. (ed). *Morphology and its demarcations*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 79-93.
- BECKER, M. O sufixo -ada em português: aspectos diacrônicos. In: VIARO, M. E. *Morfologia histórica*. São Paulo, 2014, p. 118-153.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- BELCHOR, A. P. V. *Construções de truncamento no português do Brasil: análise estrutural à luz da Teoria da Optimalidade*. 2009, fl. 151. Dissertação (Mestrado em Letras Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BENNETT, C. E. *A latin grammar*. Massachussets: Nowood Press. 1913. Disponível em: <<http://www.textkit.com>>. Acesso em: 07 jun. 2014.
- BISOL, L. *Mattoso Câmara Jr. e a palavra prosódica*. DELTA, São Paulo, 20 (especial), 2004, p. 59-70.
- BLANK, A. Co-presence and Succession: A Cognitive Typology of Metonymy. In: Panther, K.-U. & G. Radden (eds.), *Metonymy in Language and Thought*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins., 1999, p. 169–191.
- BOCHNER, H. "Inflection within derivation". *The Linguistic Review* 3, 1984, p. 411-421.
- BONHOMME, M. *Linguistique de la métonymie*. Bern: Peter Lang. 1987.
- BOOIJ, G. "Against split morphology". In: Booij, G & van Marle, J (eds.), *Yearbook of Morphology 1993*. Dordrecht: Kluwer, 1994, p. 27-50.
- BOOIJ, G. "Inflection and derivation". In: K. Brown et al. (eds.), *Encyclopedia of language and linguistics*. 2 ed., v. 5, Oxford: Elsevier, 2006, p. 654-661.

- BOOIJ, G. "Inherent versus contextual inflection and the split morphology hypothesis". In: Booij & Van Marle (eds.), *Yearbook of Morphology 1995*. Dordrecht: Kluwer, 1996, p. 1-16.
- BOOIJ, G. Compounding and derivation: evidence for construction Morphology. In: DRESSLER, W. et al. (Ed.). *Morphology and its demarcations*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- BOOIJ, G. Construction Morphology and the Lexicon. In: MONTERMINI, F.; BOYÉ, G.; HATHOUT, N. (Ed.). *Selected proceedings of the 5th Décembrettes: Morphology in Toulouse*. Somerville: Cascadilla Press, 2007.
- BOOIJ, G. *Construction Morphology*. New York: Oxford University Press, 2010.
- BOOIJ, G.; LIEBER, R.. "On the simultaneity of morphological and prosodic structure". In: Sharon Hargus and Ellen Kaisse (eds.), *Studies in Lexical Phonology*. San Diego: Academic Press, 1993, p. 23-44.
- BOTELHO, L. S. (2009). Uma abordagem sociocognitivista das construções agentivas X-eiro. In MIRANDA, N. S.; SALOMÃO, M. M. (org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 178-201.
- BOTELHO, L. S. *Construções agentivas em X-eiro, uma rede metafórica*. 2004, fl.143. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- BUENO, F. da S. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1968.
- BYBEE, J. L. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. 1 ed., v. 9, Amsterdam; Philadelphia: John Publishing Company, 1985.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press. 2010.
- CALVET, J. L. *L'argot*. Paris: PUF, 1994.
- CAMPEDELLI, S. Y. ; SOUZA, J. B. *Português: literatura, produção de texto e gramática*. São Paulo: Saraiva, 2000. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CARVALHO, W. B. & GONÇALVES, C. A. V. "Sobre 'piris' e 'guetes'": análise morfológica das construções cunhadas a partir de splinters de 'periguete'. *Forum Linguistico*, Florianópolis, v.12, n. 4, , out./dez. 2015, p. 930-944.
- CLAHSEN, H. "Lexical entries and rules of language". *Behavioral and Brain Sciences* 22, 1999, p. 991-1060.
- COLNAGHI, C. *Flexão e Derivação: um labirinto gramatical*. Passo Fundo: UPF, 2006.
- COLLIN, C. S. *Étuder sur Le développement du suffixe -ata (it. -ata, prov., esp., port. -ada, fr. ée, -ade) dans les langues romanes*. Lund: Lindstet, 1918.
- COROMINAS, J. de. *O Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos. [1961] 1998.
- COROMINAS, J. *Dicionário crítico etimológico*. Madrid: Editorial Gredos, 1987.

- COROMINAS, J.; PASCUAL, A. *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Gredos, 1985.
- CORPUS LEXICOGRÁFICO DO PORTUGUÊS. Disponível em: <<http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/default.asp?url=Home>>. Acesso em: 13 de maio 2015.
- COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- CROFT, W.; CRUSE, A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CHELLIAH, S. L. “Bracketing paradoxes in Manipuri”. In: M. Aronoff (eds), *Morphology now*. Albany: State University of New York Press, 1992, p. 33-47.
- CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: --- *Studies on Semantic in Generative Grammar*. Mouton: The Hague, 1970, p. 11-61.
- CHOMSKY, Noam & HALLE, Morris. *The sound pattern of English*. New York: Harper and Row, 1968.
- DAVIES, M.; MICHAEL, F. (2006-) *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 13 maio 2015.
- DUBOIS, J. et al. *Dictionnaire Etymologique et Historique du Français*. Paris: Larousse, 1994.
- ERNOUD, A. Les adjectifs latins en osus et en -ulentus. *Collections linguistique publiée par la Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, 54, Paris: Klincksieck, 1949.
- FARIA, E. *Dicionário escolar latino português*. 6.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1964[1994].
- FARIA, Ernesto. Fonética Histórica do Latim. 2^a ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1994.
- FAVA, Solveig. As Gramaticalizações do Particípio Presente. Rio de Janeiro, 1998. 162f. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa). Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FERRARI, L. *Introdução à linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa*, versão 6.0. Curitiba: Positivo, 2009.
- FILLMORE, C. J. *Frame semantics*. Linguistics in the morning calm. The Linguistic Society of Korea, Seoul: Hanshin. 1982.
- FRONTINO, Sexto Julio. De arte mensoria. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/frontinus.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

- GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press: 2006.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. E.; JACKENDOFF, R. The English resultative as a family of constructions. *Language*, Cambridge, v.80, n.1, 2004, p.532–569.
- GONÇALVES, C. A. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? pequeno estudo de casos. *Domínios da Linguagem*, v 5, n. 2. 2011a. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- GONÇALVES, C. A. Atuais tendências em formação de palavras no português brasileiro. *Signum: Estudos Linguísticos*, v. 15, n.1, 2012.
- GONÇALVES, C. A. Compostos neoclássicos: estrutura e formação. *ReVel*, edição especial, n. 5. 2011b. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 13 de jun. 2012.
- GONÇALVES, C. A. *Formações X-eiro: um estudo sobre produtividade Lexical*. Expressão, Teresina - PI, v. 1, n. 3,. 1995, p. 9-29.
- GONÇALVES, C. A. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GONÇALVES, C. A. V. *Flexão e Derivação em Português*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2005a.
- GONÇALVES, C. A. V. A função indexical das formações X-íssimo, X-ésimo e X-érrimo no português do Brasil. *Veredas* (UFJF), Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 47-59, 2003.
- GONÇALVES, C. A. V. Aspectos da mudança em a- inicial: difusão e enantiomorfismo. *Estudos Lingüísticos XXI*. São Paulo: GEL, vol. 2, p. 786-791, 1992.
- GONÇALVES, C. A. Prefixação: composição ou derivação? Novos enfoques sobre uma antiga polêmica. *Matraga*, v. 19, n. 30, 2012.
- GONÇALVES, C. A.; ALMEIDA, M. L. L. *Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias*. In: Alfa, São Paulo, 58 (1). 2014.
- GONÇALVES, C. A.; COSTA, R. G. R. *Formações X-eiro em português: um estudo sobre produtividade lexical*. Letras & Letras. Uberlândia: UFU / Depto. de Letras Estrangeiras Modernas, 13 (1):. 1997, 25-36.
- GONÇALVES, C. A.; PIZA, M. Pequena introdução à Teoria da Optimalidade, em C. A. Gonçalves *et alii* (Orgs.). *Optimalidade em foco: morfologia e fonologia do português*, Rio de Janeiro, Publit: 11-44, 2010.
- GONÇALVES, C. A; ANDRADE, K. E. El status de los componentes morfológicos y el continuum composición–derivación en portugués. *Linguística*, 28 (2), p. 119-145, 2012. Disponível em: <<http://www.mundoalfal.org>>. Acesso em: 5 jan. 2013.

- GONZÁLEZ TORRES, E. "The Inflection-Derivation Continuum and the Old English Suffixes -a, -e, -o, -u". In: ATLANTIS. *Journal of the Spanish Association of Anglo-American Studies*, v 32, n 1, 2010, p. 103–122.
- GOODWIN, W. W. *Greek grammar*. Boston: Gin e Company, 1900. Disponível em: <<http://www.textkit.com>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS BETA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<https://acesso.uol.com.br/login.html?skin=houais&dest=REDIR>> | <http://houaiss.uol.com.br>>.
- HALLIDAY, M. A. K. Linguistics and machine translation. *Sprachtypologie und Universalienforschung*, v. 15, 1962, p. 145-158.
- HARLEY, H. Compounding in Distributed Morphology. In: LIEBER, R.; ŠTEKAUER, P. (ed). *The Oxford handbook of compounding*. 2009, p. 129–144.
- HASPELMATH, M. "Wordclass-changing inflection and morphological theory". In: Booij, Geert&van Marle, Jaap (eds.), *Yearbook of Morphology 1995*. Dordrecht: Kluwer, 1996, p. 43–66.
- HAYES, B. *Metrical stress theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HIDALGO, J. *Romances de germanía de varios autores*. Madrid: D. Antonio de Sancha, 1609.
- HIGINO da SILVA, N. *Diferentes perspectivas sobre o formativo agro-: aspectos históricos, morfológicos e semânticos*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- HIGINO da SILVA, N. *A Diversidade Tipológica na Composição de Palavras Neoclássicas agro-X*. Revista Fórum Linguístico. 2017.
- HIGINO da SILVA, N.; GONCALVES, C. A. *Rede associativa: uma nova proposta de análise para os compostos neoclássicos*. Revista de Estudos da Linguagem, 2017.
- HOUEISS, A. (et al.). *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, Objetiva. Versão 3.0, junho de 2009.
- HOUEISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. 1 [CD-ROM]*. 2001.
- HUME, E. Metathesis: formal and functional considerations. In: Hume, E. et alii (Eds.). *Surface Syllable Structure and Segment Sequencing*. Leiden: HIL, 1-25, 2001.
- JACKENDOFF, R. Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. *Language* 51, 1975.
- JOHNSON, M. *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Reason and Imagination*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- KASTOVSKY, D. Astronaut, astrology, astrophysics: about combining forms, classical compounds and affixoids. In McConchie, R. W. et alii (eds.). *Selected Proceedings of the 2008 Symposium on New Approaches in English Historical Lexis (HEL-LEX 2)*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, p. 1-13, 2009.

- KOCH, I. G. V.; SOUZA E SILVA, M. C. P. de. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- KÖVECSES, Z; RADDEN, G. Metonymy: developing a cognitive linguistic view. *Cognitive Linguistics*, v. 9, n. 1, 1998.
- LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things*. Chicago, IL: Chicago University Press. 1987.
- LAKOFF, G; TURNER, M. *More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*. Chicago: University of Chicago Press. 1989.
- LANGACKER, R. W. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press. 2008.
- LIMA, L. R. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- LOPES, C A. G. *Lições de Morfologia de Língua Portuguesa*. Jacobina: Tipô-Carimbos, 2003.
- LÜDELING, A. Neoclassical word-formation. Berlin. In: BROWN, K. (org.) *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Orford: Elsevier, p. 580-582, 2006.
- MACHADO, J. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1972.
- MACHADO, R. *Questões de gramática latina: morfologia geral e elementos de morfologia histórica*. Lisboa: Livraria Clássica A. M. Teixeira & C.ª (Filhos).
- MANOVA, S. "Derivation versus Inflection in three Inflecting Languages". In: DRESSLER Wolfgang, U; KASTOVSKY, Dieter; PFEIFFER, Oskar; RAINER, Franz (eds.): *Morphology and its Demarcations*. Amsterdam-Philadelphia: Benjamins, 2005, p. 233-252.
- MANSUR, M. L. *O sufixo -udo numa visão multissistêmica*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- MARGARIT, Antonio M. B. *Gramatica Catalana*. Tomo I. Madrid: Editorial Gredos, [19-?].
- MARINHO, M. A. F. *Do latim ao português: percurso histórico dos sufixos -DOR e -NTE*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdades de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- MARINHO, M. A. F. *Questões acerca das formações X-eiro do português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdades de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2003.
- MATTOSO CAMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- MATTOSO CÂMARA JR, J. M.. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

- MATTOSO CAMARA, J. Jr. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes. 1977.
- MAURER JR, T. H. *A gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MAURER Jr, Teodoro H. *Gramática do latim vulgar*. Rio: Livraria Acadêmica, 1959.
- McCARTHY, J. & PRINCE, A. Generalized Alignment. In: BOOIJ, G. E. & MARLE, J. (Ed.). *Yearbook of Morphology*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- McCARTHY, J.; PRINCE, A. *Prosodic morphology I: constraint interaction and satisfaction*. Technical Report #3. Rutgers: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.
- MELO, G. C. de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- MICHAËLLIS, C. *Michaëllis moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2007.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – Língua Estrangeira*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- MIRANDA, N. S. Agentivos deverbais e denominais: um estudo da produtividade lexical. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: EDUFC. 1986.
- NASCIMENTO, M. J. R. *Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções*. 2006. 171 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- NETO, S. da S. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.
- NISARD, M. (dir.) *Les agronomes latins – Caton, Varron, Columelle et Palladius*. Paris: Firmin-Didot; 1877.
- NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica A. M. Teixeira & C.º (Filhos), 1956.
- OLSEN, S. Copulative Compounds. A closer look at the interface between morphology and syntax. In: BOOIJ, G.; MARLE, J. van. *Yearbook of Morphology*. Dordrecht: Kluwer. 2000. p. 279–320.
- ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY. Disponível em <<http://www.etymonline.com/index.php?l=r&p=3>>.
- PARLAGRECO, Carlo. *Dizionario Portoghese-Italiano e Italiano-Portoghese*. Milano: Antonio Vallardi Editore, 1971
- PICOCHE, J. *Dictionnaire Étymologique du Français*. Paris: Lès usuels du Robert, 1986.
- PEIRSMAN, Y.; GEERAERTS, D. *Metonymy as a prototypical category*. In: *Cognitive Linguistics* 17. 2006.

- PERLMUTTER, D. "The split morphology hypothesis: Evidence from Yiddish.". In Hammond & Noonan (eds.), *Theoretical Morphology: approaches in modern linguistics*, 1988, p. 79–100.
- PETROPOULOU, E. On the parallel between neoclassical compounds in English and Modern Greek. *Patras Working Papers in Linguistics*, v. 1, p. 40-58, 2009.
- PHARIES, D. *Diccionario etimológico de los sufijos españoles*. Madrid: Gredos, 2002.
- PINHEIRO, D. Indeterminação ou polissemia? A rede semântica do verbo 'ter' no português brasileiro. In: LEITÃO DE ALMEIDA, M. L.; FERREIRA, R. G.; PINHEIRO, D.; SOUZA, J. L.; GONÇALVES, C. A. V. (Org.). *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. 1a ed. Rio de Janeiro: Publit, 2010, v. 1, p. 67-88.
- PINKER, S. *Words and rules*. New York: Basic Books, 1999.
- PIZZORNO, D. M. *Polissemia da construção x-eiro: uma abordagem cognitivista*. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Língua portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
- PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: constraints interaction in generative grammar*. Boulder: University of Colorado/ Rutgers University, 1993.
- RALLI, A. Compound markers and parametric variation. *STUF-Sprachtypologie und Universalienforschung*, v. 61, n. 1/2008, p. 19-38, 2008b.
- RALLI, A. Greek deverbal compounds with bound stems. *Journal of Southern Linguistics*, v. 29, n. 1/2, p. 150-173, 2008a.
- RAMIREZ, T. T. & GONÇALVES, C. A. V. "Tu dorima está calato, ipues!": uma abordagem otimalista da metátese no argot peruano. *Estudos Linguísticos e Literários*, 47, jan-jun | 2013, Salvador: pp. 148-168.
- RAMOS, Rogério de Araújo. *Ser protagonista: Língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: SM, 2013.
- RIO-TORTO, G. M. de O. e S. *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Coimbra, 1993. Tese (Doutorado) – Linguística, Universidade de Coimbra, Portugal.
- RIO-TORTO, G. M. *Morfologia derivacional: Teoria e aplicação ao Português*. Lisboa: Porto, 1998.
- RIO-TORTO, G. M. *Mudança genolexical: teoria e realidade*. In: Revista de estudos linguísticos da Universidade do Porto. Porto, v. 3, 2008, p. 223-240.
- RIO-TORTO, M. G. Sistêmica e pragmática dos sufixos avaliativos. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, v. 21, 1996-1997, p. 203-228.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

- ROCHA, L. C. de A. *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2003
- RONDININI, R. B. Análise das formações com -logo e -grafo segundo a morfologia derivacional. *ReVel*, vol.7, n. 12, 2009. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 13 maio de 2013.
- ROSA, M. C. A. P. *Formação dos nomes aumentativos: um estudo da produtividade de alguns afixos portugueses*. 1982, f. 86 Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ROSA, M. C. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.
- ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LOYD, B.B. (Org.). *Cognition and categorization*. New Jersey: Erlbaum, p. 27-48, 1978.
- SAID ALI, M. de. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro Contemporâneo*. Curitiba: Icone, 1989.
- SANDMANN, A. J. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.
- SANDMANN, A. J. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo Dicionário Latino-Português*. 12^a ed. Garnier: Belo Horizonte, 2006.
- SCALISE, S. *Generative morphology*. Foris: Dordrecht, 1984.
- SCHULTINK, H. On word-identity. *Lingua*, v. 11, 1962, p. 354-362.
- SHOPEN, T. *Language Typology and Syntactic Description III: Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge University Press, 1985.
- SILVA, A. S. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.
- SOLEDADE & SIMÕES NETO. *O morfema-eir-no português brasileiro contemporâneo*. In: Revista Linguística e Literatura. N°: 65. Bahia, 2014, p. 87-111.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics; metaphorical and cultural aspects of semantic structures*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TAKAHASHI, M. Y. Mudanças semânticas no sufixo -ada. In: VIARO, M. E. *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 335-350.
- TERUGGI, M. *Panorama del lunfardo: Génesis y Esencia de las Hablas Coloquiales Urbanas*. Buenos Aires: Ediciones Cabargón, 1974.
- TEYSSIER, P. (2007). *História da Língua portuguesa*. 3ed. São Paulo: Martins Fontes.
- TIBULLE et les auteurs du corpus tibullianum. Texte établi et traduit par Max Ponchon. Paris: Les Belles-Lettres, 1931.
- VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al latin vulgar*. Madrid: Gredos. Biblioteca, 1968.
- VIARO, M. E. *A derivação sufixal do português: elementos para uma investigação semântico-histórica*. 2011. 220 f. Tese (Livre-Docente) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo: São Paulo.

- VIARO, M. E. *A especialização do sufixo latino vulgar -arium*. Universidade de Evora, 2010.
- VIARO, M. E. A formação do significado agentivo de –eiro. In: *XVI Congresso Internacional de La ALFAL, Alcalá de Henares. Actas del XVI Congresso Internacional de La Asociacion de Lingüística y Filología. Universidad de Alcalá*. Alcalá de Henares: 2011, p. 2671-2679.
- VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2014.
- VIEIRA, M. F. *O formativo -lândia no português brasileiro contemporâneo: radical ou afixo?* Cadernos do NEMP, Rio de Janeiro, n. 3, v. 1, 2012, p. 41-51.
- VILLALVA, A. "Aspectos Morfológicos da Gramática do Português". In: MIRA MATEUS; M. H.; BRITO, A. M; DUARTE, I. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5 ed. Lisboa, Caminho, 2003. p. 915-983.
- VILLALVA, A. A formação de palavras. In: MIRA MATEUS et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- VILLALVA, A. *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquia do português*. Lisboa: FCT, 2000.
- VIVAS, V. de M. *Novos enfoques sobre a flexão verbal em português: abordagem formal e semântica do mecanismo fusão*. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 5ed, 2009. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/vocabulario-ortografico>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- WARREN, B. The Importance of combining Forms. DRESSLER, W. U. et al. (Org). *Contemporary morphology*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, p. 111-132, 1990.
- WETZELS, W. L. "Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese". *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 23, 1992, p. 19-55.
- WILLIAMS, E. B. *Do Latim ao Português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 2ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1973.
- WINTER, C. "Inflection and derivation". *Ling* 481/581, 2011. 25 transparências. Disponível em: <http://courses.washington.edu/lingclas/481/Infl_der.pdf>
- YACOVENCO, L. C. *As formações X-eiro agentiva e locativa*. 1994. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
- ZANNOTO, N. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. 5 ed. Caxias do Sul: Educs, 2006.

